Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Itaguaí

Número: 200 000 203 | Início: 09.05.25 | Exercício: 2025

Interessado: Itaprevi / Presidência

Endereço e Telefone:

Assunto: Prestação de contas anual 2024

Número: 200 000 203/2025

Movimentação

Data	Órgão	Rubrica	Data	Órgão	Rubrica

Juntada

Número e Ano do Processo Juntado	Data da Juntada	Nome do Requerente	Documentos Anexados

ITAPREVI
Processo Nº: 200000203/25
Data: 09 / 05 / 25
Folhas Nº: 02
939370
Assinatura

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Assunto: Prestação de Contas Anual 2024.

Nos termos do artigo 24 da Lei Municipal nº 3.280/2014, de acordo com a Lei nº 2.499/2005 e Resolução Itaprevi nº 10/2023, em atendimento a Deliberação TCE/RJ nº 277/17, solicito a abertura do presente processo administrativo para a elaboração da Prestação de Contas Anual – PCA do ano de 2024.

Pelo o exposto:

- Autuem-se os autos na forma da Lei;
- À Diretoria Geral Financeira para ciência e providências cabíveis.

Itaguaí, 09 de maio de 2025.

Carlos Augusto Silva de Carvalho
Presidente
Matrícula: 939.360

ITAPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAGUAÍ
PROFISSIONALISMO E TRANSPARÊNCIA SEMPRE

ITAPREVI
Fls.: 03
Proc.: 200000203/25

EXMO. SR. DR. CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício ITAPREVI nº 232/2025
Ref. Prestação de Contas Anual do RPPS 2024

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ – ITAPREVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.764.158/0001-99, por seu presidente in fine assinado, vem, tempestivamente, perante V. Exa., em atenção à Deliberação 277 de 24 de agosto de 2017, apresentar a Prestação de Contas Anual de gestão do RPPS, exercício 2024, requerendo, desde já, o seu recebimento e devido processamento, julgando-se pela regularidade das contas apresentadas.

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento.

Itaguaí, 26 de junho de 2025.

Fernanda Pereira da Silva
Presidente do Itaprevi
Matrícula 939.375

ITAPREVI
Fls.: 04
Proc.: 2020002031/25

MODELO 1

RELAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Órgão: ITAPREVI	Órgão Superior: ITABUNA	Exercício: 2024

TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELAS CONTAS

Nome Completo do Servidor: Nadiva Prado de Jesus
CPF nº: 264.438.595-15 | Período de Gestão: 14/05/2021 a 31/05/2024
Cargo/Função: Presidente
Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas

(X) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4.

( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4. Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.

( ) Servidor isento da apresentação do IRPF

Observações:
Autenticações
Elaborado Por: Elaine de Andrade Leite Ferreira | Cargo: Auxiliar Administrativo
Matrícula: 21.414 | Data: 31/05/2025 | Assinatura

TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELAS CONTAS

Nome Completo do Servidor: Fernanda Pereira da Silva
CPF nº: 923.634.402-44 | Período de Gestão: 11/06/2024 a 31/12/2024
Cargo/Função: Presidente
Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas

(X) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4.

( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4. Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.

( ) Servidor isento da apresentação do IRPF

Observações:
Autenticações:
Elaborado Por: Elaine de Andrade Leite Ferreira | Cargo: Auxiliar Administrativo
Matrícula: 21.414 | Data: 31/05/2025 | Assinatura

TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELAS CONTAS

Nome Completo do Servidor: André Luiz da Silva Miranda
CPF nº: 013.565.277-01 | Período de Gestão: 14/05/2021 a 17/06/2024
Cargo/Função: Diretor Geral Financeiro
Atestado concernente a entrega da Declaração do Imposto de Renda

(X) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4.

( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4. Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.

( ) Servidor isento da apresentação do IRPF

Observações:
Autenticações:
Elaborado por: Elaine de Andrade Leite Ferreira | Cargo: Auxiliar Administrativo
Matrícula: 21.414 | Data: 31/05/2025 | Assinatura

TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELAS CONTAS

Nome Completo do Servidor: Marcelo José Magalhães Lopes
CPF nº: 003.232.907-66 | Período de Gestão: 17/06/2024 a 31/12/2024
Cargo/Função: Diretor Geral Financeiro

(X) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4.

( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4. Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.

( ) Servidor isento da apresentação do IRPF

Observações:
Atestações:
Elaborado por: Elaine de Andrade Leite Ferreira | Cargo: Auxiliar Administrativo
Matrícula: 21.414 | Data: 31/05/2025 | Assinatura

TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO DAS CONTAS

Nome Completo do Servidor: Carlos Augusto Silva de Carvalho
CPF nº: 029.458.167-07 | Período de Gestão: 14/01/2021 até a presente data
Cargo/Função: Presidente
Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas

(X) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4.

( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4. Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.

( ) Servidor isento da apresentação do IRPF

Observações:
Autenticações
Elaborado Por: Elaine de Andrade Leite Ferreira | Cargo: Auxiliar Administrativo
Matrícula: 21.414 | Data: 31/05/2025 | Assinatura

TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL

Nome Completo do Servidor: Marisa Figueiredo Gonçalves
CPF nº: 993.393.477-20 | Período de Gestão: 01/06/2018 a 17/06/2024
Cargo/Função: Diretor Contábil
Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas

(X) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4.

( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4. Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.

( ) Servidor isento da apresentação do IRPF

Observações:
Autenticações
Elaborado Por: Elaine de Andrade Leite Ferreira | Cargo: Auxiliar Administrativo
Matrícula: 21.414 | Data: 31/05/2025 | Assinatura

TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL

Nome Completo do Servidor: André Luiz da Silva Miranda
CPF nº: 013.565.277-01 | Período de Gestão: 17/06/2024 a 31/12/2024
Cargo/Função: Diretor Contábil
Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas

(X) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4.

( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4. Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.

( ) Servidor isento da apresentação do IRPF

Observações:
Autenticações
Elaborado Por: Elaine de Andrade Leite Ferreira | Cargo: Auxiliar Administrativo
Matrícula: 21.414 | Data: 31/05/2025 | Assinatura

TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Nome Completo do Servidor: Wilker de Araújo Reg
CPF nº: 040.132.347-73 | Período de Gestão: 01/01/2021 a 16/07/2024
Cargo/Função: Controlador Geral
Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas

(X) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4.

( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4. Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.

( ) Servidor isento da apresentação do IRPF

Observações:
Autenticações
Elaborado Por: Elaine de Andrade Leite Ferreira | Cargo: Auxiliar Administrativo
Matrícula: 21.414 | Data: 31/05/2025 | Assinatura

TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Nome Completo do Servidor: Danilo Rogério Leite Bato
CPF nº: 020.722.443-06 | Período de Gestão: 17/07/2024 a 01/10/2024
Cargo/Função: Controlador Geral
Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas

(X) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4.

( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4. Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.

( ) Servidor isento da apresentação do IRPF

Observações:
Autenticações:
Elaborado Por: Elaine de Andrade Leite Ferreira | Cargo: Auxiliar Administrativo
Matrícula: 21.414 | Data: 31/05/2025 | Assinatura

TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Nome Completo do Servidor: Mello Gomes da Amorim Filho
CPF nº: 968.824.597-01 | Período de Gestão: 05/10/2024 a 31/12/2024
Cargo/Função: Controlador Geral
Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas

(X) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4.

( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 1809/4. Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.

( ) Servidor isento da apresentação do IRPF

Observações:
Autenticações:
Elaborado Por: Elaine de Andrade Leite Ferreira | Cargo: Auxiliar Administrativo
Matrícula: 21.414 | Data: 31/05/2025 | Assinatura

Tutorial Modelo 1

Entenda-se como órgão competente o controle interno existente na estrutura administrativa da unidade jurisdicionada. Em caso de inexistência, será a unidade de controle interno à qual o órgão jurisdicionado esteja vinculado.

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 20:09:18 +01:00

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ:04.764.158/0001-99

Dezembro/2024
Balancete de Verificação (Acumulado)

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1.0.0.0.0.00.00.00.00.000	ATIVO	1.705.866.848,50 D	2.580.512.598,71	2.474.734.178,54	1.811.645.268,67 D
1.1.0.0.0.00.00.00.00.000	ATIVO CIRCULANTE	1.556.038.934,42 D	1.386.428.357,67	2.474.734.178,54	467.733.113,55 D
1.1.1.0.0.00.00.00.00.000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.163.108,49 D	698.872.692,09	701.006.765,44	29.035,14 D
1.1.1.1.0.00.00.00.00.000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.163.108,49 D	698.872.692,09	701.006.765,44	29.035,14 D
1.1.1.1.1.00.00.00.00.000	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	2.163.108,49 D	698.872.692,09	701.006.765,44	29.035,14 D
1.1.1.1.1.06.00.00.00.000	CONTA ÚNICA RPPS	1.433.686,70 D	668.542.389,54	669.947.041,10	29.035,14 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000 ()	BANCOS CONTA MOVIMENTO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	1.379.019,95 D	660.703.246,82	662.054.817,06	27.449,71 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000 (61560)	CAIXA - 053-2	54.054,08 D	71.049.692,50	71.077.471,56	26.275,02 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000 (61561)	BANCO ITAÚ - 17804-5	1.033.881,51 D	334.643.460,96	335.677.119,98	222,49 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000 (61562)	BANCO DO BRASIL - 39231-6	291.084,36 D	255.010.093,36	255.300.225,52	952,20 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.000 ()	BANCOS CONTA MOVIMENTO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	54.666,75 D	7.839.142,72	7.892.224,04	1.585,43 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.000 (52200)	CAIXA - 119-9 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	27.680,39 C	1.971.555,93	1.943.875,54	0,00 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.000 (55888)	ITAÚ - 58838-3 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	82.347,14 D	5.867.586,79	5.948.348,50	1.585,43 D
1.1.1.1.1.52.00.00.00.000	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	729.421,79 D	30.330.302,55	31.059.724,34	0,00 D
1.1.1.1.1.52.00.00.00.000 (61570)	CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCADO	729.421,79 D	31.840,31	761.262,10	0,00 D
1.1.1.1.1.52.00.00.00.000 (68382)	BANCO DO BRASIL - CONTA SELIC	0,00 D	30.298.462,24	30.298.462,24	0,00 D
1.1.2.0.0.00.00.00.00.000	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	43.935.723,90 D	0,00	0,00	43.935.723,90 D
1.1.2.1.0.00.00.00.00.000	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	43.935.723,90 D	0,00	0,00	43.935.723,90 D
1.1.2.1.1.00.00.00.00.000	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	15.295.176,36 D	0,00	0,00	15.295.176,36 D
1.1.2.1.1.05.00.00.00.000	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	15.295.176,36 D	0,00	0,00	15.295.176,36 D
1.1.2.1.1.05.02.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÕES DO RGPS A RECEBER	15.295.176,36 D	0,00	0,00	15.295.176,36 D
1.1.2.1.2.00.00.00.00.000	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - INTRA OFSS	28.640.547,54 D	0,00	0,00	28.640.547,54 D
1.1.2.1.2.05.00.00.00.000	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	25.229.810,51 D	0,00	0,00	25.229.810,51 D
1.1.2.1.2.05.02.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÕES DO RGPS A RECEBER	25.229.810,51 D	0,00	0,00	25.229.810,51 D
1.1.2.1.2.71.00.00.00.000 ()	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	3.410.737,03 D	0,00	0,00	3.410.737,03 D
1.1.3.0.0.00.00.00.00.000	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.221.437.401,96 D	116.452.673,47	1.194.078.448,77	143.811.626,66 D
1.1.3.2.0.00.00.00.00.000	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	681,09 D	0,00	0,00	681,09 D
1.1.3.2.1.00.00.00.00.000	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR - CONSOLIDAÇÃO	681,09 D	0,00	0,00	681,09 D
1.1.3.2.1.11.00.00.00.000 (52250)	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS A COMPENSAR	681,09 D	0,00	0,00	681,09 D
1.1.3.6.0.00.00.00.00.000	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	1.221.436.720,87 D	116.452.673,47	1.194.078.448,77	143.810.945,57 D
1.1.3.6.1.00.00.00.00.000	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	650.155,64 D	0,00	0,00	650.155,64 D
1.1.3.6.1.02.00.00.00.000	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	650.155,64 D	0,00	0,00	650.155,64 D
1.1.3.6.1.02.01.00.00.000 ()	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO E PENSIONISTA	650.155,64 D	0,00	0,00	650.155,64 D
1.1.3.6.2.00.00.00.00.000	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	1.220.786.565,23 D	116.452.673,47	1.194.078.448,77	143.160.789,93 D
1.1.3.6.2.01.00.00.00.000	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER -	15.535.479,91 D	63.755.003,32	0,00	79.290.483,23 D
1.1.3.6.2.01.01.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	15.535.479,91 D	63.755.003,32	0,00	79.290.483,23 D
1.1.3.6.2.02.00.00.00.000	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	6.518.360,86 D	0,00	0,00	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.02.01.00.00.000 ()	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	6.518.360,86 D	0,00	0,00	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.04.00.00.00.000 ()	APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	1.194.078.448,77 D	51.382.699,82	1.194.078.448,77	51.382.699,82 D
1.1.3.6.2.99.00.00.00.000	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	4.654.275,69 D	1.314.970,33	0,00	5.969.246,02 D
1.1.3.6.2.99.02.00.00.000 ()	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	4.654.275,69 D	1.314.970,33	0,00	5.969.246,02 D
1.1.3.6.2.99.02.01.00.000 (53376)	PARCELAMENTO DÉFICIT ATUARIAL PARA COM O RPPS	4.654.275,69 D	1.314.970,33	0,00	5.969.246,02 D
1.1.4.0.0.00.00.00.00.000	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	288.502.370,07 D	571.102.577,11	579.648.634,33	279.956.312,85 D
1.1.4.4.0.00.00.00.00.000	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO - RPPS	297.101.556,94 D	548.145.191,50	565.290.435,59	279.956.312,85 D
1.1.4.4.1.00.00.00.00.000	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURT0 PRAZO DO RPPS - CONSOLIDAÇÃO	297.101.556,94 D	548.145.191,50	565.290.435,59	279.956.312,85 D
1.1.4.4.1.01.00.00.00.000	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	33.711.102,75 D	126.840.805,19	150.768.892,44	9.783.015,50 D
1.1.4.4.1.01.05.00.00.000 ()	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	33.711.102,75 D	126.840.805,19	150.768.892,44	9.783.015,50 D
1.1.4.4.1.01.05.01.00.000 (61572)	ITAÚ INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	32.711.974,36 D	126.707.585,69	150.741.461,07	8.678.098,98 D
1.1.4.4.1.01.05.01.00.000 (61573)	BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RF PREVID - 180766-8	999.128,39 D	133.219,50	27.431,37	1.104.916,52 D
1.1.4.4.1.02.00.00.00.000	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIAVEL - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	9.700.594,89 D	1.231.900,99	3.906.428,50	7.026.067,38 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 ()	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	9.700.594,89 D	1.231.900,99	3.906.428,50	7.026.067,38 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61569)	ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FICFI	922.152,01 D	89.425,34	275.726,51	735.850,84 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61571)	CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCADO 119-9	346.370,16 D	20.031,45	2.162,95	364.238,66 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61576)	ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC	1.372.349,93 D	254.446,31	226.473,18	1.400.323,06 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61577)	FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I	428.934,96 D	114.687,75	543.622,71	0,00 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61579)	FIC AÇÕES VALOR RPPS	1.719.070,24 D	193.701,28	419.831,51	1.492.940,01 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61580)	ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 FICFI	3.826.354,81 D	366.351,13	1.159.991,13	3.032.714,81 D

Proc. 20000022/23/25 Rubrica 05

Modernização Pública e Informática Ltda

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61581)	BB AÇÕES TECNOLOGIA BDR	349.831,65 D	56.014,08	405.845,73	0,00 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61582)	ITAÚ BDR NÍVEL 1 AÇÕES FIC	374.111,17 D	69.805,86	443.917,03	0,00 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61583)	ITAÚ BDR NÍVEL 1 AÇÕES FIC 58838-3	361.419,96 D	67.437,79	428.857,75	0,00 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000	**APLICAÇÕES EM ENQUADRAMENTO - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**	**132.698.988,68 D**	**209.257.100,46**	**245.056.189,86**	**96.899.899,28 D**
1.1.4.4.1.06.00.00.05.000 (60831)	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI	972.237,37 D	62.570,19	4.292,32	1.030.515,24 D
1.1.4.4.1.06.00.00.06.000 (60832)	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IMAB-5	64.801.603,63 D	1.939.839,06	66.593.767,73	147.674,96 D
1.1.4.4.1.06.00.00.08.000 (60834)	ITAÚ INSTITUCIONAL LEGEND RF LP FIC FI	4.036.720,71 D	77.074,95	4.113.795,66	0,00 D
1.1.4.4.1.06.00.00.09.000 (60835)	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI 21.838.150/0001-49	7.616.144,53 D	25.691.588,84	33.086.118,90	221.614,47 D
1.1.4.4.1.06.00.00.14.000 (60837)	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	8.630.964,54 D	898.073,80	47.857,81	9.481.180,53 D
1.1.4.4.1.06.00.00.15.000 (60838)	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRF-M 1 FI - TX. ADM	4.052.551,83 D	537.569,95	160.838,01	4.429.283,77 D
1.1.4.4.1.06.00.00.16.000 (60839)	BB PREVID IDKA 2. 39.231-6	42.588.766,07 D	58.016.751,03	99.395.138,45	1.210.378,65 D
1.1.4.4.1.06.00.00.18.000 (68390)	C/C 38928 - 5 BRADESCO RENDA FIXA IDK PRÉ-2	0,00 D	30.514.535,78	30.514.535,78	0,00 D
1.1.4.4.1.06.00.00.19.000 (68422)	C/C 000053 - 2 CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF - CNPJ: 05.164.356/0001-84	0,00 D	11.814.888,19	1.218.391,30	10.596.496,89 D
1.1.4.4.1.06.00.00.20.000 (68418)	C/C 39231 - 6 BB PREVID VERTICE 2026 - CNPJ: 54.602.092/0001-09	0,00 D	19.295.123,02	532.731,45	18.762.391,57 D
1.1.4.4.1.06.00.00.21.000 (68432)	C/C 11441060000 - 237 BRADESCO RF DI PREMIUM- 03.399.411/0001-90	0,00 D	31.037.296,35	290.486,26	30.746.810,09 D
1.1.4.4.1.06.00.00.22.000 (68433)	C/C 17804 - 5 ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FICFI	0,00 D	29.371.789,30	9.098.236,19	20.273.553,11 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000	**APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS**	**120.990.870,62 D**	**210.815.384,86**	**165.558.924,79**	**166.247.330,69 D**
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61585)	BRB IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP (TAXA ADM)	202.254,83 D	90.155,89	164.337,37	128.073,35 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61587)	ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI	1.945.431,96 D	2.704.744,76	3.916.858,74	733.317,98 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61588)	BB PREVID RF IRF-M CNPJBB	12.628.359,91 D	5.323.534,49	937.729,72	17.014.164,68 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61589)	BB PREVID RF TOTAL - CNPJBB PREV RF RET TOTAL	6.086.692,16 D	639.639,80	145.135,43	6.581.196,53 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61590)	BB PREV MM ALOCAÇÃO - CNPJBB PREV MM ALOCAÇÃO	1.163.022,57 D	839.714,50	1.216.232,45	786.504,62 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61591)	CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	1.728.935,24 D	15.317,72	1.744.252,96	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61592)	CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	54.419.782,30 D	402.382,92	54.822.165,22	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61593)	BB PREVID RF PERFIL	674.010,91 D	71.178.523,06	37.568.752,93	34.283.781,04 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61594)	BB PREVID RF IMAB 5+	11.957.266,82 D	427.891,22	12.027.196,44	357.961,60 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61971)	BB PREVID XXI	8.016.931,20 D	574.827,26	8.591.758,46	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61972)	FI BRASIL 2024 IVTP RF CNPJ: 20319595/0001-78	5.306.286,72 D	690.041,28	5.996.328,00	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61973)	FI BRASIL 2023 TP RF CNPJ: 44.683.378/0001-02	0,00 D	294.285,73	294.285,73	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61974)	BB PREV TP IPCA	11.342.191,01 D	1.313.230,66	112.314,70	12.543.106,97 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (67520)	FI BRASIL 2024 X TP RF CNPJ 50.635.944/0001-03	3.844,65 D	105.275,95	109.120,60	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (67521)	FI BRASIL 2024 X TP RF CNPJ 50.635.944/0001-03	5.515.860,34 D	341.143,79	5.857.004,13	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (68380)	C/C 760199 - 35 NTN -B 2035 - TITULOS PÚBLICO - CURVA	0,00 D	31.629.549,29	939.365,53	30.690.183,76 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (68386)	C/C 11110603000 - 6 BANCO BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO RF IDKA PRÉ-2	0,00 D	30.355.082,73	30.355.082,73	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (68399)	C/C 000109523 - 6 BANCO MASTER- LETRAS FINANCEIRAS LF IPCA	0,00 D	63.780.102,66	651.062,50	63.129.040,16 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (68420)	APL 000053 - 2 CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF - CNPJ: 05.164.356/0001-84	0,00 D	109.941,15	109.941,15	0,00 D
1.1.4.9.0.00.00.00.00.000	**(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS**	**8.599.186,87 C**	**22.957.385,61**	**14.358.198,74**	**0,00 D**
1.1.4.9.1.00.00.00.00.000	**(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO**	**8.599.186,87 C**	**22.957.385,61**	**14.358.198,74**	**0,00 D**
1.1.4.9.1.01.00.00.00.000 ()	(-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	742.551,91 D	71.060,94	813.612,85	0,00 D
1.1.4.9.1.02.00.00.00.000 ()	(-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS EM METAIS PRECIOSOS	0,00 D	979.573,98	979.573,98	0,00 D
1.1.4.9.1.04.00.00.00.000 ()	(-) REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS EM METAIS PRECIOSOS	0,00 D	7.202.679,61	7.202.679,61	0,00 D
1.1.4.9.1.06.00.00.00.000 ()	(-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO	697,12 D	0,00	697,12	0,00 D
1.1.4.9.1.07.00.00.00.000 ()	(-) REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	0,00 D	17.705,67	17.705,67	0,00 D
1.1.4.9.1.99.00.00.00.000 ()	(-) OUTROS AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	1.354.722,17 D	2.830.308,57	4.185.030,74	0,00 D
1.1.4.9.1.99.01.00.00.000 (56066)	(-) OUTROS AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS - FINANCEIRA	10.697.158,07 C	11.856.056,84	1.158.898,77	0,00 D
1.1.5.0.0.00.00.00.00.000	**ESTOQUES**	**330,00 D**	**415,00**	**330,00**	**415,00 D**
1.1.5.6.0.00.00.00.00.000	**ALMOXARIFADO**	**330,00 D**	**415,00**	**330,00**	**415,00 D**
1.1.5.6.1.00.00.00.00.000	**ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO**	**330,00 D**	**415,00**	**330,00**	**415,00 D**
1.1.5.6.1.01.00.00.00.000 ()	MATERIAL DE CONSUMO	0,00 D	415,00	0,00	415,00 D
1.1.5.6.1.07.00.00.00.000 ()	MATERIAL DE EXPEDIENTE	330,00 D	0,00	330,00	0,00 D
1.2.0.0.0.00.00.00.00.000	**ATIVO NÃO CIRCULANTE**	**149.827.914,08 D**	**1.194.084.241,04**	**0,00**	**1.343.912.155,12 D**
1.2.1.0.0.00.00.00.00.000	**ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**	**149.665.121,13 D**	**1.194.078.448,77**	**0,00**	**1.343.743.569,90 D**
1.2.1.1.0.00.00.00.00.000	**CRÉDITOS A LONGO PRAZO**	**149.665.121,13 D**	**1.194.078.448,77**	**0,00**	**1.343.743.569,90 D**
1.2.1.1.1.00.00.00.00.000	**CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**13.386.906,95 D**	**0,00**	**0,00**	**13.386.906,95 D**
1.2.1.1.1.06.00.00.00.000	**CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS**	**13.386.906,95 D**	**0,00**	**0,00**	**13.386.906,95 D**
1.2.1.1.1.06.03.00.00.000 ()	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO E PENSIONISTA	13.386.906,95 D	0,00	0,00	13.386.906,95 D
1.2.1.1.2.00.00.00.00.000	**CRÉDITOS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS**	**136.278.214,18 D**	**1.194.078.448,77**	**0,00**	**1.330.356.662,95 D**

Fls.: 06
Proc.: 20000203/25
ITAPREV

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1.2.1.1.2.06.00.00.00.000	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	136.278.214,18 D	0,00	0,00	136.278.214,18 D
1.2.1.1.2.06.04.00.00.000 ()	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	83.578.780,30 D	0,00	0,00	83.578.780,30 D
1.2.1.1.2.06.99.00.00.000 ()	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	52.699.433,88 D	0,00	0,00	52.699.433,88 D
1.2.1.1.2.06.99.01.00.000 ()	ACORDO DE DÉFICIT ATUARIAL	26.080.840,29 D	0,00	0,00	26.080.840,29 D
1.2.1.1.2.06.99.02.00.000 (67630)	Acordo Nº 4145/2023 - Proc. 200.000.163/2023	26.618.593,59 D	0,00	0,00	26.618.593,59 D
1.2.1.1.2.08.00.00.00.000	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS	0,00 D	1.194.078.448,77	0,00	1.194.078.448,77 D
1.2.1.1.2.08.01.00.00.000 ()	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00 D	1.194.078.448,77	0,00	1.194.078.448,77 D
1.2.3.0.0.00.00.00.00.000	IMOBILIZADO	162.792,95 D	5.792,27	0,00	168.585,22 D
1.2.3.1.0.00.00.00.00.000	BENS MOVEIS	215.464,59 D	5.792,27	0,00	221.256,86 D
1.2.3.1.1.00.00.00.00.000	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	215.464,59 D	5.792,27	0,00	221.256,86 D
1.2.3.1.1.01.00.00.00.000	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.520,71 D	0,00	0,00	48.520,71 D
1.2.3.1.1.01.02.00.00.000 ()	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.499,00 D	0,00	0,00	1.499,00 D
1.2.3.1.1.01.06.00.00.000 ()	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	32.982,81 D	0,00	0,00	32.982,81 D
1.2.3.1.1.01.21.00.00.000 ()	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	14.038,90 D	0,00	0,00	14.038,90 D
1.2.3.1.1.02.00.00.00.000	BENS DE INFORMÁTICA	31.784,45 D	0,00	0,00	31.784,45 D
1.2.3.1.1.02.01.00.00.000 ()	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	31.239,45 D	0,00	0,00	31.239,45 D
1.2.3.1.1.02.02.00.00.000 ()	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	545,00 D	0,00	0,00	545,00 D
1.2.3.1.1.03.00.00.00.000	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	38.442,96 D	0,00	0,00	38.442,96 D
1.2.3.1.1.03.02.00.00.000 ()	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	1.551,55 D	0,00	0,00	1.551,55 D
1.2.3.1.1.03.03.00.00.000 ()	MOBILIÁRIO EM GERAL	36.891,41 D	0,00	0,00	36.891,41 D
1.2.3.1.1.04.00.00.00.000	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	160,00 D	0,00	0,00	160,00 D
1.2.3.1.1.04.05.00.00.000 ()	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	160,00 D	0,00	0,00	160,00 D
1.2.3.1.1.99.00.00.00.000	DEMAIS BENS MÓVEIS	96.556,47 D	5.792,27	0,00	102.348,74 D
1.2.3.1.1.99.99.00.00.000 ()	OUTROS BENS MÓVEIS	96.296,37 D	5.792,27	0,00	102.088,64 D
1.2.3.1.1.99.99.00.00.000 ()	BENS MOVEIS	260,10 D	0,00	0,00	260,10 D
1.2.3.8.0.00.00.00.00.000	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	52.671,64 C	0,00	0,00	52.671,64 C
1.2.3.8.1.00.00.00.00.000	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	52.671,64 C	0,00	0,00	52.671,64 C
1.2.3.8.1.01.00.00.00.000	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	52.671,64 C	0,00	0,00	52.671,64 C
1.2.3.8.1.01.02.00.00.000 ()	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	24.539,24 C	0,00	0,00	24.539,24 C
1.2.3.8.1.01.03.00.00.000 ()	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	27.811,27 C	0,00	0,00	27.811,27 C
1.2.3.8.1.01.99.00.00.000 ()	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	321,13 C	0,00	0,00	321,13 C
2.0.0.0.0.00.00.00.00.000	PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	1.705.866.848,50 C	3.665.478.577,99	3.771.256.998,16	1.811.645.268,67 C
2.1.0.0.0.00.00.00.00.000	PASSIVO CIRCULANTE	5.602.869,92 C	123.514.920,81	125.043.769,02	7.131.718,13 C
2.1.1.0.0.00.00.00.00.000	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.036.582,82 C	105.686.795,47	104.037.089,15	613.123,50 D
2.1.1.1.0.00.00.00.00.000	PESSOAL A PAGAR	54.680,82 D	104.223.881,44	103.643.357,43	635.204,83 D
2.1.1.1.1.00.00.00.00.000	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	54.680,82 D	104.223.881,44	103.643.357,43	635.204,83 D
2.1.1.1.1.01.00.00.00.000	PESSOAL A PAGAR	54.680,82 D	104.223.881,44	103.643.357,43	635.204,83 D
2.1.1.1.1.01.01.00.00.000 ()	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	55.890,82 D	104.223.881,44	103.643.357,43	636.414,83 D
2.1.1.1.1.01.01.00.00.000 ()	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	1.210,00 C	0,00	0,00	1.210,00 C
2.1.1.4.0.00.00.00.00.000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.091.263,64 C	1.462.914,03	393.731,72	22.081,33 C
2.1.1.4.2.00.00.00.00.000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS	6.270,78 C	55.322,78	55.322,78	6.270,78 C
2.1.1.4.2.01.00.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	6.270,78 C	55.322,78	55.322,78	6.270,78 C
2.1.1.4.3.00.00.00.00.000	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	1.084.992,86 C	1.407.591,25	338.408,94	15.810,55 C
2.1.1.4.3.01.00.00.00.000	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	1.084.992,86 C	1.407.591,25	338.408,94	15.810,55 C
2.1.1.4.3.01.01.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	1.084.992,86 C	1.407.591,25	338.408,94	15.810,55 C
2.1.3.0.0.00.00.00.00.000	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	774.019,27 C	622.476,77	600.305,34	751.847,84 C
2.1.3.1.0.00.00.00.00.000	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	774.019,27 C	622.476,77	600.305,34	751.847,84 C
2.1.3.1.1.00.00.00.00.000	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	774.019,27 C	622.476,77	600.305,34	751.847,84 C
2.1.3.1.1.01.00.00.00.000	FORNECEDORES NACIONAIS	10.460,72 C	364.226,90	346.438,86	7.327,32 D
2.1.3.1.1.01.99.00.00.000 ()	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	10.460,72 C	364.226,90	346.438,86	7.327,32 D
2.1.3.1.1.03.00.00.00.000	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	763.558,55 C	258.249,87	253.866,48	759.175,16 C
2.1.3.1.1.03.99.00.00.000	DEMAIS CONTAS A PAGAR	763.558,55 C	258.249,87	253.866,48	759.175,16 C
2.1.3.1.1.03.99.02.00.000 ()	DEMAIS CONTAS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	763.558,55 C	258.249,87	253.866,48	759.175,16 C
2.1.8.0.0.00.00.00.00.000	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.792.267,83 C	17.205.648,57	20.406.374,53	6.992.993,79 C
2.1.8.8.0.00.00.00.00.000	VALORES RESTITUÍVEIS	3.792.267,83 C	17.196.410,81	20.384.143,93	6.980.000,95 C
2.1.8.8.1.00.00.00.00.000	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	3.791.414,94 C	17.196.410,81	20.384.143,93	6.979.148,06 C
2.1.8.8.1.01.00.00.00.000	CONSIGNAÇÕES	3.788.938,08 C	17.179.942,25	20.363.484,31	6.972.480,14 C

ITAPREV Fls. 07 Proc. 200.000.203/25

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
2.1.8.8.1.01.01.00.00.000 (62081)	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	596.708,65 C	39.495,99	1.251.938,25	1.809.150,91 C
2.1.8.8.1.01.02.00.00.000 (52318)	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	0,00 C	106.794,31	118.691,51	11.897,20 C
2.1.8.8.1.01.10.00.00.000 (41019)	PENSAO ALIMENTICIA	3.051,08 C	165.053,33	277.826,95	115.824,70 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (43530)	PREVISUL	19,45 C	58,35	38,90	0,00 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (43537)	EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	18.108,72 C	1.068.095,08	1.378.239,39	328.253,03 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (48660)	I.N.S.S.	0,00 C	36.597,38	36.597,38	0,00 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (48674)	AACBF	1.832,15 C	0,00	0,00	1.832,15 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (48679)	UNIK	242,10 C	0,00	0,00	242,10 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (48745)	IRRF PJ	104.444,36 C	105.961,19	3.861,55	2.344,72 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61958)	PENSOES ALIMENTICIAS	5.807,95 C	21.139,08	31.462,76	16.131,63 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61959)	IRRF PF	700.491,70 C	8.717.267,92	9.612.299,87	1.595.523,65 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61960)	CEF-EMPRÉSTIMO	305.943,27 C	2.509.162,62	2.768.930,90	565.711,55 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61961)	SEPE-NÚCLEO	4.244,94 C	56.967,38	57.330,18	4.607,74 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61962)	SINSERV	6.519,13 C	73.393,87	74.676,84	7.802,10 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61965)	APLUB	14,80 C	182,25	197,05	29,60 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61966)	BB - EMPRÉSTIMO	108.458,95 C	677.107,05	677.832,62	109.184,52 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61967)	PREVISUL	19,45 C	155,60	175,05	38,90 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61978)	UNASP - BENEFÍCIOS	64,12 D	0,00	0,00	64,12 D
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61979)	EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	1.358.385,10 C	3.490.524,22	3.848.575,72	1.716.436,60 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61981)	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR RPPS	574.710,40 C	111.986,63	224.809,39	687.533,16 C
2.1.8.8.1.03.00.00.00.000	**DEPOSITOS JUDICIAIS**	**2.476,86 C**	**16.468,56**	**20.659,62**	**6.667,92 C**
2.1.8.8.1.03.01.00.00.000 (61983)	DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINACAO JUDICIAL	2.476,86 C	16.468,56	20.659,62	6.667,92 C
2.1.8.8.3.00.00.00.00.000	**VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO**	**852,89 C**	**0,00**	**0,00**	**852,89 C**
2.1.8.8.3.01.00.00.00.000	**CONSIGNAÇÕES**	**852,89 C**	**0,00**	**0,00**	**852,89 C**
2.1.8.8.3.01.02.00.00.000 (61986)	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	852,89 C	0,00	0,00	852,89 C
2.1.8.9.0.00.00.00.00.000	**OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO**	**0,00 C**	**9.237,76**	**22.230,60**	**12.992,84 C**
2.1.8.9.1.00.00.00.00.000	**OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 C**	**9.237,76**	**22.230,60**	**12.992,84 C**
2.1.8.9.1.01.00.00.00.000	**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**	**0,00 C**	**0,00**	**12.992,84**	**12.992,84 C**
2.1.8.9.1.01.01.00.00.000 ()	INDENIZAÇÕES A SERVIDORES	0,00 C	0,00	12.992,84	12.992,84 C
2.1.8.9.1.02.00.00.00.000 ()	DIARIAS A PAGAR	0,00 C	9.237,76	9.237,76	0,00 C
2.2.0.0.0.00.00.00.00.000	**PASSIVO NAO-CIRCULANTE**	**1.693.917.496,95 C**	**140.690.995,63**	**219.941.223,51**	**1.773.167.724,83 C**
2.2.7.0.0.00.00.00.00.000	**PROVISÕES A LONGO PRAZO**	**1.693.917.496,95 C**	**140.690.995,63**	**219.941.223,51**	**1.773.167.724,83 C**
2.2.7.2.0.00.00.00.00.000	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO**	**1.693.917.496,95 C**	**140.690.995,63**	**219.941.223,51**	**1.773.167.724,83 C**
2.2.7.2.1.00.00.00.00.000	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**1.693.917.496,95 C**	**140.690.995,63**	**219.941.223,51**	**1.773.167.724,83 C**
2.2.7.2.1.03.00.00.00.000	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**	**862.211.728,74 C**	**53.362.895,45**	**102.837.776,79**	**911.686.610,08 C**
2.2.7.2.1.03.01.00.00.000 ()	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	886.406.948,23 C	0,00	102.710.895,44	989.117.843,67 C
2.2.7.2.1.03.03.00.00.000 ()	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	23.588.369,74 D	3.907.003,27	0,00	27.495.373,01 D
2.2.7.2.1.03.04.00.00.000 ()	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃOO DO RPPS	606.849,75 D	0,00	126.881,35	479.968,40 D
2.2.7.2.1.03.05.00.00.000 ()	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00 C	49.455.892,18	0,00	49.455.892,18 D
2.2.7.2.1.04.00.00.00.000	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**831.705.768,21 C**	**87.328.100,18**	**117.103.446,72**	**861.481.114,75 C**
2.2.7.2.1.04.01.00.00.000 ()	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	1.377.857.533,92 C	0,00	108.763.022,51	1.486.620.556,43 C
2.2.7.2.1.04.02.00.00.000 ()	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	292.724.408,64 D	55.154.589,59	0,00	347.878.998,23 D
2.2.7.2.1.04.03.00.00.000 ()	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO	170.755.905,04 D	32.173.510,59	0,00	202.929.415,63 D
2.2.7.2.1.04.04.00.00.000 ()	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	82.671.452,03 D	0,00	8.340.424,21	74.331.027,82 D
2.3.0.0.0.00.00.00.00.000	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**	**6.346.481,63 C**	**3.401.272.661,55**	**3.426.272.005,63**	**31.345.825,71 C**
2.3.7.0.0.00.00.00.00.000	**RESULTADOS ACUMULADOS**	**6.346.481,63 C**	**3.401.272.661,55**	**3.426.272.005,63**	**31.345.825,71 C**
2.3.7.1.0.00.00.00.00.000	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS**	**6.346.481,63 C**	**3.401.272.661,55**	**3.426.272.005,63**	**31.345.825,71 C**
2.3.7.1.1.00.00.00.00.000	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO**	**1.683.649.187,94 D**	**2.160.046.570,40**	**2.068.424.403,36**	**1.775.271.354,98 D**
2.3.7.1.1.01.00.00.00.000 ()	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.688.884.006,42 D	399.143.030,60	1.996.404.869,98	91.622.167,04 D
2.3.7.1.1.02.00.00.00.000 ()	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.234.818,48 C	1.760.903.539,80	72.019.533,38	1.683.649.187,94 D
2.3.7.1.2.00.00.00.00.000	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS**	**1.661.124.912,29 C**	**1.241.173.304,66**	**1.294.065.794,24**	**1.714.017.401,87 C**
2.3.7.1.2.01.00.00.00.000 ()	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.241.117.981,88 C	1.241.173.304,66	52.947.812,36	52.892.489,58 C
2.3.7.1.2.02.00.00.00.000 ()	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	420.006.930,41 C	0,00	1.241.117.981,88	1.661.124.912,29 C
2.3.7.1.3.00.00.00.00.000	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO**	**8.562.810,07 C**	**0,00**	**0,00**	**8.562.810,07 C**
2.3.7.1.3.02.00.00.00.000 ()	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.562.810,07 C	0,00	0,00	8.562.810,07 C
2.3.7.1.4.00.00.00.00.000	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO**	**20.403.206,35 C**	**0,00**	**63.755.003,32**	**84.158.209,67 C**
2.3.7.1.4.01.00.00.00.000 ()	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	0,00 C	0,00	63.755.003,32	63.755.003,32 C

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
2.3.7.1.4.02.00.00.00.000 ()	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	20.403.206,35 C	0,00	0,00	20.403.206,35 C
2.3.7.1.5.00.00.00.00.000	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO**	**95.259,14 D**	**52.786,49**	**26.804,71**	**121.240,92 D**
2.3.7.1.5.01.00.00.00.000 ()	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	26.804,71 D	25.981,78	26.804,71	25.981,78 D
2.3.7.1.5.02.00.00.00.000 ()	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	68.454,43 D	26.804,71	0,00	95.259,14 D
3.0.0.0.0.00.00.00.00.000	**VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA**	**0,00 D**	**339.540.204,16**	**339.540.204,16**	**0,00 D**
3.1.0.0.0.00.00.00.00.000	**PESSOAL E ENCARGOS**	**0,00 D**	**4.619.428,82**	**4.619.428,82**	**0,00 D**
3.1.1.0.0.00.00.00.00.000	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL**	**0,00 D**	**3.149.826,79**	**3.149.826,79**	**0,00 D**
3.1.1.1.0.00.00.00.00.000	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS**	**0,00 D**	**3.149.826,79**	**3.149.826,79**	**0,00 D**
3.1.1.1.1.00.00.00.00.000	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 D**	**3.149.826,79**	**3.149.826,79**	**0,00 D**
3.1.1.1.1.01.00.00.00.000	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS**	**0,00 D**	**3.034.499,60**	**3.034.499,60**	**0,00 D**
3.1.1.1.1.01.01.00.00.000 ()	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00 D	3.034.499,60	3.034.499,60	0,00 D
3.1.1.1.1.02.00.00.00.000	**OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS**	**0,00 D**	**2.213,40**	**2.213,40**	**0,00 D**
3.1.1.1.1.02.99.00.00.000 ()	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS	0,00 D	2.213,40	2.213,40	0,00 D
3.1.1.1.1.03.00.00.00.000 ()	SENTENCAS JUDICIAIS	0,00 D	113.113,79	113.113,79	0,00 D
3.1.2.0.0.00.00.00.00.000	**ENCARGOS PATRONAIS**	**0,00 D**	**1.462.914,03**	**1.462.914,03**	**0,00 D**
3.1.2.1.0.00.00.00.00.000	**ENCARGOS PATRONAIS - RPPS**	**0,00 D**	**55.322,78**	**55.322,78**	**0,00 D**
3.1.2.1.2.00.00.00.00.000	**ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS**	**0,00 D**	**55.322,78**	**55.322,78**	**0,00 D**
3.1.2.1.2.01.00.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	0,00 D	55.322,78	55.322,78	0,00 D
3.1.2.2.0.00.00.00.00.000	**ENCARGOS PATRONAIS - RGPS**	**0,00 D**	**1.407.591,25**	**1.407.591,25**	**0,00 D**
3.1.2.2.1.00.00.00.00.000	**ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 D**	**1.407.591,25**	**1.407.591,25**	**0,00 D**
3.1.2.2.1.99.00.00.00.000 ()	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	0,00 D	1.407.591,25	1.407.591,25	0,00 D
3.1.3.0.0.00.00.00.00.000	**BENEFÍCIOS A PESSOAL**	**0,00 D**	**6.688,00**	**6.688,00**	**0,00 D**
3.1.3.1.0.00.00.00.00.000	**BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS**	**0,00 D**	**6.688,00**	**6.688,00**	**0,00 D**
3.1.3.1.1.01.00.00.00.000 ()	AUXÍLIO TRANSPORTE	0,00 D	6.688,00	6.688,00	0,00 D
3.2.0.0.0.00.00.00.00.000	**BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS**	**0,00 D**	**101.532.890,65**	**101.532.890,65**	**0,00 D**
3.2.1.0.0.00.00.00.00.000	**APOSENTADORIAS E REFORMAS**	**0,00 D**	**87.451.072,87**	**87.451.072,87**	**0,00 D**
3.2.1.1.0.00.00.00.00.000	**APOSENTADORIAS - RPPS**	**0,00 D**	**87.451.072,87**	**87.451.072,87**	**0,00 D**
3.2.1.1.1.00.00.00.00.000	**APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 D**	**87.451.072,87**	**87.451.072,87**	**0,00 D**
3.2.1.1.1.01.00.00.00.000	**PROVENTOS - PESSOAL CIVIL**	**0,00 D**	**87.451.072,87**	**87.451.072,87**	**0,00 D**
3.2.1.1.1.01.01.00.00.000 ()	APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	0,00 D	87.451.072,87	87.451.072,87	0,00 D
3.2.2.0.0.00.00.00.00.000	**PENSÕES**	**0,00 D**	**14.081.817,78**	**14.081.817,78**	**0,00 D**
3.2.2.1.0.00.00.00.00.000	**PENSÕES - RPPS**	**0,00 D**	**14.081.817,78**	**14.081.817,78**	**0,00 D**
3.2.2.1.1.00.00.00.00.000	**PENSÕES - RPPS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 D**	**14.081.817,78**	**14.081.817,78**	**0,00 D**
3.2.2.1.1.01.00.00.00.000 ()	PROVENTOS DE PENSÕES	0,00 D	14.081.817,78	14.081.817,78	0,00 D
3.3.0.0.0.00.00.00.00.000	**USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO**	**0,00 D**	**382.527,72**	**382.527,72**	**0,00 D**
3.3.1.0.0.00.00.00.00.000	**USO DE MATERIAL DE CONSUMO**	**0,00 D**	**330,00**	**330,00**	**0,00 D**
3.3.1.1.0.00.00.00.00.000	**CONSUMO DE MATERIAL**	**0,00 D**	**330,00**	**330,00**	**0,00 D**
3.3.1.1.1.00.00.00.00.000	**CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 D**	**330,00**	**330,00**	**0,00 D**
3.3.1.1.1.16.00.00.00.000 ()	MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00 D	330,00	330,00	0,00 D
3.3.2.0.0.00.00.00.00.000	**SERVIÇOS**	**0,00 D**	**382.197,72**	**382.197,72**	**0,00 D**
3.3.2.1.0.00.00.00.00.000	**DIÁRIAS**	**0,00 D**	**37.218,93**	**37.218,93**	**0,00 D**
3.3.2.1.1.00.00.00.00.000	**DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 D**	**37.218,93**	**37.218,93**	**0,00 D**
3.3.2.1.1.01.00.00.00.000 ()	DIARIAS PESSOAL CIVIL	0,00 D	37.218,93	37.218,93	0,00 D
3.3.2.2.0.00.00.00.00.000	**SERVIÇOS TERCEIROS - PF**	**0,00 D**	**63.746,33**	**63.746,33**	**0,00 D**
3.3.2.2.1.00.00.00.00.000	**SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 D**	**63.746,33**	**63.746,33**	**0,00 D**
3.3.2.2.1.15.00.00.00.000 ()	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	0,00 D	312,00	312,00	0,00 D
3.3.2.2.1.21.00.00.00.000 ()	LOCAÇÕES	0,00 D	4.467,49	4.467,49	0,00 D
3.3.2.2.1.22.00.00.00.000 ()	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	0,00 D	11.165,52	11.165,52	0,00 D
3.3.2.2.1.31.00.00.00.000 ()	JETONS E GRATIFICAÇÕES A CONSELHEIROS	0,00 D	4.216,80	4.216,80	0,00 D
3.3.2.2.1.99.00.00.00.000 ()	OUTROS SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA	0,00 D	43.584,52	43.584,52	0,00 D
3.3.2.3.0.00.00.00.00.000	**SERVIÇOS TERCEIROS - PJ**	**0,00 D**	**281.232,46**	**281.232,46**	**0,00 D**
3.3.2.3.1.00.00.00.00.000	**SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 D**	**281.232,46**	**281.232,46**	**0,00 D**
3.3.2.3.1.08.00.00.00.000 ()	SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO, TELEFONIA E INTERNET, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS.	0,00 D	1.122,48	1.122,48	0,00 D
3.3.2.3.1.10.00.00.00.000 ()	LOCAÇÕES	0,00 D	5.181,82	5.181,82	0,00 D
3.3.2.3.1.11.00.00.00.000 ()	SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00 D	1.800,00	1.800,00	0,00 D
3.3.2.3.1.32.00.00.00.000 ()	SERVIÇOS BANCARIOS	0,00 D	98,00	98,00	0,00 D
3.3.2.3.1.56.00.00.00.000 ()	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00 D	7.144,95	7.144,95	0,00 D

Rec.: ITAPREV 09 20000203/25

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
3.3.2.3.1.98.00.00.00.000 ()	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00 D	23.078,69	23.078,69	0,00 D
3.3.2.3.1.99.00.00.00.000 ()	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00 D	242.806,52	242.806,52	0,00 D
3.5.0.0.0.00.00.00.00.000	**TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS**	**0,00 D**	**26.917,78**	**26.917,78**	**0,00 D**
3.5.7.0.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA**	**0,00 D**	**26.917,78**	**26.917,78**	**0,00 D**
3.5.7.1.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES**	**0,00 D**	**26.917,78**	**26.917,78**	**0,00 D**
3.5.7.1.5.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - MUNICÍPIO**	**0,00 D**	**26.917,78**	**26.917,78**	**0,00 D**
3.5.7.1.5.06.00.00.00.000 ()	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00 D	26.917,78	26.917,78	0,00 D
3.6.0.0.0.00.00.00.00.000	**DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS**	**0,00 D**	**13.037.215,68**	**13.037.215,68**	**0,00 D**
3.6.1.0.0.00.00.00.00.000	**REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS**	**0,00 D**	**13.037.215,68**	**13.037.215,68**	**0,00 D**
3.6.1.7.0.00.00.00.00.000	**VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMP**	**0,00 D**	**13.037.215,68**	**13.037.215,68**	**0,00 D**
3.6.1.7.1.00.00.00.00.000	**VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEI**	**0,00 D**	**13.037.215,68**	**13.037.215,68**	**0,00 D**
3.6.1.7.1.07.00.00.00.000	**AJUSTE PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIOS**	**0,00 D**	**13.037.215,68**	**13.037.215,68**	**0,00 D**
3.6.1.7.1.07.01.00.00.000 ()	AJUSTE PARA PERDAS EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	0,00 D	13.037.215,68	13.037.215,68	0,00 D
3.9.0.0.0.00.00.00.00.000	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**	**0,00 D**	**219.941.223,51**	**219.941.223,51**	**0,00 D**
3.9.7.0.0.00.00.00.00.000	**VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES**	**0,00 D**	**219.941.223,51**	**219.941.223,51**	**0,00 D**
3.9.7.2.0.00.00.00.00.000	**VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO**	**0,00 D**	**219.941.223,51**	**219.941.223,51**	**0,00 D**
3.9.7.2.1.00.00.00.00.000 ()	VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	219.941.223,51	219.941.223,51	0,00 D
4.0.0.0.0.00.00.00.00.000	**VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA**	**0,00 C**	**350.296.128,71**	**350.296.128,71**	**0,00 C**
4.2.0.0.0.00.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES**	**0,00 C**	**115.125.827,35**	**115.125.827,35**	**0,00 C**
4.2.1.0.0.00.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**	**0,00 C**	**115.125.827,35**	**115.125.827,35**	**0,00 C**
4.2.1.1.0.00.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES**	**0,00 C**	**115.125.827,35**	**115.125.827,35**	**0,00 C**
4.2.1.1.1.00.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 C**	**51.120.681,82**	**51.120.681,82**	**0,00 C**
4.2.1.1.1.02.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO AO RPPS**	**0,00 C**	**51.120.681,82**	**51.120.681,82**	**0,00 C**
4.2.1.1.1.02.01.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - RPPS	0,00 C	50.042.356,08	50.042.356,08	0,00 C
4.2.1.1.1.02.02.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÃO DO APOSENTADO - RPPS	0,00 C	983.057,49	983.057,49	0,00 C
4.2.1.1.1.02.03.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA - RPPS	0,00 C	95.268,25	95.268,25	0,00 C
4.2.1.1.2.00.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - INTRA OFSS**	**0,00 C**	**250.142,21**	**250.142,21**	**0,00 C**
4.2.1.1.2.01.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS**	**0,00 C**	**250.142,21**	**250.142,21**	**0,00 C**
4.2.1.1.2.01.01.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS	0,00 C	250.142,21	250.142,21	0,00 C
4.2.1.1.4.00.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - INTER OFSS - ESTADO**	**0,00 C**	**63.755.003,32**	**63.755.003,32**	**0,00 C**
4.2.1.1.4.01.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS**	**0,00 C**	**63.755.003,32**	**63.755.003,32**	**0,00 C**
4.2.1.1.4.01.01.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS	0,00 C	63.755.003,32	63.755.003,32	0,00 C
4.4.0.0.0.00.00.00.00.000	**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS**	**0,00 C**	**31.044.048,82**	**31.044.048,82**	**0,00 C**
4.4.5.0.0.00.00.00.00.000	**REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**	**0,00 C**	**31.044.048,82**	**31.044.048,82**	**0,00 C**
4.4.5.1.0.00.00.00.00.000	**REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS**	**0,00 C**	**31.044.048,82**	**31.044.048,82**	**0,00 C**
4.4.5.1.1.01.00.00.00.000 (47458)	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00 C	31.044.048,82	31.044.048,82	0,00 C
4.9.0.0.0.00.00.00.00.000	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**	**0,00 C**	**204.126.252,54**	**204.126.252,54**	**0,00 C**
4.9.7.0.0.00.00.00.00.000	**REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS**	**0,00 C**	**140.690.995,63**	**140.690.995,63**	**0,00 C**
4.9.7.1.0.00.00.00.00.000	**REVERSÃO DE PROVISÕES**	**0,00 C**	**140.690.995,63**	**140.690.995,63**	**0,00 C**
4.9.7.1.1.00.00.00.00.000	**REVERSÃO DE PROVISÕES - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 C**	**140.690.995,63**	**140.690.995,63**	**0,00 C**
4.9.7.1.1.02.00.00.00.000 ()	REVERSÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00 C	140.690.995,63	140.690.995,63	0,00 C
4.9.9.0.0.00.00.00.00.000	**DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**	**0,00 C**	**63.435.256,91**	**63.435.256,91**	**0,00 C**
4.9.9.6.0.00.00.00.00.000	**INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS**	**0,00 C**	**10.737.586,76**	**10.737.586,76**	**0,00 C**
4.9.9.6.1.00.00.00.00.000	**INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 C**	**10.737.586,76**	**10.737.586,76**	**0,00 C**
4.9.9.6.1.02.00.00.00.000 ()	RESTITUIÇÕES	0,00 C	10.737.586,76	10.737.586,76	0,00 C
4.9.9.8.0.00.00.00.00.000	**CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**	**0,00 C**	**52.697.670,15**	**52.697.670,15**	**0,00 C**
4.9.9.8.2.00.00.00.00.000	**CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS**	**0,00 C**	**52.697.670,15**	**52.697.670,15**	**0,00 C**
4.9.9.8.2.01.00.00.00.000	**CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**	**0,00 C**	**52.697.670,15**	**52.697.670,15**	**0,00 C**
4.9.9.8.2.01.01.00.00.000 ()	VPA DO VALOR ATUAL DOS APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00 C	51.382.699,82	51.382.699,82	0,00 C
4.9.9.8.2.01.99.00.00.000 ()	OUTRAS VPA DE VALOR ATUAL DE APORTES PARA AMORTIZAR DEFICIT ATUARIAL DO RPPS	0,00 C	1.314.970,33	1.314.970,33	0,00 C
		Total do Grupo:	**6.935.827.509,57**	**6.935.827.509,57**	

ITAPREV
Fls.: 10
Processo 30/25

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
5.0.0.0.0.00.00.00.00.000	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4.097.804,84 D	539.856.647,86	536.275.695,46	7.678.757,24 D
5.2.0.0.0.00.00.00.00.000	ORÇAMENTO APROVADO	0,00 D	529.894.003,46	529.894.003,46	0,00 D
5.2.1.0.0.00.00.00.00.000	PREVISÃO DA RECEITA	0,00 D	146.722.729,70	146.722.729,70	0,00 D
5.2.1.1.0.00.00.00.00.000	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	0,00 D	146.722.729,70	146.722.729,70	0,00 D
5.2.1.1.1.00.00.00.00.000 ()	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	0,00 D	146.722.729,70	146.722.729,70	0,00 D
5.2.2.0.0.00.00.00.00.000	FIXAÇÃO DA DESPESA	0,00 D	383.171.273,76	383.171.273,76	0,00 D
5.2.2.1.0.00.00.00.00.000	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00 D	264.537.798,50	264.537.798,50	0,00 D
5.2.2.1.1.00.00.00.00.000	DOTAÇÃO INICIAL	0,00 D	153.651.496,90	153.651.496,90	0,00 D
5.2.2.1.1.01.00.00.00.000 ()	CREDITO INICIAL	0,00 D	153.651.496,90	153.651.496,90	0,00 D
5.2.2.1.2.00.00.00.00.000	DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO	0,00 D	100.000,00	100.000,00	0,00 D
5.2.2.1.2.01.00.00.00.000 ()	CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	0,00 D	100.000,00	100.000,00	0,00 D
5.2.2.1.3.00.00.00.00.000	DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	0,00 D	73.857.534,40	73.857.534,40	0,00 D
5.2.2.1.3.03.00.00.00.000 ()	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	0,00 D	36.928.767,20	36.928.767,20	0,00 D
5.2.2.1.3.99.00.00.00.000 ()	VALOR GLOBAL DA DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	0,00 D	36.928.767,20	36.928.767,20	0,00 D
5.2.2.1.9.00.00.00.00.000	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	0,00 D	36.928.767,20	36.928.767,20	0,00 D
5.2.2.1.9.04.00.00.00.000 ()	(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	0,00 D	36.928.767,20	36.928.767,20	0,00 D
5.2.2.2.0.00.00.00.00.000	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS	0,00 D	6.828.767,20	6.828.767,20	0,00 D
5.2.2.2.2.00.00.00.00.000	DESCENTRALIZAÇÃO EXTERNA DE CRÉDITOS - DESTAQUE	0,00 D	6.828.767,20	6.828.767,20	0,00 D
5.2.2.2.2.02.00.00.00.000	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0,00 D	6.828.767,20	6.828.767,20	0,00 D
5.2.2.2.2.02.01.00.00.000 ()	CREDITOS RECEBIDOS	0,00 D	6.828.767,20	6.828.767,20	0,00 D
5.2.2.9.0.00.00.00.00.000	OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	0,00 D	111.804.708,06	111.804.708,06	0,00 D
5.2.2.9.2.00.00.00.00.000	EMPENHOS POR EMISSÃO	0,00 D	111.804.708,06	111.804.708,06	0,00 D
5.2.2.9.2.01.00.00.00.000	EXECUÇÃO DA DESPESA POR NOTA DE EMPENHO	0,00 D	111.804.708,06	111.804.708,06	0,00 D
5.2.2.9.2.01.01.00.00.000 ()	EMISSAO DE EMPENHOS	0,00 D	111.804.708,06	111.804.708,06	0,00 D
5.3.0.0.0.00.00.00.00.000	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	4.097.804,84 D	9.962.644,40	6.381.692,00	7.678.757,24 D
5.3.1.0.0.00.00.00.00.000	INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	2.168.209,01 D	8.677.913,14	3.334.058,91	7.512.063,24 D
5.3.1.1.0.00.00.00.00.000 ()	RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	0,00 D	1.165.849,90	1.165.849,90	0,00 D
5.3.1.2.0.00.00.00.00.000 ()	RP NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.002.359,11 D	0,00	1.002.359,11	0,00 D
5.3.1.7.0.00.00.00.00.000 ()	RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.165.849,90 D	7.512.063,24	1.165.849,90	7.512.063,24 D
5.3.2.0.0.00.00.00.00.000	INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS	1.929.595,83 D	1.284.731,26	3.047.633,09	166.694,00 D
5.3.2.1.0.00.00.00.00.000 ()	RP PROCESSADOS - INSCRITOS	818.893,38 D	1.110.702,45	834.132,55	1.095.463,28 D
5.3.2.2.0.00.00.00.00.000 ()	RP PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00 D	7.334,81	1.102.798,09	1.095.463,28 C
5.3.2.7.0.00.00.00.00.000 ()	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.110.702,45 D	166.694,00	1.110.702,45	166.694,00 D
6.0.0.0.0.00.00.00.00.000	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4.097.804,84 C	1.059.765.669,71	1.063.346.622,11	7.678.757,24 C
6.2.0.0.0.00.00.00.00.000	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00 C	1.048.929.579,99	1.048.929.579,99	0,00 C
6.2.1.0.0.00.00.00.00.000	EXECUÇÃO DA RECEITA	0,00 C	233.356.581,47	233.356.581,47	0,00 C
6.2.1.1.0.00.00.00.00.000 ()	RECEITA A REALIZAR	0,00 C	146.722.729,70	146.722.729,70	0,00 C
6.2.1.2.0.00.00.00.00.000 ()	RECEITA REALIZADA	0,00 C	86.633.851,77	86.633.851,77	0,00 C
6.2.2.0.0.00.00.00.00.000	EXECUÇÃO DA DESPESA	0,00 C	815.572.998,52	815.572.998,52	0,00 C
6.2.2.1.0.00.00.00.00.000	DISPONIBILIDADES DE CREDITO	0,00 C	495.351.388,50	495.351.388,50	0,00 C
6.2.2.1.1.00.00.00.00.000 ()	CREDITO DISPONÍVEL	0,00 C	160.599.568,26	160.599.568,26	0,00 C
6.2.2.1.2.00.00.00.00.000	CREDITO INDISPONÍVEL	0,00 C	6.849.759,30	6.849.759,30	0,00 C
6.2.2.1.2.01.00.00.00.000 ()	BLOQUEIO DE CREDITO	0,00 C	6.849.759,30	6.849.759,30	0,00 C
6.2.2.1.3.00.00.00.00.000	CREDITO UTILIZADO	0,00 C	327.902.060,94	327.902.060,94	0,00 C
6.2.2.1.3.01.00.00.00.000 ()	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00 C	111.804.708,06	111.804.708,06	0,00 C
6.2.2.1.3.03.00.00.00.000 ()	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00 C	104.292.644,82	104.292.644,82	0,00 C
6.2.2.1.3.04.00.00.00.000 ()	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00 C	104.124.257,14	104.124.257,14	0,00 C
6.2.2.1.3.05.00.00.00.000 ()	EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00 C	7.512.063,24	7.512.063,24	0,00 C
6.2.2.1.3.07.00.00.00.000 ()	EMPENHOS LIQUIDADOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00 C	168.387,68	168.387,68	0,00 C
6.2.2.9.0.00.00.00.00.000	OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	0,00 C	320.221.610,02	320.221.610,02	0,00 C
6.2.2.9.2.00.00.00.00.000	EMISSAO DE EMPENHO	0,00 C	320.221.610,02	320.221.610,02	0,00 C
6.2.2.9.2.01.00.00.00.000	EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO	0,00 C	320.221.610,02	320.221.610,02	0,00 C
6.2.2.9.2.01.01.00.00.000 ()	EMPENHOS A LIQUIDAR	0,00 C	111.804.708,06	111.804.708,06	0,00 C
6.2.2.9.2.01.03.00.00.000 ()	EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00 C	104.292.644,82	104.292.644,82	0,00 C
6.2.2.9.2.01.04.00.00.000 ()	EMPENHOS LIQUIDADOS PAGOS	0,00 C	104.124.257,14	104.124.257,14	0,00 C
6.3.0.0.0.00.00.00.00.000	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	4.097.804,84 C	10.836.089,72	14.417.042,12	7.678.757,24 C
6.3.1.0.0.00.00.00.00.000	EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	2.168.209,01 C	5.847.925,99	11.191.780,22	7.512.063,24 C

ITAPREV
Proc. 2000020 2025

Modernização Pública e Informática Ltda

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
6.3.1.1.0.00.00.00.00.000 ()	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.002.359,11 C	2.258.339,75	1.255.980,64	0,00 C
6.3.1.3.0.00.00.00.00.000 ()	RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00 C	255.527,33	255.527,33	0,00 C
6.3.1.4.0.00.00.00.00.000 ()	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00 C	165.396,59	165.396,59	0,00 C
6.3.1.7.0.00.00.00.00.000	**RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO**	**1.165.849,90 C**	**1.165.849,90**	**7.512.063,24**	**7.512.063,24 C**
6.3.1.7.1.00.00.00.00.000 ()	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.165.849,90 C	1.165.849,90	7.512.063,24	7.512.063,24 C
6.3.1.9.0.00.00.00.00.000	**RP NÃO PROCESSADOS CANCELADOS**	**0,00 C**	**2.002.812,42**	**2.002.812,42**	**0,00 C**
6.3.1.9.9.00.00.00.00.000 ()	OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	0,00 C	2.002.812,42	2.002.812,42	0,00 C
6.3.2.0.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS**	**1.929.595,83 C**	**4.988.163,73**	**3.225.261,90**	**166.694,00 C**
6.3.2.1.0.00.00.00.00.000 ()	RP PROCESSADOS A PAGAR	818.893,38 C	1.938.730,64	1.119.837,26	0,00 C
6.3.2.2.0.00.00.00.00.000 ()	RP PROCESSADOS PAGOS	0,00 C	7.904,36	7.904,36	0,00 C
6.3.2.7.0.00.00.00.00.000 ()	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.110.702,45 C	1.110.702,45	166.694,00	166.694,00 C
6.3.2.9.0.00.00.00.00.000	**RP PROCESSADOS CANCELADOS**	**0,00 C**	**1.930.826,28**	**1.930.826,28**	**0,00 C**
6.3.2.9.9.00.00.00.00.000 ()	OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	0,00 C	1.930.826,28	1.930.826,28	0,00 C
		Total do Grupo:	**1.599.622.317,57**	**1.599.622.317,57**	

ITAPREV
Fls.: 12
Proc.: 2000020325

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
7.0.0.0.0.00.00.00.00.000	**CONTROLES DEVEDORES**	**347.926.353,32 D**	**887.166.146,91**	**898.448.288,55**	**336.644.211,68 D**
7.1.0.0.0.00.00.00.00.000	**ATOS POTENCIAIS**	**57.231.136,11 D**	**0,00**	**0,00**	**57.231.136,11 D**
7.1.1.0.0.00.00.00.00.000	**ATOS POTENCIAIS ATIVOS**	**57.231.136,11 D**	**0,00**	**0,00**	**57.231.136,11 D**
7.1.1.3.0.00.00.00.00.000	**DIREITOS CONTRATUAIS**	**57.231.136,11 D**	**0,00**	**0,00**	**57.231.136,11 D**
7.1.1.3.1.00.00.00.00.000	**DIREITOS CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO**	**57.231.136,11 D**	**0,00**	**0,00**	**57.231.136,11 D**
7.1.1.3.1.99.00.00.00.000 ()	ACORDSO 00805/2018 - EQUAÇÃO DEFICIT ATUARIAL	18.911.671,16 D	0,00	0,00	18.911.671,16 D
7.1.1.3.1.99.00.00.00.000 ()	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	21.007.644,65 D	0,00	0,00	21.007.644,65 D
7.1.1.3.1.99.00.00.00.000 ()	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	17.311.820,30 D	0,00	0,00	17.311.820,30 D
7.2.0.0.0.00.00.00.00.000	**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**	**290.695.217,21 D**	**887.166.146,91**	**898.448.288,55**	**279.413.075,57 D**
7.2.1.0.0.00.00.00.00.000	**DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO**	**290.695.217,21 D**	**887.166.146,91**	**898.448.288,55**	**279.413.075,57 D**
7.2.1.1.0.00.00.00.00.000	**CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**	**290.695.217,21 D**	**887.166.146,91**	**898.448.288,55**	**279.413.075,57 D**
7.2.1.1.1.00.00.00.00.000 ()	RECURSOS ORDINÁRIOS	68.439.279,81 D	103.679.199,28	29.738,65	172.088.740,44 D
7.2.1.1.2.00.00.00.00.000 ()	RECURSOS VINCULADOS	232.750.237,09 D	783.486.947,63	898.418.549,90	117.818.634,82 D
7.2.1.1.3.00.00.00.00.000 ()	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	10.494.299,69 C	0,00	0,00	10.494.299,69 C
8.0.0.0.0.00.00.00.00.000	**CONTROLES CREDORES**	**347.926.353,32 C**	**2.039.580.355,46**	**2.028.298.213,82**	**336.644.211,68 C**
8.1.0.0.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS**	**57.231.136,11 C**	**0,00**	**0,00**	**57.231.136,11 C**
8.1.1.0.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS**	**57.231.136,11 C**	**0,00**	**0,00**	**57.231.136,11 C**
8.1.1.3.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS**	**57.231.136,11 C**	**0,00**	**0,00**	**57.231.136,11 C**
8.1.1.3.1.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO**	**57.231.136,11 C**	**0,00**	**0,00**	**57.231.136,11 C**
8.1.1.3.1.99.00.00.00.000	**OUTROS DIREITOS CONTRATUAIS**	**57.231.136,11 C**	**0,00**	**0,00**	**57.231.136,11 C**
8.1.1.3.1.99.02.00.00.000 ()	OUTROS DIREITOS CONTRATUAIS - EM EXECUÇÃO	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3.1.99.02.00.00.000 ()	ACORDSO 00805/2018 - EQUAÇÃO DEFICIT ATUARIAL	18.911.671,16 C	0,00	0,00	18.911.671,16 C
8.1.1.3.1.99.02.00.00.000 ()	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	21.007.644,65 C	0,00	0,00	21.007.644,65 C
8.1.1.3.1.99.02.00.00.000 ()	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	17.311.820,30 C	0,00	0,00	17.311.820,30 C
8.2.0.0.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**	**290.695.217,21 C**	**2.039.580.355,46**	**2.028.298.213,82**	**279.413.075,57 C**
8.2.1.0.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO**	**290.695.217,21 C**	**2.039.580.355,46**	**2.028.298.213,82**	**279.413.075,57 C**
8.2.1.1.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**	**290.695.217,21 C**	**2.039.580.355,46**	**2.028.298.213,82**	**279.413.075,57 C**
8.2.1.1.1.00.00.00.00.000	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS**	**282.784.310,20 C**	**909.135.330,14**	**891.092.344,48**	**264.741.324,54 C**
8.2.1.1.1.01.00.00.00.000 ()	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	282.784.310,20 C	909.135.330,14	891.092.344,48	264.741.324,54 C
8.2.1.1.2.00.00.00.00.000	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO**	**2.168.209,01 C**	**108.481.810,85**	**113.825.665,08**	**7.512.063,24 C**
8.2.1.1.2.01.00.00.00.000 ()	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - A LIQUIDAR	2.168.209,01 C	108.481.810,85	113.825.665,08	7.512.063,24 C
8.2.1.1.3.00.00.00.00.000	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E ENTRADAS COMPENSATÓRIA**	**5.742.698,00 C**	**123.544.664,57**	**124.961.654,36**	**7.159.687,79 C**
8.2.1.1.3.01.00.00.00.000 ()	COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	1.929.595,83 C	106.318.515,11	104.555.613,28	166.694,00 C
8.2.1.1.3.02.00.00.00.000 ()	COMPROMETIDA POR RETENÇÕES E CONSIGNAÇÕES	3.783.363,52 C	17.196.410,81	20.406.041,08	6.992.993,79 C
8.2.1.1.3.03.00.00.00.000 ()	COMPROMETIDA POR DEPÓSITOS E GARANTIAS	29.738,65 C	29.738,65	0,00	0,00 C
8.2.1.1.4.00.00.00.00.000	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA**	**0,00 C**	**898.418.549,90**	**898.418.549,90**	**0,00 C**
8.2.1.1.4.01.00.00.00.000 ()	UTILIZADA COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00 C	82.867.846,62	82.867.846,62	0,00 C
8.2.1.1.4.02.00.00.00.000 ()	UTILIZADA COM RETENÇÕES E CONSIGNAÇÕES	0,00 C	18.247.291,56	18.247.291,56	0,00 C
8.2.1.1.4.99.00.00.00.000 ()	DEMAIS UTILIZAÇÕES	0,00 C	797.303.411,72	797.303.411,72	0,00 C
		Total do Grupo:	**2.926.746.502,37**	**2.926.746.502,37**	

ITAPREV
Fls.: 13
Proc.: 2000002203/25

Conta Contábil	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
Total Geral:		11.462.196.329,51	11.462.196.329,51	

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 04/06/2025 07:24:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREV
Fls.: 14
Proc.: 2000020231/25

INSTITUTO DE PREVIDENCIA D. ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Dezembro/2024

Lei 4.320/1964

Anexo X - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Código / Descrição	Valor Orçado	Arrecadado no ano	Diferença para mais	Diferença para menos
1.0.0.0.00.00.00.00.00 Receitas Correntes	**34.650.629,06**	**72.356.523,73**	**37.705.894,67**	
1.2.0.0.00.00.00.00.00 Contribuições	**32.880.529,06**	**37.093.495,99**	**4.212.966,93**	
1.2.1.0.00.00.00.00.00 Contribuições Sociais	**32.880.529,06**	**37.093.495,99**	**4.212.966,93**	
1.2.1.5.00.00.00.00.00 Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	**32.880.529,06**	**37.093.495,99**	**4.212.966,93**	
1.2.1.5.01.00.00.00.00 Contribuição do Servidor Civil	**32.879.163,47**	**37.093.495,99**	**4.214.332,52**	
1.2.1.5.01.10.00.00.00 Contribuição do Servidor Civil Ativo	**30.880.501,73**	**36.042.615,24**	**5.162.113,51**	
1.2.1.5.01.11.00.00.00 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	**30.880.201,73**	**35.869.172,44**	**4.988.970,71**	
1.2.1.5.01.11.01.05.00 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Licenciados s/Vencimentos	5.000,00	6.236,47	1.236,47	
1.2.1.5.01.11.02.01.00 Contribuição do Servidor Civil Ativo - CMI	164.871,04	532.880,65	368.009,61	
1.2.1.5.01.11.02.02.00 Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	30.710.330,69	35.330.055,32	4.619.724,63	
1.2.1.5.01.12.01.04.00 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multa e Juros - Licença s/Vencimentos	100,00	0,00		100,00
1.2.1.5.01.12.02.01.00 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multa e Juros - CMI	100,00	0,00		100,00
1.2.1.5.01.12.02.02.00 Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multa e Juros - PMI	100,00	173.442,80	173.342,80	
1.2.1.5.01.20.00.00.00 Contribuição do Servidor Civil Inativo	**1.812.240,21**	**983.057,49**		**829.182,72**
1.2.1.5.01.21.00.00.00 Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	**1.812.240,21**	**983.057,49**		**829.182,72**
1.2.1.5.01.21.01.00.00 Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	1.812.240,21	983.057,49		829.182,72
1.2.1.5.01.30.00.00.00 Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas	**186.421,53**	**67.823,26**		**118.598,27**
1.2.1.5.01.31.00.00.00 Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	**186.421,53**	**67.823,26**		**118.598,27**
1.2.1.5.01.31.01.00.00 Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	186.421,53	67.823,26		118.598,27
1.2.1.5.02.00.00.00.00 Contribuição Patronal - Servidor Civil	**965,59**	**0,00**		**965,59**
1.2.1.5.02.10.00.00.00 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	**965,59**	**0,00**		**965,59**
1.2.1.5.02.11.00.00.00 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	**965,59**	**0,00**		**965,59**
1.2.1.5.02.11.01.10.00 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Licenciados/Vencimentos	965,59	0,00		965,59
1.2.1.5.03.00.00.00.00 Contribuição do Servidor Civil - Parcelamentos	**100,00**	**0,00**		**100,00**
1.2.1.5.03.02.01.00.00 Contribuição do Servidor Civil - Parcelamentos - Multa e Juros - Parc. 802/18	100,00	0,00		100,00
1.2.1.5.51.00.00.00.00 Contribuição Patronal - Parcelamentos	**300,00**	**0,00**		**300,00**
1.2.1.5.51.10.00.00.00 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos	**300,00**	**0,00**		**300,00**
1.2.1.5.51.12.01.00.00 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Multa e Juros - Acordo Nº 793/2018	100,00	0,00		100,00
1.2.1.5.51.12.02.00.00 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Multa e Juros - Acordo Nº 804/2018	100,00	0,00		100,00
1.2.1.5.51.12.03.00.00 Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Multa e Juros - Acordo Nº 805/2018	100,00	0,00		100,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00 Receita Patrimonial	**1.770.000,00**	**24.525.440,98**	**22.755.440,98**	
1.3.2.0.00.00.00.00.00 Valores Mobiliários	**1.770.000,00**	**24.525.440,98**	**22.755.440,98**	
1.3.2.1.00.00.00.00.00 Juros e Correções Monetárias	**1.770.000,00**	**24.525.440,98**	**22.755.440,98**	
1.3.2.1.04.00.00.00.00 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	**1.770.000,00**	**24.525.440,98**	**22.755.440,98**	
1.3.2.1.04.01.00.00.00 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	**1.770.000,00**	**24.525.440,98**	**22.755.440,98**	
1.3.2.1.04.01.01.00.00 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal - Renda Fixa	1.700.000,00	23.496.488,33	21.796.488,33	
1.3.2.1.04.01.02.00.00 Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal - Renda Variável	70.000,00	1.028.952,65	958.952,65	
1.9.0.0.00.00.00.00.00 Outras Receitas Correntes	**100,00**	**10.737.586,76**	**10.737.486,76**	
1.9.2.0.00.00.00.00.00 Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	**100,00**	**10.737.586,76**	**10.737.486,76**	
1.9.2.2.00.00.00.00.00 Restituições	**100,00**	**10.737.586,76**	**10.737.486,76**	
1.9.2.2.99.00.00.00.00 Outras Restituições	**100,00**	**10.737.586,76**	**10.737.486,76**	
1.9.2.2.99.01.00.00.00 Outras Restituições - Principal	**100,00**	**10.737.586,76**	**10.737.486,76**	
1.9.2.2.99.01.01.00.00 Outras Restituições	100,00	10.737.586,76	10.737.486,76	

ITAPREVI
Fls.: 15
Proc.: 2000.2063/25

INSTITUTO DE PREVIDENCIA D. ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Lei 4.320/1964

Anexo X - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Código / Descrição		Valor Orçado	Arrecadado no ano	Diferença para mais	Diferença para menos
7.0.0.0.00.00.00.00.00	**Receitas Correntes Intra-Orçamentária**	**112.072.100,64**	**14.277.328,04**		**97.794.772,60**
7.2.0.0.00.00.00.00.00	**Contribuições Intra-Orçamentária**	**58.850.265,87**	**6.772.364,63**		**52.077.901,24**
7.2.1.0.00.00.00.00.00	**Contribuições Sociais Intra-Orçamentária**	**58.850.265,87**	**6.772.364,63**		**52.077.901,24**
7.2.1.5.02.11.00.00.00	**Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo**	**47.185.113,15**	**330.361,87**		**46.854.751,28**
7.2.1.5.02.11.01.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Câmara	282.636,34	250.142,21		32.494,13
7.2.1.5.02.11.02.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - PMI	38.293.264,31	52.774,67		38.240.489,64
7.2.1.5.02.11.03.00.00	Contribui ção Patronal - Servidor Civil Ativo - PMI	8.609.212,50	27.444,99		8.581.767,51
7.2.1.5.03.01.01.00.00	Contribuição do Servidor Civil - Parcelamentos - Principal - Acordo 00802/2018	1.562.038,31	861.304,75		700.733,56
7.2.1.5.51.11.01.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Acordo 0804/2018	4.830.967,08	2.663.669,76		2.167.297,32
7.2.1.5.51.11.02.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Acordo 00793/218	3.266.226,42	1.801.310,29		1.464.916,13
7.2.1.5.51.11.03.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Acordo 805/2018	2.005.920,91	1.115.717,96		890.202,95
7.9.9.9.01.01.01.00.00	Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS- Lei nº 4.145/2023	53.221.834,77	7.504.963,41		45.716.871,36
	Total Geral:	**146.722.729,70**	**86.633.851,77**		**60.088.877,93**

Total de Registros: 55

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 18/02/2025 10:46:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREVI
Fls.: 16
Proc.: 280.000 2023/25

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Dezembro/2024

Lei 4.320/1964

Anexo XI - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Especificação (Secretaria/Unidade)	Autorizada			Realizada	Diferença
	Orçada/Suplementada	Especial/Extra	Total		
21 - ITAPREVI / 2101 - GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE					
DESPESAS CORRENTES	**116.326.550,93**	**0,00**	**116.326.550,93**	**111.804.708,06**	**4.521.842,87**
319001000000 Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	87.638.717,20	0,00	87.638.717,20	87.638.717,20	0,00
319003000000 Pensoes	19.629.750,00	0,00	19.629.750,00	19.624.204,30	5.545,70
319011000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.674.475,00	0,00	3.674.475,00	3.143.000,00	531.475,00
319013010000 Obrigações Patronais - INSS	510.300,00	0,00	510.300,00	480.000,00	30.300,00
319013020000 Obrigações Patronais - RPPS	510.300,00	0,00	510.300,00	480.000,00	30.300,00
319091000000 Sentenças Judiciais	295.050,00	0,00	295.050,00	0,00	295.050,00
339014000000 Diárias - Civil	130.712,50	0,00	130.712,50	32.821,13	97.891,37
339030000000 Material de Consumo	160.849,89	0,00	160.849,89	725,46	160.124,43
339033000000 Passagens e Despesas com Locomoção	29.662,50	0,00	29.662,50	16.875,58	12.786,92
339035000000 Serviços de Consultoria	68.250,00	0,00	68.250,00	7.188,00	61.062,00
339036000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	309.807,57	0,00	309.807,57	52.050,35	257.757,22
339039000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	806.241,27	0,00	806.241,27	239.658,58	566.582,69
339040000000 Serviços Tecnologia da Informação e Comunicação	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
339046000000 Auxilio-Alimentação	66.780,00	0,00	66.780,00	25.000,00	41.780,00
339047000000 Obrigações Tributarias e Contributivas	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	4.888,16	995.111,84
339049000000 Auxilio-Transporte	66.780,00	0,00	66.780,00	20.000,00	46.780,00
339091000000 Sentenças Judiciais	250.000,00	0,00	250.000,00	37.545,30	212.454,70
339092000000 Despesas de Exercícios Anteriores	28.875,00	0,00	28.875,00	0,00	28.875,00
339093000000 Indenizações e Restituições	1.050.000,00	0,00	1.050.000,00	2.034,00	1.047.966,00
DESPESAS DE CAPITAL	**396.178,77**	**0,00**	**396.178,77**	**0,00**	**396.178,77**
449052000000 Equipamentos e Material Permanente	396.178,77	0,00	396.178,77	0,00	396.178,77
Total da Unidade:	**116.722.729,70**	**0,00**	**116.722.729,70**	**111.804.708,06**	**4.918.021,64**
Total Geral:	**116.722.729,70**	**0,00**	**116.722.729,70**	**111.804.708,06**	**4.918.021,64**

ITAPREVI
Proc.: 20000020203/25

Especificação (Secretaria/Unidade)	Autorizada			Realizada	Diferença
	Orçada/Suplementada	Especial/Extra	Total		

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 04/06/2025 08:01:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAGUAIPREV
Proc.: 4000090-2031/25

ITAPREVI
Fls.: 19
Proc.: 2000000203/25

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Dezembro/2024

Demonstrativo das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Contribuições		
CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA - RPPS	95.268,25	110.472,01
CONTRIBUIÇÃO DO APOSENTADO - RPPS	983.057,49	1.246.890,30
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - RPPS	50.042.356,08	95.281.584,65
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS	64.005.145,53	20.420.939,52
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL	0,00	29.317.478,47
	115.125.827,35	**146.377.364,95**
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	21.802.675,77	24.313.244,75
	21.802.675,77	**24.313.244,75**
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
OUTRAS VPA DE VALOR ATUAL DE APORTES PARA AMORTIZAR DEFICIT ATUARIAL DO RPPS	1.314.970,33	0,00
RESTITUIÇÕES	10.737.586,76	582.270,11
REVERSÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	140.690.995,63	283.608.261,24
VPA DO VALOR ATUAL DOS APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIA	51.382.699,82	26.618.593,59
VPA DO VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00	1.194.078.448,77
	204.126.252,54	**1.504.887.573,71**
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	**341.054.755,66**	**1.675.578.183,41**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Pessoal e Encargos		
AUXÍLIO TRANSPORTE	6.688,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	55.322,78	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	(730.773,37)	58.696.884,14
OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	0,00	618.940,63
OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS	(2.213,40)	29.216,88
SENTENCAS JUDICIAIS	113.113,79	26.261,84
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	3.001.757,34	1.758.513,78
	2.443.895,14	**61.129.817,27**
Benefícios Previdenciários e Assistnciais		
APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	87.451.072,87	23.637.162,26
PROVENTOS DE PENSÕES	12.347.903,35	9.604.395,39
	99.798.976,22	**33.241.557,65**
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
CONDOMINIOS	0,00	819,96
CONSULTORIA E ASSESSORIA	0,00	39.381,15
DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	(1.358,70)
DIARIAS PESSOAL CIVIL	33.786,93	12.497,39
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	11.165,52	0,00
JETONS E GRATIFICAÇÕES A CONSELHEIROS	4.216,80	4.285,40
LOCAÇÕES	2.619,50	130.401,83
MATERIAL DE EXPEDIENTE	330,00	0,00
OUTROS SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA	43.584,52	7.564,22
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	239.103,38	137.187,52
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	7.144,95	0,00
SENTENÇAS JUDICIAIS	23.078,69	0,00
SERVIÇOS BANCARIOS	(98,00)	0,00
SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO, TELEFONIA E INTERNET, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS.	1.122,48	0,00
SERVIÇOS DE APOIO	0,00	12.300,00
SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	(1.800,00)	259,00
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	(312,00)	4.992,00
	363.942,77	**348.329,77**
Transferencias e Delegações Concedidas		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.981,78	26.804,71
	25.981,78	**26.804,71**
Desvalorização e Perda de Ativos		
AJUSTE PARA PERDAS EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(6.518.607,84)	0,00
	(6.518.607,84)	**0,00**
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
DEMAIS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	(1.002,60)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	1.002,60
VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	219.941.223,51	2.028.628.649,31
	219.941.223,51	**2.028.628.649,31**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	316.055.411,58	2.123.375.158,71
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I) - (II)	24.999.344,08	(447.796.975,30)

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 02/04/2025 15:34:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREVI
Fls.: 21
Proc.: 200000203/25

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Dezembro/2024

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES	146.722.729,70	146.722.729,70	86.633.851,77	(60.088.877,93)
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	91.730.794,93	91.730.794,93	43.865.860,62	(47.864.934,31)
RECEITA PATRIMONIAL	1.770.000,00	1.770.000,00	24.525.440,98	22.755.440,98
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	53.221.934,77	53.221.934,77	18.242.550,17	(34.979.384,60)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DE RECEITAS (I)	**146.722.729,70**	**146.722.729,70**	**86.633.851,77**	**(60.088.877,93)**
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	**146.722.729,70**	**146.722.729,70**	**86.633.851,77**	**(60.088.877,93)**
DÉFICIT (IV)	**0,00**	**0,00**	**25.170.856,29**	**25.170.856,29**
TOTAL (V) = (III + IV)	**146.722.729,70**	**146.722.729,70**	**111.804.708,06**	**(34.918.021,64)**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PRA CRÉDITOS ADICIONAIS)			**0,00**	
Superávit Financeiro			0,00	
Reabertura de créditos adicionais			0,00	

Modernização Pública e Informática Ltda

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREVI
Fls.: 22
Proc.: 20200020 3/25

Dezembro/2024

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
DESPESAS CORRENTES	110.197.783,73	116.326.550,93	111.804.708,06	104.292.644,82	104.125.950,82	4.521.842,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	105.489.825,00	112.258.592,20	111.365.921,50	103.923.975,36	103.766.325,36	892.670,70
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.707.958,73	4.067.958,73	438.786,56	368.669,46	359.625,46	3.629.172,17
DESPESAS DE CAPITAL	1.256.178,77	396.178,77	0,00	0,00	0,00	396.178,77
INVESTIMENTOS	1.256.178,77	396.178,77	0,00	0,00	0,00	396.178,77
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESER\	35.268.767,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESE	35.268.767,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	**146.722.729,70**	**116.722.729,70**	**111.804.708,06**	**104.292.644,82**	**104.125.950,82**	**4.918.021,64**
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI+VII)	**146.722.729,70**	**116.722.729,70**	**111.804.708,06**	**104.292.644,82**	**104.125.950,82**	**4.918.021,64**
SUPERÁVIT (IX)	**0,00**	**30.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (X) = (VII + IX)	**146.722.729,70**	**146.722.729,70**	**111.804.708,06**	**104.292.644,82**	**104.125.950,82**	**4.918.021,64**

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Anexo II

Balanço Orçamentário - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	**818.893,38**	**1.110.697,34**	**7.904,36**	**1.921.686,36**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	818.737,24	1.099.693,20	5.814,86	1.912.615,58	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	156,14	11.004,14	2.089,50	9.070,78	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	**0,00**	**5,11**	**0,00**	**5,11**	**0,00**
Investimentos	0,00	5,11	0,00	5,11	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**818.893,38**	**1.110.702,45**	**7.904,36**	**1.921.691,47**	**0,00**

ITAPREVI
Fls.: 23
Proc.: 200000203/25

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Dezembro/2024

Anexo I

Balanço Orçamentário - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	**989.136,40**	**1.159.566,63**	**-653.863,61**	**159.604,32**	**2.002.321,42**	**-13.222,71**
Pessoal e Encargos Sociais	917.569,39	1.104.998,05	-686.949,08	122.918,85	1.899.648,59	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	71.567,01	54.568,58	33.085,47	36.685,47	102.672,83	-13.222,71
DESPESAS DE CAPITAL	**0,00**	**6.283,27**	**5.792,27**	**5.792,27**	**491,00**	**0,00**
Investimentos	0,00	6.283,27	5.792,27	5.792,27	491,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**989.136,40**	**1.165.849,90**	**-648.071,34**	**165.396,59**	**2.002.812,42**	**-13.222,71**

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 02/04/2025 16:16:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREV
Fls.: 24
Proc.: 2000.000.203/25

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREV
Fls.: 25
Proc.: 200000203/25

Dezembro/2024

BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS

ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Receita Orçamentária	**86.633.851,77**	**155.745.824,58**
Ordinário	85.582.971,02	0,00
Vinculada - Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	1.050.880,75	1.365.786,99
Recebimentos Extra-Orçamentários	0,00	154.380.037,59
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	**31.288.165,06**	**20.266.773,52**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	7.512.063,24	1.165.849,90
Inscrição de Restos a Pagar Processados	3.223.570,21	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	168.387,68	1.110.702,45
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	20.384.143,93	17.990.221,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	**299.264.665,43**	**227.094.936,93**
	299.264.665,43	227.094.936,93
Total	**417.186.682,26**	**403.107.535,03**

Balanço Financeiro - Quadro Anexo

Exercício: 2024

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Dedução da Receita (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Dedução da Receita (e)	Saldo (f) = (d - e)
	86.633.851,77	**0,00**	**86.633.851,77**	**155.745.824,58**	**0,00**	**155.745.824,58**
	1.050.880,75	0,00	1.050.880,75	0,00	0,00	0,00
	85.582.971,02	0,00	85.582.971,02	0,00	0,00	0,00
Vinculada - Recursos Vinculados à Previdência Social -	0,00	0,00	0,00	1.365.786,99	0,00	1.365.786,99
Vinculada - Recursos Vinculados à Previdência Social -	0,00	0,00	0,00	154.380.037,59	0,00	154.380.037,59
Total	**86.633.851,77**	**0,00**	**86.633.851,77**	**155.745.824,58**	**0,00**	**155.745.824,58**

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREVI
Fls.: 26
Proc.: 200000203/25

Dezembro/2024

BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Despesa Orçamentária	**111.804.708,06**	**96.062.461,93**
Vinculada - Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	96.062.461,93
	111.804.708,06	0,00
Interferências Financeiras	**7.104.103,45**	**3.200.128,61**
Perdas em Aplicações Financeiras	7.104.103,45	3.200.128,61
Pagamentos Extra-Orçamentários	**17.369.711,76**	**16.396.181,91**
Pagamentos de Restos a Pagar	173.300,95	124.393,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	17.196.410,81	16.271.788,06
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	**280.908.158,99**	**299.264.665,43**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	280.879.123,85	297.101.556,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.035,14	2.163.108,49
Total	**417.186.682,26**	**414.923.437,88**

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 27/03/2025 14:23:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREVI
Fls.: 27
Proc.: 200000203/25

Dezembro/2024

Balanço Patrimonial - Analítico

	ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.0.0.0.0.00.00.00.00.0	ATIVO	1.811.645.268,67 D	1.705.866.848,50 D
1.1.0.0.0.00.00.00.00.0	ATIVO CIRCULANTE	467.733.113,55 D	1.556.038.934,42 D
1.1.1.0.0.00.00.00.00.0	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29.035,14 D	2.163.108,49 D
1.1.1.1.0.00.00.00.00.0	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	29.035,14 D	2.163.108,49 D
1.1.1.1.1.00.00.00.00.0	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	29.035,14 D	2.163.108,49 D
1.1.1.1.1.06.00.00.00.0	CONTA ÚNICA RPPS	29.035,14 D	1.433.686,70 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.0	BANCOS CONTA MOVIMENTO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	27.449,71 D	1.379.019,95 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.0	CAIXA - 053-2	26.275,02 D	54.054,08 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.0	BANCO ITAÚ - 17804-5	222,49 D	1.033.881,51 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.0	BANCO DO BRASIL - 39231-6	952,20 D	291.084,36 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.0	BANCOS CONTA MOVIMENTO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1.585,43 D	54.666,75 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.0	CAIXA - 119-9 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00 D	27.680,39 C
1.1.1.1.1.06.04.00.00.0	ITAÚ - 58838-3 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1.585,43 D	82.347,14 D
1.1.1.1.1.52.00.00.00.0	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇ	0,00 D	729.421,79 D
1.1.1.1.1.52.00.00.00.0	CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCADO	0,00 D	729.421,79 D
1.1.2.0.0.00.00.00.00.0	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	43.935.723,90 D	43.935.723,90 D
1.1.2.1.0.00.00.00.00.0	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	43.935.723,90 D	43.935.723,90 D
1.1.2.1.1.00.00.00.00.0	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	15.295.176,36 D	15.295.176,36 D
1.1.2.1.1.05.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	15.295.176,36 D	15.295.176,36 D
1.1.2.1.1.05.02.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES DO RGPS A RECEBER	15.295.176,36 D	15.295.176,36 D
1.1.2.1.2.00.00.00.00.0	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - INTRA OFSS	28.640.547,54 D	28.640.547,54 D
1.1.2.1.2.05.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	25.229.810,51 D	25.229.810,51 D
1.1.2.1.2.05.02.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES DO RGPS A RECEBER	25.229.810,51 D	25.229.810,51 D
1.1.2.1.2.71.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	3.410.737,03 D	3.410.737,03 D
1.1.3.0.0.00.00.00.00.0	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	143.811.626,66 D	1.221.437.401,96 D
1.1.3.2.0.00.00.00.00.0	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	681,09 D	681,09 D
1.1.3.2.1.00.00.00.00.0	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR - CONSOLIDAÇÃO	681,09 D	681,09 D
1.1.3.2.1.11.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS A COMPENSAR	681,09 D	681,09 D
1.1.3.6.0.00.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	143.810.945,57 D	1.221.436.720,87 D
1.1.3.6.1.00.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	650.155,64 D	650.155,64 D
1.1.3.6.1.02.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	650.155,64 D	650.155,64 D
1.1.3.6.1.02.01.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO	650.155,64 D	650.155,64 D
1.1.3.6.2.00.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	143.160.789,93 D	1.220.786.565,23 D
1.1.3.6.2.01.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER -	79.290.483,23 D	15.535.479,91 D
1.1.3.6.2.01.01.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	79.290.483,23 D	15.535.479,91 D
1.1.3.6.2.02.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	6.518.360,86 D	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.02.01.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM C	6.518.360,86 D	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.04.00.00.00.0	APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	51.382.699,82 D	1.194.078.448,77 D
1.1.3.6.2.99.00.00.00.0	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	5.969.246,02 D	4.654.275,69 D
1.1.3.6.2.99.02.00.00.0	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	5.969.246,02 D	4.654.275,69 D
1.1.3.6.2.99.02.01.00.0	PARCELAMENTO DÉFICIT ATUARIAL PARA COM O RPPS	5.969.246,02 D	4.654.275,69 D
1.1.4.0.0.00.00.00.00.0	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	279.956.312,85 D	288.502.370,07 D
1.1.4.4.0.00.00.00.00.0	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO - RPPS	279.956.312,85 D	297.101.556,94 D
1.1.4.4.1.00.00.00.00.0	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO DO RPPS - CONSOL	279.956.312,85 D	297.101.556,94 D
1.1.4.4.1.01.00.00.00.0	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	9.783.015,50 D	33.711.102,75 D
1.1.4.4.1.01.05.00.00.0	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	9.783.015,50 D	33.711.102,75 D
1.1.4.4.1.01.05.01.00.0	ITAÚ INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	8.678.098,98 D	32.711.974,36 D
1.1.4.4.1.01.05.01.00.0	BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RF PREVID - 180766-8	1.104.916,52 D	999.128,39 D
1.1.4.4.1.02.00.00.00.0	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIAVEL - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇ	7.026.067,38 D	9.700.594,89 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	7.026.067,38 D	9.700.594,89 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC	1.400.323,06 D	1.372.349,93 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I	0,00 D	428.934,96 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	FIC AÇÕES VALOR RPPS	1.492.940,01 D	1.719.070,24 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 FICFI	3.032.714,81 D	3.826.354,81 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	BB AÇÕES TECNOLOGIA BDR	0,00 D	349.831,65 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	ITAÚ BDR NÍVEL 1 AÇÕES FIC	0,00 D	374.111,17 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	ITAÚ BDR NÍVEL 1 AÇÕES FIC 58838-3	0,00 D	361.419,96 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FICFI	735.850,84 D	922.152,01 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCADO 119-9	364.238,66 D	346.370,16 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.0	APLICAÇÕES EM ENQUADRAMENTO - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	96.899.899,28 D	132.698.988,68 D
1.1.4.4.1.06.00.00.05.0	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI	1.030.515,24 D	972.237,37 D
1.1.4.4.1.06.00.00.06.0	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IMAB-5	147.674,96 D	64.801.603,63 D
1.1.4.4.1.06.00.00.08.0	ITAÚ INSTITUCIONAL LEGEND RF LP FIC FI	0,00 D	4.036.720,71 D
1.1.4.4.1.06.00.00.09.0	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI 21.838.150/0001-49	221.614,47 D	7.616.144,53 D
1.1.4.4.1.06.00.00.14.0	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	9.481.180,53 D	8.630.964,54 D

Balanço Patrimonial - Analítico

	ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.4.4.1.06.00.00.15.(	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRF-M 1 FI - TX. ADM	4.429.283,77 D	4.052.551,83 D
1.1.4.4.1.06.00.00.16.(	BB PREVID IDKA 2. 39.231-6	1.210.378,65 D	42.588.766,07 D
1.1.4.4.1.06.00.00.19.(	C/C 000053 - 2 CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF - CNPJ: 05.164.356/0001-84	10.596.496,89 D	0,00 D
1.1.4.4.1.06.00.00.20.(	C/C 39231 - 6 BB PREVID VERTICE 2026 - CNPJ: 54.602.092/0001-09	18.762.391,57 D	0,00 D
1.1.4.4.1.06.00.00.21.(	C/C 11441060000 - 237 BRADESCO RF DI PREMIUM- 03.399.411/0001-90	30.746.810,09 D	0,00 D
1.1.4.4.1.06.00.00.22.(	C/C 17804 - 5 ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FICFI	20.273.553,11 D	0,00 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.(	APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	166.247.330,69 D	120.990.870,62 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	BRB IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP (TAXA ADM)	128.073,35 D	202.254,83 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI	733.317,98 D	1.945.431,96 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	BB PREVID RF IRF-M CNPJBB	17.014.164,68 D	12.628.359,91 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	BB PREVID RF TOTAL - CNPJBB PREV RF RET TOTAL	6.581.196,53 D	6.086.692,16 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	BB PREV MM ALOCAÇÃO - CNPJBB PREV MM ALOCAÇÃO	786.504,62 D	1.163.022,57 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	0,00 D	1.728.935,24 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	0,00 D	54.419.782,30 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	BB PREVID RF PERFIL	34.283.781,04 D	674.010,91 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	BB PREVID RF IMAB 5+	357.961,60 D	11.957.266,82 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	BB PREVID XXI	0,00 D	8.016.931,20 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	FI BRASIL 2024 IVTP RF CNPJ: 20319595/0001-78	0,00 D	5.306.286,72 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	BB PREV TP IPCA	12.543.106,97 D	11.342.191,01 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	FI BRASIL 2024 X TP RF CNPJ 50.635.944/0001-03	0,00 D	3.844,65 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	FI BRASIL 2024 X TP RF CNPJ 50.635.944/0001-03	0,00 D	5.515.860,34 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	C/C 760199 - 35 NTN -B 2035 - TITULOS PÚBLICO - CURVA	30.690.183,76 D	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	C/C 000109523 - 6 BANCO MASTER- LETRAS FINANCEIRAS LF IPCA	63.129.040,16 D	0,00 D
1.1.4.9.0.00.00.00.00.(	(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	0,00 D	8.599.186,87 C
1.1.4.9.1.00.00.00.00.(	(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS - CONSOLIE	0,00 D	8.599.186,87 C
1.1.4.9.1.01.00.00.00.(	(-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	0,00 D	742.551,91 D
1.1.4.9.1.06.00.00.00.(	(-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - RPPS	0,00 D	697,12 D
1.1.4.9.1.99.00.00.00.(	(-) OUTROS AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	0,00 D	1.354.722,17 D
1.1.4.9.1.99.01.00.00.(	(-) OUTROS AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIA	0,00 D	10.697.158,07 C
1.1.5.0.0.00.00.00.00.(	ESTOQUES	415,00 D	330,00 D
1.1.5.6.0.00.00.00.00.(	ALMOXARIFADO	415,00 D	330,00 D
1.1.5.6.1.00.00.00.00.(	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	415,00 D	330,00 D
1.1.5.6.1.01.00.00.00.(	MATERIAL DE CONSUMO	415,00 D	0,00 D
1.1.5.6.1.07.00.00.00.(	MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00 D	330,00 D
1.2.0.0.0.00.00.00.00.(	ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.343.912.155,12 D	149.827.914,08 D
1.2.1.0.0.00.00.00.00.(	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.343.743.569,90 D	149.665.121,13 D
1.2.1.1.0.00.00.00.00.(	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.343.743.569,90 D	149.665.121,13 D
1.2.1.1.1.00.00.00.00.(	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	13.386.906,95 D	13.386.906,95 D
1.2.1.1.1.06.00.00.00.(	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	13.386.906,95 D	13.386.906,95 D
1.2.1.1.1.06.03.00.00.(	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO	13.386.906,95 D	13.386.906,95 D
1.2.1.1.2.00.00.00.00.(	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	1.330.356.662,95 D	136.278.214,18 D
1.2.1.1.2.06.00.00.00.(	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	136.278.214,18 D	136.278.214,18 D
1.2.1.1.2.06.04.00.00.(	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM C	83.578.780,30 D	83.578.780,30 D
1.2.1.1.2.06.99.00.00.(	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃ	52.699.433,88 D	52.699.433,88 D
1.2.1.1.2.06.99.01.00.(	ACORDO DE DÉFICIT ATUARIAL	26.080.840,29 D	26.080.840,29 D
1.2.1.1.2.06.99.02.00.(	Acordo Nº 4145/2023 - Proc. 200.000.163/2023	26.618.593,59 D	26.618.593,59 D
1.2.1.1.2.08.00.00.00.(	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	1.194.078.448,77 D	0,00 D
1.2.1.1.2.08.01.00.00.(	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	1.194.078.448,77 D	0,00 D
1.2.3.0.0.00.00.00.00.(	IMOBILIZADO	168.585,22 D	162.792,95 D
1.2.3.1.0.00.00.00.00.(	BENS MOVEIS	221.256,86 D	215.464,59 D
1.2.3.1.1.00.00.00.00.(	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	221.256,86 D	215.464,59 D
1.2.3.1.1.01.00.00.00.(	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.520,71 D	48.520,71 D
1.2.3.1.1.01.02.00.00.(	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.499,00 D	1.499,00 D
1.2.3.1.1.01.06.00.00.(	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	32.982,81 D	32.982,81 D
1.2.3.1.1.01.21.00.00.(	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	14.038,90 D	14.038,90 D
1.2.3.1.1.02.00.00.00.(	BENS DE INFORMÁTICA	31.784,45 D	31.784,45 D
1.2.3.1.1.02.01.00.00.(	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	31.239,45 D	31.239,45 D
1.2.3.1.1.02.02.00.00.(	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	545,00 D	545,00 D
1.2.3.1.1.03.00.00.00.(	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	38.442,96 D	38.442,96 D
1.2.3.1.1.03.02.00.00.(	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	1.551,55 D	1.551,55 D
1.2.3.1.1.03.03.00.00.(	MOBILIÁRIO EM GERAL	36.891,41 D	36.891,41 D
1.2.3.1.1.04.00.00.00.(	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	160,00 D	160,00 D
1.2.3.1.1.04.05.00.00.(	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	160,00 D	160,00 D
1.2.3.1.1.99.00.00.00.(	DEMAIS BENS MÓVEIS	102.348,74 D	96.556,47 D
1.2.3.1.1.99.99.00.00.(	OUTROS BENS MÓVEIS	102.088,64 D	96.296,37 D

Balanço Patrimonial - Analítico

	ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.2.3.1.1.99.99.00.00.00	BENS MOVEIS	260,10 D	260,10 D
1.2.3.8.0.00.00.00.00.00	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	52.671,64 C	52.671,64 C
1.2.3.8.1.00.00.00.00.00	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	52.671,64 C	52.671,64 C
1.2.3.8.1.01.00.00.00.00	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	52.671,64 C	52.671,64 C
1.2.3.8.1.01.02.00.00.00	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	24.539,24 C	24.539,24 C
1.2.3.8.1.01.03.00.00.00	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	27.811,27 C	27.811,27 C
1.2.3.8.1.01.99.00.00.00	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	321,13 C	321,13 C

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
2.0.0.0.0.00.00.00.00.00	PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	1.811.645.268,67 C	1.705.866.848,50 C
2.1.0.0.0.00.00.00.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	7.131.718,13 C	5.602.869,92 C
2.1.1.0.0.00.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRA	613.123,50 D	1.036.582,82 C
2.1.1.1.0.00.00.00.00.00	PESSOAL A PAGAR	635.204,83 D	54.680,82 D
2.1.1.1.1.00.00.00.00.00	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	635.204,83 D	54.680,82 D
2.1.1.1.1.01.00.00.00.00	PESSOAL A PAGAR	635.204,83 D	54.680,82 D
2.1.1.1.1.01.01.00.00.00	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	636.414,83 D	55.890,82 D
2.1.1.1.1.01.01.00.00.00	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	1.210,00 C	1.210,00 C
2.1.1.4.0.00.00.00.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	22.081,33 C	1.091.263,64 C
2.1.1.4.2.00.00.00.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS	6.270,78 C	6.270,78 C
2.1.1.4.2.01.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	6.270,78 C	6.270,78 C
2.1.1.4.3.00.00.00.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	15.810,55 C	1.084.992,86 C
2.1.1.4.3.01.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	15.810,55 C	1.084.992,86 C
2.1.1.4.3.01.01.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	15.810,55 C	1.084.992,86 C
2.1.3.0.0.00.00.00.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	751.847,84 C	774.019,27 C
2.1.3.1.0.00.00.00.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	751.847,84 C	774.019,27 C
2.1.3.1.1.00.00.00.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	751.847,84 C	774.019,27 C
2.1.3.1.1.01.00.00.00.00	FORNECEDORES NACIONAIS	7.327,32 D	10.460,72 C
2.1.3.1.1.01.99.00.00.00	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	7.327,32 D	10.460,72 C
2.1.3.1.1.03.00.00.00.00	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	759.175,16 C	763.558,55 C
2.1.3.1.1.03.99.00.00.00	DEMAIS CONTAS A PAGAR	759.175,16 C	763.558,55 C
2.1.3.1.1.03.99.02.00.00	DEMAIS CONTAS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	759.175,16 C	763.558,55 C
2.1.8.0.0.00.00.00.00.00	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.992.993,79 C	3.792.267,83 C
2.1.8.8.0.00.00.00.00.00	VALORES RESTITUÍVEIS	6.980.000,95 C	3.792.267,83 C
2.1.8.8.1.00.00.00.00.00	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	6.979.148,06 C	3.791.414,94 C
2.1.8.8.1.01.00.00.00.00	CONSIGNAÇÕES	6.972.480,14 C	3.788.938,08 C
2.1.8.8.1.01.01.00.00.00	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	1.809.150,91 C	596.708,65 C
2.1.8.8.1.01.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	11.897,20 C	0,00 C
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00	PENSAO ALIMENTICIA	115.824,70 C	3.051,08 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	PENSOES ALIMENTICIAS	16.131,63 C	5.807,95 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	IRRF PF	1.595.523,65 C	700.491,70 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	CEF-EMPRÉSTIMO	565.711,55 C	305.943,27 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	SEPE-NÚCLEO	4.607,74 C	4.244,94 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	SINSERV	7.802,10 C	6.519,13 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	AACBF	1.832,15 C	1.832,15 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	APLUB	29,60 C	14,80 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	BB - EMPRÉSTIMO	109.184,52 C	108.458,95 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	PREVISUL	38,90 C	19,45 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	UNIK	242,10 C	242,10 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	PREVISUL	0,00 C	19,45 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	UNASP - BENEFÍCIOS	64,12 D	64,12 D
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	1.716.436,60 C	1.358.385,10 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	IRRF PJ	2.344,72 C	104.444,36 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR RPPS	687.533,16 C	574.710,40 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00	EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	328.253,03 C	18.108,72 C
2.1.8.8.1.03.00.00.00.00	DEPOSITOS JUDICIAIS	6.667,92 C	2.476,86 C
2.1.8.8.1.03.01.00.00.00	DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINACAO JUDICIAL	6.667,92 C	2.476,86 C
2.1.8.8.3.00.00.00.00.00	VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	852,89 C	852,89 C
2.1.8.8.3.01.00.00.00.00	CONSIGNAÇÕES	852,89 C	852,89 C
2.1.8.8.3.01.02.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	852,89 C	852,89 C
2.1.8.9.0.00.00.00.00.00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	12.992,84 C	0,00 C
2.1.8.9.1.00.00.00.00.00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	12.992,84 C	0,00 C
2.1.8.9.1.01.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.992,84 C	0,00 C
2.1.8.9.1.01.01.00.00.00	INDENIZAÇÕES A SERVIDORES	12.992,84 C	0,00 C
2.2.0.0.0.00.00.00.00.00	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	1.773.167.724,83 C	1.693.917.496,95 C

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Dezembro/2024

Balanço Patrimonial - Analítico

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
2.2.7.0.0.00.00.00.00.0	PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.773.167.724,83 C	1.693.917.496,95 C
2.2.7.2.0.00.00.00.00.0	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO	1.773.167.724,83 C	1.693.917.496,95 C
2.2.7.2.1.00.00.00.00.0	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.773.167.724,83 C	1.693.917.496,95 C
2.2.7.2.1.03.00.00.00.0	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	911.686.610,08 C	862.211.728,74 C
2.2.7.2.1.03.01.00.00.0	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RI	989.117.843,67 C	886.406.948,23 C
2.2.7.2.1.03.03.00.00.0	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RP	27.495.373,01 D	23.588.369,74 D
2.2.7.2.1.03.04.00.00.0	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃOO DO RI	479.968,40 D	606.849,75 D
2.2.7.2.1.03.05.00.00.0	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	49.455.892,18 D	0,00 D
2.2.7.2.1.04.00.00.00.0	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER	861.481.114,75 C	831.705.768,21 C
2.2.7.2.1.04.01.00.00.0	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RI	1.486.620.556,43 C	1.377.857.533,92 C
2.2.7.2.1.04.02.00.00.0	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	347.878.998,23 D	292.724.408,64 D
2.2.7.2.1.04.03.00.00.0	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA	202.929.415,63 D	170.755.905,04 D
2.2.7.2.1.04.04.00.00.0	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	74.331.027,82 D	82.671.452,03 D
2.3.0.0.0.00.00.00.00.0	PATRIMÔNIO LIQUIDO	31.345.825,71 C	6.346.481,63 C
2.3.7.0.0.00.00.00.00.0	RESULTADOS ACUMULADOS	31.345.825,71 C	6.346.481,63 C
2.3.7.1.0.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	31.345.825,71 C	6.346.481,63 C
2.3.7.1.1.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	1.775.271.354,98 D	1.683.649.187,94 D
2.3.7.1.1.01.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	91.622.167,04 D	1.688.884.006,42 D
2.3.7.1.1.02.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.683.649.187,94 D	5.234.818,48 C
2.3.7.1.2.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	1.714.017.401,87 C	1.661.124.912,29 C
2.3.7.1.2.01.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	52.892.489,58 C	1.241.117.981,88 C
2.3.7.1.2.02.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.661.124.912,29 C	420.006.930,41 C
2.3.7.1.3.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	8.562.810,07 C	8.562.810,07 C
2.3.7.1.3.02.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.562.810,07 C	8.562.810,07 C
2.3.7.1.4.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	84.158.209,67 C	20.403.206,35 C
2.3.7.1.4.01.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	63.755.003,32 C	0,00 C
2.3.7.1.4.02.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.403.206,35 C	20.403.206,35 C
2.3.7.1.5.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	121.240,92 D	95.259,14 D
2.3.7.1.5.01.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	25.981,78 D	26.804,71 D
2.3.7.1.5.02.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	95.259,14 D	68.454,43 D

ITAPREVINSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04764158000199

ITAPREV
Fls.: 31
Proc.: 2000002031/25

Balanço Patrimonial - Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

EXERCÍCIO 2024 MÊS Dezembro

	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
ATIVO (I)	1.811.645.268,67	1.705.866.848,50
ATIVO FINANCEIRO	279.985.347,99	290.665.478,56
Caixa e Equivalente de Caixa	279.985.347,99	290.665.478,56
ATIVO PERMANENTE	1.531.659.920,68	1.415.201.369,94
Ativo Permanente Imobilizado	1.531.659.920,68	1.415.201.369,94
PASSIVO (II)	1.787.832.141,05	1.701.807.569,62
PASSIVO FINANCEIRO	14.664.416,22	7.890.072,67
Demais Obrigações a Curto Prazo	6.992.993,79	3.792.267,83
Restos a Pagar Não Processados	7.512.063,24	2.168.209,01
Restos a Pagar Processados	159.359,19	1.929.595,83
PASSIVO PERMANENTE	1.773.167.724,83	1.693.917.496,95
Dívida Permanente	1.773.167.724,83	1.693.917.496,95
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I) - (II)	23.813.127,62	4.059.278,88

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREVI
Fls.: 32
Proc.: 20000203/25

Dezembro/2024

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - ANALÍTICO

FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ordinário	**(2.972.935,15)**	**(407.336,83)**
Ordinário	**(2.972.935,15)**	**(407.336,83)**
0 - Ordinários não Vinculados	(2.470.165,40)	(4.476,93)
1 - Ordinário não Vinculados	(508.082,96)	(402.859,90)
1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	5.313,21	0,00
Vinculado	**260.849.387,45**	**283.396.151,86**
Ordinário	**(27.681.173,42)**	**0,00**
1800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	(23.610.678,07)	0,00
1802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	(4.070.495,35)	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	**288.530.560,87**	**283.396.151,86**
519 - Recursos do RPPS - Plano Previdenciário	1.815.837,69	0,00
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	289.959.827,56	287.688.677,82
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	(3.245.104,38)	(4.292.525,96)
Total das Fontes de Recursos:	257.876.452,30	282.988.815,03

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 02/04/2025 15:12:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Dezembro/2024
Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Quadro Principal

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)			
Ingressos		**110.241.565,91**	**185.551.948,60**
Outras Receitas Correntes e Derivadas	1FC	18.242.550,17	29.904.027,21
Receita Agropecuária	1FC	0,00	0,00
Receita de Contribuições	1FC	43.865.860,62	101.528.552,62
Receita de Serviços	1FC	0,00	0,00
Receita Industrial	1FC	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1FC	24.525.440,98	24.313.244,75
Receita Tributária	1FC	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	1FC	0,00	0,00
Transferências recebidas	1FC	0,00	0,00
Outros ingressos operacionais		23.607.714,14	29.806.124,02
Desembolsos		**(128.592.280,08)**	**(113.285.768,84)**
Pessoal e demais despesas	3FC	(104.291.765,82)	(93.813.852,17)
Juros e encargos da dívida	4FC	0,00	0,00
Transferências concedidas	2FC	0,00	0,00
Outros desembolsos operacionais		(24.300.514,26)	(19.471.916,67)
		(18.350.714,17)	**72.266.179,76**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)			
Ingressos		**0,00**	**0,00**
Alienação de bens		0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
Desembolsos		**(5.792,27)**	**(96.451,26)**
Aquisição de ativo não circulante		(5.792,27)	(96.451,26)
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos		0,00	0,00
		(5.792,27)	**(96.451,26)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)			
Ingressos		**0,00**	**0,00**
Operações de crédito		0,00	0,00
Integralização do capital de empresas dependentes		0,00	0,00
Transferência de capital recebidas		0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos		0,00	0,00
Desembolsos		**0,00**	**0,00**
Amortização/Refinanciamento da dívida		0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
		0,00	**0,00**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)		**(18.356.506,44)**	**72.169.728,50**
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		299.264.665,43	227.094.936,93
Caixa e Equivalente de Caixa Final		280.908.158,99	299.264.665,43

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 18/02/2025 10:49:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Dezembro/2024
Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Quadro Principal

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)			
Ingressos		**110.241.565,91**	**185.551.948,60**
Outras Receitas Correntes e Derivadas	1FC	18.242.550,17	29.904.027,21
Receita Agropecuária	1FC	0,00	0,00
Receita de Contribuições	1FC	43.865.860,62	101.528.552,62
Receita de Serviços	1FC	0,00	0,00
Receita Industrial	1FC	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1FC	24.525.440,98	24.313.244,75
Receita Tributária	1FC	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	1FC	0,00	0,00
Transferências recebidas	1FC	0,00	0,00
Outros ingressos operacionais		23.607.714,14	29.806.124,02
Desembolsos		**(128.592.280,08)**	**(113.285.768,84)**
Pessoal e demais despesas	3FC	(104.291.765,82)	(93.813.852,17)
Juros e encargos da dívida	4FC	0,00	0,00
Transferências concedidas	2FC	0,00	0,00
Outros desembolsos operacionais		(24.300.514,26)	(19.471.916,67)
		(18.350.714,17)	**72.266.179,76**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)			
Ingressos		**0,00**	**0,00**
Alienação de bens		0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
Desembolsos		**(5.792,27)**	**(96.451,26)**
Aquisição de ativo não circulante		(5.792,27)	(96.451,26)
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos		0,00	0,00
		(5.792,27)	**(96.451,26)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)			
Ingressos		**0,00**	**0,00**
Operações de crédito		0,00	0,00
Integralização do capital de empresas dependentes		0,00	0,00
Transferência de capital recebidas		0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos		0,00	0,00
Desembolsos		**0,00**	**0,00**
Amortização/Refinanciamento da dívida		0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
		0,00	**0,00**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)		**(18.356.506,44)**	**72.169.728,50**
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		299.264.665,43	227.094.936,93
Caixa e Equivalente de Caixa Final		280.908.158,99	299.264.665,43

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 18/02/2025 10:49:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREVI
Fls.: 35
Proc.: 200000203/25

NOTAS EXPICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DCASP

Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e são consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

Fonte: Manual PCASP 11° Edição

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAGUAÍ - ITAPREVI

Fica reestruturado, nos termos da Lei Municipal 2.499/2005, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí – RPPS de que trata o art.40 da Constituição Federal.

O RPPS visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que garantam meios de subsistência nos eventos elencados no art. 201 da Constituição da República.

O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí tem como unidade gestora, a ITAPREVI, inscrita no CNPJ n.° 04.764.158/0001-99, Autarquia com personalidade jurídica de direito público interno, autonomia administrativa, patrimônio e gestão financeiros próprios, criada pela Lei nº 2.387 de 02 de dezembro de 2003.

ITAPREVI
Fls.: 36
Proc.: 200.000.203/25

A ITAPREVI, com sede e foro na cidade de Itaguaí é regida pela Lei Municipal 2.499/2005, Regulamentos e demais normas aplicáveis, e gozará em toda sua plenitude, no tocante a seus bens, serviços e ações, dos privilégios e imunidades, inclusive de naturezas processual e tributária, garantidos à Administração Pública.

I. REPRESENTANTE LEGAL DO INSTITUTO

O Instituto de Previdência de Itaguaí - RJ é Presidido pela Senhora Fernanda Pereira da Silva - Presidente do Instituto a partir do dia 18 de junho de 2025.

II. SISTEMA DE CONTABILIDADE

O Sistema de contabilidade utilizado pelo Instituto de Previdência de Itaguaí – Itaprevi é fornecido pela empresa Modernização Pública e Informática LTDA, situada na Rua. Pref. José Montes Paixão, 1708 - Centro, Mesquita - RJ, CEP: 26553-161, , inscrita no CNPJ: 15.064.270/0001-33.

Operacionalidade do sistema Informatizado de Contabilidade: durante o ano de 2024, foram constatados erros de importação de dados oriundos do sistema anterior de contabilidade para o atual. o que ocasionou chamados para ajustar os dados de importação e consequente a isso para o ano de 2025 foi formada uma comissão para futura contratação de um novo sistema de contabilidade ser implantado no ano de 2025.

III. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial 14 é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas

ITAPREVI
Fls.: 37
Proc.: 200000203/25

representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012. Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

a. Quadro Principal;
b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
d. Quadro do Superavit / Déficit Financeiro.

Fonte: Manual PCASP 11ª Edição

IV. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

Aspectos Gerais à normatização dos procedimentos contábeis aplicáveis às transações e aos fatos contábeis relativos aos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores – RPPS dos entes da Federação foi elaborada com base na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) 15 – Benefícios a Empregados, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quanto ao conteúdo específico de RPPS, observando-se as situações aplicáveis à realidade brasileira, bem como a legislação brasileira aplicável.

O objetivo desta seção é normatizar o registro contábil das transferências de recursos a qualquer título dos entes a seus respectivos RPPS, do pagamento de benefícios

ITAPREVI
Fls.: 38
Proc.: 20000020325

previdenciários pelos RPPS e do tratamento a ser conferido aos demais fatos que possam afetar a informação contábil, observando-se sempre a finalidade de padronização contábil com vistas à consolidação das demonstrações contábeis.

Conforme dispõe o art. 85 da Portaria MTP nº 1.467, de 2022, a contabilidade dos RPPS será individualizada em relação à contabilidade do ente federativo e obedecerá aos princípios, às normas e aos procedimentos aplicáveis ao setor público. Esse dispositivo estabelece também que:

a) Deverão ser reconhecidas na contabilidade consolidada do ente federativo as obrigações decorrentes do plano de benefícios do RPPS, inclusive para consolidação das contas públicas de que trata o § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

b) Os instrumentos de transparência fiscal e as informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais de que trata o art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, deverão compreender os relativos ao RPPS.

c) Os RPPS adotarão as contas a estes aplicáveis, especificadas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP estendido até o 7º nível de Classificação, na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. (Incluído pela Portaria MTP nº 3.803, de 16/11/2022)

d) As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP dos RPPS devem seguir as regras e modelos definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, aprovado pela STN. (Incluído pela Portaria MTP nº 3.803, de 16/11/2022).

ITAPREVI
Fls.: 39
Proc.: 2000020312/25

V. BALANÇO PATRIMONIAL

Instituto de previdência de Itaguaí- Itaprevi 2024

Balanço Patrimonial - Analítico

ATIVO		Exercício Atual	Exercício Anterior
1.0.0.0.0.00.00.00.00.0	ATIVO	1.811.645.268,67 D	1.705.866.848,50 D
1.1.0.0.0.00.00.00.00.0	ATIVO CIRCULANTE	467.733.113,55 D	1.556.038.934,42 D
1.1.1.0.0.00.00.00.00.0	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29.035,14 D	2.163.108,49 D
1.1.1.1.0.00.00.00.00.0	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	29.035,14 D	2.163.108,49 D
1.1.1.1.1.00.00.00.00.0	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	29.035,14 D	2.163.108,49 D
1.1.1.1.1.06.00.00.00.0	CONTA ÚNICA RPPS	29.035,14 D	1.433.686,70 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.0	BANCOS CONTA MOVIMENTO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	27.449,71 D	1.379.019,95 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.0	CAIXA - 053-2	26.275,02 D	54.054,08 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.0	BANCO ITAÚ - 17804-5	222,49 D	1.033.881,51 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.0	BANCO DO BRASIL - 39231-6	952,20 D	291.084,36 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.0	BANCOS CONTA MOVIMENTO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1.585,43 D	54.666,75 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.0	CAIXA - 119-9 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00 D	27.680,39 C
1.1.1.1.1.06.04.00.00.0	ITAÚ - 58838-3 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1.585,43 D	82.347,14 D
1.1.1.1.1.52.00.00.00.0	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇ	0,00 D	729.421,79 D
1.1.1.1.1.52.00.00.00.0	CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCADO	0,00 D	729.421,79 D
1.1.2.0.0.00.00.00.00.0	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	43.935.723,90 D	43.935.723,90 D
1.1.2.1.0.00.00.00.00.0	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	43.935.723,90 D	43.935.723,90 D
1.1.2.1.1.00.00.00.00.0	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	15.295.176,36 D	15.295.176,36 D
1.1.2.1.1.05.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	15.295.176,36 D	15.295.176,36 D
1.1.2.1.1.05.02.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES DO RGPS A RECEBER	15.295.176,36 D	15.295.176,36 D
1.1.2.1.2.00.00.00.00.0	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - INTRA OFSS	28.640.547,54 D	28.640.547,54 D
1.1.2.1.2.05.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	25.229.810,51 D	25.229.810,51 D
1.1.2.1.2.05.02.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES DO RGPS A RECEBER	25.229.810,51 D	25.229.810,51 D
1.1.2.1.2.71.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	3.410.737,03 D	3.410.737,03 D
1.1.3.0.0.00.00.00.00.0	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	143.811.626,66 D	1.221.437.401,96 D
1.1.3.2.0.00.00.00.00.0	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	681,09 D	681,09 D
1.1.3.2.1.00.00.00.00.0	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR - CONSOLIDAÇÃO	681,09 D	681,09 D
1.1.3.2.1.11.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS A COMPENSAR	681,09 D	681,09 D
1.1.3.6.0.00.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	143.810.945,57 D	1.221.436.720,87 D
1.1.3.6.1.00.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	650.155,64 D	650.155,64 D
1.1.3.6.1.02.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	650.155,64 D	650.155,64 D
1.1.3.6.1.02.01.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO	650.155,64 D	650.155,64 D
1.1.3.6.2.00.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	143.160.789,93 D	1.220.786.565,23 D
1.1.3.6.2.01.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER -	79.290.483,23 D	15.535.479,91 D
1.1.3.6.2.01.01.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	79.290.483,23 D	15.535.479,91 D
1.1.3.6.2.02.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	6.518.360,86 D	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.02.01.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM C	6.518.360,86 D	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.04.00.00.00.0	APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	51.382.699,82 D	1.194.078.448,77 D
1.1.3.6.2.99.00.00.00.0	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	5.969.246,02 D	4.654.275,69 D
1.1.3.6.2.99.02.00.00.0	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	5.969.246,02 D	4.654.275,69 D
1.1.3.6.2.99.02.01.00.0	PARCELAMENTO DÉFICIT ATUARIAL PARA COM O RPPS	5.969.246,02 D	4.654.275,69 D
1.1.4.0.0.00.00.00.00.0	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	279.956.312,85 D	288.502.370,07 D
1.1.4.4.0.00.00.00.00.0	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO - RPPS	279.956.312,85 D	297.101.556,94 D
1.1.4.4.1.00.00.00.00.0	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO DO RPPS - CONSO	279.956.312,85 D	297.101.556,94 D
1.1.4.4.1.01.00.00.00.0	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	9.783.015,50 D	33.711.102,75 D

ITAPREVI
Fls.: 40
Proc.: 200000203/25

1.1.4.4.1.01.05.00.00.0	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	9.783.015,50 D	33.711.102,75 D
1.1.4.4.1.01.05.01.00.0	ITAÚ INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	8.678.098,98 D	32.711.974,36 D
1.1.4.4.1.01.05.01.00.0	BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RF PREVID - 180766-8	1.104.916,52 D	999.128,39 D
1.1.4.4.1.02.00.00.00.0	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIAVEL - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇ	7.026.067,38 D	9.700.594,89 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	7.026.067,38 D	9.700.594,89 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC	1.400.323,06 D	1.372.349,93 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I	0,00 D	428.934,96 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	FIC AÇÕES VALOR RPPS	1.492.940,01 D	1.719.070,24 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 FICFI	3.032.714,81 D	3.826.354,81 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	BB AÇÕES TECNOLOGIA BDR	0,00 D	349.831,65 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	ITAÚ BDR NÍVEL 1 AÇÕES FIC	0,00 D	374.111,17 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	ITAÚ BDR NÍVEL 1 AÇÕES FIC 58838-3	0,00 D	361.419,96 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FICFI	735.850,84 D	922.152,01 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCADO 119-9	364.238,66 D	346.370,16 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.0	APLICAÇÕES EM ENQUADRAMENTO - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	96.899.899,28 D	132.698.988,68 D
.1.4.4.1.06.00.00.05.0	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI	1.030.515,24 D	972.237,37 D
1.1.4.4.1.06.00.00.06.0	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IMAB-5	147.674,96 D	64.801.603,63 D
1.1.4.4.1.06.00.00.08.0	ITAÚ INSTITUCIONAL LEGEND RF LP FIC FI	0,00 D	4.036.720,71 D
1.1.4.4.1.06.00.00.09.0	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI 21.838.150/0001-49	221.614,47 D	7.616.144,53 D
1.1.4.4.1.06.00.00.14.0	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	9.481.180,53 D	8.630.964,54 D

	ATIVO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
1.1.4.4.1.06.00.00.15.0	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRF-M 1 FI - TX. ADM	4.429.283,77 D	4.052.551,83 D
1.1.4.4.1.06.00.00.16.0	BB PREVID IDKA 2. 39.231-6	1.210.378,65 D	42.588.766,07 D
1.1.4.4.1.06.00.00.19.0	C/C 000053 - 2 CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF - CNPJ: 05.164.356/0001-84	10.596.496,89 D	0,00 D
1.1.4.4.1.06.00.00.20.0	C/C 39231 - 6 BB PREVID VERTICE 2026 - CNPJ: 54.602.092/0001-09	18.762.391,57 D	0,00 D
1.1.4.4.1.06.00.00.21.0	C/C 11441060000 - 237 BRADESCO RF DI PREMIUM- 03.399.411/0001-90	30.746.810,09 D	0,00 D
1.1.4.4.1.06.00.00.22.0	C/C 17804 - 5 ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FICFI	20.273.553,11 D	0,00 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.0	APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	166.247.330,69 D	120.990.870,62 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	BRB IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP (TAXA ADM)	128.073,35 D	202.254,83 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI	733.317,98 D	1.945.431,96 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	BB PREVID RF IRF-M CNPJBB	17.014.164,68 D	12.628.359,91 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	BB PREVID RF TOTAL - CNPJBB PREV RF RET TOTAL	6.581.196,53 D	6.086.692,16 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	BB PREV MM ALOCAÇÃO - CNPJBB PREV MM ALOCAÇÃO	786.504,62 D	1.163.022,57 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	0,00 D	1.728.935,24 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	0,00 D	54.419.782,30 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	BB PREVID RF PERFIL	34.283.781,04 D	674.010,91 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	BB PREVID RF IMAB 5+	357.961,60 D	11.957.266,82 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	BB PREVID XXI	0,00 D	8.016.931,20 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	FI BRASIL 2024 IVTP RF CNPJ: 20319595/0001-78	0,00 D	5.306.286,72 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	BB PREV TP IPCA	12.543.106,97 D	11.342.191,01 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	FI BRASIL 2024 X TP RF CNPJ 50.635.944/0001-03	0,00 D	3.844,65 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	FI BRASIL 2024 X TP RF CNPJ 50.635.944/0001-03	0,00 D	5.515.860,34 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	C/C 760199 - 35 NTN -B 2035 - TITULOS PÚBLICO - CURVA	30.690.183,76 D	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	C/C 000109523 - 6 BANCO MASTER- LETRAS FINANCEIRAS LF IPCA	63.129.040,16 D	0,00 D
1.1.4.9.0.00.00.00.00.0	(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	0,00 D	8.599.186,87 C
1.1.4.9.1.00.00.00.00.0	(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS - CONSOLI	0,00 D	8.599.186,87 C
1.1.4.9.1.01.00.00.00.0	(-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	0,00 D	742.551,91 D
1.1.4.9.1.06.00.00.00.0	(-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - RPPS	0,00 D	697,12 D
1.1.4.9.1.99.00.00.00.0	(-) OUTROS AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	0,00 D	1.354.722,17 D
1.1.4.9.1.99.01.00.00.0	(-) OUTROS AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRI	0,00 D	10.697.158,07 C
1.1.5.0.0.00.00.00.00.0	ESTOQUES	415,00 D	330,00 D
1.1.5.6.0.00.00.00.00.0	ALMOXARIFADO	415,00 D	330,00 D
1.1.5.6.1.00.00.00.00.0	ALMOXARIFADO – CONSOLIDAÇÃO	415,00 D	330,00 D
1.1.5.6.1.01.00.00.00.0	MATERIAL DE CONSUMO	415,00 D	0,00 D
1.1.5.6.1.07.00.00.00.0	MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00 D	330,00 D

ITAPREVI
Fls.: 41
Proc.: 200000203/25

1.2.0.0.0.00.00.00.00.0	ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.343.912.155,12 D	149.827.914,08 D
1.2.1.0.0.00.00.00.00.0	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.343.743.569,90 D	149.665.121,13 D
1.2.1.1.0.00.00.00.00.0	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.343.743.569,90 D	149.665.121,13 D
1.2.1.1.1.00.00.00.00.0	CRÉDITOS A LONGO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO	13.386.906,95 D	13.386.906,95 D
1.2.1.1.1.06.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	13.386.906,95 D	13.386.906,95 D
1.2.1.1.1.06.03.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO	13.386.906,95 D	13.386.906,95 D
1.2.1.1.2.00.00.00.00.0	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	1.330.356.662,95 D	136.278.214,18 D
1.2.1.1.2.06.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	136.278.214,18 D	136.278.214,18 D
1.2.1.1.2.06.04.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM C	83.578.780,30 D	83.578.780,30 D
1.2.1.1.2.06.99.00.00.0	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃ	52.699.433,88 D	52.699.433,88 D
1.2.1.1.2.06.99.01.00.0	ACORDO DE DÉFICIT ATUARIAL	26.080.840,29 D	26.080.840,29 D
1.2.1.1.2.06.99.02.00.0	Acordo Nº 4145/2023 - Proc. 200.000.163/2023	26.618.593,59 D	26.618.593,59 D
1.2.1.1.2.08.00.00.00.0	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	1.194.078.448,77 D	0,00 D
1.2.1.1.2.08.01.00.00.0	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	1.194.078.448,77 D	0,00 D
1.2.3.0.0.00.00.00.00.0	IMOBILIZADO	168.585,22 D	162.792,95 D
1.2.3.1.0.00.00.00.00.0	BENS MOVEIS	221.256,86 D	215.464,59 D
1.2.3.1.1.00.00.00.00.0	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	221.256,86 D	215.464,59 D
1.2.3.1.1.01.00.00.00.0	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.520,71 D	48.520,71 D
1.2.3.1.1.01.02.00.00.0	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.499,00 D	1.499,00 D
1.2.3.1.1.01.06.00.00.0	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	32.982,81 D	32.982,81 D
1.2.3.1.1.01.21.00.00.0	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	14.038,90 D	14.038,90 D
1.2.3.1.1.02.00.00.00.0	BENS DE INFORMÁTICA	31.784,45 D	31.784,45 D
1.2.3.1.1.02.01.00.00.0	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	31.239,45 D	31.239,45 D
1.2.3.1.1.02.02.00.00.0	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	545,00 D	545,00 D
1.2.3.1.1.03.00.00.00.0	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	38.442,96 D	38.442,96 D
1.2.3.1.1.03.02.00.00.0	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	1.551,55 D	1.551,55 D
1.2.3.1.1.03.03.00.00.0	MOBILIÁRIO EM GERAL	36.891,41 D	36.891,41 D
1.2.3.1.1.04.00.00.00.0	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	160,00 D	160,00 D
1.2.3.1.1.04.05.00.00.0	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	160,00 D	160,00 D
1.2.3.1.1.99.00.00.00.0	DEMAIS BENS MÓVEIS	102.348,74 D	96.556,47 D
1.2.3.1.1.99.99.00.00.0	OUTROS BENS MÓVEIS	102.088,64 D	96.296,37 D

Balanço Patrimonial - Analítico

ATIVO		Exercício Atual	Exercício Anterior
1.2.3.1.1.99.99.00.00.0	BENS MOVEIS	260,10 D	260,10 D
1.2.3.8.0.00.00.00.00.0	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	52.671,64 C	52.671,64 C
1.2.3.8.1.00.00.00.00.0	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	52.671,64 C	52.671,64 C
1.2.3.8.1.01.00.00.00.0	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	52.671,64 C	52.671,64 C
1.2.3.8.1.01.02.00.00.0	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	24.539,24 C	24.539,24 C
1.2.3.8.1.01.03.00.00.0	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	27.811,27 C	27.811,27 C
1.2.3.8.1.01.99.00.00.0	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	321,13 C	321,13 C

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Exercício Atual	Exercício Anterior
2.0.0.0.0.00.00.00.00.0	PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	1.811.645.268,67 C	1.705.866.848,50 C
2.1.0.0.0.00.00.00.00.0	PASSIVO CIRCULANTE	7.131.718,13 C	5.602.869,92 C
2.1.1.0.0.00.00.00.00.0	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PR	613.123,50 D	1.036.582,82 C
2.1.1.1.0.00.00.00.00.0	PESSOAL A PAGAR	635.204,83 D	54.680,82 D
2.1.1.1.1.00.00.00.00.0	PESSOAL A PAGAR – CONSOLIDAÇÃO	635.204,83 D	54.680,82 D
2.1.1.1.1.01.00.00.00.0	PESSOAL A PAGAR	635.204,83 D	54.680,82 D

ITAPREVI
Fls.: 42
Proc.: 200000203/25

2.1.1.1.1.01.01.00.00.0	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	636.414,83 D	55.890,82 D
2.1.1.1.1.01.01.00.00.0	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	1.210,00 C	1.210,00 C
2.1.1.4.0.00.00.00.00.0	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	22.081,33 C	1.091.263,64 C
2.1.1.4.2.00.00.00.00.0	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS	6.270,78 C	6.270,78 C
2.1.1.4.2.01.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	6.270,78 C	6.270,78 C
2.1.1.4.3.00.00.00.00.0	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS – UNIÃO	15.810,55 C	1.084.992,86 C
2.1.1.4.3.01.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	15.810,55 C	1.084.992,86 C
2.1.1.4.3.01.01.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	15.810,55 C	1.084.992,86 C
2.1.3.0.0.00.00.00.00.0	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	751.847,84 C	774.019,27 C
2.1.3.1.0.00.00.00.00.0	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	751.847,84 C	774.019,27 C
2.1.3.1.1.00.00.00.00.0	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	751.847,84 C	774.019,27 C
2.1.3.1.1.01.00.00.00.0	FORNECEDORES NACIONAIS	7.327,32 D	10.460,72 C
2.1.3.1.1.01.99.00.00.0	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	7.327,32 D	10.460,72 C
2.1.3.1.1.03.00.00.00.0	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	759.175,16 C	763.558,55 C
2.1.3.1.1.03.99.00.00.0	DEMAIS CONTAS A PAGAR	759.175,16 C	763.558,55 C
2.1.3.1.1.03.99.02.00.0	DEMAIS CONTAS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	759.175,16 C	763.558,55 C
2.1.8.0.0.00.00.00.00.0	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.992.993,79 C	3.792.267,83 C
2.1.8.8.0.00.00.00.00.0	VALORES RESTITUÍVEIS	6.980.000,95 C	3.792.267,83 C
2.1.8.8.1.00.00.00.00.0	VALORES RESTITUÍVEIS – CONSOLIDAÇÃO	6.979.148,06 C	3.791.414,94 C
2.1.8.8.1.01.00.00.00.0	CONSIGNAÇÕES	6.972.480,14 C	3.788.938,08 C
2.1.8.8.1.01.01.00.00.0	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	1.809.150,91 C	596.708,65 C
2.1.8.8.1.01.02.00.00.0	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	11.897,20 C	0,00 C
2.1.8.8.1.01.10.00.00.0	PENSAO ALIMENTICIA	115.824,70 C	3.051,08 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	PENSOES ALIMENTICIAS	16.131,63 C	5.807,95 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	IRRF PF	1.595.523,65 C	700.491,70 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	CEF-EMPRÉSTIMO	565.711,55 C	305.943,27 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	SEPE-NÚCLEO	4.607,74 C	4.244,94 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	SINSERV	7.802,10 C	6.519,13 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	AACBF	1.832,15 C	1.832,15 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	APLUB	29,60 C	14,80 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	BB – EMPRÉSTIMO	109.184,52 C	108.458,95 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	PREVISUL	38,90 C	19,45 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	UNIK	242,10 C	242,10 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	PREVISUL	0,00 C	19,45 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	UNASP – BENEFÍCIOS	64,12 D	64,12 D
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	1.716.436,60 C	1.358.385,10 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	IRRF PJ	2.344,72 C	104.444,36 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR RPPS	687.533,16 C	574.710,40 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	328.253,03 C	18.108,72 C
2.1.8.8.1.03.00.00.00.0	DEPOSITOS JUDICIAIS	6.667,92 C	2.476,86 C
2.1.8.8.1.03.01.00.00.0	DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINACAO JUDICIAL	6.667,92 C	2.476,86 C
2.1.8.8.3.00.00.00.00.0	VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS – UNIÃO	852,89 C	852,89 C
2.1.8.8.3.01.00.00.00.0	CONSIGNAÇÕES	852,89 C	852,89 C
2.1.8.8.3.01.02.00.00.0	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	852,89 C	852,89 C
2.1.8.9.0.00.00.00.00.0	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	12.992,84 C	0,00 C
2.1.8.9.1.00.00.00.00.0	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	12.992,84 C	0,00 C
2.1.8.9.1.01.00.00.00.0	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.992,84 C	0,00 C
2.1.8.9.1.01.01.00.00.0	INDENIZAÇÕES A SERVIDORES	12.992,84 C	0,00 C
2.2.0.0.0.00.00.00.00.0	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	1.773.167.724,83 C	1.693.917.496,95 C

Balanço Patrimonial - Analítico

	Exercício	Exercício

ITAPREVI
Fls.: 43
Proc.: 2000020 3/25

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Atual	Anterior
2.2.7.0.0.00.00.00.00.00.0	PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.773.167.724,83 C	1.693.917.496,95 C
2.2.7.2.0.00.00.00.00.00.0	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO	1.773.167.724,83 C	1.693.917.496,95 C
2.2.7.2.1.00.00.00.00.00.0	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.773.167.724,83 C	1.693.917.496,95 C
2.2.7.2.1.03.00.00.00.00.0	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	911.686.610,08 C	862.211.728,74 C
2.2.7.2.1.03.01.00.00.00.0	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO R	989.117.843,67 C	886.406.948,23 C
2.2.7.2.1.03.03.00.00.00.0	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RP	27.495.373,01 D	23.588.369,74 D
2.2.7.2.1.03.04.00.00.00.0	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃOO DO R	479.968,40 D	606.849,75 D
2.2.7.2.1.03.05.00.00.00.0	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	49.455.892,18 D	0,00 D
2.2.7.2.1.04.00.00.00.00.0	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER	861.481.114,75 C	831.705.768,21 C
2.2.7.2.1.04.01.00.00.00.0	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO R	1.486.620.556,43 C	1.377.857.533,92 C
2.2.7.2.1.04.02.00.00.00.0	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	347.878.998,23 D	292.724.408,64 D
2.2.7.2.1.04.03.00.00.00.0	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA	202.929.415,63 D	170.755.905,04 D
2.2.7.2.1.04.04.00.00.00.0	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	74.331.027,82 D	82.671.452,03 D
2.3.0.0.0.00.00.00.00.00.0	PATRIMÔNIO LIQUIDO	31.345.825,71 C	6.346.481,63 C
2.3.7.0.0.00.00.00.00.00.0	RESULTADOS ACUMULADOS	31.345.825,71 C	6.346.481,63 C
2.3.7.1.0.00.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	31.345.825,71 C	6.346.481,63 C
2.3.7.1.1.00.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	1.775.271.354,98 D	1.683.649.187,94 D
2.3.7.1.1.01.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	91.622.167,04 D	1.688.884.006,42 D
2.3.7.1.1.02.00.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.683.649.187,94 D	5.234.818,48 C
2.3.7.1.2.00.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	1.714.017.401,87 C	1.661.124.912,29 C
2.3.7.1.2.01.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	52.892.489,58 C	1.241.117.981,88 C
2.3.7.1.2.02.00.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.661.124.912,29 C	420.006.930,41 C
2.3.7.1.3.00.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	8.562.810,07 C	8.562.810,07 C
2.3.7.1.3.02.00.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.562.810,07 C	8.562.810,07 C
2.3.7.1.4.00.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	84.158.209,67 C	20.403.206,35 C
2.3.7.1.4.01.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	63.755.003,32 C	0,00 C
2.3.7.1.4.02.00.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.403.206,35 C	20.403.206,35 C
2.3.7.1.5.00.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	121.240,92 D	95.259,14 D
2.3.7.1.5.01.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	25.981,78 D	26.804,71 D
2.3.7.1.5.02.00.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	95.259,14 D	68.454,43 D

No balanço patrimonial, é registrado a conta créditos a receber, que pela definição do PCASP:

1.1.2.1.0.00.00	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	Compreende os valores relativos a créditos a receber oriundos das variações patrimoniais aumentativas tributárias, realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações. Os tributos são: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições e empréstimos compulsórios.

ITAPREVI
Fls.: 44
Proc.: 200000203/25

MCASP 11ª EDIÇÃO

VI. CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos e dos passivos descritas neste capítulo, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis, salvo se houver orientação diversa em capítulos específicos.

Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

O valor reconhecido como provisão deve corresponder à melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar (ou extinguir) a obrigação presente na data das demonstrações contábeis. Mais informações estão presentes no Capítulo de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes desta Parte II do Manual.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

VI. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)17 evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

ITAPREVI
Fls.: 45
Proc.: 200000203/25

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade.

Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

4.9.9.8.2.01.03	VPA DO VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	Compreende as variações patrimoniais aumentativas provenientes de receitas futuras do ente vinculadas por lei ao regime próprio de previdência para cobertura do deficit atuarial, como por exemplo os royalties.	Credora

3.9.7.2.1.00.00	VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	Compreende/Registra a constituição de provisões de passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a futuros benefícios previdenciários a serem pagos aos contribuintes. Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).	Devedora

Foram ajustados a provisão matemática no exercício de 2024 conforme C.I. n.º 01 D.A./2025.

Neste contexto, o valor dos ativos garantidores considerado nesta avaliação atuarial foi de R$ 593.515.784,14, como o somatório dos bens e direitos vinculados ao Plano, posicionado em 31/12/2024, mais o valor atual do plano de amortização do déficit atuarial no valor de R$ 1.181.881.490,73, totalizando o valor de R$ 1.775.397.274,87.

a) Provisões Matemáticas

Provisão Matemática é a conta do Passivo Atuarial que expressa a projeção de todos os compromissos atuariais presentes no Plano de Benefícios Previdenciários, representativa assim da totalidade dos compromissos líquidos do plano para com seus segurados (servidores ativos, aposentados e pensionistas).

Ou seja, representa a diferença entre benefícios previdenciários futuros e contribuições futuras trazidos financeiramente a data presente do cálculo (valor presente) considerando-se uma determinada taxa de juros.

A Provisão Matemática é de Benefícios Concedidos quando se refere aos servidores aposentados e pensionistas e de Benefícios a Conceder quando se refere aos servidores ativos, com projeções feitas para antes e após sua data prevista para aposentadoria. As provisões matemáticas foram avaliadas em 31/12/2024 apresentando os valores de:

Conta	Descrição	Geração Atual
2.2.7.2.1.00.00	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**1.773.167.724,83**
2.2.7.2.1.03.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**	**911.686.610,08**
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**989.117.843,67**
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	27.495.373,01
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃOO DO RPPS	479.968,40
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	49.455.892,18
2.2.7.2.1.04.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**861.481.114,75**
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**1.486.620.556,43**
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	347.878.998,23
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	202.929.415,63
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	74.331.027,82

ITAPREVI
Fls.: 97
Proc.: 200000203/25

VI.1 Resultado Técnico

Ao se calcular a diferença entre o Patrimônio de Cobertura e as Provisões Matemáticas, pode-se avaliar o Resultado Técnico do Plano, verificando se ele é superavitário, resultado positivo, ou deficitário, resultado negativo. O quadro a seguir apresenta este resultado levando em consideração as obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Instituto de Previdência:

Conta	Descrição	Geração Atual
2.3.0.0.0.00.00	**ATIVO GARANTIDORES DO COMPROMISSO DO PLANO**	**1.775.397.274,87**
2.2.7.2.1.00.00	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**1.773.167.724,83**
2.2.7.2.1.03.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**	**911.686.610,08**
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**989.117.843,67**
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	27.495.373,01
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃOO DO RPPS	479.968,40
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	49.455.892,18
2.2.7.2.1.04.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**861.481.114,75**
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**1.486.620.556,43**
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	347.878.998,23
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	202.929.415,63
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	74.331.027,82
2.3.7.1.1.00.00	**RESULTADO ATUARIAL**	**2.229.550,04**

VII. CONCLUSÃO

Atesto que os resultados da avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2024 do Instituto de Previdência foram apurados e apresentam um déficit de R$ 1.179.651.940,69, porém com a manutenção do plano de amortização de déficit realizado através de aportes financeiros previstos em Lei que totalizou R$ 1.181.881.490,73 e seu cumprimento fiel pelo Ente Federativo, o Plano estará equilibrado financeiramente e atuarialmente com a integralização da insuficiência de cobertura pelo Ente Federativo, conforme resultado observado em R$ 2.229.550,04 neste Estudo Atuarial de 2025.

ITAPREVI
Fls.: 48
Proc.: 200000203/25

Para que esta situação de equilíbrio seja mantida se fará necessário que o Instituto de Previdência continue acumulando mais recursos garantidores em seu Patrimônio de Cobertura ao longo do tempo e não atrase repasses financeiros, pois foi observado que o Patrimônio de Cobertura.

(Diretor Gabriel Pimentel Sátyro, matrícula Miba n.º 2799)

IX. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Este capítulo tem por objetivo dispor sobre o objetivo, definições e estrutura da Demonstração dos Fluxos de caixa e foi elaborado com base na NBC TSP 12. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identificará:

a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;

b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e

c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 23, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019

Aprova a NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

O objetivo desta Norma é estabelecer critérios para selecionar e alterar as políticas contábeis, juntamente com (a) o tratamento contábil e a divulgação de mudanças nas políticas contábeis, (b) mudança nas estimativas contábeis e (c) retificações de erros.

ITAPREVI
Fls.: 49
Proc.: 200000203/25

Esta Norma tem como objetivo melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da entidade, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com outras entidades.

As exigências de divulgação relativas a políticas contábeis, exceto aquelas que digam respeito a mudanças entre tais políticas contábeis, são estabelecidas na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Alcance. Esta Norma deve ser aplicada na seleção e na aplicação de políticas contábeis, bem como na contabilização de mudanças de políticas contábeis, nas mudanças de estimativas contábeis e correções de erros de períodos anteriores.

Os efeitos tributários de retificações de erros de períodos anteriores e de ajustes retrospectivos efetuados para a aplicação de alterações nas políticas contábeis não são considerados nesta Norma.

Abaixo os acordos firmados entre o ente Municipal e o Instituto de Previdência, e recebidos no ano de 2024.

IX.1 ACORDOS N.º 793, 802, 804, e 805 de 2018.

Especificação dos acordos em vigência no Itaprevi n. º 793, 802, 804, e 805 de 2018.

a) Acordo nº 00793/2018

Acordo de parcelamento e confissão de débitos Previdenciários			
Acordo CADPREV	**00793/2018**	Data	05/06/2018
Valor Consolidado	R$ 30.799.161,32	Valor da prestação inicial	R$ 153.995,81
Número das Prestações	200	Vencimento da primeira prestação	15/07/2018

Fonte: Departamento Financeiro do Itaprevi, https://cadprev.previdencia.gov.br/,
Processo TCE/RJ n.º206886-1/2019

ITAPREVI
Fls.: 50
Proc.: 200000203/25

b) Acordo nº 00802/2018

Acordo de parcelamento e confissão de débitos Previdenciários			
Acordo CADPREV	**00802/2018**	Data	05/06/2018
Valor Consolidado	R$ 4.726.760,37	Valor da prestação inicial	R$ 73.633,80
Número das Prestações	200	Vencimento da primeira prestação	15/07/2018

Fonte: Departamento Financeiro do Itaprevi, https://cadprev.previdencia.gov.br/ ,
Processo TCE/RJ n.º206886-1/2019

c) Acordo nº 00804/2018

Acordo de parcelamento e confissão de débitos Previdenciários			
Acordo CADPREV	**00804/2018**	Data	06/06/2018
Valor Consolidado	R$ 45.543.956,79	Valor da prestação inicial	R$ 27.719,78
Número das Prestações	200	Vencimento da primeira prestação	15/07/2018

Fonte: Departamento Financeiro do Itaprevi, https://cadprev.previdencia.gov.br/,
Processo TCE/RJ n.º 206886-1/2019

d) Acordo nº 00805/2018

Acordo de parcelamento e confissão de débitos Previdenciários			
Acordo CADPREV	**00805/2018**	Data	08/06/2018
Valor Consolidado	R$ 18.911.671,16	Valor da prestação inicial	R$ 94.558,36
Número das Prestações	200	Vencimento da primeira prestação	15/07/2018

Fonte: Departamento Financeiro do Itaprevi, https://cadprev.previdencia.gov.br/
Processo TCE/RJ n.º206886-1/2019

e) Parcelas dos acordos recebidos no ano de 2024:

ACORDO				
2024	793/2018	802/2018	804/2018	805/2018
JANEIRO	R$ 290.838,53	R$ 139.065,77	R$ 430.074,59	R$ 178.584,18
FEVEREIRO	R$ 293.917,40	R$ 140.537,94	R$ 434.627,44	R$ 180.474,70
FEVEREIRO	R$ 296.621,38	R$ 141.830,87	R$ 438.625,93	R$ 181.664,57
MARÇO				
ABRIL	R$ 300.582,15	R$ 143.724,73	R$ 444.482,88	R$ 184.567,06
MAIO	R$ 302.570,1	R$ 144.675,30	R$ 447.422,59	R$ 185.787,75

ITAPREVI
Fls.: 51
Proc.: 200000203/25

JUNHO	R$ 305.224,50	R$ 145.944,49	R$ 451.347,71	R$ 187.417,63
JULHO				
AGOSTO				
SETEMBRO				
OUTUBRO				
NOVEMBRO				
DEZEMBRO				
TOTAL	R$ 1.789.754,06	R$ 855.779,10	R$ 2.646.581,14	R$ 1.098.495,89

Obs.: no mês de fevereiro foi recebido duas parcelas do acordo de 200/2018

X. PLANO DE AMORTIZAÇÃO

A Lei Municipal n.° 3.376 de 26 de novembro de 2015, que tem por finalidade alterar o plano de custeio do regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí e revoga a Lei de segregação de massas, a fim de manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

> Artigo 2ª – A Lei n.° 2.499 de 2005, de 16 de agosto de 2005, passa a vigorar acrescida do artigo 28 - A, com a seguinte redação:
>
> "Fica instituído o plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial apurado para o exercício de 2015, mediante aportes financeiros regulares ao Itaprevi, conforme valores apresentados na tabela a seguir:"

ANO	Aporte para amortização do Déficit(valor anual)	Aporte para amortização do Déficit(valor mensal)
2016	R$ 9.006.355,80	R$ 750.529,65
2017	R$ 14.728.589,60	R$ 1.227.382,47
2018	R$ 20.564.367,44	R$ 1.713.697,29

2019	R$	26.515.387,98	R$	2.209.615,67
2020	R$	32.583.372,49	R$	2.715.281,04
2021	R$	38.770.065,16	R$	3.230.838,76
2022	R$	45.077.233,34	R$	3.756.436,11
2023	R$	51.506.667,84	R$	4.292.222,32
2024	**R$**	**58.060.183,44**	**R$**	**4.838.348,62**

O Plano de amortização será revisto nas avaliações atuariais anuais, sendo a sua revisão, em caso de alteração do valor dos aportes, havendo necessidade de majoração de alíquotas, estabelecida por ato do Chefe do Poder Executivo, que conterá a planilha de amortização.

Os valores apresentados na tabela abaixo referem-se a recursos efetivamente recebidos no ano de 2024:

Meses de 2024	Valor do aporte
jan/24	R$ 4.838.348,62
fev/24	R$ 4.838.348,62
mar/24	Não recebido
abr/24	Não recebido
mai/24	Não recebido
jun/24	Não recebido
jul/24	Não recebido
ago/24	Não recebido
set/24	Não recebido
out/24	Não recebido
nov/24	Não recebido
dez/24	Não recebido
TOTAL	**R$ 9.676.697,24**

Durante o ano de 2024 o ente Municipal não repassou integralmente o valor do aporte previdenciário como evidenciado acima na planilha.

O montante a receber, sem atualização, corresponde ao valor R$ 48.383.486,20 (quarenta e oito milhões trezentos e oitenta e três mil quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte

centavos).

O Instituto de Previdência encaminha regularmente os ofícios de cobrança à Secretaria Municipal de Fazenda com os valores atualizados, como previsto na política de investimentos e índice do IPCA como previsto na Lei Municipal que instituiu o referido aporte Previdenciário.

Os valores devidos referentes ao aporte para cobertura do déficit atuarial dos meses apontados acima, foi realizado de acordo da LEI Nº 4.145/2023

> **DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ COM O SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS.**
>
> Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos do Município de Itaguaí com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo ITAPREVI, em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, de aportes previdenciários para equacionamento do déficit devidos pelo ente federativo relativos às competências julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do exercício de 2023, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, com as alterações da Portaria MF nº 21/2013 e, em consonância às perspectivas atuariais para as hipóteses de taxa real de juros/descontos adotadas na Avaliação Atuarial.
>
> Fonte: jornal Oficial Municipal edição 1.219 do dia 20 de dezembro de 2023.

O início do pagamento das parcelas recebidas no ano de 2024;

2024	ACORDO N.º	DEVIDO	PAGO	NÃO PAGO
JANEIRO	00003/2024	R$ 2.218.216,13	R$ 2.218.216,13	

ITAPREVI
Fls.: 54
Proc.: 2000002203/25

FEVEREIRO	00003/2024	R$ 2.419.174,31	R$ 2.419.174,31	
MARÇO	00003/2024			R$ 2.292.692,33
ABRIL	00003/2024			R$ 2.307.831,97
MAIO	00003/2024			R$ 2.328.238,78
JUNHO	00003/2024			R$ 2.350.562,36
JULHO	00003/2024			R$ 2.367.249,86
AGOSTO	00003/2024			R$ 2.388.140,69
SETEMBRO	00003/2024			R$ 2.399.609,35
OUTUBRO	00003/2024			R$ 2.422.031,78
NOVEMBRO	00003/2024			R$ 2.448.070,08
DEZEMBRO	00003/2024			R$ 2.469.772,47
TOTAL		**R$ 4.637.390,44**	**R$ 4.637.390,44**	**R$ 23.774.199,67**

Entretanto, os dois primeiros meses de 2024 foram pagos o valor de R$ 23.774.199,67(vinte três milhões setecentos e setenta e quatro mil centos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos) a receber.

Em 13.11.2024 o ente Municipal encaminhou a mensagem nº 020/2024 à Câmara Municipal para encaminhar Projeto de Lei " Reparcelamento de Débitos do Município de Itaguaí com o seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em regime de urgência, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Itaguaí e art. 182 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

A mensagem foi recebida como PL nº 66/2024, apresentado na Câmara Municipal em 27.11.2024, com Parecer nº 156/2024 da Comissão de Constituição e Justiça favorável, com data para votação do PL em 19.12.2024, porém o PL não foi votado em 2024 e nem no ano de 2025.

Os valores devidos, mencionados, não está atualizado, porém ao oficiar o Ente Municipal, os mesmos são encaminhados com a atualização prevista na política de investimentos e nos termos do acordo firmado pelo índice do IPCA.

ITAPREVI
Fls.: 55
Proc.: 200000203/25

XI. DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO

MODELO 10

Não houve transferência para cobertura do déficit financeiro do Itaprevi, uma vez que remete ao plano financeiro da segregação de massas. O Instituto de Previdência possui o plano de amortização Instituído pela Lei Municipal n.º 3.376/2015 que pertence ao plano de capitalização/plano previdenciário para equacionamento do déficit Previdenciário.

XII. DAS CONTRIBUIÇÕES REGULARES (SERVIDORES E PATRONAL) – MODELO 34

a) Da contribuição Patronal

Não foram recebidas a Contribuição patronal referente aos meses do ano de 2023, em função disso, foi expedido oficio junto ao Ente Municipal com a solicitação dos juros decorrente do recebimento em tempestividade dos valor do patronal dos meses: maio no valor de R$ 44.178,19(quarenta e quatro mil cento e setenta e oito reais e dezenove centavos); mês junho no valor de R$ 3 6.277,84(trinta e seis mil duzentos e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos); no mês de julho no valor de R$ 28.379,72(vinte e oito mil trezentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos) e no mês de agosto o valor de R$ 47.441,27(quarenta e sete mil quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos).

No mês de setembro a diferença do patronal no valor de R$ 2.072442,7(dois milhões setenta e dois mil quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta centavos) no mês de outubro no valor de R$ 2.100.784,18 (dois milhões cem mil setecentos e oitenta e quatro reais e dezoito centavos).

O total devido pelo Município é o valor de R$ 15.535.427,91 (quinze milhões

ITAPREVI
Fls.: 56
Proc.: 200000203/25

quinhentos e trinta e cinco mil quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e um centavos). A atualização dos valores ocorre conforme o índice da política de investimento vigente e o IPCA, visando e equilíbrio financeiro do Instituto.

Durante o exercício de 2024 não foram creditados na conta corrente do Itaprevi os valores da Contribuição Patronal devidas ao Ente Municipal.

Em 13.11.2024 o ente Municipal encaminhou a mensagem nº 021/2024 à Câmara Municipal para encaminhar Projeto de Lei " Parcelamento de Débitos do Município de Itaguaí com o seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em regime de urgência, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Itaguaí e art. 182 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

A mensagem foi recebida como PL nº 65/2024, apresentado na Câmara Municipal em 27.11.2024, com Parecer nº 157/2024 da Comissão de Constituição e Justiça favorável, com data para votação do PL em 19.12.2024, porém o PL não foi votado em 2024 e nem no ano de 2025.

O valor total sem acréscimo de juros e atualização monetária previsto na Legislação do Instituto de Previdência de Itaguaí e Política de investimentos são no valor de R$ 65.820.726,88 (sessenta e cinco milhões oitocentos e vinte mil setecentos e vinte seis reais e oitenta e oito centavos).

O Instituto de Previdência de Itaguaí - Itaprevi envia e reitera ofícios mensalmente, com os valores atualizados, à Secretaria Municipal de Fazenda, para ciência dos valores da Contribuição Patronal devida.

Em anexo as providências adotadas para o parcelamento e reparcelamento.

b) Da contribuição servidor

No dia 30 e 31 de dezembro de 2024 foi recebido o valor de R$ 4.481.847,34(quatro milhões quatrocentos e oitenta e um mil oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e quatro

centavos) referente aos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro das partes que estavam faltavam.

A parte que faltava da contribuição do Servidor referente ao mês de novembro, o valor de R$ 870.196,07 foi recebido no dia 11 do mês de fevereiro de 2025 e o valor de R$ 964,93 no dia 12 do mês de fevereiro de 2025

A contribuição do Servidor referente ao mês de dezembro, o valor de R$ 2.932,658,58 foi recebido no dia 31 do mês de janeiro de 2025

A parte que faltava da contribuição do Servidor referente ao13° salário, o valor de R$ 161.184,58 foi recebido no dia 31 do mês de janeiro de 2025, o valor de R$ 1.021.629,08 foi recebido no dia 11 de fevereiro de 2025 e o valor de R$ 371.652,31 foi recebido no dia no dia 12 do mês de fevereiro de 2025;

XIII. DAS CONTRIBUIÇÕES SUPLEMENTARES E DAS CONTRIBUIÇÕES CONSOLIDADAS- MODELOS 35 E 37:

O Anexo II, relação de documentos PCA- RPPS para o ano de 2024, os itens 32(modelo 35) e 35(modelo 37) estão com a seguinte solícitação:

"Demonstrativo Consolidado evidenciando o valor das contribuições suplementares devidas e arrecadadas pelo RPPS, conforme **Modelo 35** desta Deliberação. "

"Demonstrativo das Contribuições Suplementares devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme **Modelo 37** desta Deliberação. "

Informamos que o RPPS não tem repasse de alíquota suplementar e, por isso,

ITAPREVI
Fls.: 59
Proc.: 200000203/25

ocasionou o preenchimento do modelo 37 igual ao modelo 35.

XIV. RELAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS NO EXERCÍCIO

MODELO 39 RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS:

Informo que houve restos a pagar cancelados no exercício conforme Decreto Municipal n.º 4.662/2021.

Estes foram os fatos que o Instituto de Previdência de Itaguaí –RJ considera relevantes para serem expostos em notas explicativas.

André Luiz da Silva Miranda
Diretor Contábil
Matrícula: 34.656

ITAPREVI
Fls.: 59
Proc.: 200.000203/25

Câmara Municipal de Itaguaí
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Projeto de Lei nº 65 de 2024

Fazer Nova Pesquisa

Etiqueta

Identificação Básica

Tipo de Matéria Legislativa
Projeto de Lei

Ano
2024

Número
65

Data de Apresentação
27/11/2024

Número do Protocolo
618

Tipo de Apresentação
Escrita

Texto Original
pl_mensagem_20.pdf

Numeração

Outras Informações

Apelido

Dias Prazo

Matéria Polêmica?
Não

Objeto

Regime Tramitação
Urgência

Em Tramitação?
Sim

Data Fim Prazo

Data de Publicação

É Complementar?
Não

Origem Externa

Tipo

Número

Ano

Local de Origem

Data

Dados Textuais

Ementa
DTSPÕE SOBRE O REPARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ COM O SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Indexação

Observação

Protocolo: 618/2024, **Data Protocolo:** 27/11/2024 - **Horário:** 10:07:18

OpenAPI

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC23

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Itaguaí
Rua Amélia Louzada, 277
CEP: 23815-180 | Telefone: (21) 2688-1136
OpenAPI | Site | Fale Conosco

ITAPREVI
Fls.: 60
Proc.: 20000020325

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 16:47:43 +01:00

ITAPREVI
Fls.: 61
Proc.: 200000203/25

Câmara Municipal de Itaguaí
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Parecer nº 158 de 2024

Fazer Nova Pesquisa

Etiqueta

Identificação Básica

Tipo de Matéria Legislativa
Parecer

Ano
2024

Número
158

Data de Apresentação
17/12/2024

Número do Protocolo

Tipo de Apresentação
Escrita

Texto Original

Numeração

Outras Informações

Apelido

Dias Prazo

Matéria Polêmica?
Não

Objeto

Regime Tramitação
Urgência

Em Tramitação?
Não

Data Fim Prazo

Data de Publicação

É Complementar?
Não

Origem Externa

Tipo

Número

Ano

Local de Origem

Data

Dados Textuais

Ementa

Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Assunto: Projeto de Lei nº 66/2024 de autoria do Poder Executivo.
Ementa: Dispõe sobre o parcelamento de débitos do município de Itaguaí com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e dá outras providências.
Relator: Vereador Júlio Cezar José de Andrade Filho Analisando o projeto de Lei em epígrafe, este relator verificou que a matéria atende as normas constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opina pela sua Constitucionalidade. É o Parecer. Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2024. (aa) Guilherme Severino Campo de Farias Kifer Ribeiro - Presidente; Julio Cezar José de Andrade Filho - Relator; Vinicius Alves de Moura Brito - Membro;

Indexação

Observação

Data Votação: 19 de Dezembro de 2024

ITAPREVI
Fls.: 62
Proc.: 2000000203/25

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC23

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Itaguaí
Rua Amélia Louzada, 277
CEP: 23815-180 | Telefone: (21) 2688-1136
OpenAPI | Site | Fale Conosco

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 16:47:47 +01:00

ITAPREV
Fls.: 63
Proc.: 2000020325

Câmara Municipal de Itaguaí

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 30ª Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2024)
Legislatura

Identificação Básica

Tipo de Sessão: Ordinária
Abertura: 19/12/2024 - 10:00
Encerramento: 19/12/2024 - 10:35

Correspondências

Expedientes

Declaração de Abertura:

Leitura Bíblica: Ver. Sandro da Hermínio. Salmos 28:7.

Leitura das correspondências Recebidas:

Ofício SEC Governo nº 173/2024, de 12 de dezembro de 2024 – ao Presidente da Câmara Municipal de Itaguaí – Encaminhando a cópia do Decreto nº 4.883/2024 devidamente promulgado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Itaguaí. (a) Milton Valviesse Gama – Secretário Municipal de Governo.

Ofício SEC Governo nº 174/2024, de 12 de dezembro de 2024 – ao Presidente da Câmara Municipal de Itaguaí – Encaminhando a Lei nº 4.199/2024 devidamente sancionada pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Itaguaí. (a) Milton Valviesse Gama – Secretário Municipal de Governo.

Leitura das correspondências Expedidas:

Ofício nº 112/2024, de 11 de dezembro de 2024 – ao Exmº Sr. Prefeito Rubem Vieira de Souza - Encaminhando Indicações aprovadas por este Legislativo: Indicações nº 385/2024 nº 386/2024 de autoria do Vereador Fabinho Rocha; Indicações nº 387/2024 e nº 388/2024 de autoria do Vereador Nando Rodrigues; Indicações nº 389/2024 e nº 390/2024 de autoria do Vereador Jocimar do Cartório. (a) Haroldo Rodrigues Jesus Neto – Presidente.

Ofício nº 113/2024, de 11 de dezembro de 2024 – ao Exmº Sr. Prefeito Rubem Vieira de Souza – Encaminhando cópias dos Projetos de Lei nº 7/2024 e nº 53/2024, devidamente aprovados por este Legislativo. (a) Haroldo Rodrigues Jesus Neto – Presidente.

Matérias do Expediente

Matéria	Ementa	Situação
1 - Ata das Sessões Plenárias nº 29 de 2024 **Processo**: - **Autor**: Secretaria do Legislativo - SecLeg	ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DO ANO DE 2024 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ – RJ	Proposição incluída nos Expedientes
2 - Projeto de Lei nº 69 de 2024 **Processo**: - **Autor**: Fabinho Rocha	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CONSCIENTIZAÇÃO E CONTROLE DA DIABETES TIPO 1 EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Proposição incluída nos Expedientes

ITAPREVI
Fls.: 64
Proc.: 200000203/25

Câmara Municipal de Itaguaí

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 30ª Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2024) Legislatura

Matéria	Ementa	Situação
3 - Projeto de Lei nº 70 de 2024 **Processo**: - **Autor**: Julinho	"Dispõe sobre a vacinação domiciliar das pessoas com autismo no âmbito do Município de Itaguaí e dá outras providências."	Proposição incluída nos Expedientes

Matérias da Ordem do Dia

Matéria	Ementa	Situação
1 - **Requerimento nº 128 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Haroldo Jesus	Moção de Congratulações e Elogios à Srta. Rafaela da Rosa Xavier.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
2 - **Requerimento nº 129 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Haroldo Jesus	Moção de Congratulações e Elogios à Srta. Maria Heloisa Aguiar do Carmo.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
3 - **Requerimento nº 130 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Nando Rodrigues	Moção de Congratulações e Elogios ao Sr. Luciano Suzano Barreto.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
4 - **Requerimento nº 131 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Sandro da Hermínio	Moção de Congratulações e Elogios ao Sr. José Gomes de Sena.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
5 - **Requerimento nº 132 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Guilherme Farias	Moção de Congratulações e Elogios ao Sr. Victor Tinoco de Souza.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
6 - **Indicação nº 391 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Fabinho Rocha	Solicitando retirada de entulhos da Rua Manoel Araújo dos Santos, quadra 77, lote 3, bairro Brisamar.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
7 - **Indicação nº 392 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Fabinho Rocha	Solicitando retirada de entulhos e lixos da Rua Ari Parreira, ao lado do número 1.371, bairro Engenho.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
8 - **Indicação nº 393 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Guilherme Farias	Solicitando a colocação de uma caçamba de lixo na Rua José Pinto 50, Rua do valão do Guanabara, bairro Engenho.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
9 - **Indicação nº 394 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Nando Rodrigues	Solicitando operação tapa buracos na Rua Almirante Barroso, Centro de Itaguaí.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
10 - **Indicação nº 395 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Nando Rodrigues	Solicitando operação tapa buracos na Rua Thieres Teixeira Leite no Bairro do Engenho, próximo aos números 566 e 768.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
11 - **Indicação nº 396 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Sandro da Hermínio	Solicitando a revitalização da Quadra na Escola Municipal Professora Maria Guilhermina de Souza , localizada na Estrada Engenheiro Ivan Mundin, s/ n°, Lotes 10, 11 e 12, localizada no bairro Leandro.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
12 - **Indicação nº 397 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Sandro da Hermínio	Solicitando troca de lâmpada na Rua Mário Teles n° 22, Quadra 160, no bairro Ibirapitanga.	Proposição inclusa na Ordem do Dia

ITAPREVI
Fls.: 65
Proc.: 200.000.203/25

Pauta da 30ª Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2024) Legislatura

Matéria	Ementa	Situação
13 - **Parecer nº 156 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CCJR - Comissão de Constituição, Justiça e Redação	Comissão de Constituição, Justiça e Redação Assunto: Projeto de Lei nº 64 de 2024 de autoria do Poder Executivo. Ementa: Que altera e Republica o Anexo de Metas Fiscais que compõe a Lei n 4.178 de 19 de julho de 2024 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o Exercício de 2025. Relator: Vereador Vinícius Alves de Moura Brito. Analizando o Projeto de Lei em epígrafe, este relator verificou que a matéria atende as normas constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opina pela sua Constitucionalidade. É o parecer. Câmara Municipal, 11 de dezembro de 2024. (aa) Guilherme Farias - Presidente; Júlio Cézar José de Andrade Filho - Membro; Vinícius Alves de Moura Brito - Relator.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
14 - **Parecer nº 157 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CCJR - Comissão de Constituição, Justiça e Redação	Comissão de Constituição, Justiça e Redação Assunto: Projeto de Lei nº 65 de 2024 de Autoria do Poder Executivo. Ementa: Dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Itaguaí com o seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e dá outras providências. Relator: Vereador Vinícius Alves de Moura Brito. Analisando o Projeto de Lei em epígrafe, este relator verificou que a matéria atende as normas constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opina pela sua constitucionalidade. É o parecer. Câmara Municipal, 11 de dezembro de 2024. (aa) Guilherme Farias - Presidente; Júlio César José de Andrade Filho - Membro; Vinícius Alves de Moura Brito - Relator.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
15 - **Parecer nº 158 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CCJR - Comissão de Constituição, Justiça e Redação	Comissão de Constituição, Justiça e Redação Assunto: Projeto de Lei nº 66/2024 de autoria do Poder Executivo. Ementa: Dispõe sobre o parcelamento de débitos do município de Itaguaí com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e dá outras providências.. Relator: Vereador Júlio Cezar José de Andrade Filho Analisando o projeto de Lei em epígrafe, este relator verificou que a matéria atende as normas constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opina pela sua Constitucionalidade. É o Parecer. Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2024. (aa) Guilherme Severino Campo de Farias Kifer Ribeiro - Presidente; Julio Cezar José de Andrade Filho - Relator; Vinicius Alves de Moura Brito - Membro;	Proposição inclusa na Ordem do Dia

ITAPREVI
Fls.: 66
Proc.: 200.000203/25

Câmara Municipal de Itaguaí

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 30ª Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2024) Legislatura

Matéria	Ementa	Situação
16 - **Parecer nº 159 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CCJR - Comissão de Constituição, Justiça e Redação	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER Assunto: Projeto de Lei nº 67/2024 de autoria do Poder Executivo. Ementa: Dispõe sobre a estrutura básica organizacional do ITAPREVI – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE ITAGUAÍ e dá outras providências. Relator: Vereador Julio Cezar José de Andrade Filho Analisando o projeto de Lei em epígrafe, este relator verificou que a matéria atende as normas constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opina pela sua Constitucionalidade. É o Parecer. Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2024. (aa) Guilherme Severino Campo de Farias Kifer Ribeiro - Presidente; Julio Cezar José de Andrade Filho - Relator; Vinicius Alves de Moura Brito - Membro;	Proposição inclusa na Ordem do Dia
17 - **Parecer nº 160 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CCJR - Comissão de Constituição, Justiça e Redação	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER Assunto: Projeto de Lei nº 68/2024 de autoria do Poder Executivo. Ementa: Autoriza o município de Itaguaí a efetuar o protesto de certidão de dívida ativa, de título executivo judicial de quantia certa; autoriza, também, o registro pelo município de devedores em entidades que prestem serviços de proteção ao crédito e/ou promovam cadastros de devedores inadimplentes; dispensa o ajuizamento de execuções fiscais de baixo valor e dá outras providências. Relator: Vereador Julio Cezar José de Andrade Filho Analisando o projeto de Lei em epígrafe, este relator verificou que a matéria atende as normas constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opina pela sua Constitucionalidade. É o Parecer. Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2024. (aa) Guilherme Severino Campo de Farias Kifer Ribeiro - Presidente; Julio Cezar José de Andrade Filho - Relator; Vinicius Alves de Moura Brito - Membro;	Proposição inclusa na Ordem do Dia

ITAPREVI
Fls.: 67
Proc.: 200000203/25

Pauta da 30ª Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2024) Legislatura

Matéria	Ementa	Situação
18 - **Parecer nº 149 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CFOCPC - Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas	COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS ASSUNTO: Projeto de Lei nº 054/2024 de autoria do Ver. Julinho. EMENDA: Dispõe sobre a autorização do uso do transporte escolar municipal pelos alunos do Ensino Médio residentes nos Bairros Raiz da Serra, Serra do Matoso, Estrada do Caçador, Ibituporanga e divisa do Município de Itaguaí com Pirai, matriculados no Colégio Estadual Professora Eliana de Almeida Santos e dá outras providências . RELATOR: Ver. Fabinho Rocha. Analisando o projeto de lei em epígrafe, opino pela sua Aprovação. É o parecer. Sala das Comissões, 12 de novembro de 2024. (aa) José Domingos do Rosário - Presidente; Guilherme Farias - Membro; Fábio Luis da Silva Rocha - Relator.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
19 - **Parecer nº 151 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CFOCPC - Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas	COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS ASSUNTO: Projèto de Lei nº 058/2024 de autoria do Ver. Guilherme Farias. EMENDA: Dá denominação oficial ao prédio público da quadra municipal poliesportiva localizada no Complexo Educacional Prof. Dulce da Silva Figueira em Piranema, como Quadra Municipal Poliesportiva Josefina Kifer Moreira Ribeiro. RELATOR: Ver. Fabinho Rocha. Analisando o projeto de lei em epígrafe, opino pela sua Aprovação. É o parecer. Sala das Comissões, 12 de novembro de 2024. (aa) José Domingos do Rosário - Presidente; Guilherme Farias - Membro; Fábio Luis da Silva Rocha - Relator.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
20 - **Parecer nº 152 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CEC - Comissão de Educação e Cultura	Comissão de Educação e Cultura Assunto: Projeto de Lei nº 049 de 2024 de autoria do Ver. Julinho. Ementa: Dispõe sobre a criação e implantação do Programa de Educação Financeira e Empreendedorismo no Município de Itaguaí. Relator: Ver. Nando Rodrigues. Analisando o projeto de lei em epígrafe, opino pela Aprovação. É o Parecer. Sala das Comissões, 15 de outubro de 2024. (aa) ver. Julinho - Presidente; Ver. Nando Rodrigues - Relator; Ver. Vinicius Alves de Moura Brito - Membro;	Proposição inclusa na Ordem do Dia

ITAPREVI
Fls.: 68
Proc.: 2000002031/25

Câmara Municipal de Itaguaí

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 30ª Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2024) Legislatura

Matéria	Ementa	Situação
21 - **Parecer nº 153 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CS - Comissão de Saúde	Comissão de Saúde Assunto: Projeto de Lei n 047/2024 de autoria do vereador Vinícius Alves. Ementa: Dispõe sobre a criação de um centro de hemodinâmica para realização de cateterismo e angioplastia no Hospital Municipal São Francisco Xavier. Relator: Vereador Julio Cézar José de Andrade FIlho. Analisando o Projeto de Lei em epígrafe, este relator verificou que a matéria atende as normas constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opino favoravelmente quanto a sua aprovação. É o parecer. Sadas das Comissões, 11 de novembro de 2024. (aa) Vinicius Alves de Moura Brito - Presidente; Julio Cézar José de Andrade Filho - Relator; Fabinho Rocha - Membro.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
22 - **Parecer nº 154 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CAPD - Comissão de Atenção a Pessoa com Deficiência	Comissão de Atenção à Pessoa com Deficiência Assunto: Projeto de Lei nº 51/2024 de autoria do Vereador Jocimar do Nascimento. Ementa: Reconhece as pessoas com fibromialgia como pessoas com deficiência (PCD) no âmbito do município de Itaguaí e dá outras providências. Relatório: Vereador Alexandro Valença de Paula. Analisando o Projeto de Lei , opino favoravelmente quanto a sua aprovação. Itaguai, 27 de novembro de 2024. (aa) JOcimar Pereira do Nascimento - Presidente; Alexaandro Valença de Paula - Relator; Fabiano José Nunes - Membro.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
23 - **Parecer nº 155 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CAPD - Comissão de Atenção a Pessoa com Deficiência	Comissão de Atenção a Pessoa com Deficiência Assunto: Projeto de Lei nº 55/2024 de autoria do Vereador Júlio Cézar José de Andrade Filho. Ementa: Determina a substituição dos sinais sonoros nos estabelecimentos de ensino de Itaguaí, afim de não gerar incômodos sensoriais aos alunos com transtorno do espectro autista (TEA). Relator: Vereador Alexandro Valença de Paula. Analisando o projeto de Lei, opino favoravelmente quanto a sua aprovação. É o Parecer. Itaguaí, 27 de novembro de 2024. (aa) Jocimar Pereira do Nascimento - Presidente; Alexandro Valença de Paula - Relator; Fabiano José Nunes - Membro;	Proposição inclusa na Ordem do Dia

ITAPREVI
Fls.: 69
Proc.: 20000203/25

Pauta da 30ª Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2024) Legislatura

Matéria	Ementa	Situação
24 - **Parecer nº 161 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CAP - Comissão de Agricultura e Pesca	COMISSÃO DE AGRICULTURA E PESCA ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 050/2024 DE AUTORIA DO VER. GUILHERME FARIAS. EMENDA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMITIR O SELO DE ORIGEM ARTESANAL AOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. RELATOR: VER. JOCIMAR DO CARTÓRIO. ANALISANDO O PROJETO DE LEI EM EPÍGRAFE, OPINO PELA APROVAÇÃO. É O PARECER. ITAGUAÍ, 17 DE DEZEMBRO DE 2024. (aa) GUILHERME FARIAS FABINHO TACIANO PRESIDENTE MEMBRO JOCIMAR DO CARTÓRIO RELATOR	Proposição inclusa na Ordem do Dia

Haroldo Jesus
Presidente

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 16:47:48 +01:00

ITAPREV
Fls.: 70
Proc.: 200000203/25

Câmara Municipal de Itaguaí

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 29ª Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2024) Legislatura

Identificação Básica

Tipo de Sessão: Ordinária
Abertura: 10/12/2024 - 10:00
Encerramento: 10/12/2024 - 10:34

Correspondências

Expedientes

Leitura das correspondências Recebidas:

Ofício SEC Governo nº 167/2024, de 25 de novembro de 2024 – ao Presidente da Câmara Municipal de Itaguaí – Encaminhando as cópias dos Decretos nº 4.876/2024, nº 4.878/2024 e nº 4.879/2024 devidamente promulgados pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Itaguaí. (a) Milton Valviesse Gama – Secretário Municipal de Governo.

Ofício SEC Governo nº 169/2024, de 28 de novembro de 2024 – ao Presidente da Câmara Municipal de Itaguaí – Encaminhando as cópias dos Decretos nº 4.872/2024, nº 4.880/2024 e nº 4.881/2024 devidamente promulgados pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Itaguaí. (a) Milton Valviesse Gama – Secretário Municipal de Governo.

Leitura das correspondências Expedidas:

Ofício nº 110/2024, de 26 de novembro de 2024 – ao Exmº Sr. Prefeito Rubem Vieira de Souza - Encaminhando Indicações aprovadas por este Legislativo: Indicação nº 378/2024 de autoria do Vereador Fabinho Rocha; Indicação nº 379/2024 de autoria do Vereador Fabinho Taciano; Indicação nº 380/2024 de autoria do Vereador Julinho; Indicações nº 381/2024 e nº 382/2024 de autoria do Vereador Nando Rodrigues; Indicações nº 383/2024 e nº 384/2024 de autoria do Vereador Sandro da Hermínio. (a) Haroldo Rodrigues Jesus Neto – Presidente.

Ofício nº 111/2024, de 26 de novembro de 2024 – ao Exmº Sr. Prefeito Rubem Vieira de Souza – Encaminhando cópias dos Projetos de Lei nº 25/2024 e nº 26/2024, devidamente aprovados por este Legislativo. (a) Haroldo Rodrigues Jesus Neto – Presidente.

Ofício GP nº 254/2024, de 28 de novembro de 2024 – ao Ilmº Sr. Secretário de Governo Milton Valviesse Gama – Encaminhando cópia integral do processo de tramitação do Projeto de Lei que deu origem a Lei nº 3.410/2016.

Matérias do Expediente

Matéria	Ementa	Situação
1 - Ata das Sessões Plenárias nº 28 de 2024 **Processo**: - **Autor**: Secretaria do Legislativo - SecLeg	ATA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DO ANO DE 2024 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ – RJ	Aguarda a inclusão nos Expedientes

ITAPREVI
Fls.: 21
Proc.: 20000203/25

Câmara Municipal de Itaguaí

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 29ª Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2024) Legislatura

Matéria	Ementa	Situação
2 - Mensagem do Poder Executivo com Pedido de Urgência nº 23 de 2024 **Processo**: - **Autor**: Rubem Vieira de Souza - Prefeito	Mensagem do Poder Executivo nº 022/2024, encaminhando o Projeto de Lei que DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA BÁSICA ORGANIZACIONAL DO ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE ITAGUAÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Proposição incluída nos Expedientes
3 - Mensagem do Poder Executivo com Pedido de Urgência nº 24 de 2024 **Processo**: - **Autor**: Rubem Vieira de Souza - Prefeito	Mensagem do Poder Executivo nº 023/2024, encaminhando o Projeto de Lei que AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ A EFETUAR O PROTESTO DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL DE QUANTIA CERTA; AUTORIZA, TAMBÉM, O REGISTRO PELO MUNICÍPIO DE DEVEDORES EM ENTIDADES QUE PRESTEM SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO E/OU PROMOVAM CADASTROS DE DEVEDORES INADIMPLENTES; DISPENSA O AJUIZAMENTO DE EXECUÇÕES FISCAIS DE BAIXO VALOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Proposição incluída nos Expedientes
4 - Projeto de Lei nº 64 de 2024 **Processo**: - **Autor**: Rubem Vieira de Souza - Prefeito	ALTERA E REPUBLICA O ANEXO DE METAS FISCAIS QUE COMPÕE A LEI Nº 4.178, DE 19 DE JULHO DE 2024 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2025.	Proposição incluída nos Expedientes
5 - Projeto de Lei nº 65 de 2024 **Processo**: - **Autor**: Rubem Vieira de Souza - Prefeito	DTSPÕE SOBRE O REPARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ COM O SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Proposição incluída nos Expedientes
6 - Projeto de Lei nº 66 de 2024 **Processo**: - **Autor**: Rubem Vieira de Souza - Prefeito	DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ COM O SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	Proposição incluída nos Expedientes
7 - Projeto de Lei nº 67 de 2024 **Processo**: - **Autor**: Rubem Vieira de Souza - Prefeito	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA BÁSICA ORGANIZACIONAL DO ITAPREVI — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE ITAGUAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Proposição incluída nos Expedientes
8 - Projeto de Lei nº 68 de 2024 **Processo**: - **Autor**: Rubem Vieira de Souza - Prefeito	AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ A EFETUAR O PROTESTO DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL DE QUANTIA CERTA; AUTORIZA, TAMBÉM, O REGISTRO PELO MUNICÍPIO DE DEVEDORES EM ENTIDADES QUE PRESTEM SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO E/OU PROMOVAM CADASTROS DE DEVEDORES INADIMPLENTES; DISPENSA O AJUIZAMENTO DE EXECUÇÕES FISCAIS DE BAIXO VALOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Proposição incluída nos Expedientes

ITAPREV
Fls.: 42
Proc.: 2000002031/25

Câmara Municipal de Itaguaí

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 29ª Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2024) Legislatura

Matérias da Ordem do Dia

Matéria	Ementa	Situação
1 - **Requerimento nº 125 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Nando Rodrigues	Moção de Congratulações e Elogios ao Sr. Valdeir Pedro da Silva Serviços Funerários.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
2 - **Requerimento nº 126 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Haroldo Jesus	Moção de Congratulações e Elogios à Srta. Liliane da Silva Machado Froes.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
3 - **Requerimento nº 127 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Haroldo Jesus	Moção de Congratulações e Elogios à Srta. Layra de Souza Pinto da Silva.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
4 - **Indicação nº 385 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Fabinho Rocha	Solicitando reparo da iluminação pública na Rua Senhor do Bonfim, lote 11, Quadra 05, no bairro Califórnia.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
5 - **Indicação nº 386 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Fabinho Rocha	Solicitando retirada de entulhos da Rua Coronel Macedo Soares 135, bairro Centro.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
6 - **Indicação nº 387 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Nando Rodrigues	Solicitando operação taba buracos na Rua Hélio de Abreu Dias, esquina com a Estrada Ari Parreiras, no Bairro do Engenho.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
7 - **Indicação nº 388 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Nando Rodrigues	Solicitando serviço de operação tabas buracos em toda a extensão da Rua Sebastião Vieira, no bairro Monte Serrat.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
8 - **Indicação nº 389 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Jocimar do Cartório	Indico a Mesa Diretora, depois de ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Exmº Sr. Prefeito, para que determine ao órgão competente da Municipalidade, que seja proibido o descarte de lixo em frente a Creche MARIA ROSA GOMES DO NASCIMENTO, localizada na Estrada do Caçador, no Bairro Teixeira. Justificativa: A referida solicitação se faz necessária devido volume de Lixo descartado por pessoas residentes no entorno da Creche, o mesmo vem aumentando dia após dia ocasionando a aparição de roedores e animais, o descarte do lixo logo trará problemas de saúde para as crianças, como também a contaminação do lençol freático. Aproveito a oportunidade para expressar a minha estima e distinta consideração.	Proposição inclusa na Ordem do Dia

ITAMBEVI
Fls.: 73
Proc.: 200000.203/25

Câmara Municipal de Itaguaí

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pauta da 29ª Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2024) Legislatura

Matéria	Ementa	Situação
9 - **Indicação nº 390 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Jocimar do Cartório	Indico a Mesa Diretora, depois de ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Exmº Sr. Prefeito, para que determine ao órgão competente da Municipalidade, que torne a Rua Presidente Castelo Branco, contra mão no sentido ao Sítio do Robe, até a Rua Alice Santoro Esck " antiga Rua 4", no Bairro Teixeira. Justificativa: A referida solicitação se faz se necessária devido ao fluxo de veículos circulando sobre essa via, a pista encontra-se estreita no sentido próximo ao sítio do Robe, veículos já caíram no rio devido o ASSOREAMENTO. Aproveito a oportunidade para expressar a minha estima e distinta consideração.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
10 - **Parecer nº 147 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CCJR - Comissão de Constituição, Justiça e Redação	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO Assunto: Projeto de Lei 62/2024 de autoria do Poder Executivo Ementa: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DISPESA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ-RJ PARA O EXERCÍCIO DE 2025. Relator: Vereador Julio Cezar José de Andrade Filho Analisando o PL 62/2024, opino pela sua constitucionalidade com as seguintes emendas: Emenda 10 de autoria da Mesa Diretora... Emenda 11 de autoria do Ver. Haroldo Jesus... É o Parecer. Sala das Comissões, 27 de novembro de 2024. Guilherme Severino Campo de Farias Kifer Ribeiro Presidente Julio Cezar José de Andrade Filho Relator Vinicius Alves de Moura Brito Membro	Proposição inclusa na Ordem do Dia
11 - **Parecer nº 144 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CFOCPC - Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas	COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS ASSUNTO: Projeto de Lei nº 060/2024 de autoria do Poder Executivo. EMENDA: ESTABELECE O PLANO MUNICIPAL DE TURISMO — PLAMTUR, COMO INSTRUMENTO INTEGRADO E NORTEADO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO. RELATOR: Ver. Guilherme Farias. Analisando o projeto de lei em epígrafe, opino pela sua Aprovação. É o parecer. Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024. (aa) José Domingos do Rosário - Presidente; Guilherme Farias - Relator; Fábio Luis da Silva Rocha - Membro.	Proposição inclusa na Ordem do Dia

ITAPREVI
Fls.: 74
Proc.: 200000203/25

Pauta da 29ª Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021 - 2024) Legislatura

Matéria	Ementa	Situação
12 - **Parecer nº 145 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CFOCPC - Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas	COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS ASSUNTO: Projeto de Lei nº 061/2024 de autoria do Poder Executivo. EMENDA: ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI 3.481, DE 14 DE MARÇO DE 2017, QUE CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. RELATOR: Ver. Guilherme Farias. Analisando o projeto de lei em epígrafe, opino pela sua Aprovação. É o parecer. Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024. (aa) José Domingos do Rosário - Presidente; Guilherme Farias - Relator; Fábio Luis da Silva Rocha - Membro.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
13 - **Parecer nº 146 de 2024** **Processo**: - **Autor**: CFOCPC - Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Prestação de Contas	COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS ASSUNTO: Projeto de Lei nº 063/2024 de autoria do Poder Executivo. EMENDA: DISPÕE SOBREA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2022/2025, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 3,970, DE 07 DE OUTUBRO DE 2021. RELATOR: Ver. Guilherme Farias. Analisando o projeto de lei em epígrafe, opino pela sua Aprovação. É o parecer. Sala das Comissões, 25 de novembro de 2024. (aa) José Domingos do Rosário - Presidente; Guilherme Farias - Relator; Fábio Luis da Silva Rocha - Membro.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
14 - **Projeto de Lei nº 7 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Julinho	Dispõe sobre divulgação da demanda atendida e lista de espera por vagas em creches do município.	Proposição inclusa na Ordem do Dia
15 - **Projeto de Lei nº 53 de 2024** **Processo**: - **Autor**: Zé Domingos	Denomina Oficialmente a Quadra de Futsal Municipal do Bairro Monte Serrat.	Proposição inclusa na Ordem do Dia

Haroldo Jesus
Presidente

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 16:47:49 +01:00

ITAPREVI
Fls: 15
Proc: 200000203/25

RECEBIDO EM
25 / 11 / 24

MENSAGEM Nº 020/2024.

Itaguaí, 13 de novembro de 2024.

Senhor Presidente,

Venho à presença de V. Exa., bem como de seus ilustres pares, para encaminhar o Projeto de Lei que **DISPÕE SOBRE O REPARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ COM O SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, a fim de que o mesmo seja apreciado ***EM REGIME DE URGÊNCIA***, conforme dispõem o artigo 79 da Lei Orgânica do Município de Itaguaí e o artigo 182 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Justificativa:

O projeto encaminhado tem como objetivo estabelecer parcelamento de débitos do Município de Itaguaí com o Regime Próprio de Previdência – Itaprevi, ocasionada pelo déficit de receitas do Município nos exercícios de 2023 e 2024.

Cabe ressaltar que o débito se deu por motivos alheios ao desejo da gestão municipal. Desde o mês de abril de 2023, o Município de Itaguaí sofre com a retenção dos royalties do minério. Em paralelo, os royalties de petróleo também tiveram redução de repasses ao município no montante de aproximadamente 60%, bem como os repasses decenais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, também sofreram reduções que comprometeram sobremaneira a manutenção dos compromissos assumidos pela gestão.

Apesar de todos os esforços da Secretaria Municipal de Fazenda, a arrecadação de recursos próprios não foi suficiente para suportar os aportes previdenciários para equacionamento do déficit e ainda o cumprimento dos demais compromissos do município e a manutenção da prestação dos serviços públicos à população. Diante do exposto, diante do aumento do valor a ser aportado ao ITAPREVI, não foi possível cumprir o pactuado no Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários (Acordo CADPREV Nº 00003/2024).

ITAPREVI
Fls.: 16
Proc.: 200000203/25

Convicto que o presente projeto de Lei constitui medida necessária para manutenção dos serviços públicos do mais elevado interesse público, sem deixar de lado o compromisso da gestão com a manutenção da saúde financeira do Itaprevi e o futuro dos nossos servidores, é que submeto à apreciação e aprovação desta Casa Legislativa Municipal com a máxima urgência.

Aproveito a oportunidade para reiterar protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
PREFEITO

Ao Exmº. Sr.
HAROLDO RODRIGUES JESUS NETO
Presidente da Câmara Municipal de Itaguaí - RJ

ITAPREVI
Fls.: 77
Proc.: 20000203/25

PROJETO DE LEI Nº

DISPÕE SOBRE O REPARCELAMENTO E DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ COM O SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o reparcelamento do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários (Acordo CADPREV Nº 00003/2024) celebrado, e devidamente publicado no Jornal Oficial de Itaguaí no dia 10.012024 – Edição nº 1.224, entre o Município de Itaguaí com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo ITAPREVI, correspondente aos aportes previdenciários para equacionamento do déficit devidos pelo ente federativo relativo ao período de 07/2023 a 12/2023, observado o disposto no artigo 15 da Portaria MPS nº 1.467/2022, com as alterações da Portaria MTP nº 3.803/2022 e, em consonância às perspectivas atuariais para as hipóteses de taxa real de juros/descontos adotadas na Avaliação Atuarial.

Art. 2º Para apuração do montante devido a ser reparcelado, os valores originais serão atualizados pelo IPCA, acrescido de juros legais compostos de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data da celebração do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários (Acordo CADPREV Nº 00003/2024), em 10.10.2024, até a data da assinatura do termo de acordo de reparcelamento

Art. 3º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros legais compostos de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de reparcelamento até o mês do pagamento.

Art. 4º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros legais compostos de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês

ITAPREV
Fls.: 78
Proc.: 200000203/25

do efetivo pagamento.

Art. 5° Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 6° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assinado Digitalmente por: FERNANDA
Data: 2025.06.26 16:47:49 +01:00

ITAPREVI
Fls.: 79
Proc.: 2000002031/25

Câmara Municipal de Itaguaí
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Projeto de Lei nº 66 de 2024

Fazer Nova Pesquisa

Etiqueta

Identificação Básica

Tipo de Matéria Legislativa
Projeto de Lei

Ano
2024

Número
66

Data de Apresentação
27/11/2024

Número do Protocolo
619

Tipo de Apresentação
Escrita

Texto Original
pl_mensagem_21.pdf

Numeração

Outras Informações

Apelido

Dias Prazo

Matéria Polêmica?
Não

Objeto

Regime Tramitação
Urgência

Em Tramitação?
Sim

Data Fim Prazo

Data de Publicação

É Complementar?
Não

Origem Externa

Tipo

Número

Ano

Local de Origem

Data

Dados Textuais

Ementa
DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ COM O SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Indexação

Observação

Protocolo: 619/2024, **Data Protocolo:** 27/11/2024 - **Horário:** 10:13:43

OpenAPI

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.163-RC23

ITAPREVI
Fls.: 80
Proc.: 20000203/25

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Itaguaí
Rua Amélia Louzada, 277
CEP: 23815-180 | Telefone: (21) 2688-1136
OpenAPI | Site | Fale Conosco

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 16:47:50 +01:00

ITAPREVI
Fls.: 01
Proc.: 200000203/25

RECEBIDO EM
25/11/24
Assinatura

MENSAGEM Nº 021/2024.

Itaguaí, 13 de novembro de 2024.

Senhor Presidente,

Venho à presença de V. Exa., bem como de seus ilustres pares, para encaminhar o Projeto de Lei que **DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ COM O SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, a fim de que o mesmo seja apreciado ***EM REGIME DE URGÊNCIA***, conforme dispõem o artigo 79 da Lei Orgânica do Município de Itaguaí e o artigo 182 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Justificativa:

O projeto encaminhado tem como objetivo estabelecer parcelamento de débitos do Município de Itaguaí com o Regime Próprio de Previdência – Itaprevi, ocasionada pelo déficit de receitas do Município nos exercícios de 2023 e 2024.

Cabe ressaltar que o débito se deu por motivos alheios ao desejo da gestão municipal. Desde o mês de abril de 2023, o Município de Itaguaí sofre com a retenção dos royalties do minério. Em paralelo, os royalties de petróleo também tiveram redução de repasses ao município no montante de aproximadamente 60%, bem como os repasses decenais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, também sofreram reduções que comprometeram sobremaneira a manutenção dos compromissos assumidos pela gestão.

Apesar de todos os esforços da Secretaria Municipal de Fazenda, a arrecadação de recursos próprios não foi suficiente para suportar os aportes previdenciários para equacionamento do déficit e ainda o cumprimento dos demais compromissos do município e a manutenção da prestação dos serviços públicos à população.

Convicto que o presente projeto de Lei constitui medida necessária para manutenção dos serviços públicos do mais elevado interesse público, sem deixar de lado o compromisso da gestão com a manutenção da saúde financeira do Itaprevi e o

ITAPREVI
Fls.: 82
Proc.: 200000203/25

futuro dos nossos servidores, é que submeto à apreciação e aprovação desta Casa Legislativa Municipal com a máxima urgência.

Aproveito a oportunidade para reiterar protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
PREFEITO

Ao Exmº. Sr.
HAROLDO RODRIGUES JESUS NETO
Presidente da Câmara Municipal de Itaguaí - RJ

ITAPREVI
Fls.: 83
Proc.: 20000203/25

PROJETO DE LEI Nº

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ COM O SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos do Município de Itaguaí com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo ITAPREVI, correspondente as contribuições normais e as suplementares e aportes previdenciários para equacionamento do déficit devidos pelo ente federativo referente ao exercício de 2024, observado o disposto no artigo 14 da Portaria MPS nº 1.467/2022, com as alterações da Portaria MTP nº 3.803/2022 e, em consonância às perspectivas atuariais para as hipóteses de taxa real de juros/descontos adotadas na Avaliação Atuarial.

Art. 2º Para apuração do montante devido a ser parcelado os valores originais serão atualizados pelo IPCA, acrescido de juros legais compostos de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento

Art. 3º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros legais compostos de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

Art. 4º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros legais compostos de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios -

ITAPREV
Fls.: 84
Proc.: 20000203/25

FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento não pagas no seu vencimento. Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 6° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 26/06/2025 16:55:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 16:06:52 +01:00

ITAPREVI Fls.: 85

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Proc.: 20000203/25 Dezembro/2024

LEI Nº 4.320/1964

Anexo XVI B - Demonstração da Dívida Fundada Externa

Autorização				Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte	
Títulos	Leis (Nº e Data)	Qtd.	Valor da Emissão		Inscrição	Baixa	Quantidade	Valor
NÃO HOUVE MOVIMENTAÇÃO								
TOTAIS								

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREVI
Fls.: 96
Proc.: 200000203/25

Dezembro/2024

LEI Nº 4.320/1964

Anexo XVI A - Demonstração da Dívida Fundada Interna

Autorização / Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo p/ Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 20/03/2025 08:21:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREVI
Fls.: 87
Proc.: 2000020 3/25

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Dezembro/2024

LEI Nº 4.320/1964

Anexo XVII - Demonstrativo da Dívida Flutuante

Contas	Saldo do Exercicio Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
CONSIGNAÇÕES - VALORES RESTITUÍVEIS	**3.792.267,83**	**20.384.143,93**	**17.196.410,81**	**6.980.000,95**
AACBF	1.832,15	0,00	0,00	1.832,15
APLUB	14,80	197,05	182,25	29,60
BB - EMPRÉSTIMO	108.458,95	677.832,62	677.107,05	109.184,52
CEF-EMPRÉSTIMO	305.943,27	2.768.930,90	2.509.162,62	565.711,55
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	0,00	118.691,51	106.794,31	11.897,20
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	852,89	0,00	0,00	852,89
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR RPPS	574.710,40	224.809,39	111.986,63	687.533,16
DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINACAO JUDICIAL	2.476,86	20.659,62	16.468,56	6.667,92
EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	1.358.385,10	3.848.575,72	3.490.524,22	1.716.436,60
EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	18.108,72	1.378.239,39	1.068.095,08	328.253,03
I.N.S.S.	0,00	36.597,38	36.597,38	0,00
IRRF PF	700.491,70	9.612.299,87	8.717.267,92	1.595.523,65
IRRF PJ	104.444,36	3.861,55	105.961,19	2.344,72
PENSAO ALIMENTICIA	3.051,08	277.826,95	165.053,33	115.824,70
PENSOES ALIMENTICIAS	5.807,95	31.462,76	21.139,08	16.131,63
PREVISUL	19,45	175,05	155,60	38,90
PREVISUL	19,45	38,90	58,35	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	596.708,65	1.251.938,25	39.495,99	1.809.150,91
SEPE-NÚCLEO	4.244,94	57.330,18	56.967,38	4.607,74
SINSERV	6.519,13	74.676,84	73.393,87	7.802,10
UNASP - BENEFÍCIOS	(64,12)	0,00	0,00	(64,12)
UNIK	242,10	0,00	0,00	242,10
RESTOS A PAGAR	**4.097.804,84**	**345.658,07**	**4.434.328,10**	**9.134,81**
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIC	1.165.849,90	0,00	0,00	1.165.849,90
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.002.359,11	90.130,74	2.249.204,94	(1.156.715,09)
RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	255.527,33	255.527,33	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.110.702,45	0,00	0,00	1.110.702,45
RP PROCESSADOS A PAGAR	818.893,38	0,00	1.929.595,83	(1.110.702,45)
TOTAL GERAL	**7.890.072,67**	**20.729.802,00**	**21.630.738,91**	**6.989.135,76**

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 18/02/2025 10:49:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MODELO 2

QUADRO AUXILIAR DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2024

Banco	Conta Bancária	Saldo em 31/12 conforme extrato (R$) (A)	Débitos (R$) (B)		Créditos (R$) (C)		Saldo Contábil em 31/12 (R$) (D = A + B - C)
			Anteriores ao Exercício de Referência	Relativos ao Exercício de Referência	Anteriores ao Exercício de Referência	Relativos ao Exercício de Referência	
CAIXA - 053-2	053-2	R$ 26.275,02					R$ 26.275,02
CAIXA - 119-9	119-9	-	-				-
CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCADO	053-2	-					-
CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCADO	119-9	R$ 364.238,66					R$ 364.238,66
FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I	053-2	-					-
FIC AÇÕES VALOR RPPS	053-2	R$ 1.492.940,01					R$ 1.492.940,01
CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	053-2	R$ 9.499.859,27					R$ 9.499.859,27
CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF - CNPJ: 05.164.356/0001-84	053-2	R$ 10.688.006,46	-				R$ 10.688.006,46
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	053-2	-					-
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	053-2	-					-
FI BRASIL 2024 X TP RF CNPJ 50.635.944/0001-03	053-2	-					-
FI BRASIL 2024 X TP RF CNPJ 50.635.944/0001-03	053-2	-					-
CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF - CNPJ: 05.164.356/0001-84	053-2	-	-				-
BANCO BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO RF IDKA PRÉ-2	38928 - 5	-	-				-
BRADESCO RF DI PREMIUM- 03.399.411/0001-90	38928 - 5	R$ 30.746.810,09	-				R$ 30.746.810,09
BANCO MASTER- LETRAS FINANCEIRAS LF IPCA	000109523 - 6	R$ 63.129.040,16	-		-		R$ 63.129.040,16
BRB IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP	7177-2	R$ 128.073,35					R$ 128.073,35
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RF PREVID	180766-8	R$ 1.104.916,52	-				R$ 1.104.916,52
BB AÇÕES TECNOLOGIA BDR	39.231-6	-					-
BB PREVID IDKA 2	39.231-6	R$ 1.210.378,65					R$ 1.210.378,65
BB PREVID VERTICE 2026	39.231-6	R$ 18.762.391,57					R$ 18.762.391,57
BANCO DO BRASIL - 39231-6	39.231-6	R$ 952,20					R$ 952,20
BB PREVID RF IRF-M CNPJBB	39.231-6	R$ 17.246.790,93					R$ 17.246.790,93
BB PREVID RF TOTAL - CNPJBB PREV RF RET TOTAL	39.231-6	R$ 6.581.196,53					R$ 6.581.196,53
BB PREV MM ALOCAÇÃO - CNPJBB PREV MM ALOCAÇÃO	39.231-6	R$ 786.504,62					R$ 786.504,62
BB PREVID RF PERFIL	39.231-6	R$ 34.283.781,04					R$ 34.283.781,04
BB PREVID RF IMAB 5+	39.231-6	R$ 357.961,60					R$ 357.961,60
BB PREVID XXI	39.231-6		-				-
BB PREV TP IPCA	39.231-6	R$ 12.543.106,97					R$ 12.543.106,97

Fls: 88
Proc.: 20000020231/25

ITAÚ - 58838-3	5888-8	R$ 1.585,43					R$	1.585,43
ITAÚ INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	17804 - 5	R$ 8.678.098,98					R$	8.678.098,98
BANCO ITAÚ - 17804-5	17804 - 5	R$ 222,49					R$	222,49
ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FICF	17804 - 5	R$ 735.850,84					R$	735.850,84
ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC	17804 - 5	R$ 1.400.323,06					R$	1.400.323,06
ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 FICFI	17804 - 5	R$ 3.032.714,81					R$	3.032.714,81
ITAÚ BDR NÍVEL 1 AÇÕES FIC	17804 - 5	-						-
ITAÚ BDR NÍVEL 1 AÇÕES FIC 58838-3	17804 - 5	-						-
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICF	5888-8	R$ 1.030.515,24					R$	1.030.515,24
ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IMAB-5	17804 - 5	R$ 147.674,96					R$	147.674,96
ITAÚ INSTITUCIONAL LEGEND RF LP FIC F	17804 - 5	-						-
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI 21.838.150/0001-49	17804 - 5	R$ 221.614,47					R$	221.614,47
ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRF-M 1 FI - TX. ADM	5888-8	R$ 4.429.283,77					R$	4.429.283,77
ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FICFI	17804 - 5	R$ 20.273.553,11					R$	20.273.553,11
ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI	5888-8	R$ 733.317,98					R$	733.317,98
NTN -B 2035 - TITULOS PÚBLICO - CURVA	39.231-6	R$ 30.690.183,76					R$	30.690.183,76
Total Bancos em 31/12 (I)		**R$ 280.328.162,55**					R$	280.328.162,55
Total em Espécie em 31/12 (II)								
Total das Disponibilidades Financeiras (III = I + II)								280.328.162,55

Nome: ELIANE DE ALBUQUERQE PIÑEIRO

Matrícula: 939.359

Data: 06/06/2025

Tesoureira

Assinatura: Eliane A. Piñeiro

Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis , conforme apontado em Notas Explicativas.

Responsável pelo Setor Contábil

CRC-RJ nº 111.583-3

Nome: ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA

Matrícula: 34.656

Data: 06/06/2025

Assinatura:

PLANREM
Fls.: 89
Proc.: 20000002023/25

QUADRO I - MODELO 2

DÉBITOS

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício:2024
Banco:	Conta Bancária:	

Anteriores ao Exercício de Referência

Data do Evento	Número do Documento	Natureza/Histórico do Débito	Valor (R$)	Nota Explicativa para Regularização	Data da Regularização
Subtotal (A)					

Relativos ao Exercício de Referência

Data do Evento	Número do Documento	Natureza/Histórico do Débito	Valor (R$)	Nota Explicativa para Regularização	Data da Regularização
Subtotal (B)					
Total (A+B)					

Nome: ELIANE DE ALBUQUERQE PIÑEIRO			Responsável pela Tesouraria	
Matrícula: 939.359	Data: 30/05/2025	Assinatura: Eliane A. Piñeiro		
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis conforme apontado em Notas Explicativas.			Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 111.583-3
Nome: ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA				
Matricula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:		

ITAPREVI
Fls. 90
Proc. 2000020323/25

QUADRO II - MODELO 2

CRÉDITOS

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2024
Banco:	Conta Bancária:	

Anteriores ao Exercício de Referência

Data do Evento	Número do Documento	Natureza/Histórico do Crédito	Valor (R$)	Nota Explicativa para Regularização	Data da Regularização
Subtotal (A)					

Relativos ao Exercício de Referência

Data do Evento	Número do Documento	Natureza/Histórico do Crédito	Valor (R$)	Nota Explicativa para Regularização	Data da Regularização
Subtotal (B)					
Total (A+B)					

Nome: ELIANE DE ALBUQUERQE PIÑEIRO — Responsável pela Tesouraria

Matrícula: 939.359 | Data: 30/05/2025 | Assinatura: Eliane A. Piñeiro

Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis

Nome: ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA — Responsável pelo Setor Contábil | CRC-RJ nº 111.583-3

Matrícula: 34.656 | Data: 30/05/2025 | Assinatura:

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 26/06/2025 16:06:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 21:06:52 +01:00

ITAPREVI
Fls: 21
Proc: 2000020303/25

ITAPREVI
Fls: 92
Proc: 2000002203/25

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2024

1) SOBRE AS AÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

	Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	Existem manuais, rotinas ou normas internas que disciplinam os procedimentos, atividades, atribuições da unidade de controle interno?	x			
2	Foram realizadas auditorias contábil/financeira?	x			x
3	Foi realizada auditoria operacional?	x			
4	Foi realizada auditoria patrimonial?		x		
5	Foram realizadas auditorias em outras áreas?	x			x
6	Os resultados das auditorias serviram de base para elaboração do presente relatório?	x			x

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	Processo nº 200.000.360/24, autuado em 16/07/2024 (Solicita Auditoria decorrente Relatório de Auditoria Governamental proc. TCE/RJ nº 247.184-7/2023); Processo nº 200.000.415/24, autuado em 14/08/2024 (Solicita Auditoria decorrente decisão TCE/RJ, atos contábeis e atuariais); Processo nº 200.000.475/24, autuado em 25/09/2024 (Solicita Auditoria nos atos do atuário).
3	
4	
5	Processo nº 200.000.367/24 – autuado em 14/08/2024, Auditoria de Conformidade (Jurídico); Processo nº 200.000.380/24 – autuado em 14/08/2024, Auditoria de Conformidade (Contratos); Processo nº 200.000.488/24 – autuado em 14/08/2024, Auditoria nos processos do TCERJ, conhecimento e monitoramento de todos.
6	Sim. No entanto, como houve alteração dos Gestor e Dirigentes em 31/12/24 (exoneração), e como o presente Controlador retornou com a Gestão nova (Liminar concedida e posse em 18/06/2025 do Prefeito Rubão, sendo nomeado em 18/06/2025 como Controlador Geral, os presentes processos de auditoria inaugurados em 2024 estão sendo localizados e analisados

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

2 – RESPONSÁVEIS

Descrição	Nome do Responsável	Ato de Nomeação	Ato de Exoneração	CPF	Período de Gestão
Responsável(is) pelas Contas	Neilton Paixão de Jesus	11/09/2023	11/06/2024	284.438.965-15	09 meses
	Fernanda Pereira da Silva	12/06/2024	31/12/2024	823.634.802-44	06 meses
	André Luiz da Silva Miranda	14/06/2021	17/06/2024	033.505.277-01	03 anos
	Marcelo José Magalhães Lopes	17/06/2024	31/12/2024	000.259.907-48	06 meses

Assinado Digitalmente por: MARIO GOMES DE AMORIM FILHO
Data: 2025.06.27 16:45:17 -03:00

ITAPREVI
Fls.: 93
Proc.: 2000002031/25

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2024

Responsável pelo encaminhamento das Contas	Fernanda Pereira da Silva	18/06/2025	atual	823.634.802-44	08 dias
Responsável(is) pelo Setor Contábil	Marcel Figueiredo Gonçalves	01/09/2018	17/06/2024	053.193.477-23	5,9 anos
	André Luiz da Silva Miranda	17/06/2024	31/12/2024	033.505.277-01	06 meses
Responsável(is) pelo Controle Interno competente	Willian de Araújo Buy	01/01/2021	10/07/2024	090.132.397-73	3,6 anos
	Sandro Rogério Lima Belo	17/07/2024	01/10/2024	520.293.441-68	2,5 meses
	Mario Gomes do Amorim Filho	01/10/2024	31/12/2024	068.828.597-01	02 meses
Responsável(is) pela Tesouraria	Eliane de Albuquerque Pereira	14/06/2021	31/12/2024	954.312.687-91	3,6 anos
Responsável(is) pelos Bens Patrimoniais	Elaine de Andrade Leite Ferreira	26/01/2022	31/12/2024	037.629.057-97	2,10 anos
Outros responsáveis					

3 - ANÁLISE DA GESTÃO DA UNIDADE GESTORA

3.1 - Demonstrativos Contábeis:

	Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As demonstrações contábeis foram realizadas de acordo com os princípios de contabilidade, com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e MCASP?	x			
2	Os erros na escrituração contábil do exercício anterior foram corrigidos por meio de lançamentos de estorno, transferência ou complementação e acompanhados de notas explicativas, em observância ao disposto na normatização do CFC?	x			
3	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade do Ativo Imobilizado em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações?	x			
4	O saldo registrado em Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações guarda paridade com os extratos e respectivas conciliações bancárias e valores em espécie, se for o caso?	x			
5	Constam Notas Explicativas com informações complementares que auxiliem a análise dos Demonstrativos Contábeis, conforme orientação do MCASP?	x			
6	Foi evidenciada a composição e os esclarecimentos quantos aos valores registrados nas rubricas "Ajuste de Exercícios Anteriores" e "Ajuste de Avaliação Patrimonial"?			x	
7	Estão sendo adotadas providências para a regularização das pendências quanto aos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias?	x			x

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	Vide declaração do responsável pelo setor contábil, modelo 4.

ITAPREVI
Fls.: 94
Proc.: 20000203/25

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2024

3.2 - Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária:

Tabela 1 – Resumo da Movimentação Financeira decorrente da Execução Orçamentária

Descrição	Valor (R$)
(A) Receita Arrecadada	R$ 86.633.851,77
(B) Despesa Empenhada	R$ 111.804.708,06
(C) Transferências Financeiras Líquidas *	R$ 0,00
(D) Superávit / Déficit (A-B) - C	**-R$ 25.170.856,29**

(*) Transferências Financeiras Líquidas = transferências concedidas (-) transferências recebidas.

	Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	O déficit financeiro foi contido com a adoção de medidas pela administração?	x			Se sim, especificar
2	As contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente?	x			
3	A contribuição previdenciária patronal está sendo recolhida regularmente?		x		
4	As receitas extraorçamentárias foram repassadas a quem de direito?			x	
5	As despesas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, foram previamente empenhadas?	x			
6	As despesas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, observaram os pré-requisitos para sua liquidação, conforme artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64?	x			
7	As despesas pagas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, foram devidamente liquidadas?	x			
8	Os recursos vinculados, selecionados com base em técnicas de amostragem, foram devidamente aplicados na finalidade a que se destinavam?			x	
9	Existe controle para que seja observado se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades?	x			
10	Foi observada a normatização municipal na concessão e comprovação dos adiantamentos?			x	
11	Foram adotadas medidas administrativas para caracterização ou elisão de dano ao erário, procedimento empregado antes da instauração da Tomada de Contas?			x	
12	As aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram os limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado, seguindo a normatização aplicável ao RPPS em especial?	x			
13	São realizadas reavaliações atuariais em cada exercício?	x			
14	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente ao setor de tesouraria, encontra-se arquivada no órgão?	x			

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	As Cobranças administrativas foram realizadas de forma administrativa mensalmente à Prefeitura, que enviou à câmara Municipal de Itaguaí o Projeto de lei nº 65/2024, de parcelamento da dívida, que pelo momento político local não foi votado, sendo instaurado então os procedimentos judiciais nº 0807442-67.2024.8.19.0024 (1ª vara civil), 0807439-15.2024.8.19.0024 (2ª vara civil) e 0807440-97.2024.8.19.0024 (1ª vara civil).
2	
3	

ITAPREVI
Fls.: 95
Proc.: 20000020325

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2024

Questões Normativas	Nota Explicativa
4	
5	
6	
7	
8	
9	Pelo que pode ser observado, não existe passivo no ITAPREVI, somente nos casos de pagamentos de dezembro, que são liquidados dentro da competência, porém o financeiro executado em janeiro do exercício seguinte.
10	
11	
12	
13	
14	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

3.3 - Gestão patrimonial:

	Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	Os passivos cancelados encontram embasamento legal?			x	
2	Os controles de bens de caráter permanente contêm informações necessárias e suficientes para sua caracterização?	x			
3	As baixas dos bens por obsolescência, imprestabilidade, por ser de recuperação antieconômica ou por ser inservível ao serviço público, estão sendo devidamente controlados?	x			
4	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos bens patrimoniais, encontra-se arquivada no órgão?	x			
5	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos bens em almoxarifado, encontra-se arquivada no órgão?	x			

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	
5	

ITAPREVI
Fls.: 96
Proc.: 20000020325

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2024

3.4 - Demais Atos da Gestão:

	Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As diárias foram pagas e comprovadas de acordo com a legislação municipal?	x			
2	As contas foram submetidas aos órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais, dentre outros), quando aplicáveis?			x	
3	O limite para as despesas administrativas foi respeitado?	x			
4	Foram adotadas medidas pelo Município, com a finalidade de receber do Regime Geral de Previdência Social (INSS) a compensação financeira a que o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público tem direito?	x			
5	Os recursos recebidos pelo RPPS a título de aporte para a cobertura do déficit atuarial são depositados em conta bancária específica, possibilitando a gestão e o controle segregados dos demais recursos previdenciários?		x		
6	Os recursos advindos dos aportes periódicos estão sendo capitalizados por, no mínimo, 5 (cinco) anos, a contar da data do respectivo recebimento, em obediência ao art. 55, § 8º, inciso III, da Portaria MTP n.º 1.467/2022?	x			

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	Conforme modelo 14 – item 30, foram recebidos do RGPS o valor montante de R$ 3.231.241,10 (três milhões, duzentos e trinta e um mil, duzentos e quarenta e um reais e dez centavos), e pagos ao RGPS R$ 48.048,50 (quarenta e oito mil, quarenta e oito reais e cinquenta centavos).
5	
6	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

4 - AÇÕES REALIZADAS

Tabela 2 –Demonstrativo das Responsabilidade não Regularizadas

Responsáveis	Natureza da Responsabilidade	Processo nº	Valor (R$)	Providências Adotadas
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				

ITAPREVI
Fls.: 97
Proc.: 200002037/25

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2024

Nome				
Matrícula nº				
Total				

Tabela 3 – Tomadas de Contas Instauradas no Exercício por iniciativa da Administração

Natureza da Responsabilidade	Valor do Dano (R$)	Encaminhada ao TCE-RJ
Total		

Tabela 4 – Tomadas de Contas Instauradas no Exercício por determinação do TCE-RJ

Natureza da Responsabilidade	Valor do Dano (R$)	Encaminhada ao TCE-RJ
Total		

	Questão Normativa	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As responsabilidades não regularizadas foram contabilizadas?			x	
2	Foram adotadas providências visando à regularização das responsabilidades não regularizadas inscritas no exercício?			x	
3	Foram instauradas Tomadas de Contas visando ao ressarcimento de dano/prejuízos ao erário público?			x	
4	As Tomadas de Contas, previstas em norma própria do TCE-RJ, foram encaminhadas ao Tribunal de Contas?			x	

Questão Normativa	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

5 – IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES ANTERIORES

	Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As determinações do TCE/RJ, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?	x			x
2	As recomendações formuladas pelo controle interno, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?			x	

ITAPREVI
Fls.: 98
Proc.: 200000203/25

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2024

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	Sim, contudo, como informado no item 1) SOBRE AS AÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE, em 31/12/2024 os processos estavam em instrução e apurações.
2	

6 - APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO

As ações realizadas em 2024, predominantemente e com destaque no segundo semestre, se deram na Gestão Administrativa, com a Elaboração da minuta da lei de reestruturação do ITAPREVI, adequando-a aos requisites exigidos para certificação do Pró-Gestão I, em conformidade com o Manual do Pró-Gestão RPPS versão 3.5 e a Portaria MPS 185/2015, QUE aguarda votação na Câmara Municipal – PL nº 67/2024.

Houve ainda a Criação do Comitê de Ética do ITAPREVI, com a aprovação e publicação do Regimento Interno do Comitê de Ética;

A Política de Controles Internos foi elaborada, com a Política de Segurança de informações e relatório de controle interno;

Foi otimizado o Fluxograma dos Processos do Setor de Benefícios, de acordo com os princípios da legalidade, celeridade, eficácia e eficiência.

Em relação aos procedimentos de auditoria instaurados, conforme as notas explicativas do item 1) SOBRE AS AÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE desse formulário, se deram por iniciativa da Gestão e pelas demandas decorrentes de relatório de auditoria Governamental do TCE/RJ.

Foram abertos processos administrativos para atendimento de demandas decorrentes do relatório de auditoria governamental, proc. TCE-RJ nº 247.184-7/23, tais como a criação de sítio eletrônico Procedimento Administrativo nº 200.000.381/2024.

Outro achado do relatório de auditoria foi a questão dos atos praticados pelo atuário, sendo autuado o Processo Administrativo nº 200.000.577/2024, visando a contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria atuária, incluindo avaliação atuarial do plano de benefícios, cálculos previdenciários e demais serviços necessários para atender às exigências do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCERJ e do Ministério da Previdência Social.

Além desses processos para atendimento dos achados do relatório de auditoria do TCE/RJ, foi autuado o processo administrativo nº 200.000.414/2024 para análise e contratação/licitação de Sistema de cálculo Previdenciário.

Merece destaque consulta sobre a viabilidade técnica realizada pelo ITAPREVI junto a secretaria de informática da Prefeitura, objetivando a elaboração de estudo técnico preliminar para a aquisição de servidores e equipamentos de informática destinados a criação de servidor exclusivo para os dados do ITAPREVI.

Em relação aos valores devidos pela Prefeitura ao ITAPREVI, os ofícios de cobrança eram enviados mensalmente, de forma sistêmica, apresentando em valores atualizados em 26.12.2024 2024 a seguinte composição:

a) Contribuição patronal do ano de 2023, referente aos meses de maio a dezembro de 2023 e 13º salário, perfazendo o montante de **R$ 17.136.284,20** (dezessete milhões cento e trinta e seis mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos);

b) Acordo n.º 003/2024, relativo as parcelas relativas aos meses de março a dezembro de 2024, perfazendo o montante de **R$ 27.106.037,34** (vinte sete milhões cento e seis mil trinta e sete reais e trinta e quatro centavos);

c) Aporte Previdenciário do ano de 2024, referente aos meses de março a dezembro de 2024, perfazendo o montante de R$ **50.066.977,17** (Cinquenta milhões sessenta e seis mil novecentos e setenta e sete reais e dezessete centavos);

d) Contribuição de Patronal do ano de 2024, referente aos meses de janeiro a novembro, perfazendo o montante de **R$ 58.371.477, 87** (cinquenta e oito milhões, trezentos e setenta e um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta e sete centavos) que corresponde janeiro a novembro de 2024;

e) Contribuição do Servidor do ano de 2024, referente aos meses de junho a novembro, perfazendo o montante de **R$ 7.444.392,02**, (sete milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos). Porém, dia 30.12.2024 o Município de Itaguai efetuou TED's no valor de R$ 3.125.679,83, e programou TED's no valor de R$ 4.852.630, 15, que entrou em conta hoje, dia 31.12.2024, perfazendo um total de R$ 7.978.309,98, com informação da tesouraria da Secretaria de Fazenda que seria para quitar os valores a título de

contribuição dos servidores, conforme ofício nº 237/2024, encaminhado pelo Itaprevi aos Secretários de Fazenda e Governo, constante do Processo Administrativo nº 200.000.591/2024;

f) Acordo nº 802, 804, 805 e 793/2018 – de 200 parcelas: estão em atraso as parcelas 74,75,76, 77 e 78 de cada acordo respectivo, perfazendo o montante de R$ 5.888.981,01 (cinco milhões oitocentos e noventa e oito mil novecentos e oitenta e um reais e um centavos)., atualizados até 26.12.2024;

Valores	Referência	Ano
R$ 17.136.284,20	**Patronal**	**2023**
R$ 27.106.037,34	**Acordo n.º 003/2024**	**2023**
R$ 58.371.477,87	**Patronal**	**2024**
R$ 50.066.977,17	**Aporte previdenciário**	**2024**
R$ 5.888.981,01	**Acordo /200 parcelas**	**74,75,76,77 E 78**
+ R$ 7.444.392,02	**Saldo de servidor**	**2024**
R$ 158.569.757,59	Saldo que o Itaprevi tem a receber	

Os valores a título de servidor, **R$ 7.444.392,02**, (sete milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), estão em vermelho pois é o valor que foi informado pela tesouraria que seria pago e foi pago, por isso não soma ao saldo credor do ITAPREVI com o Município de Itaguaí.

Diante do que foi exposto, informa-se que os valores a receber do Município de Itaguaí, atualizados perfazem o montante de **R$ R$ 158.569.757,59** (cento e cinquenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta e sete reais, e cinquenta e nove centavos).

E como as cobranças administrativas realizadas mensalmente à Prefeitura pela Presidente do ITAPREVI, que devido ao momento político e as séries restrições orçamentárias e financeiras pela qual o executivo passava, não logrou êxito, foi então enviado à câmara Municipal de Itaguaí o Projeto de lei nº 65/2024, que novamente pelo momento político não foi votado, sendo instaurado então os procedimentos judiciais nº 0807442-67.2024.8.19.0024 (1ª vara civil), 0807439-15.2024.8.19.0024 (2ª vara civil) e 0807440-97.2024.8.19.0024 (1ª vara civil) para a cobrança dos valores acima elencados.

Em relação a carteira de investimentos, em junho de 2024 os Investimentos do ITAPREVI apresentavam um retorno acumulado (janeiro a junho) de 2,75% x uma Meta acumulada de 4,91%, ou seja, estando a 56,01% aquém da Meta, mostrando no mês de junho um retorno de 0,27% x um risco de 0,96%.

Com a mudança de gestão em junho de 2024, constata-se que houve uma procura por alternativas para alocação de recursos com o objetivo de aumentar o retorno, diminuir o risco e o gap entre o realizado e o estipulado.

Nesse sentido, tendo como parâmetro os percentuais e tipos de investimentos da Política de Investimentos de 2024, com aprovação do Comitê de Investimento, e recomendação da Consultoria Mais Valia, cotou-se Letras Financeiras em diversas Instituições, vide autos do P.A. nº 200.000.328/2024. O investimento foi realizado pela maior cotação, com taxa superior a perseguida pela Meta Atuarial da Autarquia. Nota-se ainda que foram realizadas ainda realocações para fundos DI, devido a ascensão da taxa básica de juros (SELIC).

Percebe-se que em dezembro, a carteira apresentou um retorno acumulado de 6,80% x uma Meta acumulada de 8,96%, ou seja, alcançando 75,89% da Meta atuarial, contra os 56,01% de junho.

Constata-se que o Ministério da Previdência Social realizou auditoria nos investimentos da letra financeira, não encontrando irregularidades nos investimentos.

Verifica-se que a carteira de investimentos guarda conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021, e com a Política de Investimentos aprovada para o exercício de 2024. Pesa contra o equilíbrio econômico da rentabilidade x meta atuarial, a ausência de repasses da Prefeitura, a não aprovação por parte da Câmara Municipal dos projetos de Lei dos parcelamento e reparcelamento.

ITAPREVI
Fls.: 100
Proc.: 20000020322 5

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2024

7 – CONCLUSÃO (REGULARIDADE OU IRREGULARIDADE)

Com base no relatório acima, este Controlador Geral conclui pela regularidade das contas, com as seguintes recomendações:

1) Sejam acompanhados os processos de parcelamento que tramitam pelo judiciário, e ver a forma de contabilização dos valores;
2) Sejam finalizadas as contratações decorrentes dos processos administrativos inaugurados para cumprimento dos achados constantes do relatório de auditoria governamental proc. TCE/RJ nº 247.184-7/2023;
3) Sejam finalizados os processos de auditoria abertos para cumprimento dos achados constantes do relatório de auditoria governamental proc. TCE/RJ nº 247.184-7/2023;
4) Seja acompanhado, evidenciado e cobrado mensalmente os repasses dos recursos, do seu impacto no enquadramento das aplicações, da rentabilidade da carteira e do percentual de alcance da meta atuarial.

Itaguaí, 27/06/2025.

Mario Gomes de Amorim Filho
Matricula nº 939.376
Responsável pelo Controle Interno

ITAPREVI
Fls.: 101
Proc.: 20000203/25

CERTIFICADO DE AUDITORIA

O presente Certificado decorre da análise da Prestação de Contas Anual de Gestão do exercício de 2024, determinado no item n.º 15 do anexo II da Deliberação n.º 277/2017. Este Certificado tem como fundamento averiguar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos relacionados sobre a gestão do regime Próprio de Previdência Social de Itaguaí /RJ, denominado- Instituto de Previdência dos Servidores de Itaguaí- ITAPREVI, no período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Os exames foram efetuados visando a conformidade dos demonstrativos contábeis na execução, orçamentária, financeira e patrimonial afim de mitigar os riscos da unidade Autárquica supracitada.

*Com base nos exames levados a efeitos e consubstanciados no relatório da Unidade de Controle interno do Instituto de Previdência de Itaguaí-Itaprevi, concluo, a princípio, pela **REGULARIDADE** sem ressalvas das contas públicas do Instituto de Previdência de Itaguaí- Itaprevi, emitindo, desta forma o Certificado de Auditoria.*

ITAPREVI

Itaguaí, 26 de junho de 2025.

André Luiz da Silva Miranda
Diretor Contábil
Matrícula 34.656

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 26/06/2025 18:27:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 22:31:21 +01:00

ITAPREVI
Fls.: 102
Proc.: 200000203/25

Relatório de Gestão do Instituto de Previdência de Itaguai- Itaprevi/RJ do ano de 2024

O Instituto de Previdência de Itaguai- Itaprevi, é uma Autarquia Municipal, inscrita no CNPJ n.º 04.764.156/0001-99, com personalidade jurídica de direito público interno, autonomia administrativa, patrimônio e gestão financeira próprios, criada pela le n.º 2.387/2003, com SED e foro na cidade de Itaguaí é regida pela mencionada Lei, regulamentos e demais normas aplicáveis, e goza, em toda sua plenitude, no tocante a seus bens, serviços e ações, dos dos privilégios e imunidades, inclusive de naturezas processual e tributária, garantindo aos entes Públicos Federativos.

O instituto de Previdência de Itaguaí- RJ, durante o ano de 2024 fora presidido pelos Senhor Neiltom Jesus da Paixão (01/01/2024 a 11/06/2024) e Senhora Fernanda Pereira da Silva (12/06/2024 a 31/12/2024).

I. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO ITAPREVI EM 2024

Ativo	Saldo Atual	% Carteira	PL R$	% PL	Lei
TÍTULOS PÚBLICOS	30.690.164,47	10,98%	0,00		7º I a
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	6.581.196,53	2,35%	5.307.578.902,09	0,12%	7º I b
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.210.378,65	0,43%	4.598.383.674,88	0,03%	7º I b
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	357.961,60	0,13%	899.358.555,93	0,04%	7º I b
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	17.246.790,93	6,17%	8.464.677.137,84	0,20%	7º I b
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	13.648.023,49	4,88%	39.554.939,97	34,50%	7º I b
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PRE...	18.762.391,57	6,71%	3.989.816.161,41	0,47%	7º I b
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	9.499.859,27	3,40%	3.670.341.424,26	0,26%	7º I b
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	10.688.006,46	3,82%	11.311.864.366,70	0,09%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA ...	1.252.129,71	0,45%	1.421.558.924,62	0,09%	7º I b

ITAPREVI
Fls.: 103
Proc.: 20000020362/25

ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	147.674,96	0,05%	1.523.232.090,23	0,01%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	4.429.283,77	1,58%	633.173.463,16	0,70%	7º I b
ITAÚ SOBERANO FIC RENDA FIXA SIMPLES	20.273.553,11	7,25%	38.263.673.857,08	0,05%	7º I b
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	34.283.781,04	12,27%	20.140.019.415,30	0,17%	7º III a
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	30.746.810,09	11,00%	15.214.543.760,15	0,20%	7º III a
IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP	128.073,35	0,05%	1.053.571,36	12,16%	7º III a
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	9.411.416,96	3,37%	6.911.306.522,53	0,14%	7º III a
LF BANCO MASTER 03/07/2034 IPCA + 7,80%	31.751.446,20	11,36%	0,00		7º IV
LF BANCO MASTER 28/06/2034 IPCA + 7,80%	31.377.593,96	11,23%	0,00		7º IV
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	1.492.940,01	0,53%	633.956.624,61	0,24%	8º I
ITAÚ DUNAMIS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	1.400.323,06	0,50%	1.364.461.895,51	0,10%	8º I
ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX FIC AÇÕES	735.850,84	0,26%	109.521.621,08	0,67%	8º I
ITAÚ MOMENTO 30 II FIC AÇÕES	3.032.714,81	1,09%	100.926.721,87	3,00%	8º I
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	364.238,66	0,13%	1.020.402.430,13	0,04%	10º I

a) Títulos Públicos

Durante o ano de 2024 o Instituto executou a compra de Título Públicos NTN-B com vencimento em 2035 conforme a política de investimentos no limite de 10% da carteira naquele momento do mês de abril de 2024.

O pagamento do Cupom do Título Público ocorre em datas específicas, conforme planilha dos investimentos :

Título	Data Compra	Marcação	Qtde	PU	Valor $
NTN-B - 15/05/2035 - PREVIDENCIÁRIO	15/04/2024	Curva - Taxa: 5,970000%	68	4.442,791422	302.109,82
NTN-B - 15/05/2035 - PREVIDENCIÁRIO	19/04/2024	Curva - Taxa: 6,035756%	6.873	4.421,366892	30.388.054,65

b) Letras Financeiras

O Itaprevi investiu em 28.06.2024 e 03.07.2024 o percentual de 20% de seu patrimônio em Letras Financeiras com vencimento em 10 anos, com rendimento de IPCA + juros de 7,80% a.a, e pagamento de cupom anual. O Cupom anual será pago nos meses de aniversário da aquisição da letra financeira:

LF BANCO MASTER 03/07/2034 IPCA + 7,80%	31.751.446,20	11,36%	0,00		7º IV
LF BANCO MASTER 28/06/2034 IPCA + 7,80%	31.377.593,96	11,23%	0,00		7º IV

ITAPREVI
Fls.: 104
Proc.: 2000002203/25

c) Renda Fixa

Aplicações em renda fixa do Instituto de Previdência de Itaguaí:

RENDA FIXA	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno $	Retorno %
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	6.086.692,16	0,00	0,00	6.581.196,53	494.504,37	8,12%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	42.588.766,07	54.731.574,46	99.131.328,15	1.210.378,65	3.021.366,27	3,10%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11.957.266,82	0,00	11.000.000,00	357.961,60	-599.305,22	-5,01%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	12.628.359,91	3.247.859,38	7.711,23	17.246.790,93	1.378.282,87	8,68%
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	674.010,91	68.998.975,98	37.039.266,73	34.283.781,04	1.650.060,88	2,37%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	12.341.319,40	0,00	0,00	13.648.023,49	1.306.704,09	10,59%
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRI...	0,00	19.000.000,00	548.601,32	18.762.391,57	310.992,89	1,64%
BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	8.016.931,20	0,00	8.591.758,46	0,00	574.827,26	7,17%
BRADESCO IDKA PRÉ 2 FI RENDA FIXA	0,00	30.000.000,00	30.342.918,09	0,00	342.918,09	1,14%
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,00	30.342.918,09	15.000,00	30.746.810,09	418.892,00	1,38%
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	5.306.286,72	0,00	5.686.650,62	0,00	380.363,90	7,17%
CAIXA BRASIL 2024 X TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	5.515.860,34	0,00	5.914.197,43	0,00	398.337,09	7,22%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	8.630.964,54	311.920,57	0,00	9.499.859,27	556.974,16	6,23%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	56.148.717,54	0,00	56.470.426,80	0,00	321.709,26	0,57%

ITAPREVI
Fls.: 105
Proc.: 20000203/25

CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,00	11.291.390,49	1.021.815,76	10.688.006,46	418.431,73	3,71%
IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP	202.254,83	0,00	0,00	128.073,35	-74.181,48	-36,68%
ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND FIC RENDA FIXA LP	4.036.720,71	0,00	4.113.795,66	0,00	77.074,95	1,91%
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	8.588.381,90	24.113.795,66	32.184.716,33	1.252.129,71	734.668,48	2,25%
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	34.657.406,32	125.869.020,06	153.702.832,18	9.411.416,96	2.587.822,76	1,61%
ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	64.801.603,63	0,00	66.400.000,00	147.674,96	1.746.071,33	2,69%
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	4.052.551,83	0,00	0,00	4.429.283,77	376.731,94	9,30%
ITAÚ SOBERANO FIC RENDA FIXA SIMPLES	0,00	22.606.366,57	2.967.000,00	20.273.553,11	634.186,54	2,81%
LF BANCO MASTER 03/07/2034 IPCA + 7,80%	0,00	30.234.476,70	0,00	31.751.446,20	1.516.969,50	5,02%
LF BANCO MASTER 28/06/2034 IPCA + 7,80%	0,00	29.600.000,00	0,00	31.377.593,96	1.777.593,96	6,01%
TÍTULOS PÚBLICOS	0,00	30.298.462,24	1.770.518,33	30.690.164,47	2.162.220,56	7,14%
Total	286.234.094,83	480.646.760,20	516.908.537,09	272.486.536,12	22.514.218,18	7,87%

d) Renda variável

Aplicações em Fundos de renda Variável pelo Itaprevi:

RENDA VARIÁVEL	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno $	Retorno %
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	1.719.070,24	0,00	0,00	1.492.940,01	-226.130,23	-13,15%
ITAÚ DUNAMIS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	1.372.349,93	0,00	0,00	1.400.323,06	27.973,13	2,04%
ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX FIC AÇÕES	922.152,00	0,00	0,00	735.850,84	-186.301,16	-20,20%
ITAÚ MOMENTO 30 II FIC AÇÕES	3.826.354,81	0,00	0,00	3.032.714,81	-793.640,00	-20,74%
Total	7.839.926,98	0,00	0,00	6.661.828,72	-1.178.098,26	-15,03%

ITAPREVI
Fls.: 106
Proc.: 20000020 3/25

II. CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2024 foi marcado por um ambiente econômico desafiador, refletindo um contexto de incertezas geopolíticas, inflação persistente e elevação das taxas de juros. Diante desse cenário, o ITAPREVI adotou uma estratégia de investimentos pautada na diversificação entre diferentes classes de ativos e na priorização de aplicações com menor grau de risco, com o objetivo de mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados.

No âmbito da renda fixa, o mercado brasileiro apresentou desempenho favorável, impulsionado pelas elevadas taxas de juros, que aumentaram a atratividade dos ativos considerados mais seguros. Instrumentos como CDBs, Tesouro Direto, Letras Financeiras (LF) e Letras de Crédito Imobiliário (LCI) se destacaram, em um contexto em que a taxa Selic alcançou o patamar de 12,25% ao ano.

Por outro lado, o segmento de renda variável encerrou o ano com desempenho negativo, impactado pela piora nas expectativas quanto à condução do ajuste fiscal por parte do Governo Federal. Em contrapartida, os ativos atrelados a índices internacionais mantiveram desempenho positivo no período, beneficiados, entre outros fatores, pela valorização do dólar frente ao real.

III. Análise da Carteira de Investimentos

a) Carteira de Investimentos

Ao final do período, a carteira de investimentos apresentou composição compatível com os limites e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021, demonstrando adequação normativa em todas as suas posições.

b) Enquadramento à Resolução e à Política de Investimentos

A análise da carteira evidencia que, embora algumas metas traçadas (estratégias-alvo) não tenham sido plenamente atingidas, houve conformidade tanto com os dispositivos legais vigentes quanto com a Política de Investimentos aprovada para o exercício de 2024.

As discrepâncias observadas entre os percentuais alocados e os parâmetros da Política refletem, em grande parte, fatores externos como a ausência de repasses por parte do ente municipal e a não

ITAPREVI
Fls.: 107
Proc.: 200000203/25

aprovação, pela Câmara Municipal, dos projetos de lei relativos ao parcelamento e reparcelamento de débitos.

c) Rentabilidade e Risco por Ativo

A avaliação das séries históricas de rentabilidade e risco dos ativos, em comparação com seus respectivos benchmarks, revelou que os resultados obtidos no período ainda não atingiram níveis satisfatórios, sinalizando a necessidade de ajustes na execução das estratégias de alocação.

e) **Distribuição por Benchmarks**

A totalidade dos recursos permanece aplicada em ativos financeiros indexados ou que buscam replicar índices compatíveis com os objetivos de rentabilidade, liquidez e segurança definidos na Política de Investimentos.

f) **Distribuição por Classificação ANBIMA**

Os fundos integrantes da carteira estão classificados conforme critérios da ANBIMA, respeitando as estratégias e fatores de risco estabelecidos. Essa classificação contribui para a comparação de desempenho entre os fundos e fortalece o processo de análise e tomada de decisão.

g) Distribuição por Gestoras e Administradoras

As instituições responsáveis pela gestão e administração dos fundos mantidos na carteira possuem regularidade junto aos órgãos de controle e fiscalização competentes. Estão inseridas no rol autorizado para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e apresentam histórico positivo na condução das atividades de investimento.

h) **Fundos de Investimentos**

Os fundos presentes na carteira atendem plenamente às normas regulatórias aplicáveis aos RPPS, demonstrando aderência à Política de Investimentos aprovada para 2024, bem como alinhamento com os objetivos de rentabilidade e liquidez definidos para o período.

ITAPREVI
Fls.: 108
Proc.: 2000000203/25

IV. CONCLUSÃO

A análise da carteira de investimentos do RPPS ao final do período demonstra, de forma geral, conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 e com a Política de Investimentos aprovada para o exercício de 2024. Ainda que parte das estratégias-alvo não tenha sido integralmente atingida, sobretudo em razão de fatores externos, como a ausência de repasses do ente municipal e a não deliberação dos projetos de parcelamento e reparcelamento pela Câmara Municipal, a carteira manteve-se enquadrada nos limites legais e normativos aplicáveis.

A distribuição dos ativos seguiu critérios técnicos adequados, com observância aos benchmarks estabelecidos, à classificação ANBIMA, e à regularidade das instituições gestoras e administradoras. Ressalta-se, contudo, que a rentabilidade auferida, em relação aos riscos assumidos, ainda se mostrou aquém do ideal, exigindo acompanhamento contínuo e eventuais ajustes nas estratégias de alocação, conforme a evolução do cenário econômico-financeiro.

Em síntese, a carteira apresentou solidez normativa e aderência aos princípios de segurança, solvência e liquidez, ainda que os resultados obtidos revelem a necessidade de reforço na execução das estratégias de investimento, sobretudo frente a contextos adversos que impactam diretamente o cumprimento das metas estabelecidas.

Itaguaí, 26 de junho de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCELO JOSE MAGALHAES LOPES
Data: 26/06/2025 15:49:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Marcelo José Magalhães Lopes
Diretor Geral Financeiro
Matrícula 939.379

Fernanda Pereira da Silva
Presidente do Itaprevi
Matrícula 939.375

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 19:52:23 +01:00

ITAPREVI
Fls.: 109
Proc.: 20000203/25

MODELO 4

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL

Órgão: Itaprevi	Município: Itaguaí	Exercício: 2024

Examinada a Prestação de Contas Anual de Gestão, referentes ao exercício em questão, tendo sido constatado:

Descrição	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa nº
(A) A regularidade dos documentos e comprovantes que deram origem aos registros contábeis	X			
(B) A propriedade e regularidade dos registros contábeis	X			
(C) A regularidade da execução orçamentária da despesa	X			
(D) A regularidade da execução orçamentária da receita	X			
(E) A observância aos conceitos estabelecidos na Lei Federal nº 4.320/64, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais normas aplicáveis	X			
(F) A paridade do saldo do Ativo Imobilizado com o controle apresentado pelo responsável pelos Bens Patrimoniais	X			
(G) A contabilização da depreciação, amortização ou exaustão dos bens do Ativo Imobilizado em cumprimento ao cronograma definido na legislação pertinente	X			
(H) A paridade do saldo do Ativo em Estoques com o controle apresentado pelo responsável por Bens em Almoxarifado	X			
(I) A paridade do saldo do Ativo em Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações com o controle apresentado pelo setor de Tesouraria	X			
(J) A identificação e regularização dos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, originados no exercício	X			X
(L) A identificação e regularização dos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, de exercícios anteriores	X			X
(M) A inexistência de ilegalidades ou irregularidades, bem como falhas que tenham causado ou possam causar prejuízo ao erário	X			X

A nota explicativa da descrição J, L e M, estão no Item 11 desta Prestação de Contas especificamente às Demonstrações Contábeis.

Com base nas afirmações acima, além de outras por ventura não discriminadas nesta declaração, atesto a fidedignidade das rotinas e Demonstrativos Contábeis	Sim	(X)	Não	( )

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 11:51:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras

Nome: André Luiz da Silva Miranda		Responsável pelo Setor Contábil	CRC/RJ nº 111.583-3
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:	

ITAPREVI
Fls.: 110
Proc.: 200000203/25

LEI Nº 2.499/2005

Atualizada pelas:

Lei nº 4.078/2023

Lei nº 3.893/2020

Lei nº 3.701/2019

Lei nº 3.376/2015

Lei nº 3.354/2015

Lei nº 3.041/2012

Lei nº 3.026/2012

Lei nº 2.990/2012

Lei nº 2.816/2009

Lei nº 2.658/2008

Lei nº 2.642/2007

ITAPREVI
Fls.: 111
Proc.: 200000203/25

LEI Nº 2499 DE, 16 DE AGOSTO DE 2005.

Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí, criado pela Lei n° 2.387, de 02 de dezembro de 2003 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, RJ.

Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO ÚNICO

Do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itaguaí

CAPÍTULO I

Da Criação, Natureza, Sede e Objetivos

Art. 1° Fica reestruturado, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí – RPPS de que trata o art.40 da Constituição Federal.

Art. 2° O RPPS visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que garantam meios de subsistência nos eventos elencados no art.201 da Constituição Federal.

Art. 3° O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí, tem como unidade gestora, a **ITAPREVI**, Autarquia com personalidade jurídica de direito público interno, autonomia administrativa, patrimônio e gestão financeira próprios, criada pela Lei nº 2.387 de 02 de dezembro de 2003

Art. 4° A **ITAPREVI**, com sede e foro na cidade de Itaguaí é regida por esta Lei, Regulamentos e demais normas aplicáveis, e gozará em todo sua plenitude, no tocante a

ITAPREVI
Fls.: 112
Proc.: 200000203/25

seus bens, serviços e ações, dos privilégios e imunidades, inclusive de naturezas processual e tributária, garantindo aos entes públicos federativos.

Art. 5° A **ITAPREVI**, cuja finalidade é arrecadar e administrar recursos financeiros e outros atrativos tem como objetivo fundamental garantir aos segurados e seus dependentes o amparo da previdência social, de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, dos servidores ativos e inativos, e dos pensionistas, segundo critério que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, devendo observar os seguintes parâmetros, além dos princípios constitucionais da administração pública e da previdência social:

I - Gestão financeira e administrativa descentralizada em relação ao Município,devendo, para tanto, operar com contas próprias distintas das do Tesouro Municipal;

II - Pleno acesso das informações referentes à sua gestão aos segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência e a participação de representantes dos servidores públicos, ativos e inativos, no órgão colegiado em que seus interesses sejam objeto de discussão, deliberação e fiscalização;

III - Preservação do equilíbrio financeiro e atuarial;

IV - Custeio exclusivo da previdência social, mediante contribuições vertidas pelo Poder Executivo Municipal, suas Autarquias e Fundações, bem como pelo Poder Legislativo, pelos Inativos e Pensionistas, além de recursos obtidos pela gestão de ativos financeiros destinados ao seu patrimônio, dentre outros;

V - Vedação da criação, majoração ou extensão de quaisquer benefícios sem a indicação de sua fonte de custeio total;

VI - Votação por maioria simples para qualquer modificação nesta Lei.

CAPÍTULO II

Da Organização da Unidade Gestora

Art. 6° A **ITAPREVI**, unidade gestora única do regime próprio de previdência municipal, terá como responsáveis pela administração e fiscalização os seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal de Previdência – **CMP**;

II - Diretoria Executiva

a) Gabinete da Presidência; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

b) Diretoria Financeira; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

c) Diretoria administrativa; e **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

ITAPREVI
Fls.: 113
Proc.: 20000020325

d) Ouvidoria; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

III - Procuradoria Geral; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

IV - Controladoria, e **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

V - Comitê de Investimento. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

Seção I

Do Conselho Municipal de Previdência

Art. 7° Ao Conselho Municipal de Previdência – CMP, órgão superior de deliberação e fiscalização colegiada, cabe observar os objetivos e as políticas administrativas, financeiras e previdenciárias da **ITAPREVI** e, suas ações serão desenvolvidas pelo estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação, administração e fiscalização.

§ 1° O CMP será composto pelos seguintes membros, todos nomeados pelo prefeito com mandato de dois anos, admitida uma única recondução:

I - três representantes do Governo;

II - um da Câmara de Vereadores;

III - um representante dos servidores ativos; e

IV - um representante dos inativos e pensionistas . **(alterado pela Lei 3.565 de 03 de outubro de 2017)**

§ 2° Os integrantes do Conselho Municipal de Previdência, receberão 30 UFIR-ITA por reunião.

§ 3° Cada membro terá um suplente com igual período de mandato titular, também admitida uma recondução;

§ 4° Os membros do CMP e respectivos suplentes serão escolhidos da seguinte forma:

I - O presidente, que terá voto de qualidade, e os representantes do Governo serão indicados pelo chefe do Executivo;

II - O representante da Câmara será indicado pelo Presidente da respectiva Casa Legislativa;

III - Os representantes dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, eleitos entre seus pares em Assembleia Geral convocada para este fim, serão indicados pelos Sindicatos, Secretarias Municipais e Coordenadorias da Câmara. **(alterado pela Lei 3.565 de 03 de outubro de 2017)**

§ 5° Não poderão candidatar-se os servidores:

ITAPREVI
Fls.: 114
Proc.: 200000203/25

I - representantes oficiais dos sindicatos ,e/ou aqueles que façam parte de suas diretorias;

II - os menores de 21 anos de idade;

III - em licença prêmio para aposentar;

IV - em licença sem vencimento;

V - em estágio probatório;

VI - em afastamento preventivo;

VII - respondendo inquérito administrativo e/ou ação penal;

VIII - que possuam antecedentes criminais pela prática de crimes contra o patrimônio e contra a administração pública;

IX - comissionado com ou sem vencimentos;

X - em licença para concorrer ou exercer mandato eletivo.
(alterado pela Lei 3.565 de 03 de outubro de 2017).

§ 6º O Secretário Municipal de Administração constituirá comissão para organizar a Assembleia Geral citada nos itens II e II do § 1°.

§ 7º Os membros do CMP serão afastados, em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em quatro intercaladas no mesmo ano.

Subseção I

Do Funcionamento do CMP

Art. 8° O CMP reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por, pelo menos, três de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias;

Parágrafo único. Das reuniões do CMP, serão lavradas atas em um livro próprio.

Art. 9° As decisões do CMP serão tomadas por maioria, exigido o ***quorum*** de quatro membros.

Art. 10 Incumbirá à Diretoria Executiva da **ITAPREVI** proporcionar ao CMO os meios necessários ao exercício de suas competências.

Subseção II

Da Competência do Conselho Municipal de Previdência

ITAPREVI
Fls.: 115
Proc.: 20000020 3/25

Art. 11 Compete ao Conselho Municipal de Previdência;

I - acompanhar a normatização das diretrizes gerais da **ITAPREVI**;

II - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da **ITAPREVI** e suas alterações;

III - acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos da **ITAPREVI**;

IV - examinar e emitir parecer conclusivo sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município;

V - examinar a contratação de agentes financeiros, bem como a celebração de contratos, convênios e ajustes da **ITAPREVI**;

VI - examinar a contratação de empresas especializadas para a realização de auditorias contábeis, estudos atuariais ou financeiros, da compensação previdenciária;

VII - autorizar alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio da **ITAPREVI**, observada a legislação pertinentes;

VIII - acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao RPPS;

IX - manifestar-se sobre a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas e, demais demonstrativos financeiros;

X - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao RPPS, nas matérias de sua competência;

XI - manifestar-se em projetos de lei de acordos de composição de débitos previdenciários do Município com RPPS;

XII - fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

XIII - acompanhar e autorizar o orçamento-programa e suas alterações;

XIV - acompanhar e autorizar os planos de custeio e de aplicação do patrimônio, e suas revisões;

XV - examinar, a qualquer tempo, livros e demais documentos;

XVI - comunicar a Diretoria Executiva, as irregularidades verificadas, sugerindo medidas saneadoras;

XVII - manifestar-se sobre assuntos que lhe forem encaminhados pela Diretoria Executiva;

XVIII- autorizar a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos; e

XIX - deliberar sobre os casos omissos, de sua competência, no âmbito das regras aplicáveis ao RPPS.

ITAPREVI
Fls.: 116
Proc.: 200000203/25

Seção II

Da Diretoria-Executiva

Art. 12 À Diretoria Executiva compete dar execução aos objetivos institucionais da **ITAPREVI**, consoante a legislação em vigor e as diretrizes e normas gerais aplicáveis, sendo seus integrantes nomeados e exonerados pelo Prefeito Municipal ***ad nutum***. **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§1° - A Diretoria Executiva será composta pelas Unidades Administrativas, contidas nos incisos I ao IV, subordinadas ao Presidente, datadas de autonomia administrativa no âmbito de suas atribuições, observada a tabela de vencimentos definida no Anexo I da presente: **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

I - Gabinete da Presidência, que será constituído por: **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

a) 01 Presidente, símbolo PT; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

b) 01 Chefe de Gabinete da Presidência, símbolo CGP; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

c) 01 Assessor da Presidência, símbolo A **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

II - Diretoria Financeira, que será constituída por: **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

a) 01 Diretor Geral Financeiro símbolo DGF; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

b) 01 Tesoureiro, símbolo TS; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

c) 01 Diretor Atuário, símbolo DA; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

d) 01 Diretor de Patrimônio e Almoxarifado, símbolo DPA, e; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

e) 01 Diretor Contábil, símbolo DC. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

III - Diretoria Administrativa, que será constituída por: **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

a) 01 Diretor de Benefícios, símbolo DB; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

b) 01 Diretor de Recursos Humanos, símbolo DRH; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

ITAPREVI
Fls.: 117
Proc.: 200000203/25

c) 03 Assessores Administrativos, símbolo AA. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

IV - Ouvidoria, que será constituída por: **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

a) 01 Ouvidor Geral, símbolo OG, e **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

b) 01 Ouvidor Substituto, símbolo OS. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 2º - O Sistema Jurídico no âmbito da **ITAPREVI** será exercido pela **Procuradoria Geral** da **ITAPREVI** e o Controle Interno da **ITAPREVI** será exercido pela **Controladoria Geral** da **ITAPREVI**, sendo os respectivos cargos comissionados, observada a tabela de vencimentos definida no Anexo I da presente e serão compostas por: **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

I - **Procuradoria Geral:** **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

a) 01 Procurador Geral, símbolo PG; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

b) 01 Subprocurador Geral, símbolo SPG; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

c) 01 Assessor Jurídico, símbolo AJ. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

II - **Controladoria Geral**: **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

a) 01 Controlador Geral, símbolo CG; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

b) 01 Subcontrolador Geral, símbolo SCG. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 3º Os vencimentos dos cargos de que trata este artigo observará o seguinte:

I - todos os cargos acima descritos terão direito ao gozo de férias e a percepção de 13º salário, com as mesmas vantagens de Executivo Municipal. **(redação dada pela Lei -3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 4º O Prefeito Municipal, fará a nomeação dos integrantes da Diretoria-Executiva, da Controladoria Geral e da Procuradoria Geral da **ITAPREVI**, sendo referido os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração. **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 5º A Diretoria-Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente, e suas resoluções serão tomadas por maioria de votos, fixado em três(03) o *"quorum"* mínimo para a realização da reunião.

ITAPREVI
Fls.: 118
Proc.: 200000203/25

§ 6º O Presidente, além do voto pessoal, terá, ainda, o voto de desempate.

§ 7º A Diretoria-Executiva poderá, na gestão da Administração das Obrigações Passivas da **ITAPREVI,** utilizar-se de entidade externa, escolhida através de processo licitatório, com o objetivo de se aumentar a eficiência, diminuir gastos e absorver novas tecnologias nesta área de atuação.

§ 8º As atribuições e competências serão regulamentadas através de seu Regimento Interno.

§ 9º A Diretoria-Executiva será auxiliada por servidores da **ITAPREVI**, que terá quadro próprio de pessoal, a ser aprovado por lei, com indicação da denominação e do quantitativo dos respectivos cargos, preenchido através de concurso público.

§ 10° Aplica-se aos funcionários da **ITAPREVI**, O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí e respectivas legislação complementar. **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 11° Os Poderes Executivo e Legislativo poderão colocar funcionários à disposição da **ITAPREVI**, inclusive requisitados de outros Poderes, mediante solicitação de seu Presidente e obedecido o artigo 31, da Lei Orgânica do Município de Itaguaí, podendo a **ITAPREVI**, de acordo com as disponibilidades financeiras, arcar com o ônus destas cessões. **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 12° Os funcionários dos Poderes Executivo e Legislativo de Itaguaí, postos à disposição, provisoriamente, da **ITAPREVI**, gozam de todos os direitos e vantagens inerentes ao Estatuto do Município.

§ 13° Aprovado o quadro da **ITAPREVI**, os funcionários requisitados de órgãos, serão paulatinamente devolvidos aos órgãos de origem na medida em que os cargos sejam preenchidos, na forma do art.37.IX da Constituição Federal.

§ 14º As tabelas de valores de gratificação e representação do Poder Executivo e do Poder Legislativo vigorarão, no que couber, para os servidores à disposição da **ITAPREVI**. **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 15° Os poderes conferidos ao Procurador Geral e ao Subprocurador Geral são inerentes à investidura no cargo, não carecendo, por sua natureza legal, de instrumento de mandato, qualquer que seja a instância, foro ou Tribunal. **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 16° O Presidente deverá ter formação superior completa, além de comprovada capacidade na área de administração pública e previdenciária. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 17° O Procurador Geral e o Subprocurador Geral deverão ser Bacharéis em Direito e estar devidamente inscritos no órgão de classe há mais de 05(cinco) anos. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

ITAPREVI
Fls.: 119
Proc.: 200000203/25

§ 18 O Controlador Geral e o Subcontrolador Geral deverão ter formação superior em Contabilidade e/ ou Direito, além de ter, no mínimo Certificação Profissional ANBIMA CPA 10 e curso de Controle Interno. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 19° O Ouvidor e o Ouvidor Substituto deverão ter no mínimo, formação superior completa . **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 20° Os Diretores deverão ter no mínimo, formação escolar de 2º grau completo. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 21° O Conselho Municipal de Previdência e a Diretoria Executiva no desenvolvimento dos objetivos institucionais da **ITAPREVI** contarão com o assessoramento do **Comitê de Investimento** que será composto por: **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

I - Presidente do Comitê, que é o servidor responsável pela gestão dos recursos do RPPS (Presidente da ITAPREVI),e; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

II - 04 (quatro) membros, indicados dentre os servidores integrantes do quadro efetivo ou comissionado do Município, lotados na ITAPREVI – Itaguaí Previdência, nomeados por resolução do Presidente; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

III - Os integrantes do Comitê de Investimento deverão ter sido aprovados em exame de certificação organizado, por entidade autônoma, de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais e perceberão 60 UFIR-ITA por reunião, limitada à 1 (uma) reunião semanal.

Art. 13° À Diretoria Executiva, compete:

I - estabelecer e normatizar as diretrizes gerais da **ITAPREVI**;

II - orientar e acompanhar a execução das atividades da **ITAPREVI;**

III - conceder os benefícios previdenciários;

IV - aprovar manuais e instruções de caráter técnico, operacional ou administrativo, de acordo com as diretrizes e normas baixadas;

V - autorizar a baixa e a alienação de bens do ativo permanente e a constituição de ônus reais sobre os mesmos , quando de valor inferior, ou igual a 1.000(um mil) UFIR's;

VI - autorizar a assinatura de contratos, acordos ou convênios, de valor superior a 1.000 (um mil) UFIR's;

VII - submeter o Plano de Contas e de Aplicação do Patrimônio e suas alterações e revisões à aprovação do CMP;

VIII -,submeter o orçamento-programa e suas alterações à aprovação do CMP;

IX - aprovar o seu Regimento Interno;

ITAPREVI
Fls.: 120
Proc.: 200000203/25

X - contratar empresas especializadas para realização de auditoria contábeis, estudos atuariais ou financeiro e da compensação previdenciária;

XI - submeter à autorização do CMP, a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio da **ITAPREVI**, observada a legislação pertinente;

XII - submeter à autorização do CMP a aceitação de doações, cessões de direito e legados, quando onerados por encargos;

XIII - contratar agentes financeiros, bem como a celebrar contratos, convênios e ajustes da **ITAPREVI**;

XIV - promover auditoria nos benefícios previdenciários concedidos e pagos pela **ITAPREVI**.

Subseção I

Das Atribuições e Responsabilidades dos Diretores

Art. 14 Aos Diretores, além das atribuições e responsabilidades próprias da qualidade de membro da Diretoria Executiva, competem aquelas que lhes foram fixadas no Regimento Interno da **ITAPREVI**, atendidas as áreas de atuação estabelecidas pelo Prefeito Municipal, quando da nomeação dos mesmos.

§ 1° Compete ao Diretor Financeiro designado pelo Presidente ou na sua ausência, com o substituto eventual, movimentar e aplicar os recursos financeiros da ITAPREVI;

§ 2° O Presidente e demais Diretores poderão constituir mandatários ou procuradores e delegar competência, salvo quanto à prevista no parágrafo anterior.

Art.15 Compete ao Presidente:

I - representar a **ITAPREVI**, em juízo ou fora dele;

II - dirigir, coordenar, controlar, administrar e orientar as atividades da **ITAPREVI**;

III - baixar os atos que consubstanciam as decisões da Diretoria Executiva;

IV - praticar atos de urgência, *" ad referendum"* da Diretoria Executiva ou Conselho Municipal de Previdência, submetendo sua decisão à consideração do órgão competente, na primeira reunião que se realizar após o fato;

V - designar, sequencialmente, o Diretor que substituirá, nos casos de falta ou de impedimento eventual;

ITAPREVI
Fls.: 121
Proc.: 200002031/25

VI - baixar os atos relativos à administração de pessoal;

VII - convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

VIII - ordenar despesas da **ITAPREVI**;

IX - autorizar licitações e aprovar seu resultado;

X - publicar o Regimento Interno da **ITAPREVI**;

XI - definir políticas e diretrizes previdenciárias para os segurados e seus dependentes;

XII - estabelecer critérios e diretrizes para a elaboração de normas programas que garantam o amparo previdenciário aos segurados da **ITAPREVI** e seus dependentes;

XIII - manter intercâmbio com órgãos e entidades públicas e privadas com o fim de obter cooperação, assistência técnica e promoção do desenvolvimento de planos, programas e projetos da Autarquia;

XIV - celebrar, editar e rescindir acordos, convênios, contratos e outros instrumentos de ajustes, observadas as normas aplicáveis;

XV - convocar o Conselho Municipal de Previdência, nos casos previstos em Lei;

XVI - deferir ou indeferir benefícios de natureza previdenciária;

XVII - constituir comissões e grupos de trabalho;

XVIII- determinar a instauração de sindicâncias e de inquérito administrativo e aplicar penalidades;

XIX - abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, em conjunto com o Diretor Geral Financeiro ou, na sua ausência, pelo Diretor de Recursos Humanos; **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015).**

XX - aprovar normas reguladoras de aplicação de multas e parcelamento de débitos;

XXI - aprovar o Balanço Geral da autarquia, seus balancetes, processos de tomadas de contas e demais demonstrativos a serem submetidos aos órgãos fiscalizadores e autoridades superiores;

XXII - apreciar recursos interpostos de atos prepostos ou empregados da **ITAPREVI**;

XXIII- arrendar os bens próprios da **ITAPREVI**, obedecida a legislação pertinente;

XXIV- submeter à aprovação do Conselho Municipal de Previdência, alienação dos bens próprios da **ITAPREVI**, após avaliação por instituições habilitadas, obedecidas as normas legais;

XXV - deliberar sobre os casos omissos nas formas reguladoras da **ITAPREVI;** e

XXVI- delegar competência, nos casos que couber.

CAPÍTULO III

Dos Beneficiários

Art. 16 São filiados ao RPPS, na qualidade de beneficiários, os segurados e seus dependentes definidos nos art. 19 e 21.

Art. 17 Permanece filiado ao RPPS, na qualidade de segurado, o servidor titular do cargo efetivo que estiver:

I - cedido a órgão ou entidade da administração direta e indireta de outro ente federativo, com ou sem ônus para o Município;

II - quando afastado ou licenciado, observado o disposto no art.32;

III - durante o afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo; e

IV – durante o afastamento do país por cessão ou licenciamento com remuneração.

Parágrafo único. O segurado exercente de mandato de vereador que ocupe o cargo efetivo e exerça, concomitantemente, o mandato, filia-se ao RPPS pelo cargo efetivo, e ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, pelo mandato eletivo.

Art. 18 O Servidor efetivo requisitado da União, de Estado, do Distrito Federal ou de outro Município permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

Seção I

Dos Segurados

Art. 19 São Beneficiários do RPPS, na condição de segurados;

I - o servidor público ativo e inativo, titular de cargo efetivo, bem como os estáveis, dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas;

§ 1° O servidor estável abrangido pelo art.19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pode ser segurado do RPPS, haja vista ser expressamente regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí.

§ 2° Fica excluído do disposto no caput o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário, emprego público, ainda que aposentado por qualquer regime de previdência, sendo, nestas casos, contribuintes obrigatórios do RGPS.

§ 3° Na hipótese de acumulação remunerada, o servidor mencionado neste arquivo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados, nos limites de tempo

ITAPREVI
Fls.: 123
Proc.: 200000203/25

previstos em lei e ou no edital. Se houver prorrogação de horário ou turno, sem previsão no edital, o servidor será vinculado ao RGPS pelo novo turno, mesmo que esta prorrogação tenha sido por Decreto ou Lei. **(redação dada pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)** .

§ 4° O aposentado por qualquer regime de previdência que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, cargo em comissão, cargo temporário ou emprego público filia-se, por esta atividade, ao RGPS.

§ 5° O exercente, de mandato eletivo é segurado obrigatório do RGPS, desde que não seja vinculado a Regime Próprio de Previdência Social, RPPS.

Art. 20 A perda da condição de segurado do RPPS ocorrerá nas hipóteses; morte, exoneração ou demissão.

§ 1° A perda da condição de segurado importa na perda dos direitos inerentes à sua condição de segurado, bem como implica no automático cancelamento da inscrição

§ 2° A perda da qualidade de segurado por exoneração ou demissão se dará no último dia útil do mês seguinte ao da sua exoneração ou demissão.

Seção II

Dos Dependentes

Art. 21 São beneficiários do RPPS, na condição de dependente do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido;

II - os pais; e

III – o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

§ 1° Os dependentes de uma mesma classe concorrem em igualdade de condições, entre si.

§ 2° A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso é presumida e das demais deve ser comprovada.

§ 3° A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.

§ 4° Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 5° Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

§ 6° O companheiro ou companheira homossexual de servidor ou servidora poderá integrar o rol de dependentes desde que comprovada existência de entidade familiar entre eles e elas, concorrendo para fins de pensão por morte com os dependentes previstos no inciso I.

§ 7° O direito a pensão por morte do cônjuge ou companheiro cessará: **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020.)**

I- Em 04 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o servidor tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou união estável tiveram sido iniciados em menos de 02 (dois) anos antes do óbito do servidor;

II- Transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do pensionista na data de óbito do servidor; depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 02 dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

a) 03 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;
b) 06 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;
c) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;
d) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;
e) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;
f) "Vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade".

Art. 22 Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I do art. 21, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

Parágrafo único. O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação de termo de tutela.

Subseção I

Do Cancelamento e/ ou perda da inscrição de Beneficiário-Dependente

Art. 23 O cancelamento ou perda da qualidade de beneficiário-dependente, para os fins do RPPS ocorre:

I - para o cônjuge:

ITAPREVI
Fls.: 125
Proc.: 200000203/25

a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada prestação de alimentos;

b) pela anulação do casamento;

c) pelo óbito ou

d) por sentença judicial transitada em julgado.

II - Para a companheira ou o companheiro, pela cessação da união estável com servidor ou servidora, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos.

III - Para os filhos e os irmãos, de qualquer condição, até completarem 21 (vinte e um) anos, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior.

IV – Para dependente em geral;

a) pela cessação da invalidez;

b) pela cessação da dependência econômica; ou

c) pelo falecimento.

§ 1° Ressalvados os casos de morte, detenção ou reclusão, o cancelamento da inscrição do segurado importará no cancelamento da inscrição dos respectivos dependentes.

§ 2° A liberação do detento ou recluso, cuja inscrição tenha sido cancelada, importará no cancelamento da inscrição de seus dependentes.

§ 3° Qualquer ato superveniente que importe exclusão ou inclusão de dependentes de ser comunicado, imediatamente, pelo servidor a **ITAPREVI**, com as provas cabíveis sob pena de responsabilidade.

Seção III

Das Inscrições

Art. 24 A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo.

Parágrafo único. O segurado deverá apresentar, no prazo de 01(um) ano, contado da publicação desta Lei, Certidão de Tempo de Contribuição a outros regimes de previdência, fornecida pelo órgão competente.

Art. 25 Incumbe ao segurado à inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 1° A inscrição do dependente inválido requer sempre comprovação desta condição por inspeção médica, podendo a **ITAPREVI** exigir parecer pericial médico ou junta médica por ela indicada.

§ 2° As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

Art. 26 A inscrição de dependentes decorre da apresentação de:

I - Para dependentes previstos no inciso I do artigo 21:

a) Cônjuge e filhos - Certidões de Casamento e Nascimento;

b) Equiparado a filho e a enteado - Certidão Judicial de Guarda ou Tutela; em se tratando de enteado - Certidão de Casamento do segurado e Certidão de Nascimento do dependente;

c) Companheira ou companheiro – Documento de Identidade e Certidão de Nascimento ou Casamento com averbação da Separação Judicial ou Divórcio quando um dos companheiros ou ambos já tiverem sido casados, ou de óbito se for o caso.

II - Pais - Certidão de Nascimento do segurado e Documentos de Identidade dos mesmos; e irmão -Certidão de Nascimento.

§ 1° Para comprovação do vínculo e da dependência econômica, quando for o caso de que tratam os parágrafos 4°,5 ° e 6° do artigo 21, devem ser apresentados pelo menos 3(três) dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Certidão de Nascimento de filho havido em comum;

b) Certidão de Casamento Religioso

c) Declaração do Imposto de Renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente;

d) Disposições testamentárias;

e) Declaração especial feita perante Tabelião;

f) Prova do mesmo domicílio;

g) Prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;

h) Procuração ou fiança reciprocamente outorgadas;

i) Conta bancária conjunta;

j) Registro ou Associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como do segurado;

k) Apólice de Seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;

l) Ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o segurado como responsável pelo interessado-dependente;

m) Escrituras de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome do dependente;

n) Quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.

§ 3° Somente será exigida a Certidão Judicial de adoção quando esta for anterior a 14 de outubro de 1990, data da vigência da ||Lei 8.069/90.

§ 4° Para a comprovação do vínculo de companheiro ou companheira no ato do pedido de inscrição, o segurado deverá apresentar qualquer um dos documentos relacionados nos incisos c, d, e, i do § 10 deste artigo ou, então, 3 (três) documentos, no mínimo, dos demais incisos do mesmo parágrafo, sujeitos, ainda, a critério da **ITAPREVI**, `a justificação administrativa.

§ 5° No caso de pais, irmão, enteado, guarda definitiva, tutelado e curatelado, a prova de dependência econômica será feita por declaração do segurado firmada perante a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí – **ITAPREVI**, acompanhada de um dos documentos referidos nos incisos c, e, i, l e m do parágrafo 10 deste artigo, que constituem, por si só, prova bastante e suficiente, devendo os outros documentos relacionados nos demais incisos do mesmo parágrafo serem considerados em conjunto de, no mínimo, 3 (três), corroborados, quando necessário, por justificação administrativa ou parecer sócio-econômico do Diretor de Benefícios ou do Serviço Social da Prefeitura Municipal de Itaguaí.

§ 6° Será apresentada declaração de não emancipação, no ato de inscrição de dependente menor de 21 (vinte e um) anos e maior que 16 (dezesseis anos), que será renovada a cada 06 (seis) meses.

§ 7° Para inscrição dos pais ou irmãos, o segurado comprovará a inexistência de dependentes preferenciais, mediante declaração firmada perante a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí - **ITAPREVI.**

§ 8° Para comprovação do vínculo de dependência estabelecido neste artigo poderá a **ITAPREVI** solicitar outros documentos que se fizerem necessários.

ITAPREVI
Fls.: 128
Proc.: 200000203/25

§ 9° O segurado é responsável, administrativa, civil e criminalmente, pela inscrição de dependentes realizada com base em documentos e informações por ele fornecidas.

CAPÍTULO IV

Do Custeio

Art. 27 São fontes do plano de custeio do RPPS as seguintes receitas:

I - contribuição previdenciária do Município;

II - contribuição previdenciária dos segurados ativos;

III - contribuição previdenciária dos segurados aposentados e dos pensionistas;

IV - doações, subvenções e legados;

V - receitas decorrentes de aplicações financeiras e investimentos patrimoniais;

VI - Valores Recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9° do art.201 da Constituição Federal;

VII - valores de dívida ativa repassados à **ITAPREVI**;

VIII - participação sobre receita de concursos de prognósticos; e

IX - demais dotações previstas no orçamento municipal;

X - valores aportados pelo Município; **(incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

XI - outros bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária; **(incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

XII - direitos pertinentes às receitas relativas às participações e compensações financeiras("***royalties***") no resultado da exploração do petróleo, gás natural e outros recursos naturais a que o Município de Itaguaí faz jus por força do disposto no § 1º do art. 20 da Constituição Federal. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015).**

§ 1° Constituem também fonte do plano de custeio do RPPS as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, II e III incidentes sobre o abono anual, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão da decisão judicial ou administrativa.

§ 2° As receitas de que trata este artigo, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do RPPS e das despesas administrativas destinadas à manutenção desse Regime. São consideradas despesas administrativas, dentre outras:

a) despesas com pessoal em exercício na **ITAPREVI**;

b) despesas de manutenção e operacionalização da **ITAPREVI**;

c) despesas de manutenção de bens móveis e imóveis vinculados à **ITAPREVI**;

d) despesas com consultoria e assessoria técnica.

§ 3° O valor anual da taxa de administração mencionada no parágrafo anterior será de até 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, subsídios, proventos e pensões pagas aos beneficiários segurados e dependentes do RPPS no exercício financeiro anterior. **(redação dada pela Lei 3.376 de 26 de novembro de 2015, alterada pela Lei 3.893 de 17/12/2020)**

§ 4° Os recursos da **ITAPREVI** serão depositados em conta distinta da conta do Tesouro Municipal.

§ 5° As aplicações financeiras dos recursos mencionados neste artigo atenderão às resoluções e normas específicas do Conselho Monetário Nacional, sendo vedada aplicação em títulos públicos, exceto os títulos públicos federais, com observância de regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção e prudência financeiras.

§ 6° O Município proporá, a abertura de créditos orçamentários adicionais, visando assegurar à **ITAPREVI** a alocação de recursos financeiros destinados à cobertura de eventuais insuficiências financeiras para o pagamento das aposentadorias, pensões e, outros benefícios quando elencados no rol dos concedidos pela mesma.

§ 7° A gestão imobiliária da **ITAPREVI** deverá observar a realidade e os valores praticados pelo mercado em geral, sendo vedada cessão ou alienação a título gratuito.

§ 8° Fica proibido o repasse de ativos financeiros e patrimoniais da **ITAPREVI** a qualquer outro órgão da administração municipal, exceto para pagamentos de compromissos devidamente comprovados, ficando proibida também a alienação a título gratuito ou constituição de ônus reais sobre qualquer bem de seu patrimônio.

§ 9° A incorporação dos ativos previstos neste artigo será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, observadas as leis orçamentárias aplicáveis. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

Art. 28. As contribuições previdenciárias de que tratam os incisos II e III do art. 27, será de 14%, quatorze por cento) do servidor, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição. do servidor incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição. **(redação dada pela Lei 3.376 de 26 de novembro de 2015, alterada pela Lei nº 3.893 de 17/12/2020).**

§ 1° Entende-se como remuneração de contribuição do servidor ativo, o valor constituído pelo vencimento ou subsídio do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, dos adicionais de caráter individual, ou de mais vantagens de qualquer natureza incorporadas e/ou incorporáveis, estabelecidas em lei, percebidas pelo segurado, exceto:

a) Salário-família;
b) Diárias para viagem;
c) Ajuda de custo em razão de mudança de sede;
d) Indenização de transporte;
e) Adicional de prestação de serviço extraordinário;

f) Auxílio-alimentação;

g) Auxílio-creche;

h) Adicional de insalubridade, periculosidade e exercício de atividades penosas;

i) Abono de permanência, do art.59 desta Lei, quando o segurado já for aposentável por quaisquer das formas legais;

j) As parcelas remuneratórias pagas em decorrência do local de trabalho;

K) A parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão, de função de confiança e de direção e/ou assessoramento, quando não incorporáveis; e

l) Outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei;

§ 2° O segurado ativo poderá optar pela inclusão na remuneração de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão, função de confiança e de direção e/ou assessoramento, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento nos arts. 37, 38, 39, 41 e 53, respeitadas em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 5° do art. 60.

§ 3° O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

§ 4° Para o segurado em regime de acumulação remunerada de cargos considerar-se-á, para fins do RPPS, o somatório da remuneração de contribuição referente a cada cargo.

§ 5° A responsabilidade pelo desconto, recolhimento ou repasse das contribuições previstas nos incisos I, II, e III do art. 27 será do dirigente máximo do órgão ou entidades que efetuar o pagamento da remuneração, subsídio ou benefício e ocorrerá em até cinco dias úteis contados da data em que ocorrer o crédito correspondente.

§ 6° O Município é o responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do RPPS, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, observada a proporcionalidade das despesas entre os Poderes, ainda que supere o limite previsto no caput. **(redação dada pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

§ 7° Os servidores em gozo dos benefícios de salário maternidade e ou auxílio doença, durante o seu afastamento, terão suas contribuições correspondentes a parte patronal, repassadas à unidade gestora do RPPS pelo ente ao qual é vinculado, ainda que esteja recebendo o benefício através da **ITAPREVI**. **(incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

§ 8º Quanto à contribuição previdenciária do *caput*, fica estabelecida a alíquota referente ao inciso I do Art. 27, em 22% (vinte e dois por cento), sendo 22% (vinte e dois por cento) de custo normal, acrescido de taxa de administração nunca inferior a 1% (um por cento). **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 9º Caso o RPPS não esteja em déficit atuarial, ficam estipuladas as para os contribuintes do inciso III do Art. 27: **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

I - até 01 (um) salário-mínimo, redução de seis interiores e cinco décimos pontos percentuais;

II - acima de 01 (um) salário-mínimo até R$ 2.000,00 (dois mil reais) redução de cinco pontos percentuais;

III- de R$ 2.000,01 (dois mil reais e um centavo) até 3.000,00 (três mil reais), redução de dois pontos percentuais;

IV- de R$ 3.000,01 (três mil reais e um centavo) até R$ 5.839,45 (cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos), sem redução ou acréscimo.

V- de R$ 5.839,46 (cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos) até R$ 10.000,00 (dez mil reais), acréscimo de meio ponto percentual;

VI- de R$ 10.000,01(dez mil reais e um centavo) até R$ 20.000,00 (vinte mil reais), acréscimo de dois inteiros e cinco décimos pontos percentuais;

VII- de R$ 20.000,01 (vinte mil reais e um centavo) até R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), acréscimo de cinco pontos percentuais;

VIII- acima de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), acréscimo de oito pontos percentuais.

§ 10º A avaliação atuarial anual quando verificar mudança para déficit ou seperávit, o gestor do RPPS irá expedir Resolução regulamentando as alíquotas previstas nos incisos I a VII do § 9º."

Art. 28 A Fica instituído plano de amortização destina ao equacionamento do déficit atuarial apurado para o exercício de 2015, mediante aportes financeiros regulares ao **ITAPREVI,** conforme valores apresentados na tabela a seguir: **(redação dada pela Lei 3.376 de 26 de novembro de 2015, incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Parágrafo único. Poderá o Município por meio de Lei Complementar, instituir contribuição extraordinária para custeio do RPPS, nos termos do §8º do Art. 9 da EC 103/2019." **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ITAPREVI – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí

2015	9.006.355,80	750.529,65
2016	14.728.589,60	1.227.382,47
2017	20.564.367,44	1.713.697,29
2018	26.515.387,98	2.209.615,67
2019	32.583.372,49	2.715.281,04
2020		
2021		
2022		
2023		
2024		
2025		

2026		
2027		
2028		
2029		
2030		
2031		
2032		
2033		
2034		
2035		
2036		
2037		
2038		
2039		
2040		
2041		
2042		
2043		
2044		
2045		
2046		
2047		
2048		
2049		

Art. 29 A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 27 será de, respectivamente, 11% incidente sobre a parcela , dos seguintes benefícios, que supere o valor máximo do RGPS.

I - aposentadorias e pensões concedidas com base nos critérios estabelecidos nos art.37, 38, 39, 41, 42 ,53 , 54 e 55;

II - aposentadorias e pensões concedidas até 31 de dezembro de 2003;e

III – os benefícios concedidos aos segurados e seus dependentes que tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios com base nos critérios da legislação vigente até 31 de dezembro de 2003, conforme previsto no art. 56.

§ 1° As contribuições incidentes sobre o benefício de pensão terão como base de cálculo o valor total desse benefício, conforme art. 42 e 56, antes de sua divisão em cotas, respeitada a faixa de incidência de que trata o *caput.*

§ 2° Quando o benefício for portador de doença incapacitante conforme definida no Art. 37,§ 3° da Lei 2.499/2005 e, de acordo com o laudo médico a contribuição prevista neste artigo incidirá apenas sobre a parcela de proventos de aposentadoria e de pensão que supere o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios de RGPS. **(incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

Parágrafo único. O valor da contribuição calculado conforme o § 1° será rateado para os pensionistas, na proporção de sua cota parte.

ITAPREVI
Fls.: 133
Proc.: 200000203/25

Art. 30 O plano de custeio do RPPS será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo único. O Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA será encaminhado ao Ministério da Previdência Social até 31 de julho de cada exercício.

Art. 31 No caso de cessão de servidores do Município para outro órgão ou entidade da Administração direta ou indireta da União, dos Estados ou de outro Município, com ônus para o cessionário, inclusive para o exercício de mandato eletivo, será de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício o recolhimento e repasse das contribuições devidas pelo Município de Itaguaí ao RPPS, conforme inciso I do art. 27.

§ 1° O desconto e repasse da contribuição devida pelo servidor ao RPPS, prevista no inciso II do art. 27, será de responsabilidade:

I - do Município de Itaguaí, no caso de o pagamento da remuneração ou subsídio do continuar a ser feito na origem; ou

II - do órgão cessionário, na hipótese de a remuneração do servidor ocorrer à conta desse, além da contribuição prevista no art. 31.

§ 2° No termo ou ato de cessão do servidor com ônus para o órgão cessionário, será prevista a responsabilidade deste pelo desconto, recolhimento e repasse das contribuições ao RPPS, conforme valores informados pelo Município sempre que ocorrer reajustes.

Art. 32 O servidor afastado ou licenciado temporariamente do cargo efetivo sem recebimento de remuneração pelo Município somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento, para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento mensal das contribuições de que tratam os incisos I e II do art. 27.

§ 1° A contribuição a que se refere o caput será recolhida diretamente pelo servidor, observado o disposto nos arts. 33 e 34.

§ 2° A contribuição efetuada durante o afastamento do servidor não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira, tempo de efetivo exercício no serviço público e tempo de cargo efetivo, quando da concessão da aposentadoria. **(incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007).**

Art. 33 Nas hipóteses de cessão, licenciamento ou afastamento de servidor, de que trata o art. 27, o cálculo da contribuição será feito de acordo com a remuneração ou subsídio do cargo de que o servidor é titular conforme previsto no art. 28.

§ 1° Nos casos de que trata o caput, as contribuições previdenciárias deverão ser recolhidas até o dia quinze do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia seguinte.

§ 2° Na hipótese da alteração na remuneração de contribuição, a complementação do recolhimento de que trata o caput deste artigo ocorrerá no mês subsequente.

Art. 34 O atraso no recolhimento das contribuições a **ITAPREVI** implicará em correção do valor com base no índice e juros definidos pela Política de Investimento do exercício do em atraso. **(redação dada pela Lei 3.376 de 26 de novembro de 2015) .**

Art. 35 Salvo na hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições pagas para o RPPS.

CAPÍTULO V

Do Plano de Benefícios

Art. 36 A **ITAPREVI** compreende os seguintes benefícios:

I - Quanto ao segurado:

a) aposentadoria por invalidez;
b) aposentadoria compulsória;
c) aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
d) aposentadoria por idade;

II – Quanto ao dependente:

a) pensão por morte;

Seção I

Dos Benefícios Constitucionais

Subseção I

Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 37 A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz para o trabalho e, ser-lhe-á paga a partir da data do laudo médico pericial do órgão competente, sujeito à avaliação posterior realizada por equipe multiprofissional composta pela Assistência Social, Psicologia e Médico Perito do Instituto, declarando o início da incapacidade total e definitiva para o trabalho. **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 1° Os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei, hipóteses em que os proventos serão integrais, observado, quanto ao seu cálculo, o disposto no art. 60.

I – O servidor que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, tem direito a proventos de aposentadoria integrais e/ou proporcionais, calculados com base na

ITAPREVI
135
Proc.: 2.000002037/25

remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, não sendo aplicada a regra prevista no artigo 60 desta Lei Municipal. **(incluído pela Lei Nº 3.026/2012)**

§ 2° Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho, observadas as disposições contidas nos artigos 65 e 66 desta lei.

§ 3° Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, as que se referem ao caput, as seguintes: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson, espondiloartrose aniquilosante; nefropatia grave; estado avançado de doença de Paget; (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida - Aids e contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; e hepatopatia, tudo em concordância com lista elaborada pelos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social.

§ 4° O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§ 5° O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno, inclusive em casos de exercício de cargo eletivo. **(redação dada pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

§ 6° Em caso de doença que impuser afastamento compulsório, com base em laudo médico-pericial conclusivo da medicina especializada, ratificado por junta Médica indicada pela **ITAPREVI**, ou por junta Médica do Município de Itaguaí, a aposentadoria por invalidez será devida a partir da data do ato de sua concessão.

§ 7º Toda concessão de aposentadoria por invalidez passará por avaliação periódica anual realizada pela equipe multiprofissional do **ITAPREVI**, nos termos do *caput* do Art. 37. **(parágrafo incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Subseção II
Da Aposentadoria Compulsória

Art. 38 O segurado será aposentado, automaticamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, com provento proporcional ao tempo de contribuição, calculado na estabelecida do Art. 60, não podendo ser inferior ao valor do salário mínimo federal. **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Parágrafo único. A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

Subseção III

Da Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 39 O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados na forma prevista no art. 60, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital e municipal;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III – 65 anos de idade, se homem, 62 anos de idade, se mulher e 25 anos de contribuição para ambos, sendo 10 anos no serviço público e 05 anos no cargo. **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 1° Os requisitos de idade e tempo de contribuições previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 2° Para fins do disposto no parágrafo anterior, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidade, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico, conforme estabelecidas em Lei Municipal n°2.588/06. **(redação dada pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

§ 3° Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta da **ITAPREVI**, bem como, em todos os casos é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 4° Para efeito de contagem de tempo mínimo de 10 (dez) anos no serviço público será considerado o efetivo exercício em cargo efetivo, função ou emprego público, ainda que descontínuo na Administração direta, autárquica ou fundacional, em qualquer ente da Federação.

§ 5° É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrente de regime próprio de servidor de cargo efetivo com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, os

cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. Essa vedação não se aplica aos Membros de Poder e aos Inativos que até 16 de dezembro de 1998 tenham ingressado novamente no serviço público por concurso de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime próprio, exceto e decorrentes de cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal.

§ 6° O servidor que vier reingressar no serviço público depois de aposentado pelo regime previdenciário estabelecido nesta Lei, terá que optar pelo provento de aposentadoria ou pela remuneração, ao tomar posse no novo cargo.

§ 7º É assegurada a concessão de aposentadoria ao segurado com deficiência observada as seguintes condições: **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

I – aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem e 24 (vinte e quatro) anos se mulher, no caso de deficiência grave;

II – aos 29 (vinte nove) anos de tempo de contribuição, se homem e 24 (vinte e quatro) anos se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;

III – aos 33 (trinta e três) anos de contribuição, se homem e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve;

IV – aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

Art. 40 O tempo de serviço, considerado pela legislação vigente, para efeito de aposentadoria, será contado como tempo de contribuição, excluído o tempo fictício.

§ 1° Será computado, integralmente, o tempo de serviço público federal, estadual, distrital e municipal, restado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da lei.

Subseção IV

Da Aposentadoria por Idade

Art. 41 O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista no art. 60, desde que preencha, cumulativamente os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital e municipal;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III - 65 anos de idade, se homem, 62 anos de idade, se mulher. **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Subseção V

Da Pensão por Morte

Art. 42 A pensão por morte concedida a dependente de segurado do Regime próprio de Previdência Social será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor, ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento). **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 1º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 05 (cinco); **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 2º Na hipótese de existir dependente inválido ou deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o *caput* será equivalente a:

I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquele a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime geral de Previdência Social;

II – Uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de 10 (dez) pontos percentuais por dependente até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

III - Na hipótese de que trata o inciso II, aplica-se a vedação de inclusão no benefício de pensão por morte, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou de abono de permanência;

IV – Compreende-se na vedação do parágrafo anterior a previsão de incorporação de tais parcelas diretamente no valor da pensão ou na remuneração, apenas para efeito de concessão do benefício, ainda que mediante regras específicas.

§ 3º Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no *caput* e no parágrafo 1º deste artigo. **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 4º O tempo de duração da pensão por morte e das cotas individuais por dependente até a perda dessa qualidade, o rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias neste artigo, assim como enquadrar-se no rol de dependentes dos artigos 21 e 22 desta Lei. **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 5º Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica nos termos do artigo 37. **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 6º Equiparam-se ao filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica através de instrumento público de dependência econômica, bem como termo de tutela expedido pelo Judiciário. **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 7º Aplicam-se às pensões concedidas aos dependentes de servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Lei. **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Art. 43 A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I - do dia do óbito, quando requerida:

a) pelo dependente maior de dezesseis anos de idade, até 30 (trinta dias) depois; e

b) pelo dependente menor de dezesseis anos de idade, até 30 (trinta dias) após completar essa idade.

II - do requerimento quando requerida após o prazo previsto no inciso I, ressalvado o direito próprio de menor;

III - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou

IV - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Art. 44 A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§ 1° O direito à pensão configura-se na data do falecimento do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente nessa data.

§ 2° O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.

§ 3° A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

Art. 45 A cota a pensão será extinta:

I - pela morte;

II - para o pensionista menor de idade, ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo, se inválido: ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior.

III - pela cessação da invalidez.

Parágrafo único. Com a extinção do direito do último pensionista extinguir-se-á a pensão.

Art. 46 Não faz jus a pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado morte do segurado.

Art. 47 O pensionista de que trata o § 4° do art. 42 deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao gestor da **ITAPREVI** o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo Ilícito.

Art. 48 A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observando o disposto no art.83.

Art. 49 É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do **ITAPREVI**, ressalvado as pensões decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do artigo 37 da Constituição Federal. **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 1º Será admitida, nos termos do parágrafo 2º, a acumulação de :

ITAPREVI
Fls.: 141
Proc.: 2000020325

I - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social, com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

II - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um Regime de Previdência Social, com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de Regime próprio de Previdência Social, ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

III - pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal, com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.

§ 2º Nas hipóteses das acumulações previstas no §1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

I - 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 01 (um) salário-mínimo, até o limite de 02 (dois) salários-mínimos;

II - 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 02 (dois) salários-mínimos, até o limite de 03 (três) salários-mínimos;

III – 20% (vinte por cento) do valor que exceder 03 (três) salários-mínimos; e

IV – 10% (dez por cento) do valor que exceder 04 (quatro) salários-mínimos.

§ 3º A aplicação do disposto no parágrafo 2º poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§ 4º As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 5º As regras sobre acumulação previstas neste artigo e na legislação vigente na data de entrada em vigor desta Lei poderão ser alteradas na forma do parágrafo 6º do artigo 40 e do parágrafo 15 do artigo 201 da Constituição Federal.

Art. 50 A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência econômica.

Parágrafo único. A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão.

Art. 51 A pensão por morte dos dependentes do segurado, aposentado ou não, que faleceu antes de 20 de fevereiro de 2004, consistirá em valor correspondente ao que na data lhe era pago, corrigível e atualizado na mesma época e pelos mesmos índices de correção e atualização dos servidores em atividade.

CAPÍTULO VI

Do Abono anual

Art. 52 O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria ou pensão por morte pagos pela **ITAPREVI.**

Parágrafo único. O abono de que trata o *caput* será proporcional em cada ano ao numero de meses de benefício pago pela **ITAPREVI**, em que cada mês corresponderá a um doze avos(1/12), e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto ao benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

CAPÍTULO VII

Regras de transição

Art. 53 O servidor público municipal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Lei poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos: **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

I – 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem, observado o disposto no parágrafo 1º;

II – 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III – 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;

IV – 05 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria;

V – somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos, se homem, observado o disposto nos parágrafos 2º e 3º.

§ 1º A partir de 01 de janeiro de 2022, a idade mínima a que se refere o inciso I do *caput* será de 57 (cinquenta e sete anos) anos de idade, se mulher, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem.

§ 2º A partir 01de janeiro de 2020, a pontuação a que se refere o inciso V do *caput* será acrescida a cada ano de 01 (um) ponto, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem.

§ 3º A idade e o tempo de contribuição serão apurado em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se refere o inciso V, do *caput* e o parágrafo 2º.

ITAPREVI
Fls: 143
Proc: 2000002031/25

§ 4º Para o titular do cargo de professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental médio, os requisitos de idade e de tempo de contribuição de que tratam os incisos I e II do *caput* serão:

I- 51 (cinquenta e um) anos de idade, se mulher, e 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se homem;

II- 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, e 30 (trinta) anos de contribuição, se homem;

III- 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se homem, a partir de 01 de janeiro de 2022.

§ 5º O somatório da idade e do tempo de contribuição de que trata o inciso V, do *caput*, para as pessoas a que se refere o parágrafo 4º, incluídas as frações, será de 81 (oitenta e um) pontos, se mulher, e 91 (noventa e um) pontos, se homem, aos quais serão acrescidos, a partir de o1 de janeiro de 2020, 01 (um) ponto a cada ano até atingir o limite de 92 (noventa e dois) pontos, se mulher, e de 100 (cem) pontos, se homem.

§ 6º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:

I - à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no parágrafo 8º, para o servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito à opção de que trata o parágrafo 16 do artigo 40 da Constituição Federal, desde que tenha, no mínimo, 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou, para os titulares do cargo de professor de que trata o parágrafo 4º, 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

II – ao valor apurado na forma da lei, para o servidor público não contemplado no inciso I.

§ 7º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o parágrafo 2º do artigo 20, inciso I, da Constituição Federal e serão reajustados:

I – de acordo com o disposto no artigo 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, se cumpridos os requisitos previstos no incido I, do parágrafo 6º;

II – nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, na hipótese prevista no inciso XI, do parágrafo 6º.

§ 8º Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo, dos proventos de aposentadoria com fundamento no disposto no inciso I, do parágrafo 6º, ou no inciso I, do parágrafo 2º, do artigo 20, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em lei:

ITAPREVI
Fls.: 144
Proc.: 200000203/25

I – se o cargo estiver sujeito a variações na carga horária, o valor das rubricas que refletem essa variação integrará o cálculo do valor da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, considerando-se a média aritmética simples dessa carga horária proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria;

II - se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis por estarem vinculados os indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor dessas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo mediante a aplicação, sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis, da média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e de respectiva contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria ou, se inferior, ao tempo total de percepção da vantagem.

§ 9º Aos segurados que comprovem o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes vedadas à caracterização por categoria profissional ou ocupação, durante, no mínimo, 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos:

a) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, quando de tratar de atividade especial de 15 (quinze) anos de contribuição;
b) 58 (cinquenta e oito) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 20 (vinte) anos de contribuição;
c) 60 (sessenta) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 25 (vinte e cinco) anos de contribuição.

§ 10º A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o parágrafo anterior será definida pelo Poder Executivo."

~~**Art. 54** O segurado que tenha ingressado no serviço público até 31de dezembro de 2003 – ressalvado o direito a opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 53, que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo público efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, observado o disposto no art. 4º da E.C nº 20, de 15/12/1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria quando, vier preencher, cumulativamente, as seguintes condições:~~

~~I – sessenta (60) anos de idade e trinta e cinco (35) anos de contribuição se homem e cinquenta e cinco (55) anos de idade e trinta (30) anos de contribuição, se mulher;~~

ITAPREVI
Fls.: 145
Proc.: 200000203/25

~~II – vinte (20) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;~~

~~III – dez (10) anos de carreira e cinco (05) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.~~

~~**§ 1º** Os requisitos de idade e tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco (5) anos para professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental médio, considerando-se função de magistério as definidas no art. 39, §2º desta Lei.~~

~~**§ 2º** Para efeito e contagem de tempo de vinte (20) anos no serviço público somente será considerado o efetivo exercício em cargo efetivo, em qualquer ente da Federação, salvo o disposto no próximo parágrafo.~~

~~**§ 3º** Até 16 de dezembro de 1998,poderá ser considerado, para fins do inciso II do *caput*, o efetivo exercício em cargo, emprego ou função pública, ainda que descontínua, na Administração direta, autárquica ou fundacional de qualquer dos entes federativos.~~

~~**§ 4º** O segundo requisito do inciso III do *caput* – 5 anos de efetivo exercício, deverá ser cumprido no cargo efetivo em que o servidor esteja em efetivo exercício na data imediatamente anterior a concessão do benefício.~~

~~**§ 5º** Para fins de fixação da data de ingresso no serviço público, quando o servidor tiver ocupado, sem interrupção, sucessivos cargos na Administração Pública direta, autárquica e fundacional em qualquer dos entes federativos, será considerada a data da mais remota investidura dentre as ininterruptas.~~

~~**§ 6º** O tempo de carreira deverá ser cumprido no mesmo ente federativo e no mesmo poder.~~

~~**§ 7º** Na hipótese de o cargo em que se der a aposentadoria não estar inserido em plano de carreira, o requisito previsto de cinco (05) anos, deverá ser cumprido no último cargo efetivo.~~

~~**Art. 55** Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 39 ou pelas regras estabelecidas no artigos 53 e 54 desta lei, o segurado que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições.~~
(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).

~~I – trinta e cinco (35) anos de contribuição, se homem e trinta (30) anos de contribuição, se mulher;~~

~~II – vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício no serviço público, quinze (15) anos de carreira e cinco (05) anos no cargo em que se der a aposentadoria;~~

~~III – idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 39, III desta lei, de um (01) ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do *caput* deste artigo~~.

~~**Art. 56** É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.~~ **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

~~**§ 1º** Os proventos de aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.**(Incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**~~

~~**§ 2º** Quando o benefício for calculado de acordo com a legislação à época da aquisição do direito, será utilizada a remuneração do servidor no cargo efetivo no momento da concessão da aposentadoria, e, em caso de proventos proporcionais, considerar-se-á tempo de contribuição cumprido até 31 de dezembro de 2003. .**(Incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**~~

~~**Art. 57** Observado o disposto no art. 37,XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos segurados da **ITAPREVI**, em fruição em 31 de dezembro de 2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões doa dependentes abrangidos pelos artigos 54,55 e 56 serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, na forma da lei, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.~~ **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

~~**Art. 58** A vedação prevista no § 10 do art. 37 da Constituição Federal não se aplica aos membros do poder, aos inativos e servidores que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de prova e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da mesma Constituição, aplicando-se-lhe em qualquer hipótese, o limite de que trata o inciso XI desse mesmo artigo.~~

CAPÍTULO VIII

Do Abono de Permanência

Art. 59 O segurado ativo que tenha cumprido as exigências para se aposentar, voluntariamente, nas formas estabelecidas nos artigos 39 e 53 que optar por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da contribuição previdenciária até completar as exigências para a aposentadoria compulsória contida no artigo 38. **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 1º O abono previsto no *caput* será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até a data da publicação desta Lei, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente." **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 2º O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 3º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do município e será devido à partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no *caput* e § 1º, mediante opção expressa pela permanência em atividade.

§ 4º O recebimento do abono de permanência pelo servidor que cumpriu todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, em qualquer das hipóteses previstas nos Artigos 39, 53, 54, 55 e 75, conforme previsto no *caput* e § 1º, não constitui impedimento à concessão do benefício de acordo com outra regra vigente, desde que cumpridos os requisitos previstos para essas hipóteses. **(Incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

CAPÍTULO IX

Das Regras de Cálculo dos Proventos e Reajuste dos Benefícios

Art. 60 Para o cálculo dos proventos de quaisquer das aposentadorias referidas nos art. 37, 38, 39, 41 e 53 desta Lei será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações ou subsídios, utilizados como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações ou subsídios considerados no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para atualização dos salários de contribuição considerados no cálculo dos benefícios do RGPS.

§ 2 Nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio, a base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no

ITAPREVI
Fls.: 149
Proc.: 200000203/25

cargo efetivo, inclusive nos períodos em que houve isenção de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício.

§ 3º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público.

§ 4° Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1°, não poderão ser:

I - inferior ao valor do salário mínimo federal;

II - superiores ao limite máximo do salário de contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS.

§ 5º As maiores remunerações de que trata o *caput* serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 4º.

§ 6º Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por ausência de vinculação a regime previdenciário, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§ 7º Os proventos, calculados de acordo com o *caput*, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, observado o disposto nos arts. 79 e 81.

§ 8º Considera-se remuneração do cargo efetivo o valor constituído conforme disposto no art. 28, pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes desse cargo estabelecidas em lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens permanentes e / ou incorporáveis.

§ 9º Para o cálculo dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, conforme inciso III do art. 39, não se aplicando a redução de que trata o § 1º do mesmo artigo.

§ 10º A fração de que trata o *caput* será aplicada sobre o valor dos proventos calculado conforme este artigo, observando-se previamente a aplicação do limite de que trata o § 8º.

§ 11º Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em números de dias.

ITAPREVI
Fls.: 149
Proc.: 200000203/25

§ 12º Os benefícios e aposentadoria e pensão, de que tratam os art. 37, 38, 39, 41,42 e 53, serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data, em que der o reajuste dos benefícios do RGPS, pelo índice aplicado ao reajuste do RGPS. **(redação dada pela Lei 3.026/12)**

I - Os proventos de aposentadoria do servidor que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou serviu de referencia para concessão de pensão; **(incluído pela Lei 3.026/12)**

CAPÍTULO X

Dos Benefícios Próprios

Seção I

Do Auxílio-Doença

~~**Art. 61** O auxílio-doença será devido ao segurado que, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, gozando licença pra tratamento de saúde.~~ **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

~~**Parágrafo único.** Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar à **ITAPREVI** já portador da doença ou lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão~~

.

~~**Art. 62** O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente em serviço, consistirá numa renda mensal correspondente à remuneração do seu cargo efetivo, excluída toda e qualquer vantagem adicional percebida pelo exercício da função.~~ **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

~~**§ 1º** O auxílio-doença será pago pelo Patrocinador, que efetivará a compensação quando o recolhimento das contribuições à **ITAPREVI.**~~

~~**§ 2º** Os atestados/cópias autenticadas correspondentes serão anexados em processo próprio, arquivados em pasta do segurado na **ITAPREVI.**~~

~~**Art. 63** O auxílio-doença será devido ao segurado a contar do 16º (décimo sexto) dia do afastamento da atividade, e nos demais casos, a contar da data do início da incapacidade e enquanto esta perdurar.~~ **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

ITAPREVI
Fls.: 150
Proc.: 2000000203/25

~~**§ 1º** Durante os primeiro 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá as Patrocinadoras pagar ao segurado o sua remuneração.~~

~~**§ 2º** O benefício só será concedido ao segurado, após a inspeção por Junta Médica Oficial ou Perícia Oficial realizada no 15º (décimo quinto) dia de afastamento ou no primeiro dias subsequente em que se realize perícia, cujo laudo médico será encaminhado, imediatamente, pela patrocinadora à **ITAPREVI.**~~

~~**§ 3º** Findo o prazo do benefício, o segurado será submetido a nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.~~

~~**Art. 64** Para efeito desta lei configura-se acidente em serviço aquele ocorrido no exercício do cargo que se relacione direta ou indiretamente, , com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente temporária, da capacidade para o trabalho.~~ **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

~~**Art. 65** Consideram-se acidente em serviço, as seguintes entidades mórbidas;~~ **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

~~I – doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e da Previdência Social;~~

~~II – doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.~~

~~**§ 1º** Não são consideradas como doença do trabalho:~~

~~a) a doença degenerativa;~~

~~b) a inerente a grupo etário;~~

~~c) a que não produza incapacidade laborativa;~~

~~d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.~~

~~**§ 2º** Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou nas condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a **ITAPREVI** deve considera-la acidente em serviço.~~

~~**Art. 66** Equipara-se ao acidente em serviço:~~ **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

~~I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;~~

~~II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:~~

~~a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;~~

~~b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;~~

~~c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;~~

~~d) ato de pessoa privada do uso da razão;~~

~~e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;~~

~~III - a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;~~

~~IV - o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho:~~

~~a) na execução da ordem ou na realização do serviço sob a autoridade do Município;~~

~~b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;~~

~~c) em viagem a serviço do Município, inclusive para estudo quando financiado por este dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;~~

~~d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquele, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado;~~

~~**§ 1º** Nos períodos destinados a refeições ou descanso na jornada de trabalho, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do trabalho.~~

~~**§ 2º** Não é considerada agravação ou complicação de acidente em serviço a lesão que, resulte de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.~~

~~**Art. 67** O segurado em percepção do auxílio-doença obriga-se sob pena de suspensão do benefício a submeter-se aos exames, tratamentos, processos de readaptações profissionais e demais processos prescritos pela junta Médica Oficial.~~ **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Art. 68 O segurado em gozo de auxílio-doença será considerado pela patrocinadora como licenciado. **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Seção II

Do Auxílio-Reclusão

Art. 69 O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, quando: **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

I - afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente; e

II - em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine a perda do cargo;

§ 1º Até que a lei discipline o acesso ao auxílio-reclusão para os segurados e seus dependentes, esses benefícios serão concedidos como determina o art. 13, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

§ 2º O pagamento de auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato aquele em que o servidor for posto em liberdade ainda que condicional.

§ 3º No caso de falecimento do servidor detento ou recluso, o auxílio reclusão que estiver sendo pago aos seus dependentes será automaticamente convertido em pensão.

Art. 70 O requerimento do auxílio-reclusão deverá ser instruído com certidão do efetivo recolhimento à prisão sendo obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação, a cada 2 (dois) meses, de declaração de permanência na condição de presidiário. **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Seção III

Do Salário Família

Art. 71 Será devido o salário-família, mensalmente ao segurado ativo que receba remuneração ou subsídio igual ou inferior a R$ 623,44 (seiscentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos), na proporção do número de filhos ou equiparados, nos termos dos art. 21 e 22, de até quatorze anos ou inválidos, observado o disposto no artigo abaixo. **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 1º O valor limite referido no *caput* será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

Art. 72 O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição é: **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

I - R$ 21,27 (vinte e um reais e vinte e sete centavos), para o segurado com remuneração mensal, não superior a R$ 414,78 (quatrocentos e quatorze reais e setenta e oito centavos);

II - R$ 14,99 (quatorze reais e noventa e nove centavos), para o segurado com remuneração mensal superior a R$ 414,78 (quatrocentos e quatorze reais e setenta e oito centavos) e igual ou inferior a R$ 623,44 (seiscentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos).

§ 1º O valor da cota referido nos incisos acima acompanhará este benefício no RGPS.

§ 2º O salário-família será pago pelo Patrocinador, que efetivará a compensação quando do recolhimento das contribuições à **ITAPREVI.**

Art. 73 Quando pai e mãe forem segurados do RPPS, apenas um terá direito ao salário-família. **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Parágrafo único. Em caso de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda do pátrio-poder, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo cargo ficar o sustento do menor.

Art. 74 O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da Certidão de Nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual e atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho o equiparado. **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Art. 75 O salário-família não se incorporará ao subsídio, à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito. **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Seção IV

Do Salário Maternidade

Art. 76 Será devido salário-maternidade à segurada gestante, por até cento e vinte dias consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste. **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 1º Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante inspeção médica.

ITAPREVI
Fls.: 154
Proc.: 20000020325

~~**§ 2º** O salário-maternidade consistirá numa renda mensal igual ao último subsídio ou à última remuneração da segurada e será pago pelo Patrocinador, que efetivará a compensação quando do recolhimento das contribuições à **ITAPREVI**.~~

~~**§ 3º** Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito salário-maternidade correspondente a duas semanas.~~

~~**§ 4º** O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.~~

~~**§ 5º** Os atestados/cópias autenticadas correspondentes serão anexadas em processo próprio, arquivado em pasta da segurada na **ITAPREVI**.~~

~~**Art. 77** À segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido salário-maternidade pelos seguintes períodos:~~ **(revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

~~I - 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano de idade;~~

~~II - 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade; e~~

~~III - 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.~~

CAPÍTULO XI

Das Disposições Gerais Sobre os Benefícios

Art. 78 É vedada a inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo e comissão ou do abono de permanência de que trata o art. 59.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão que tiverem integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados conforme art. 60, respeitada, em qualquer hipótese, como limite, a remuneração do servidor no cargo efetivo.

Art. 79 Ressalvado o disposto nos art. 37 (Aposentadoria por invalidez) e 38 (Aposentadoria Compulsória), a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

Art. 80 Para fins de concessão de aposentadoria pela **ITAPREVI** é vedada a contagem de tempos de contribuição fictício.

Parágrafo único. Para efeito do estabelecido no *caput* deste artigo, fica proibido a contagem em dobro de licenças não gozadas, férias prêmio e reconhecimento de tempo sem efetivo exercício, a partir de 16/12/1998.

ITAPREVI
Fls.: 155
Proc.: 2000020325

Art. 81 Será computada, integralmente, o tempo de contribuição no Serviço Público Federal, Estadual, Distrital e Municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao RGPS.

Art. 82 Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta da **ITAPREVI.**

§ 1º O servidor inativo para ser investido em cargo público efetivo não acumulável com aquele que gerou a sua aposentadoria deverá renunciar aos proventos dessa; **(Incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007).**

§ 2º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes de regime próprio de servidor titular de cargo efetivo, com remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na CF, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei, de livre nomeação e exoneração; **(Incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007).**

§ 3º A redação prevista no parágrafo anterior não se aplica àqueles que, até 16/12/98, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na CF, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo crime próprio, exceto se decorrente de cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal. **(Incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007).**

Art. 83 Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação de beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela **ITAPREVI**, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes,na forma do Código Civil.

Parágrafo único. È vedado o pagamento e a concessão de benefícios previdenciários de que trata esta Lei, mediante convênio, consórcio ou outra forma de associação entre a **ITAPREVI** ou o Município de Itaguaí com outros entes federativos.

Art. 84 O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente da sua idade, deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se, anualmente, a exame médico a cargo do órgão competente.

Art. 85 Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei será pago diretamente ao beneficiário.

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

I - ausência ,na forma da lei civil;

II - moléstia contagiosa;

III - impossibilidade de locomoção; ou

IV – invalidez decorrente de doença mental.

§ 2º Nas hipóteses prevista nos incisos I, II, e III do parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico, não exceda de seis meses, renováveis.

§ 3º Na hipótese prevista no inciso IV do parágrafo anterior, o benefício será pago ao tutor e/ou curador do beneficiário, mediante apresentação do termo judicial de tutela ou curatela, ainda que provisório.

§ 4º Os valores devidos pelo **ITAPREVI** ao servidor ao servidor aposentado do Instituto, não recebidos em vida, serão pagos em quotas iguais, aos dependentes habilitados na forma da legislação específica, e na sua falta, aos sucessores previstos na Lei Civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento." **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Art. 86 Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

I - a contribuição prevista no inciso II e II do art.27;

II - o valor devido pelo beneficiário ao Município;

III - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pela **ITAPREVI;**

IV - o imposto de renda retido na fonte;

V - a pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e

VI - as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelos beneficiários.

Art. 87 Salvo em caso de divisão entre aqueles que a ele fizerem jus e na hipótese do Artigo 59, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valo inferior a um salário-mínimo nacional. **(redação dada pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007).**

Art. 88 Independe de carência a concessão de benefícios previdenciários pela **ITAPREVI**, ressalvadas as aposentadorias previstas nos art. 39, 41, 53, 54, 55 e 56, que observarão os prazos mínimos previstos naqueles artigos.

Parágrafo único. Para efeito do cumprimento dos requisitos de concessão das aposentadorias mencionadas no *caput*, o tempo de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria deverá ser cumprido no cargo efetivo em que o servidor estiver em exercício na data imediatamente anterior à da concessão do benefício.

Art. 89 Concedida a aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas.

Parágrafo único. Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas às medidas jurídicas pertinentes.

Art. 90 É vedada a concessão de aposentadoria especial, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição Federal, até que lei complementar federal discipline a matéria.

Art. 91 Na concessão de benefícios garantidos pela **ITAPREVI**, observar-se-ão as características de condições de habilitação estabelecidas pela legislação federal em vigor na data do evento gerador do direito dos mesmos

Parágrafo único. A legislação do Regime Geral de Previdência Social, com seus critérios e requisitos, bem como as Orientações Normativas vigentes e expedidas pela Secretaria de Previdência Social serão fontes suplementares desta lei, em suas lacunas, dúvidas e interpretações.

Art. 92 Nenhuma prestação decorrente do regime previdenciário definido por esta Lei poderá ser criada, majorada ou estendida sem a correspondente fonte de custeio total.

CAPÍTULO XII

DO PATRIMÔNIO E DA SUA APLICAÇÃO

Art. 93 O patrimônio da **ITAPREVI** é autônomo e independente, livre e desvinculado de qualquer outra entidade.

Parágrafo único. Os bens patrimoniais e imóveis da **ITAPREVI** só poderão ser alienados ou gravados por proposta do Presidente da Autarquia, aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência, observadas as disposições legais específicas e de acordo com o plano de aplicação do patrimônio.

Art. 94 A **ITAPREVI** aplicará o seu patrimônio, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Previdência, em planos que observem:

I - rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do Plano de Custeio;

II - garantia dos investimentos;

III - manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e

IV - liquidez compatível com fluxo dos compromissos previdenciários.

§ 1º O plano de Aplicação do Patrimônio, estruturado dentro das técnicas financeiras e atuariais, integrará plano de custeio.

§ 2º A administração do patrimônio poderá ser exercida por entidades financeiras que integrem o Sistema Financeiro Nacional, obedecendo as normas e critérios técnicos que visem segurança, liquidez e rentabilidade.

§ 3º A escolha obedecerá a critérios de performance e em conformidade com as regras do Ministério da Previdência Social, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, observadas as reservas técnicas.

ITAPREVI
Fls.: 158
Proc.: 20000020312/25

CAPÍTULO XIII

Do Orçamento

Art. 95 O exercício financeiro da **ITAPREVI** coincide com o ano civil.

Art. 96 A Diretoria-Executiva da **ITAPREVI** apresentará ao Conselho Municipal de Previdência, o orçamento programa para o ano seguinte, justificado com a indicação dos correspondentes planos de trabalho.

§ 1º O orçamento da **ITAPREVI** e sua prestação de contas sujeitar-se-ão às disposições comuns às pessoas jurídicas de direito público.

§ 2º O prazo para aprovação do orçamento pelo Conselho Municipal de Previdência deverá observar a ata expressa da Lei Orgânica Municipal para publicação deste, juntamente com a Prefeitura.

§ 3º Dentro de trinta (30) dias, após a sua apresentação, o Conselho Municipal de Previdência decidirá sobre o orçamento-programa.

§ 4º Para a realização de planos, cuja execução possa exceder um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se nos orçamentos seguintes as respectivas provisões.

Art. 97 Durante o exercício financeiro, por proposta da Diretoria-Executiva das **ITAPREVI**, poderão ser autorizados, pelo Conselho Municipal de Previdência, créditos adicionais, desde que os interesses da **ITAPREVI** exijam e haja recursos disponíveis.

CAPÍTULO XIV

DOS BALANCETES E DO BALANÇO GERAL

Art. 98 A **ITAPREVI** deverá levantar Balancete, ao final de cada mês, e o Balanço Geral, ao término de cada exercício financeiro.

Art. 99 Além dos fundos especiais e provisões, o Balanço Geral e os Balancetes mensais consignarão, quando calculadas.

I - a reserva Matemática de Benefícios Concedidos;

II - a reserva Matemática de Benefícios a Conceder;

III - a reserva de Contingência;

IV - a reserva do Reajuste de Benefícios;

V - a reserva Matemática a Constituir, e

VI - o Déficit Técnico.

§ 1º Reserva Matemática de Benefícios Concedidos é a diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela **ITAPREVI**, em relação aos segurados ou dependentes já em gozo de aposentadoria ou pensão, e o valor das contribuições que, pelos mesmos, ou pelas patrocinadoras, venham a ser recolhidas aos cofres da **ITAPREVI**, para sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

§ 2º Reserva Matemática de Benefícios a Conceder é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela **ITAPREVI**, em relação aos segurados e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de aposentadoria ou pensão, e o valor atual das contribuições que, pelos mesmos, ou pelas patrocinadoras, venham a ser recolhidos aos cofres da **ITAPREVI**, para sustentação dos referidos encargos, de acordo com plano de custeio vigente.

§ 3º Reserva de Contingência é a diferença entre o total de bens do Ativo e o total das obrigações do Passivo, no caso de ser positiva essa diferença.

§ 4º No caso de ser a diferença, referida no § 3º, superior a 25% (vinte e cinco por cento) da soma dos valores das reservas referidas nos parágrafos 1º e 2º, a Reserva de Contingência será consignada com o valor equivalente ao daquele limite percentual, é o excesso, sob o título de Reserva de Reajuste de Benefícios.

§ 5º Reserva Matemática a Constituir é a diferença entre o total das obrigações do Passivo e o total de bens do Ativo, no caso de ser positiva essa diferença.

§ 6º Se a diferença referida no parágrafo anterior for superior à Reserva de Benefícios a Conceder a segurados que ainda não tenham preenchido as condições para o gozo da aposentadoria, a reserva a constituir será consignada com o valor equivalente ao daquele limite, o excesso, sob o título de Déficit Técnico.

CAPÍTULO XV

Da Prestação de Contas

Art. 100 A prestação de contas da Diretoria-Executiva e o Balanço Geral do Exercício encerrado, acompanhado não só do parecer do Conselho Municipal de Previdência, como também as demais peças instrutivas, serão submetidas, até 28 de fevereiro do exercício seguinte, à apreciação do Conselho Municipal de Previdência que, sobre os mesmos, deverá deliberar até 31 de março.

§ 1º Após a aprovação do Conselho Municipal de Previdência, a prestação de contas e o Balanço Geral do exercício deverão ser encaminhados ao Executivo Municipal, à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério da Previdência Social.

§ 2º A **ITAPREVI** divulgará, em quadro próprio, os documentos referidos neste artigo, inclusive a demonstração do resultado do exercício.

§ 3º Mensalmente, até o último dia do mês subsequente, a **ITAPREVI** divulgará balancete mensal, relatórios contábeis e atuariais, além daqueles exigidos pelos órgãos normativos, reguladores e fiscalizadores, onde deverá ser respeitado o prazo fixado por cada órgão.

Art. 101 A aprovação, sem restrições, do Balanço Geral e da prestação de contas da Diretoria-Executiva, com parecer favorável do Conselho Municipal de Previdência, exonerará os Diretores da **ITAPREVI** de responsabilidade, salvo os casos de dolo, fraude ou simulação, posteriormente apurados na forma da lei.

CAPÍTULO XVI

Do Orçamento, Balanços e Regime Contábil

Art. 102 Os orçamentos, a programação financeira e os balanços da **ITAPREVI** obedecerão aos padrões e normas instituídos por legislação específica, ajustada às suas peculiaridades.

§ 1º A escrituração contábil da **ITAPREVI** será distinta da mantida pelo Tesouro Municipal.

Art. 103 A **ITAPREVI** observará normas de contabilidade fixadas pelo órgão competente da União.

Parágrafo único. A partir da competência Janeiro de 2005, o plano de contas provado pela Portaria MPS nº 916, de 2003, será de utilização obrigatória.

Art. 104 A **ITAPREVI** publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativos financeiro e orçamentário das receitas e despesas previdenciárias e acumuladas no exercício em curso, e comprovante de repasses, nos termos da Lei nº 9.717/98 e Portaria nº 4.992/99.

Parágrafo único. Os demonstrativos mencionados no *caput* serão no mesmo prazo, encaminhados ao Ministério da Previdência Social.

Art. 105 O Município encaminhará ao Ministério da Previdência Social, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do ano civil, nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e seu regulamento, os Anexos da Portaria nº 4.992/99.

ITAPREVI
Fls.: 161
Proc.: 200000203/25

Art. 106 Será mantido registro individualizado dos segurados do regime próprio que conterá as seguintes informações:

I - nome e demais dados pessoais, inclusive dependentes;

II - matrícula e outros dados funcionais;

III - remuneração de contribuição, mês a mês;

IV - valores mensais e acumulados da contribuição; e

V -,valores mensais e acumulados da contribuição do ente federativo.

§ 1º Ao segurado serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado, mediante extrato anual, relativas ao exercício financeiro anterior.

§ 2º Os valores constantes do registro cadastral individualizado serão consolidados para fins contábeis.

CAPÍTULO XVII

Instâncias Administrativas

Art. 107 Caberá interposição de recurso, dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data da ciência oficial do ato:

I - para o Presidente, dos atos dos prepostos ou servidores da **ITAPREVI**;

II - para a Diretoria-Executiva, doa atos dos Diretores; e

III – para o Conselho Municipal de Previdência, dos atos da Diretoria-Executiva ou do Presidente.

CAPÍTULO XVIII

Dos Procedimentos e das Limitações

Art. 108 Esta lei só poderá ser alterada por deliberação da maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal de Previdência e da Diretoria-Executiva, em reunião conjunta, sujeita à ratificação do Prefeito Municipal e à aprovação da Câmara Municipal.

Parágrafo único. As alterações desta lei não poderão:

I - contrariar o objetivo previdenciário da **ITAPREVI;**

II - prejudicar direitos, de qualquer natureza, consignados aos segurados e dependentes.

CAPÍTULO XIX

ITAPREVI
Fls.: 162
Proc.: 200000203/25

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 109 O Poder Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações encaminharão mensalmente a **ITAPREVI** relação nominal dos segurados e seus dependentes, valores de remunerações, remunerações de contribuição e contribuições respectivas.

Art. 110 Aplica-se a **ITAPREVI** os prazos prescricionais de que goza a Fazenda Pública do Município de Itaguaí, ressalvadas as disposições próprias desta Lei.

Art. 111 Os órgãos setoriais se pessoal ficam com a responsabilidade de comunicar, obrigatoriamente, a **ITAPREVI**, a ocorrência de pedido de abertura e encerramento de inquérito administrativo para apuração de faltas disciplinares de servidores, concessão de licenças sem vencimento e, cessão de servidores.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o responsável a responder por falha disciplinar grave.

Art. 112 Nenhuma prestação do Regime Previdenciário definida nesta Lei poderá ser objeto de transação, venda ou cessão.

Art. 113 É vedado a **ITAPREVI** prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se a qualquer título, bem como conceder empréstimo ao Município ou qualquer órgão, filiado ou não ao Sistema de Previdência de que trata esta Lei.

Art. 114 O Plano Atuarial para determinação das alíquotas de contribuição, tanto das patrocinadoras, quanto dos servidores, e o passivo atuarial a ser integralizado, deverá ser encaminhado pela Prefeitura ao Legislativo Municipal, com prazo de até 90 (noventa) dias, repetindo-se este procedimento sempre que o Plano Atuarial anual demonstrar a necessidade de revisão das taxas de contribuição, bem como de nova integralização da Reserva Técnica.

§ 1º O Município de Itaguaí, como entidade e direito público interno, fica responsável pela complementação do valor necessário à quitação das folhas de pagamento de quaisquer benefícios previdenciários previstos nesta Lei (aposentadorias e pensões), sempre que a receita decorrente das contribuições ou outras fontes de custeio se tornar insuficiente.

§ 2º Para integralização do fundo de Reserva Técnica da **ITAPREVI**, fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - alienar imóveis do Município;

II - contratar operação de financiamento, alongo prazo, no montante necessário para a complementação do fundo de Reserva Técnica;

III - utilizar recursos oriundos do processo de privatização de empresas públicas municipais; e

IV – transferir ao Instituto bens, direitos e ativos de qualquer natureza.

Art. 115 As normas necessárias ao funcionamento do Sistema Previdenciário de que trata esta Lei, assim como, aquelas necessárias para a concessão de benefícios e serviços a serem prestados, serão baixadas em Instrução Normativa da Diretoria-Executiva da **ITAPREVI**, após aprovação do Conselho Municipal de Previdência.

Parágrafo único. A Diretoria-Executiva da **ITAPREVI** designará Comissão para realizar levantamento e avaliação do patrimônio, elaborando relatório circunstanciado, do qual serão encaminhadas cópias ao Executivo Municipal, à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 116 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

ANEXO I – DOS CARGOS COMISSIONADOS DA ITAPREVI

NOMENCLATURA	SÍMBOLO	VALOR
Presidente (alterado pela Lei 3.701 de 19/02/2019)	**PT**	**R$ 12.500,00**
Procurador Geral	**PG**	**R$ 12.000,00**
Controlador Geral	**CG**	**R$ 12.000,00**
Subprocurador Geral	**SPG**	**R$ 9.000,00**
Subcontrolador Geral	**SCG**	**R$ 9.000,00**
Diretor Geral Financeiro	**DGF**	**R$ 7.000,00**
Diretor de Benefícios	**DB**	**R$ 6.000,00**
Diretor de Recursos Humanos	**DRH**	**R$ 6.000,00**
Tesoureiro	**TS**	**R$ 5.000,00**
Diretor Atuário	**DA**	**R$ 5.000,00**
Diretor de Patrimônio e Almoxarifado	**DPA**	**R$ 5.000,00**

ITAPREVI
Fls.: 164
Proc.: 200000203/25

Diretor Contábil	**DC**	**R$ 5.000,00**
Ouvidor Geral	**OG**	**R$ 4.000,00**
Ouvidor Substituto	**OS**	**R$ 3.000,00**
Chefe de Gabinete da Presidência	**CGP**	**R$ 3.000,00**
Assessor Jurídico	**AJ**	**R$ 2.000,00**
Assessor da Presidência	**AP**	**R$ 1.500,00**
Assessores Administrativos	**AA**	**R$ 1.000,00**

Itaguaí, 17 de agosto de 2005.

CARLO BUSATTO JUNIOR

Este texto não substitui o Publicado em 23.08.2005

Copilado dos textos originais

CÂMARA MUNICIPAL ITAPREVI
Fls.: 165
Proc.: 20000020312/25

LEI Nº 3.988 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021.

INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS TITULARES DE CARGO EFETIVO, FIXA LIMITE MÁXIMO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES PELO REGIME DE PREVIDÊNCIA DE QUE TRATA O ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AUTORIZA A ADESÃO A PLANO DE BENEFÍCIOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei, o Regime de Previdência Complementar - RPC, a que se referem os §§14, 15 e 16 do artigo 40 da Constituição da República, para os servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo, dos poderes Executivo e Legislativo.

Parágrafo único. O valor dos benefícios de aposentadoria e pensão devido pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS aos servidores públicos titulares de cargos efetivos dos poderes Executivo e Legislativo, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressarem no serviço público do Município de Itaguaí a partir da data de início da vigência do RPC de que trata esta Lei, não poderá superar o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 2º O Município de Itaguaí é o patrocinador do plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei, sendo representado pelo Secretário Municipal de Fazenda, o qual poderá delegar essa competência.

Parágrafo único. A representação de que trata o caput deste artigo compreende poderes para a celebração de convênio de adesão ou de contratos e suas alterações e para manifestação acerca da aprovação ou da alteração de plano de benefícios de que trata esta Lei e demais atos correlatos.

Art. 3º O Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei terá vigência e será aplicado aos servidores públicos municipais titulares de cargos efetivos, dos poderes Executivo e Legislativo, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressarem no serviço público a partir da data de publicação do Convênio de Adesão do Patrocinador a Plano de Benefícios previdenciários administrado pela

Entidade Fechada de Previdência Complementar, nos termos da Lei Complementar Federal 109/2001.

Art. 4º A partir do início de vigência do Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei, independentemente da inscrição do servidor como participante no plano de benefícios oferecido, aplicar-se-á o limite máximo dos benefícios pagos pelo RGPS, de que trata o Art. 201 da Constituição da República, as aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo RPPS do Município de Itaguaí aos segurados definidos no parágrafo único do Art. 1º.

Art. 5º Os servidores definidos no parágrafo único do Art. 1º desta Lei que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do Regime de Previdência Complementar poderão, mediante prévia e expressa opção, aderir ao RPC, na forma a ser definida por regulamento, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da vigência do Regime de Previdência Complementar.

Parágrafo único. O exercício da opção a que se refere o caput deste artigo é irrevogável e irretratável, devendo observar o disposto no Art. 4º desta Lei.

CAPÍTULO II

DO PLANO DE BENEFÍCIOS

SEÇÃO I

DAS LINHAS GERAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Art. 6º O plano de benefícios previdenciários estará descrito em regulamento, observadas as disposições das pertinentes Leis Complementares e dos normativos decorrentes desses diplomas legais e deverá ser oferecido, obrigatoriamente, a todos os servidores efetivos dos poderes Executivo e Legislativo do Município de Itaguaí, de que trata o Art. 3º desta Lei.

Art. 7º O Município de Itaguaí somente poderá ser patrocinador de plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, cujos benefícios programados tenham seu valor permanentemente ajustado à reserva constituída em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados, resgatados e/ou portados e os benefícios pagos.

§1º O plano de que trata o *caput* deste artigo deverá prever benefícios não programados desde que:

I- assegurem, pelo menos, os benefícios decorrentes dos eventos invalidez e morte do participante; e

II- sejam estruturados unicamente com base em reserva acumulada em favor do participante.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
RUA AMÉLIA LOUZADA, 277 - CENTRO | CEP: 23815-180 / ITAGUAÍ-RJ
TEL: (21) 2688-1136 | TELEFAX: (21) 2688-1226

MANEVI
Fls.: 167
Proc.: 200000203/25

§2º Na gestão dos benefícios de que trata o §1º deste artigo, o plano de benefícios previdenciários poderá prever a contratação de cobertura de risco adicional junto à sociedade seguradora, desde que tenha custeio específico.

§3º A concessão dos benefícios programados de que trata o *caput* deste artigo aos participantes do RPC disciplinado nesta Lei é condicionada à concessão do benefício de aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itaguaí.

§4º O plano de que trata o *caput* deste artigo poderá prever cobertura de sobrevivência do assistido, desde que contratada junto à sociedade seguradora.

SEÇÃO II

DO PATROCINADOR

Art. 8º O Município de Itaguaí é o responsável pelo aporte de contribuições e pelas transferências das contribuições descontadas dos seus servidores ao plano de benefícios previdenciário, observado o disposto nesta Lei, no convênio de adesão ou no contrato e no regulamento.

§1º As contribuições devidas pelo patrocinador deverão ser pagas, de forma centralizada, pelos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, e em hipótese alguma poderão ser superiores às contribuições normais dos participantes.

§2º O Município de Itaguaí será considerado inadimplente em caso de descumprimento, por quaisquer dos poderes, Executivo e Legislativo, incluídas suas autarquias e fundações, de qualquer obrigação prevista no convênio de adesão ou no contrato e no regulamento do plano de benefícios.

Art. 9º Sem prejuízo de responsabilização e das demais penalidades previstas nesta Lei e na legislação aplicável, as contribuições recolhidas com atraso estarão sujeitas à atualização e aos acréscimos, nos termos do regulamento do respectivo plano de benefícios.

Art. 10. Deverão estar previstas, expressamente, no contrato ou no convênio de adesão ao plano de benefícios administrado pela entidade de previdência complementar, cláusulas que estabeleçam no mínimo:

I- a não existência de solidariedade do Município de Itaguaí enquanto patrocinador, em relação a outros patrocinadores; instituidores, averbadores; planos de benefícios e entidade de previdência complementar;

II- os prazos de cumprimento das obrigações pelo patrocinador e das sanções previstas para os casos de atraso no envio de informações cadastrais de participantes e assistidos, de pagamento ou do repasse das contribuições;

III- que o valor correspondente à atualização monetária e aos juros suportados

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
RUA AMÉLIA LOUZADA, 277 - CENTRO | CEP: 23815-180 / ITAGUAÍ-RJ
T.(21) 2689-1136 | T.(21)2688-1236

ITAPREVI
Fls.: 168
Proc.: 200000203/25

pelo patrocinador por atraso de pagamento ou de repasse de contribuições será revertido à conta individual do participante a que se referir a contribuição em atraso;

IV- eventual valor de aporte financeiro, a título de adiantamento de contribuições, a ser realizado pelo Município de Itaguaí;

V- as diretrizes com relação as condições de retirada de patrocínio ou rescisão contratual e transferência de gerenciamento da administração do plano de benefícios previdenciário;

VI- o compromisso da entidade de previdência complementar de informar a todos os patrocinadores vinculados ao plano de benefícios sobre o inadimplemento de patrocinador em prazo superior a 30 (trinta) dias no pagamento ou repasse de contribuições ou quaisquer obrigações, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

SEÇÃO III

DOS PARTICIPANTES

Art. 11. Podem se inscrever como participantes do Plano de Benefícios todos os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do Município de Itaguaí.

Art. 12. Poderá permanecer inscrito no respectivo plano de benefícios o participante que:

I- esteja cedido a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista;

II- esteja afastado ou licenciado do cargo efetivo temporariamente com ou sem recebimento de remuneração, inclusive para o exercício de mandato eletivo em qualquer dos entes da federação;

III- optar pelo benefício proporcional diferido ou autopatrocínio, na forma do regulamento do plano de benefícios.

§1º O regulamento do plano de benefícios disciplinará as regras para a manutenção do custeio do plano de benefícios, observada a legislação aplicável.

§2º Havendo cessão com ônus para o cessionário, será deste, a responsabilidade em recolher e repassar a contribuição ao plano de benefícios, nos mesmos níveis e condições que seriam devidos pelo patrocinador, na forma definida no regulamento do respectivo plano.

§3º Havendo cessão com ônus para o cedente, o patrocinador arcará com a sua contribuição ao plano de benefícios.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
RUA AMÉLIA LOUZADA, 277 - CENTRO | CEP: 23815-180 / ITAGUAÍ-RJ
T: (21) 2688-1434 | T: (21) 2688-1736

§4º O patrocinador arcará com a sua contribuição, somente, quando o afastamento ou a licença do cargo efetivo se der sem prejuízo do recebimento da remuneração.

Art. 13. Os servidores referidos no Art. 3º desta Lei, que ingressarem no serviço público com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, bem como, os servidores que após ingressarem no serviço público tiverem sua remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social serão automaticamente inscritos no respectivo plano de benefícios de previdência desde a data de entrada em exercício.

§1º É facultado aos servidores referidos no *caput* deste artigo manifestarem a ausência de interesse em aderir ao plano de benefícios patrocinado pelo Município, sendo seu silêncio ou inércia, no prazo de noventa dias após sua inscrição automática na forma do caput deste artigo, reconhecida como aceitação tácita à inscrição.

§2º Na hipótese do cancelamento ser requerido no prazo de até noventa dias da data de inscrição, fica assegurado o direito à restituição integral das contribuições vertidas, a ser paga em até sessenta dias do pedido de cancelamento, corrigidas monetariamente.

§3º O cancelamento da inscrição previsto no §2º não constitui resgate.

§4º No caso de anulação da inscrição prevista no §1º deste artigo, a contribuição aportada pelo patrocinador será devolvida à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo da devolução da contribuição aportada pelo participante.

§5º Sem prejuízo ao prazo para manifestação da ausência de interesse em aderir ao plano de benefícios, fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

SEÇÃO IV

DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 14. As contribuições do patrocinador e do participante incidirão sobre a base de cálculo das contribuições ao RPPS estabelecidas na Lei Municipal 2.499/2005 que exceder o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto no inciso XI do Art. 37 da Constituição da República.

§1º A alíquota da contribuição do participante será por ele definida, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios ou no contrato.

§2º Os participantes poderão realizar contribuições facultativas, de caráter voluntário, sem contrapartida do Patrocinador, na forma do regulamento do plano

ITAPREVI
Fls.: 170
Proc.: 200000203/25

de benefícios ou contrato.

Art. 15. O patrocinador somente se responsabilizará por realizar contribuições em contrapartida às contribuições normais dos participantes que atendam, concomitantemente, às seguintes condições:

I- sejam segurados do RPPS, na forma prevista no Art. 1º ou Art. 5º desta Lei; e

II- recebam subsídios ou remuneração que exceda o limite máximo a que se refere o Art. 4º desta Lei, observado o disposto no inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal.

§1º As contribuições do patrocinador de que trata o *caput* deste artigo incidirão sobre a parcela da base de contribuição do participante que exceder ao limite máximo a que se refere o parágrafo único do Art. 1º desta Lei, observado o disposto no inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal.

§2º A contribuição do patrocinador será paritária à do participante, observadas as condições previstas no §1º deste artigo e no disposto no regulamento do plano de benefícios ou no contrato, e não poderá exceder ao percentual de 8,5% (oito vírgula cinco por cento), sobre a parcela que exceder o limite máximo a que se refere o parágrafo único do Art. 1º desta Lei.

§3º Os participantes que não se enquadrem nas condições previstas no *caput* deste artigo não terão direito à contrapartida do Patrocinador.

§4º Sem prejuízo ao disposto no caput deste artigo, o Patrocinador deverá realizar o repasse das contribuições descontadas diretamente da remuneração ou subsídio dos participantes a ele vinculados, inclusive daqueles que, embora não enquadrados no inciso II deste artigo, estejam inscritos no plano de benefícios.

Art. 16. A entidade de previdência complementar administradora do plano de benefícios manterá controle individual das reservas constituídas em nome do participante e registro das contribuições deste e das dos patrocinadores.

Art. 17. As nomeações de novos servidores de cargo efetivo do Município de Itaguaí que possuam o subsídio ou a remuneração do cargo acima dos valores do limite máximo estabelecido para os benefícios de aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social, ficam condicionadas ao início da vigência do Regime de Previdência Complementar previsto na forma do Art. 3º desta Lei, ressalvadas as nomeações das áreas de educação, saúde e segurança.

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a promover aporte inicial para atender às despesas decorrentes da adesão ao plano de benefício previdenciário de que trata esta Lei mediante abertura, em caráter excepcional, de créditos especiais, a título de adiantamento de contribuições, cujas regras de compensação deverão

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
RUA AMÉLIA LOUZADA, 277 - CENTRO | CEP 23815-180 / ITAGUAÍ-RJ
T. (21) 2688-3135 / T. (21) 2688-1236

ITAPREVI
Fls.: 171
Proc.: 200000203/25

estar expressas no convênio de adesão ou no contrato.

Art. 19. O Poder Executivo Municipal regulamentará, no que couber, a presente Lei.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ITAGUAÍ, 04 de setembro de 2025.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
PREFEITO

Autoria: Poder Executivo

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
RUA AMÉLIA LOUZADA, 277 - CENTRO | CEP: 23815-180 / ITAGUAÍ-RJ
T: (21) 2688-1336 | T: (21) 2688-1336

ITAPREVI
Fls.: 172
Proc.: 200000203125

LEI Nº 3.989 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021.

ALTERA A LEI Nº 3.893 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE ALTEROU A LEI 2.499 DE 16 DE AGOSTO DE 2005.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Estabelece os parâmetros de enquadramento à Emenda Constitucional nº. 103/2019, altera a Lei nº 3.893/2020, adequando o RPPS do Município de Itaguaí, na forma que segue.

Art. 2º Passa a vigorar o §7º do Art. 12 da Lei nº 3.893/2020, que alterou o Art. 53 da Lei nº 2.499/2005, com a seguinte redação:

"Art. 53. (...)

§7º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o §2º do artigo 201, da Constituição Federal, e serão reajustados:

II- nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, na hipótese prevista no inciso II, do §6º."

Art. 3º Passa a vigorar o §8º do Art. 12 da Lei nº 3.893/2020, que alterou o Art. 53 da Lei nº 2.499/2005, com a seguinte redação:

"Art. 53. (...)

§8º Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo, dos proventos de aposentadoria com fundamento no disposto no inciso I, do §6º, do Art. 12 desta Lei, ou no inciso I, do §2º, do artigo 20, da Emenda Constitucional nº 103/2019, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em Lei."

Art. 4º Passam a vigorar os §§ 4º e 5º do Art. 26 da Lei 2.499/2005 com as seguintes redações:

"Art. 26. (. .)

§4º Para a comprovação do vínculo de companheiro ou companheira no ato do pedido de inscrição, o segurado deverá apresentar qualquer um dos documentos relacionados nas alíneas c, d, e, i do §1º deste artigo ou, então, 03 (três) documentos, no mínimo, dos demais incisos do mesmo parágrafo, sujeitos, ainda, a critério da ITAPREVI, à justificação administrativa.

§5º No caso de pais, irmãos, enteados, guarda definitiva, tutelados e

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
RUA AMÉLIA LOUZADA, 277 - CENTRO | CEP 23815-180 / ITAGUAÍ-RJ
T: (21) 2688-1376 / 2) (21) 2688-1736

ITAPREVI
Fls.: 173
Proc.: 200000203
125

curatelados, a prova de dependência econômica será feita por declaração do segurado firmada perante a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí - ITAPREVI, acompanhada de um dos documentos referidos nas alíneas c, e, i, l e m do §1º deste artigo, que constituem, por si só, prova bastante e suficiente, devendo os outros documentos relacionados nos demais incisos do mesmo parágrafo serem considerados em conjunto de, no mínimo, 03 (três), corroborados, quando necessário, por justificação administrativa ou parecer socioeconômico do Diretor de Benefícios ou do Serviço Social da Prefeitura Municipal de Itaguaí."

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ITAGUAÍ, 09 de novembro de 2021.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
PREFEITO

Autoria: Poder Executivo

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
RUA AMÉLIA LOUZADA, 277 - CENTRO | CEP: 23815-180 / ITAGUAÍ-RJ
T: (21) 2688-3136 | T: (21) 2688-3236

ITAPREVI
Fls.: 174
Proc.: 200000203125

LEI Nº 3.990 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021.

ALTERA A LEI Nº 3.893 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020, DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ, ESTABELECE REGRAS DE TRANSIÇÃO E DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Cria o artigo 53-A na Lei nº 3.893, de 17 de dezembro de 2020, nos termos do Art. 20 da Emenda Constitucional nº 103/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53-A. O segurado ou o servidor público municipal que se tenha filiado ao Regime Próprio de Previdência Social ou ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Lei poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I- 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

II- 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III- para os servidores públicos, 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 05 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria;

IV- período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II.

§1º Para o professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio serão reduzidos, para ambos os sexos, os requisitos de idade e de tempo de contribuição em 05 (cinco) anos.

§2º O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderá:

I- em relação ao servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o §16 do Art. 40 da Constituição Federal, a totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no §8º do

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
RUA AMÉLIA LOUZADA, 277 - CENTRO | CEP: 23815-180 / ITAGUAÍ-RJ
T: (21) 2688-1326 | T: (21) 2688-1236

ITAPREV
Fls.: 175
Proc.: 200000203/25

Art. 4º; e

II- em relação aos demais servidores públicos e aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, ao valor apurado na forma da Lei.

§3º O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não será inferior ao valor a que se refere o §2º do Art. 201 da Constituição Federal e será reajustado:

I- de acordo com o disposto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, se cumpridos os requisitos previstos no inciso I do §2º;

II- nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, na hipótese prevista no inciso II do §2º.

§4º Aplicam-se às aposentadorias dos servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ITAGUAÍ, [illegible]

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
PREFEITO

Autoria: Poder Executivo

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
RUA AMÉLIA LOUZADA, 277 - CENTRO | CEP: 23815-180 / ITAGUAÍ-RJ
T: (21) 2688-1235 | T: (21) 2688-1236

ITAPREV
Fls: 176
Proc: 200000203/25

LEI Nº 4.078/2023

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 2.499 DE 2005.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ-RJ;
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a redação do §17 do Art. 12 da Lei 2.499 de 16 de agosto de 2015, alterada pela Lei 3354 de 17 de setembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§17. O Procurador Geral e o Subprocurador Geral deverão ser Bacharéis em Direito, devidamente inscritos no órgão de classe."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Itaguaí, 31 de maio de 2023.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
PREFEITO

Autoria: Poder Executivo

ITAPREVI
Fls.: 177
Proc.: 200000203/25

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 4.078/2023

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 2.499 DE 2005.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ-RJ,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a redação do §17 do Art. 12 da Lei 2.499 de 16 de agosto de 2015, alterada pela Lei 3354 de 17 de setembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§17. O Procurador Geral e o Subprocurador Geral deverão ser Bacharéis em Direito, devidamente inscritos no órgão de classe."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Itaguaí, 31 de maio de 2023.

(a) Rubem Vieira de Souza - Prefeito

LEI Nº 4.079/2023

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 4.031 DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ-RJ,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a redação do Art. 9º da Lei 4.031 de 30 de junho de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º As contratações dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Combate a Endemias se aplica a remuneração prevista no §9º do Art. 198 da Constituição Federal, que fixa o piso mínimo nacional para os Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Itaguaí, 31 de maio de 2023.

(a) Rubem Vieira de Souza - Prefeito

DECRETO Nº 4.792 DE 26 DE MAIO DE 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ – RJ, usando de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 123, inciso I e artigo 99, inciso VII, ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 09 de julho de 2009

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 790.238,13 (Setecentos e noventa mil, duzentos e trinta e oito reais e treze centavos), nas seguintes dotações do orçamento vigente, de acordo com o quadro abaixo:

UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ							
CÓDIGO	PROJETO/ ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	ELEMENTO	FUNÇÃO	ORIGEM DO RECURSO	ADICIONAR	SUBTRAIR
6	2.172	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.3.90.39.00.00.00	01	Anulação de dotação		43.000,00
7	2.173	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.3.90.14.00.00.00	01	Anulação de dotação		10.000,00
8	2.173	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.3.90.30.00.00.00	01	Anulação de dotação		1.000,00
10	2.173	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.3.90.35.00.00.00	01	Anulação de dotação		1.000,00
11	2.173	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.3.90.36.00.00.00	01	Anulação de dotação		1.000,00
12	2.173	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.3.90.39.00.00.00	01	Anulação de dotação		47.000,00
13	2.173	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.3.90.93.00.00.00	01	Anulação de dotação		24.000,00
14	2.173	INVESTIMENTOS	4.4.90.52.00.00.00	01	Anulação de dotação	68.238,13	
15	2.173	INVESTIMENTOS	4.4.90.52.00.00.00	01	Anulação de dotação		368.000,00
17	2.170	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.3.90.92.00.00.00	04	Anulação de dotação		601,00
24	2.174	PESSOAL E ENCARGOS	3.1.90.11.00.00.00	04	Anulação de dotação		30.000,00
25	2.174	OUTRAS DESPESAS			Anulação de dotação		46.000,00
27	2.174	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.3.90.36.00.00.00	04	Anulação de dotação		11.000,00

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 26/06/2025 16:17:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 20:36:49 +01:00

ITAPREVI
Fls.: 178
Proc.: 20000020325

MODELO 8

RELAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS CONTRIBUINTES DO RPPS

Órgão: ITAPREVI		Município: ITAGUAÍ	Exercício: 2024
1	Prefeitura Municipal		
2	Câmara Municipal		
3	Itaprevi		
4			
5			
6			
7			
8			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 26/06/2025 12:06:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nome: André Luiz da Silva Miranda		Responsável pela Elaboração
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 20:36:47 +01:00

MODELO 9

DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - CONSOLIDADO

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAÍ	Exercício: 2024

Lei nº: 3.376			Data da Lei: 26/11/2015	
Ano da Movimentação	Total das Parcelas Previstas em Lei - Valores Correntes (R$)	Total Parcelas Previstas Corrigidas (R$) (A)	Total das Parcelas efetivamente Repassadas (R$) (B)	Saldo a ser Repassado (R$) (C = A - B)
2020	32.583.372,49	32.583.372,49	32.583.372,49	0,00
2021	38.770.065,16	38.770.065,16	38.770.065,16	0,00
2022	45.077.233,34	45.077.233,34	45.077.233,34	0,00
2023	51.506.667,88	51.506.667,88	29.317.478,40	R$ 22.189.189,48
2024	58.060.183,38	58.060.183,38	R$ 9.676.697,24	R$ 48.383.486,14
Total Lei			**155.424.846,63**	**R$ 70.572.675,62**

Lei nº:			Data da Lei:	
Ano da Movimentação	Total das Parcelas Previstas em Lei Valores Correntes (R$)	Total Parcelas Previstas Corrigidas (R$) (A)	Total das Parcelas efetivamente Repassadas (R$) (B)	Saldo a ser Repassado (R$) (C = A - B)
Total Lei				

Valor registrado na conta Patrimonial "Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial" - R$ 52.697.670,15 (anexar balancete)

Valor registrado na conta Patrimonial "Conta Única RPPS" - R$ 27.449,71 (referente à Cobertura do Déficit Atuarial) (anexar balancete)

Nome: André Luiz da Silva Miranda			Responsável pela Elaboração	
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:		
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis.			Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 111.583-3
Nome: André Luiz da Silva Miranda				
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:		

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 10:00:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Total da Parcelas Previstas Corrigidas - Neste campo in reção, repetir o valor da parcela prevista em Lei - Valores Correntes.

Quanto à comprovação dos valores registrados contabilmente, anexar somente a folha do balancete que indica a respectiva conta

ITAPREVI
Fls: 179
Proc: 20000203/25

Conta Contábil	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1.0.0.0.0.00.00.00.00.000000 ATIVO	1.705.866.848,50 D	2.580.512.598,71	2.474.734.178,54	1.811.645.268,67 D
1.1.0.0.0.00.00.00.00.000000 ATIVO CIRCULANTE	1.556.038.934,42 D	1.386.428.357,67	2.474.734.178,54	467.733.113,55 D
1.1.1.0.0.00.00.00.00.000000 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.163.108,49 D	698.872.692,09	701.006.765,44	29.035,14 D
1.1.1.1.0.00.00.00.00.000000 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.163.108,49 D	698.872.692,09	701.006.765,44	29.035,14 D
1.1.1.1.1.00.00.00.00.000000 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	2.163.108,49 D	698.872.692,09	701.006.765,44	29.035,14 D
1.1.1.1.1.06.00.00.00.000000 CONTA ÚNICA RPPS	1.433.686,70 D	668.542.389,54	669.947.041,10	29.035,14 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000000 () BANCOS CONTA MOVIMENTO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	1.379.019,95 D	660.703.246,82	662.054.817,06	27.449,71 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000001 (61560) CAIXA - 053-2	54.054,08 D	71.049.692,50	71.077.471,56	26.275,02 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000002 (61561) BANCO ITAÚ - 17804-5	1.033.881,51 D	334.643.460,96	335.677.119,98	222,49 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000003 (61562) BANCO DO BRASIL - 39231-6	291.084,36 D	255.010.093,36	255.300.225,52	952,20 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.000000 () BANCOS CONTA MOVIMENTO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	54.666,75 D	7.839.142,72	7.892.224,04	1.585,43 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.000001 (52200) CAIXA - 119-9 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	27.680,39 C	1.971.555,93	1.943.875,54	0,00 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.000002 (55888) ITAÚ - 58838-3 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	82.347,14 D	5.867.586,79	5.948.348,50	1.585,43 D
1.1.1.1.1.52.00.00.00.000000 APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	729.421,79 D	30.330.302,55	31.059.724,34	0,00 D
1.1.1.1.1.52.00.00.00.000006 (61570) CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCADO	729.421,79 D	31.840,31	761.262,10	0,00 D
1.1.1.1.1.52.00.00.00.000007 (68382) BANCO DO BRASIL - CONTA SELIC	0,00 D	30.298.462,24	30.298.462,24	0,00 D
1.1.2.0.0.00.00.00.00.000000 CRÉDITOS A CURTO PRAZO	43.935.723,90 D	0,00	0,00	43.935.723,90 D
1.1.2.1.0.00.00.00.00.000000 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	43.935.723,90 D	0,00	0,00	43.935.723,90 D
1.1.2.1.1.00.00.00.00.000000 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	15.295.176,36 D	0,00	0,00	15.295.176,36 D
1.1.2.1.1.05.00.00.00.000000 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	15.295.176,36 D	0,00	0,00	15.295.176,36 D
1.1.2.1.1.05.02.00.00.000000 () CONTRIBUIÇÕES DO RGPS A RECEBER	15.295.176,36 D	0,00	0,00	15.295.176,36 D
1.1.2.1.2.00.00.00.00.000000 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - INTRA OFSS	28.640.547,54 D	0,00	0,00	28.640.547,54 D
1.1.2.1.2.05.00.00.00.000000 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	25.229.810,51 D	0,00	0,00	25.229.810,51 D
1.1.2.1.2.05.02.00.00.000000 () CONTRIBUIÇÕES DO RGPS A RECEBER	25.229.810,51 D	0,00	0,00	25.229.810,51 D
1.1.2.1.2.71.00.00.00.000000 () CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	3.410.737,03 D	0,00	0,00	3.410.737,03 D
1.1.3.0.0.00.00.00.00.000000 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.221.437.401,96 D	116.452.673,47	1.194.078.448,77	143.811.626,66 D
1.1.3.2.0.00.00.00.00.000000 TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	681,09 D	0,00	0,00	681,09 D
1.1.3.2.1.00.00.00.00.000000 TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR - CONSOLIDAÇÃO	681,09 D	0,00	0,00	681,09 D
1.1.3.2.1.11.00.00.00.000000 (52250) CONTRIBUIÇÃO AO RGPS A COMPENSAR	681,09 D	0,00	0,00	681,09 D
1.1.3.6.0.00.00.00.00.000000 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	1.221.436.720,87 D	116.452.673,47	1.194.078.448,77	143.810.945,57 D
1.1.3.6.1.00.00.00.00.000000 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	650.155,64 D	0,00	0,00	650.155,64 D
1.1.3.6.1.02.00.00.00.000000 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	650.155,64 D	0,00	0,00	650.155,64 D
1.1.3.6.1.02.01.00.00.000000 () CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO E PENSIONISTA	650.155,64 D	0,00	0,00	650.155,64 D
1.1.3.6.2.00.00.00.00.000000 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	1.220.786.565,23 D	116.452.673,47	1.194.078.448,77	143.160.789,93 D
1.1.3.6.2.01.00.00.00.000000 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER -	15.535.479,91 D	63.755.003,32	0,00	79.290.483,23 D
1.1.3.6.2.01.01.00.00.000000 () CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	15.535.479,91 D	63.755.003,32	0,00	79.290.483,23 D
1.1.3.6.2.02.00.00.00.000000 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	6.518.360,86 D	0,00	0,00	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.02.01.00.00.000000 () CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	6.518.360,86 D	0,00	0,00	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.04.00.00.00.000000 () APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	1.194.078.448,77 D	51.382.699,82	1.194.078.448,77	51.382.699,82 D
1.1.3.6.2.99.00.00.00.000000 OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	4.654.275,69 D	1.314.970,33	0,00	5.969.246,02 D
1.1.3.6.2.99.02.00.00.000000 () OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	4.654.275,69 D	1.314.970,33	0,00	5.969.246,02 D
1.1.3.6.2.99.02.01.00.000000 (53376) PARCELAMENTO DÉFICIT ATUARIAL PARA COM O RPPS	4.654.275,69 D	1.314.970,33	0,00	5.969.246,02 D
1.1.4.0.0.00.00.00.00.000000 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	288.502.370,07 D	571.102.577,11	579.648.634,33	279.956.312,85 D
1.1.4.4.0.00.00.00.00.000000 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO - RPPS	297.101.556,94 D	548.145.191,50	565.290.435,59	279.956.312,85 D
1.1.4.4.1.00.00.00.00.000000 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO DO RPPS - CONSOLIDAÇÃO	297.101.556,94 D	548.145.191,50	565.290.435,59	279.956.312,85 D
1.1.4.4.1.01.00.00.00.000000 APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	33.711.102,75 D	126.840.805,19	150.768.892,44	9.783.015,50 D
1.1.4.4.1.01.05.00.00.000000 () FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	33.711.102,75 D	126.840.805,19	150.768.892,44	9.783.015,50 D
1.1.4.4.1.01.05.01.00.000001 (61572) ITAÚ INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	32.711.974,36 D	126.707.585,69	150.741.461,07	8.678.098,98 D
1.1.4.4.1.01.05.01.00.000002 (61573) BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RF PREVID - 180766-8	999.128,39 D	133.219,50	27.431,37	1.104.916,52 D
1.1.4.4.1.02.00.00.00.000000 APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIAVEL - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	9.700.594,89 D	1.231.900,99	3.906.428,50	7.026.067,38 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000000 () FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	9.700.594,89 D	1.231.900,99	3.906.428,50	7.026.067,38 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000001 (61576) ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC	1.372.349,93 D	254.446,31	226.473,18	1.400.323,06 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000002 (61577) FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NIVEL I	428.934,96 D	114.687,75	543.622,71	0,00 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000004 (61579) FIC AÇÕES VALOR RPPS	1.719.070,24 D	193.701,28	419.831,51	1.492.940,01 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000005 (61580) ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 FICFI	3.826.354,81 D	366.351,13	1.159.991,13	3.032.714,81 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000006 (61581) BB AÇÕES TECNOLOGIA BDR	349.831,65 D	56.014,08	405.845,73	0,00 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000007 (61582) ITAÚ BDR NÍVEL 1 AÇÕES FIC	374.111,17 D	69.805,86	443.917,03	0,00 D

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
3.3.2.3.1.98.00.00.00.000000 ()	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00 D	23.078,69	23.078,69	0,00 D
3.3.2.3.1.99.00.00.00.000000 ()	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00 D	242.806,52	242.806,52	0,00 D
3.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	**TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS**	**0,00 D**	**26.917,78**	**26.917,78**	**0,00 D**
3.5.7.0.0.00.00.00.00.000000	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA**	**0,00 D**	**26.917,78**	**26.917,78**	**0,00 D**
3.5.7.1.0.00.00.00.00.000000	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES**	**0,00 D**	**26.917,78**	**26.917,78**	**0,00 D**
3.5.7.1.5.00.00.00.00.000000	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - MUNICÍPIO**	**0,00 D**	**26.917,78**	**26.917,78**	**0,00 D**
3.5.7.1.5.06.00.00.00.000000 ()	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00 D	26.917,78	26.917,78	0,00 D
3.6.0.0.0.00.00.00.00.000000	**DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS**	**0,00 D**	**13.037.215,68**	**13.037.215,68**	**0,00 D**
3.6.1.0.0.00.00.00.00.000000	**REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS**	**0,00 D**	**13.037.215,68**	**13.037.215,68**	**0,00 D**
3.6.1.7.0.00.00.00.00.000000	**VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TE**	**0,00 D**	**13.037.215,68**	**13.037.215,68**	**0,00 D**
3.6.1.7.1.00.00.00.00.000000	**VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES**	**0,00 D**	**13.037.215,68**	**13.037.215,68**	**0,00 D**
3.6.1.7.1.07.00.00.00.000000	**AJUSTE PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIOS**	**0,00 D**	**13.037.215,68**	**13.037.215,68**	**0,00 D**
3.6.1.7.1.07.01.00.00.000000 ()	AJUSTE PARA PERDAS EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	0,00 D	13.037.215,68	13.037.215,68	0,00 D
3.9.0.0.0.00.00.00.00.000000	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**	**0,00 D**	**219.941.223,51**	**219.941.223,51**	**0,00 D**
3.9.7.0.0.00.00.00.00.000000	**VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES**	**0,00 D**	**219.941.223,51**	**219.941.223,51**	**0,00 D**
3.9.7.2.0.00.00.00.00.000000	**VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO**	**0,00 D**	**219.941.223,51**	**219.941.223,51**	**0,00 D**
3.9.7.2.1.00.00.00.00.000000 ()	VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	219.941.223,51	219.941.223,51	0,00 D
4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	**VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA**	**0,00 C**	**350.296.128,71**	**350.296.128,71**	**0,00 C**
4.2.0.0.0.00.00.00.00.000000	**CONTRIBUIÇÕES**	**0,00 C**	**115.125.827,35**	**115.125.827,35**	**0,00 C**
4.2.1.0.0.00.00.00.00.000000	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**	**0,00 C**	**115.125.827,35**	**115.125.827,35**	**0,00 C**
4.2.1.1.0.00.00.00.00.000000	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES**	**0,00 C**	**115.125.827,35**	**115.125.827,35**	**0,00 C**
4.2.1.1.1.00.00.00.00.000000	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 C**	**51.120.681,82**	**51.120.681,82**	**0,00 C**
4.2.1.1.1.02.00.00.00.000000	**CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO AO RPPS**	**0,00 C**	**51.120.681,82**	**51.120.681,82**	**0,00 C**
4.2.1.1.1.02.01.00.00.000000 ()	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - RPPS	0,00 C	50.042.356,08	50.042.356,08	0,00 C
4.2.1.1.1.02.02.00.00.000000 ()	CONTRIBUIÇÃO DO APOSENTADO - RPPS	0,00 C	983.057,49	983.057,49	0,00 C
4.2.1.1.1.02.03.00.00.000000 ()	CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA - RPPS	0,00 C	95.268,25	95.268,25	0,00 C
4.2.1.1.2.00.00.00.00.000000	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - INTRA OFSS**	**0,00 C**	**250.142,21**	**250.142,21**	**0,00 C**
4.2.1.1.2.01.00.00.00.000000	**CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS**	**0,00 C**	**250.142,21**	**250.142,21**	**0,00 C**
4.2.1.1.2.01.01.00.00.000000 ()	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS	0,00 C	250.142,21	250.142,21	0,00 C
4.2.1.1.4.00.00.00.00.000000	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - INTER OFSS - ESTADO**	**0,00 C**	**63.755.003,32**	**63.755.003,32**	**0,00 C**
4.2.1.1.4.01.00.00.00.000000	**CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS**	**0,00 C**	**63.755.003,32**	**63.755.003,32**	**0,00 C**
4.2.1.1.4.01.01.00.00.000000 ()	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS	0,00 C	63.755.003,32	63.755.003,32	0,00 C
4.4.0.0.0.00.00.00.00.000000	**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS**	**0,00 C**	**31.044.048,82**	**31.044.048,82**	**0,00 C**
4.4.5.0.0.00.00.00.00.000000	**REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**	**0,00 C**	**31.044.048,82**	**31.044.048,82**	**0,00 C**
4.4.5.1.0.00.00.00.00.000000	**REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS**	**0,00 C**	**31.044.048,82**	**31.044.048,82**	**0,00 C**
4.4.5.1.1.01.00.00.00.000000 (47458)	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00 C	31.044.048,82	31.044.048,82	0,00 C
4.9.0.0.0.00.00.00.00.000000	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**	**0,00 C**	**204.126.252,54**	**204.126.252,54**	**0,00 C**
4.9.7.0.0.00.00.00.00.000000	**REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS**	**0,00 C**	**140.690.995,63**	**140.690.995,63**	**0,00 C**
4.9.7.1.0.00.00.00.00.000000	**REVERSÃO DE PROVISÕES**	**0,00 C**	**140.690.995,63**	**140.690.995,63**	**0,00 C**
4.9.7.1.1.00.00.00.00.000000	**REVERSÃO DE PROVISÕES - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 C**	**140.690.995,63**	**140.690.995,63**	**0,00 C**
4.9.7.1.1.02.00.00.00.000000 ()	REVERSÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00 C	140.690.995,63	140.690.995,63	0,00 C
4.9.9.0.0.00.00.00.00.000000	**DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**	**0,00 C**	**63.435.256,91**	**63.435.256,91**	**0,00 C**
4.9.9.6.0.00.00.00.00.000000	**INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS**	**0,00 C**	**10.737.586,76**	**10.737.586,76**	**0,00 C**
4.9.9.6.1.00.00.00.00.000000	**INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 C**	**10.737.586,76**	**10.737.586,76**	**0,00 C**
4.9.9.6.1.02.00.00.00.000000 ()	RESTITUIÇÕES	0,00 C	10.737.586,76	10.737.586,76	0,00 C
4.9.9.8.0.00.00.00.00.000000	**CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**	**0,00 C**	**52.697.670,15**	**52.697.670,15**	**0,00 C**
4.9.9.8.2.00.00.00.00.000000	**CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS**	**0,00 C**	**52.697.670,15**	**52.697.670,15**	**0,00 C**
4.9.9.8.2.01.00.00.00.000000	**CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**	**0,00 C**	**52.697.670,15**	**52.697.670,15**	**0,00 C**
4.9.9.8.2.01.01.00.00.000000 ()	VPA DO VALOR ATUAL DOS APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00 C	51.382.699,82	51.382.699,82	0,00 C
4.9.9.8.2.01.99.00.00.000000 ()	OUTRAS VPA DE VALOR ATUAL DE APORTES PARA AMORTIZAR DEFICIT ATUARIAL DO RPPS	0,00 C	1.314.970,33	1.314.970,33	0,00 C
		Total do Grupo:	**6.935.827.509,57**	**6.935.827.509,57**	

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 10:04:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 20:09:18 +01:00
Modernização Pública e Informática Ltda

MODELO 10.1

DEMONSTRATIVO DA TRANSFERÊNCIA RECEBIDA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) - CONSOLIDADO

Órgão: ITAPREVI	**Município: ITAGUAÍ**	**Exercício: 2024**

1ª ETAPA - VERIFICAÇÃO DE INDÍCIO DE DÉFICIT FINANCEIRO NO PLANO EM CAPITALIZAÇÃO - NOTA TÉCNICA TCE-RJ N.º 07/2023

DESCRIÇÃO	**VALOR (R$)**
(A) ATIVOS GARANTIDORES DE BENEFÍCIOS	R$ 1.705.703.725,55
(B) PROVISÕES MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R$ 1.693.917.496,95
(C) RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (A-B)	R$ 11.786.228,60

2ª ETAPA - CÁLCULO INERENTE AO MONTANTE DO DÉFICIT - NOTA TÉCNICA TCE-RJ N.º 07/2023

DESCRIÇÃO	**VALOR (R$)**
(D) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO EXERCÍCIO **(CONTRIBUIÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA)**	
(E) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO EXERCÍCIO	
(F) DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (D-E)	
(G) APORTE PARA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO EXERCÍCIO	
(H) RESULTADO FINANCEIRO (F+G)	
VALOR REGISTRADO NA CONTA PATRIMONIAL 4.5.1.3.2.02.01 - COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (Anexar Balancete)	

Nome: André Luiz da Silva Miranda		Responsável pela Elaboração	
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:	
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis		Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 111.583-3
Nome: André Luiz da Silva Miranda			
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:	

TUTORIAL 10.1

Utilizar informações constantes do Relatório de Avaliação Atuarial com data focal de 31/12 do exercício anterior ao exercício de análise

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 10:00:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Se o ativo garantidor for menor que a provisão matemática de benefício concedido (1ª Etapa), haverá indício de que o Fundo em Capitalização apresenta déficit financeiro. Nesse caso, o valor do déficit deverá ser calculado na forma estabelecida pela 2ª etapa.

OU

Se o ativo garantidor for maior ou igual à provisão matemática de benefício concedido (1ª Etapa), **INEXISTE** indício de déficit financeiro no Fundo em Capitalização. Nesse caso, não será necessário realizar o cálculo expresso na 2ª etapa.

ITAPREVI
Fls.: 182
Proc.: 2000009203/25

MODELO 10.1

DEMONSTRATIVO DA TRANSFERÊNCIA RECEBIDA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) - CONSOLIDADO

Órgão: ITAPREVI	**Município: ITAGUAÍ**	**Exercício: 2024**

1ª ETAPA - VERIFICAÇÃO DE INDÍCIO DE DÉFICIT FINANCEIRO NO PLANO EM CAPITALIZAÇÃO - NOTA TÉCNICA TCE-RJ N.º 07/2023

DESCRIÇÃO	**VALOR (R$)**
(A) ATIVOS GARANTIDORES DE BENEFÍCIOS	R$ 1.705.703.725,55
(B) PROVISÕES MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R$ 1.693.917.496,95
(C) RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (A-B)	R$ 11.786.228,60

2ª ETAPA - CÁLCULO INERENTE AO MONTANTE DO DÉFICIT - NOTA TÉCNICA TCE-RJ N.º 07/2023

DESCRIÇÃO	**VALOR (R$)**
(D) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO EXERCÍCIO **(CONTRIBUIÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA)**	
(E) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO EXERCÍCIO	
(F) DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (D-E)	
(G) APORTE PARA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO EXERCÍCIO	
(H) RESULTADO FINANCEIRO (F+G)	
VALOR REGISTRADO NA CONTA PATRIMONIAL 4.5.1.3.2.02.01 - COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (Anexar Balancete)	

Nome: André Luiz da Silva Miranda		Responsável pela Elaboração	
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:	
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis		Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 111.583-3
Nome: André Luiz da Silva Miranda			
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:	

TUTORIAL 10.1

Utilizar informações constantes do Relatório de Avaliação Atuarial com data focal de 31/12 do exercício anterior ao exercício de análise

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 10:00:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Se o ativo garantidor for menor que a provisão matemática de benefício concedido (1ª Etapa), haverá indício de que o Fundo em Capitalização apresenta déficit financeiro. Nesse caso, o valor do déficit deverá ser calculado na forma estabelecida pela 2ª etapa.

OU

Se o ativo garantidor for maior ou igual à provisão matemática de benefício concedido (1ª Etapa), **INEXISTE** indício de déficit financeiro no Fundo em Capitalização. Nesse caso, não será necessário realizar o cálculo expresso na 2ª etapa.

ITAPREVI
Fls.: 123
Proc.: 2900020031/25

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

MODELO 11

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS PELO RPPS DE ACORDO COM AS NORMAS DEFINIDAS PELA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/2021

Órgão/Entidade: Itaprevi	Município: Itaguaí	Exercício: 2024

Aplicações em Fundos de Investimento (FI), Títulos Públicos Federais (TPF) e Outros Investimentos

Nome do Investimento/CNPJ da Institutição	Resolução CMN ° 4.963/2021		Política de Investimento	Valor da Aplicação (R$)	Percentual de Aplicação em Relação ao Patrimônio do RPPS
	Enquadramento	Percentual	Percentual		
Titulos Publicos	Artigo 7º I a	100%	10,98%	R$ 30.690.164,47	
23.215.097/0001-55- CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	Artigo 7º I b	100,00%	37,24%	R$ 9.499.859,27	0,26%
13.327.340/0001-73 BB PREVID RF IMAB 5+				R$ 357.961,60	0,04%
13.322.205/0001-35 - BB PREVID RF IDKA 2				R$ 1.210.378,65	0,03%
35.292.588/0001-89 - BB PREV RF RET TOTAL				R$ 6.581.196,53	0,12%
15.486.093/0001-83 - BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO				R$ 13.648.023,49	34,50%
08.703.063/0001-16 - ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRFM-1				R$ 4.429.283,77	0,70%
21.838.150/0001-49 - ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC FI				R$ 1.252.129,71	0,09%
06.175.696/0001-73 ITAÚ SOBERANO FIC RENDA FIXA SIMPLES				R$ 20.273.553,11	0,05%
09.093.819/0001-15 - ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IMA-B 5 FIC				R$ 147.674,96	0,01%
54.602.092/0001-09 BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREV				R$ 18.762.391,57	0,47%
05.164.356/0001-84 CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP				R$ 10.688.006,46	0,09%
11.328.882/0001-35 BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO				R$ 17.246.790,93	0,20%
13.077.418/0001-49 - BB PREVID RF PERFIL	Artigo 7º III a	60,00%	26,68%	R$ 34.283.781,04	0,17%
03.399.411/0001-90 BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI				R$ 30.746.810,09	0,20%
00.832.435/0001-00 ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI				R$ 9.411.416,96	0,14%
12.402.646/0001-84 - FIC FI EM RENDA FIXA LP IMAB 1000				R$ 128.073,35	12,16%
LF BANCO MASTER 03/07/2024 IPCA + 7,80%	Artigo 7º IV	20,00%	22,59%	R$ 31.751.446,20	
LF BANCO MASTER 28/06/2034 IPCA + 7,80%				R$ 31.377.593,96	
14.507.699/0001-95 - CAIXA VALOR RPPS FIC AÇÕES	Artigo 8º I	30,00%	2,38%	R$ 1.492.940,01	0,24%
23.731.629/0001-07 - ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FIC FI				R$ 735.850,84	0,67%
24.751.992/0001-75 - ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC				R$ 1.400.323,06	0,10%
42.318.981/0001-60 - ITAÚ MOMENTO 30 II FIC AÇÕES				R$ 3.032.714,81	3,00%
08.070.841/0001-87 - CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCADO	Artigo 10º I	10,00%	0,13%	R$ 364.238,66	0,04%
				R$ 279.512.603,50	

Nome: André Luiz da Silva Miranda		Responsável pela Elaboração	
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:	
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis.		Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 111.583-3
Nome: André Luiz da Silva Miranda			
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:	

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 10:00:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREVI
Fls.: 194
Proc.: 200022203/25

TUTORIAL MODELO 11
Nome do Investimento: Neste campo indicar o nome do Fundo de Investimento, do Título Público Federal ou dos Demais Investimentos.
CNPJ da Instituição: Neste campo, indicar o número do CNPJ da Instituição Financeira.
Enquadramento Resolução CMN nº 4.963/2021: Neste campo indicar, através das opções SIM/NÃO, se as aplicações se enquadram na Resolução CMN nº 4963/2021, acompanhadas da respectiva fundamentação.
Percentual Estabelecido na Resolução CMN nº 4.963/2021: Neste campo, indicar os limites fixados pela Resolução CMN nº 4.963/2021 para o tipo de investimento.
Percentual da Política de Investimento: Neste campo, indicar o percentual de aplicação estabelecido na Política Anual de Investimento.
Valor da Aplicação: Neste campo, indicar o valor das aplicações.
Percentual da Aplicação em Relação ao Patrimônio do RPPS: Neste campo, indicar o percentual das aplicações em relação ao patrimônio do RPPS.

Proc.: 185
2023/25

ITAPREVI
Fls.: 186
Proc.: 200000203/25

Relatório de Avaliação Atuarial 2024

NTA nº: 2023.000233.1

Itaguaí, 09 de maio de 2024.

ITAPREVI
Fls.: 187
Proc.: 200000203/25

Sumário

1. Apresentação 3
2. Bases legais utilizadas na elaboração da Avaliação Atuarial 3
3. Bases Técnicas utilizadas na elaboração da Avaliação Atuarial 4
4. Base de Dados 6
5. Descrição dos Benefícios do Plano Previdenciário 8
6. Patrimônio de Cobertura 10
7. Provisões Matemáticas 11
8. Resultado Técnico 12
9. Duração do Passivo 13
10. Custo Administrativo 13
11. Custos Previdenciários 14
12. Plano de Custeio Normal 14
13. Plano de Custeio Suplementar 15
14. Equilíbrio Financeiro 19
15. Principais Riscos Atuariais 20
16. Conclusão 21

1. Apresentação

A Avaliação Atuarial dos Planos de Benefícios Previdenciários dos Regimes Próprios de Previdência Social, além de ser uma exigência legal, ela é utilizada para a organização e revisão dos planos de custeio e de benefícios, no sentido de manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial.

Desta forma, a Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários do Município de **ITAGUAÍ,** denominado **ITAPREVI,** buscará garantir este equilíbrio, sendo um instrumento imprescindível, pois a partir dos resultados é possível indicar o plano de custeio dos compromissos previdenciários e estabelecer diretrizes para a elaboração de um plano de investimento, financiamento e gestão na adoção de políticas de longo prazo com responsabilidade social, que visem garantir os benefícios assegurados pelo plano por meio da arrecadação dos recursos necessários.

Esta Avaliação Atuarial foi desenvolvida pelas seguintes etapas:

- ✓ Análise da base legal aplicada ao segmento de Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS;
- ✓ Análise das normas específicas em vigor no RPPS (Lei do instituto de Previdência);
- ✓ Análise crítica da base de dados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- ✓ Análise dos Planos de custeio e de benefícios e dos demonstrativos previdenciários;
- ✓ Seleção das hipóteses financeiras e atuariais, regimes de financiamento e outros mecanismos de dimensionamento dos compromissos do plano e a realização do Cálculo Atuarial;
- ✓ Análise dos resultados e realização de estudos acerca da viabilização de Plano de Custeio; e
- ✓ Comparação dos resultados da última avaliação atuarial realizada para o grupo de servidores ativos, aposentados e pensionistas do Município.

Este Relatório de Avaliação Atuarial tem como objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial do exercício de 2024 do Instituto de Previdência, realizada na posição de 31/12/2023, utilizando a base de dados cadastrais de 31/10/2023, dimensionando o valor de suas Provisões Matemáticas Reavaliadas e de outros compromissos do Plano de Benefícios, considerando hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas previstas na literatura atuarial, para que se possa definir o Plano de Custeio Normal do Plano, bem como o Plano de Amortização do Resultado Técnico, caso necessário, permitindo um planejamento de longo prazo adequado por parte de seus Gestores para quitação das suas obrigações futuras de natureza Previdencial, em conformidade com a legislação vigente e com as definições estabelecidas em Lei.

2. Bases legais utilizadas na elaboração da Avaliação Atuarial

A Avaliação Atuarial foi desenvolvida em observância a legislação em vigor, bem como as instruções e demais normas emitidas pela Secretaria de Previdência Social aplicáveis a elaboração das avaliações atuariais dos RPPS. A seguir destacamos os principais normativos observados para realização deste Estudo atuarial (em vigor na data de referência do Estudo):

ARTIGO 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA
Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos

pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998
Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Nota: Destaca-se no normativo que em seu Art. 2º estabelece que: A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição (Redação dada pela Lei no 10.887, de 18/06/2004).

PORTARIA Nº 509, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013
Dispõe sobre a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

PORTARIA/MTP Nº 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022
Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Nota: O demonstrativo contábil das provisões matemáticas deve atender a que estabelece a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, além das Instruções de Procedimentos Contábeis emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3. Bases Técnicas utilizadas na elaboração da Avaliação Atuarial

A Base Técnica Atuarial é composta por todas as premissas, hipóteses e técnicas matemáticas, dentre outras, que norteiam o cálculo da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC), da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBAC), do Custo Normal (CN) e do Custo Suplementar (CS) do Plano de Benefícios Previdenciário de caráter mutualista, que possui por princípio que os riscos são distribuídos entre a coletividade. Foram consideradas neste estudo as bases técnicas que entendemos serem aderentes às características da massa de participantes:

3.1. Regimes e Métodos de Financiamento adotados:

O Regime Financeiro adotado para avaliar o conjunto dos Benefícios do Plano é o Regime de Capitalização, Regime este que objetiva a o fluxo de contribuições, aplicadas durante o período de acumulação, é determinado de modo a gerar receitas capazes de produzir montantes equivalentes aos valores atuais dos benefícios avaliados segundo esse regime.

O Método de Financiamento adotado para financiar o conjunto dos Benefícios do Plano é o Crédito Unitário Projetado, que é um método de financiamento utilizado na avaliação atuarial que percebe cada período como originando uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente para constituir a obrigação final (o que algumas vezes é chamado de método de benefício acumulado proporcional ao tempo de serviço ou como método de anos/benefício de serviço).

Tabela: Regime Financeiro e Método de Financiamento

Benefícios do Plano	Regime Financeiro e Método de Financiamento
Aposentadoria Por Invalidez Permanente	REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA
Aposentadorias Programadas	REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO – IDADE DE ENTRADA NORMAL
Aposentadoria Especial - Professor	REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO – IDADE DE ENTRADA NORMAL
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade	REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO – IDADE DE ENTRADA NORMAL
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA

3.2. Hipóteses Atuariais adotadas:

A análise das hipóteses atuariais foi realizada considerando que a avaliação atuarial é feita com base em hipóteses atuariais adequadas às características do Plano de Benefícios, da sua massa de Participantes, Assistidos e Beneficiários, ao ambiente econômico e à legislação, sabendo que as hipóteses atuariais devem refletir expectativas de longo prazo, pois se destinam a prever os compromissos futuros até o encerramento do Plano de Benefícios e que o Atuário deve se certificar de que as hipóteses selecionadas são adequadas. A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas apresentadas nesta Avaliação Atuarial:

Tabela: Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras

Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras	Valor
Projeção da Taxa de Juros Real para o Exercício	4,87% ao ano
Projeção de Crescimento Real do Salário	1% ao ano
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0% ao ano
Projeção da Taxa de Inflação de Longo Prazo	0% ao ano
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios	97,24%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	97,24%
Projeção da Taxa de Rotatividade	Nula
Composição Familiar - Servidores em atividade	Experiência do Atuário $H_x^{(12)}$
Composição Familiar – Aposentados e Pensionistas	Experiência do Atuário $H_x^{(12)}$
Hipótese Adotada para Entrada em Aposentadoria	Aposentadoria ao completar os requisitos

Tabela: Hipóteses Biométricas

Hipóteses Biométricas	Valor
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa	IBGE 2022 – Segregada por Sexo - Extrap MPS
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa	IBGE 2022 – Segregada por Sexo - Extrap MPS
Tábua de Mortalidade de Inválido	IAPB 57
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas

A elevação da taxa real de juros de 4,72% ao ano, adotada no ano de 2023, para 4,87%, adotada no ano de 2024, reduziu o valor das provisões matemáticas em **R$ 29.303.657,01** neste Estudo Atuarial de 2024.

A alteração da tábua de mortalidade geral IBGE 2019 – Segregada por Sexo - Extrap MPS, adotada no ano de 2023, para IBGE 2022 – Segregada por Sexo - Extrap MPS, adotada no ano de 2024, elevou o valor das provisões matemáticas em **R$ 6.509.447,13** neste Estudo Atuarial de 2024.

4. Base de Dados

Foram realizados testes de consistência que indicaram a necessidade de adequações anteriormente à realização dos estudos técnicos, considerando inclusive a alteração do prestador de serviços responsável pela administração dos sistemas de dados do Ente. Novas versões nos foram encaminhadas sendo a última considerada razoável para o início da avaliação atuarial.

A base de dados apresentada pelos órgãos responsáveis da administração e câmara do Município e pelo próprio Instituto de Previdência possui qualidade razoavelmente satisfatória para a realização do cálculo atuarial, sendo que algumas informações foram estimadas dentro dos princípios atuariais mais conservadores. O banco de dados cadastral foi analisado e as inconsistências encontradas foram corrigidas.

A base de dados utilizada nesta avaliação contém informações dos servidores ativos e aposentados do Município, bem como dos dependentes destes servidores e, ainda, as informações cadastrais dos pensionistas. Todos os dados e informações, principalmente no que se refere aos dados dos servidores efetivos ativos, inativos, seus respectivos dependentes e pensionistas utilizados na elaboração da Avaliação Atuarial, foram fornecidos no período que antecede sua realização, em arquivos digitais, via e-mail, pelo Instituto de Previdência, segundo layout desenvolvido pela Secretaria de Previdência, com as seguintes datas-bases:

· Data-base dos dados: 31/10/2023;
· Data da avaliação: 31/12/2023; e
· Data da elaboração da avaliação: 09/05/2024.

Destaco a importância da realização de recadastramentos periódicos junto aos atuais servidores ativos, aposentados e pensionistas, para que se mantenham os dados cadastrais e funcionais sempre atualizados e adequados às próximas avaliações atuariais, com ênfase as informações relativas ao tempo de serviço anterior a Prefeitura, em linha com o Art. 15 da Orientação Normativa SPS Nº 02/2009, descrita a seguir:

"II- procederá a recenseamento previdenciário, com periodicidade não superior a cinco anos, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime;"

4.1. Estatística da Base de Dados

A base cadastral dos Servidores, Aposentados e Pensionistas do Instituto de Previdência apresenta a seguinte estatística na posição de 31/10/2023:

Tabela: Análise estatística dos dados cadastrais

Órgão/Entidade	População Coberta	Quantidade			Média B. de Cálculo / Benefício		Idade Média		Valor da Folha Mensal		
		Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Total
ENTE	Servidores Sem Critério Diferenciado	2526	1026	3552	R$ 3.821,05	R$ 4.603,10	47,85	47,80	R$ 9.651.983,24	R$ 4.722.776,39	R$ 14.374.759,63
ENTE	Professores	1040	43	1083	R$ 4.228,40	R$ 4.397,65	46,80	47,56	R$ 4.397.539,07	R$ 189.099,12	R$ 4.586.638,19
UG	Aposentados por Invalidez	1	0	1	R$ 13.861,30	R$ -	74,00	0,00	R$ 13.861,30	R$ -	R$ 13.861,30
UG	Aposentados por Idade	1	1	2	R$ 2.624,39	R$ 25.777,39	75,00	68,00	R$ 2.624,39	R$ 25.777,39	R$ 28.401,78
UG	Aposentados por Tempo de Contribuição	901	147	1048	R$ 5.805,74	R$ 8.324,34	67,27	70,85	R$ 5.230.975,53	R$ 1.223.678,30	R$ 6.454.653,83
UG	Aposentados por A. Compulsória	1	2	3	R$ 5.320,50	R$ 2.933,17	77,50	79,86	R$ 5.320,50	R$ 5.866,33	R$ 11.186,83
UG	Pensionistas	155	122	277	R$ 4.016,46	R$ 2.619,71	57,14	50,49	R$ 622.552,04	R$ 319.604,23	R$ 942.156,27

Tabela: Análise da folha mensal total de salários dos dados cadastrais

População Coberta	Valor da Folha Mensal		
	Fem.	Masc.	Total
Servidores Sem Critério Diferenciado	R$ 9.651.983,24	R$ 4.722.776,39	**R$ 14.374.759,63**
Professores	R$ 4.397.539,07	R$ 189.099,12	**R$ 4.586.638,19**
Total	**R$ 14.049.522,31**	**R$ 4.911.875,51**	**R$ 18.961.397,82**

Tabela: Análise da folha mensal total de benefícios dos dados cadastrais

População Coberta	Valor da Folha Mensal		
	Fem.	Masc.	Total
Aposentados por Invalidez	R$ 13.861,30	R$ -	**R$ 13.861,30**
Aposentados por Idade	R$ 2.624,39	R$ 25.777,39	**R$ 28.401,78**
Aposentados por Tempo de Contribuição	R$ 5.230.975,53	R$ 1.223.678,30	**R$ 6.454.653,83**
Aposentados por A. Compulsória	R$ 5.320,50	R$ 5.866,33	**R$ 11.186,83**
Pensionistas	R$ 622.552,04	R$ 319.604,23	**R$ 942.156,27**
Total	**R$ 5.875.333,76**	**R$ 1.574.926,25**	**R$ 7.450.260,01**

Gráfico: Distribuição da quantidade das classes dos dados cadastrais

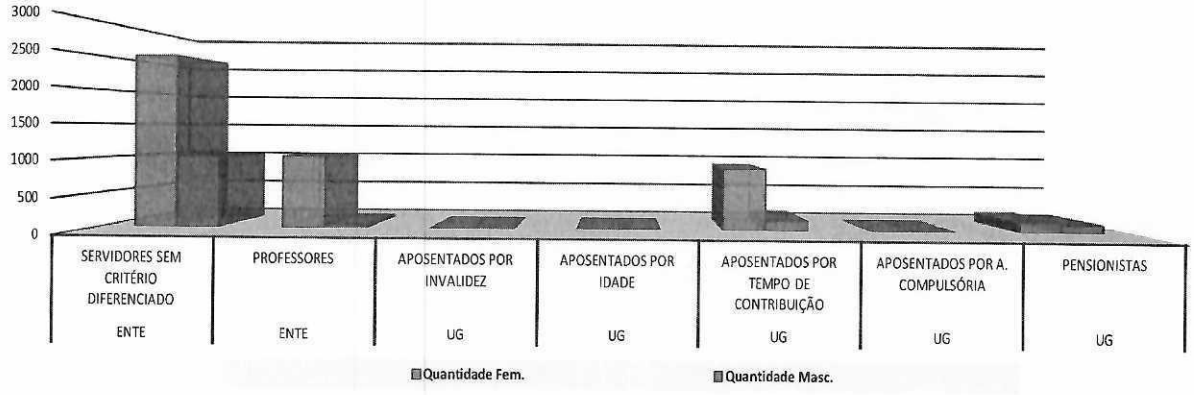


Gráfico: Distribuição das médias de salários e benefícios das classes dos dados cadastrais

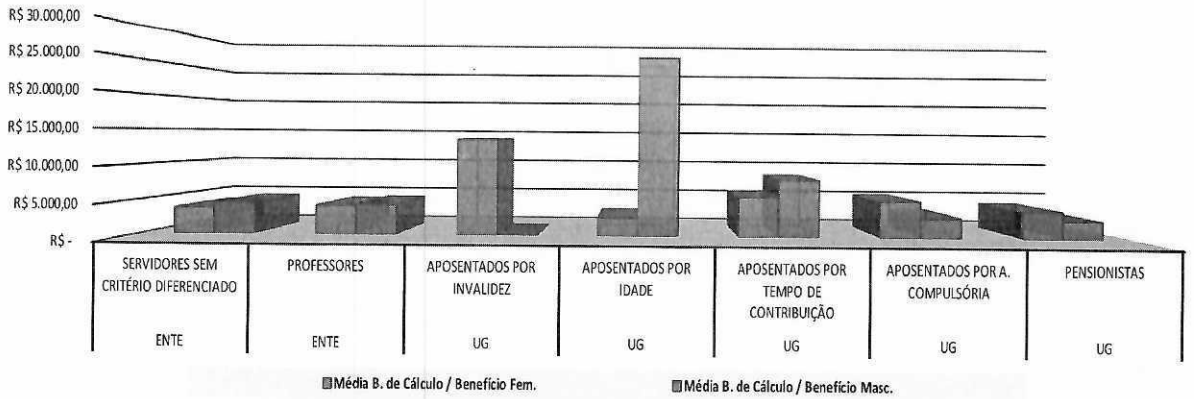


Gráfico: Distribuição das folhas de salários das classes dos dados cadastrais

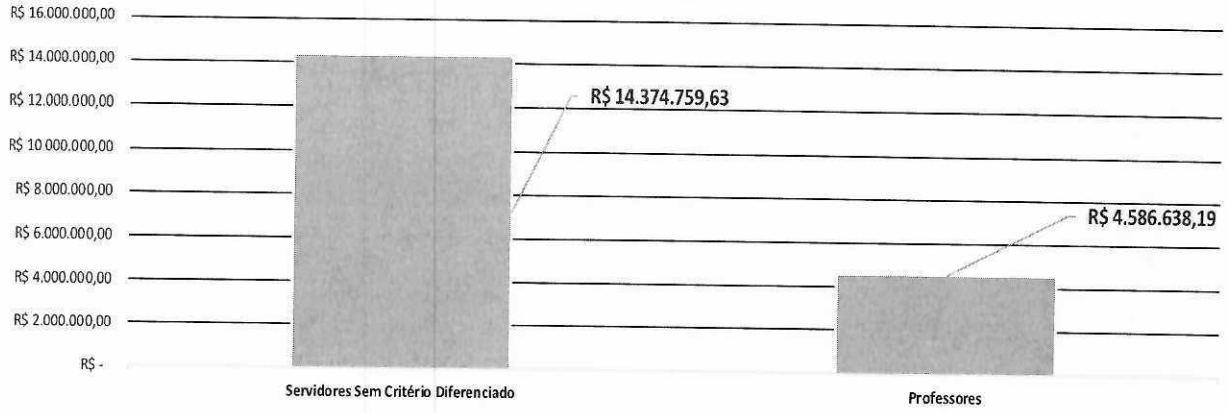
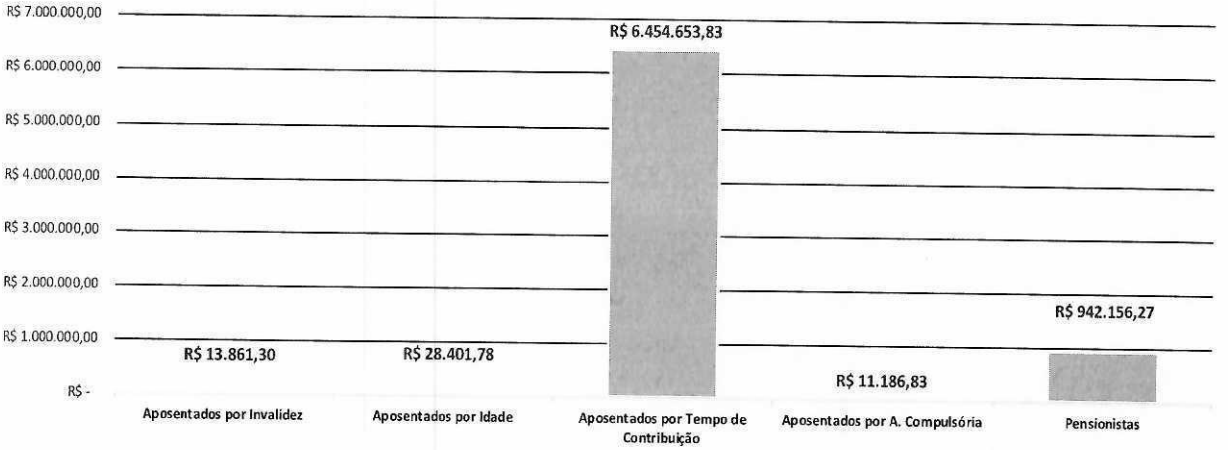


Gráfico: Distribuição das folhas de benefícios das classes dos dados cadastrais



5. Descrição dos Benefícios do Plano Previdenciário

Para fins de apuração do custo previdenciário desta avaliação atuarial, foram considerados os benefícios previdenciários descritos abaixo, que são previstos na legislação federal:

I - Quanto ao segurado:[1]

a) aposentadoria por invalidez;
b) aposentadoria compulsória;
c) aposentadoria por idade;
d) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
e) aposentadoria especial do professor;
f) salário-família;
g) salário-maternidade; e
h) auxílio-doença.

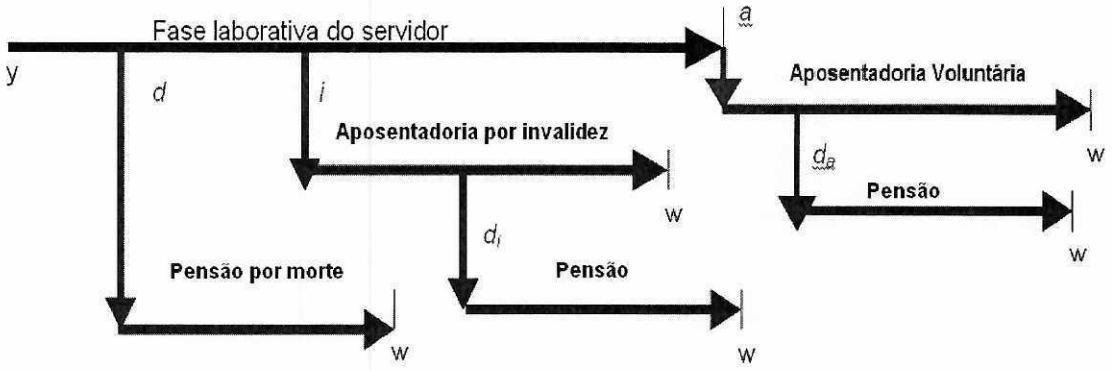
[1] Os auxílios possuem cobertura integral pelo Ente, não fazendo assim, parte dos compromissos previdenciários do ITAPREVI.

II - Quanto ao dependente:

a) pensão por morte; e
b) auxílio-reclusão.

A partir da data de vinculação ao RPPS, o servidor está sujeito a possibilidade de deixar de ser servidor ativo por motivo de exoneração, morte ou aposentadoria voluntária, compulsória ou por invalidez. Em caso de morte em gozo de aposentadoria, há ainda a possibilidade de reversão do benefício em pensão. O esquema a seguir ilustra esta evolução ao longo do tempo.

Gráfico: Definições das fases percorridas pelos servidores, aposentados e pensionistas nos Planos Previdenciários



· y: ingresso no RPPS;
· d: a morte do servidor ativo
· i: entrada em invalidez do servidor ativo;
· di: a morte do aposentado por invalidez;
· a: idade de elegibilidade do servidor ativo ao benefício de Aposentadoria Programada (voluntária);
· da: morte do aposentado voluntário ou compulsório;
· w: extinção do benefício.

A morte do servidor ativo gera ao Regime a obrigação de pagar o benefício de pensão vitalícia ou temporária aos dependentes, no caso do servidor ser casado e/ou possuir dependentes. Já a entrada em estado de invalidez ocasiona obrigatoriamente o pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez ao próprio servidor inválido durante a sua sobrevida. Caso o aposentado por invalidez venha a falecer, deixará aos seus dependentes (caso os tenha) o direito de receber a pensão dela decorrente, conforme as regras que regem o Plano. Estes benefícios são conhecidos como benefícios de risco, uma vez que sua concessão é aleatória e involuntária. Caso o servidor percorra toda a extensão da fase laborativa, vivo e válido, tornar-se-á elegível ao benefício de aposentadoria voluntária ou compulsória. Estes benefícios são conhecidos como benefícios programados, uma vez que suas concessões são previsíveis e voluntárias. O servidor receberá, a partir de então, sua renda de inatividade até o seu falecimento. Assim como no benefício de invalidez, há a possibilidade de reversão do benefício de aposentadoria em pensão aos dependentes legais.

6. Patrimônio de Cobertura

Entende-se por ativos garantidores dos benefícios previdenciários o somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, excluídos os recursos relativos ao financiamento do custo administrativo do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição simples e de repartição de capitais de cobertura. Para a produção da presente avaliação atuarial foi utilizado o valor de R$ 511.625.276,78 como o somatório dos bens e direitos vinculados ao Plano, posicionado em 31/12/2023, conforme informado pelo setor financeiro do ITAPREVI para realização da avaliação Atuarial de 2024.

Nota: O referido patrimônio será comparado às provisões matemáticas para se apurar o resultado técnico do Plano. Entende-se por provisão matemática o montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa, em valor presente, o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, considerando também as contribuições futuras.

Atendendo as necessidades de contabilização no novo layout contábil estabelecido aos RPPS através de IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS, que necessita informar o valor atual do plano de amortização do déficit nos ativos garantidores, informamos que o ITAPREVI realizou o procedimento de contabilização do valor atual do plano de amortização do déficit na posição de 31/12/2023, que foi de R$ 1.194.078.448,77, nos ativos garantidores juntamente ao patrimônio de cobertura informado pela Diretoria Financeira do ITAPREVI de R$ 511.625.276,78.

Neste contexto, o novo layout contabilizado no ITAPREVI indica a seguintes contas, conforme disposto no IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS:

Sabendo que o valor atual do plano de amortização do déficit atuarial no valor de R$ 1.194.078.448,77, passar a ser contabilizado no grupo 1.1.3.6.2.04.00 – Créditos para Amortização do Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização- intra OFSS, conforme orientado na apresentação encaminhada pela Diretoria Financeira, que em sua página 28 demonstra que:

"Nas EFPCs, houve a mudança de entendimento (redutora de passivo para ativo), conforme Instrução Previc n° 31 de 20 de Agosto de 2020:

Art. 22. As EFPC devem registrar contabilmente os instrumentos de dívidads de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de déficit técnico equacionado no grupo "Operações Contratadas", no "Realizável Previdencial", no Ativo.

Parágrafo único. As EFPC que possuem instrumentos de dívidas de patrocinador registrado no "(-) Provisões Matemáticas a Constituir", no Passivo, devem proceder a reclassificação contábil conforme caput."

"De redutoras do passivo para contas de ativo: registro do direito decorrente do plano de amortização contratado pelo patrocinador, grupo 1.1.3.6.2.04.00 e 1.2.1.1.2.08.xx – Créditos para Amortização do Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização- intra OFSS;"

ITAPREVI
Fls: 196
Proc: 20000020325
ITAPREVI
Profissionalismo e Transparência Sempre

"São redutoras da Provisão Matemática: Cobertura da Insuficiência Financeira e as Contribuições do ente, do servidor, aposentado ou pensionista; mas o Aporte periódico para equacionamento do déficit atuarial não reduz o VABF, possui características de ativo (crédito a receber) do RPPS e obrigação do ente;

Observando que, conforme descrito na página 29 desta apresentação:

"Identificado desequilíbrio atuarial, ou superavit, o parecer atuarial indicará os ajustes necessários para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Nesse caso o RPPS se utilizará das contas:

➢ *2.3.6.2.1.01.00, quando os ajustes a serem realizados forem relativos às Reservas Atuariais- Fundo em Capitalização; e*

➢ *2.3.6.2.1.04.xx e 2.3.6.2.1.05.xx quando os ajustes a serem realizados forem relativos aos Fundos para Oscilação de Riscos.*

Os referidos valores não atendem ao conceito de passivo e possuem natureza de reservas, uma vez que se referem a resultados acumulados de períodos anteriores."

Neste contexto, o valor dos ativos garantidores considerado nesta avaliação atuarial foi de R$ 511.625.276,78, como o somatório dos bens e direitos vinculados ao Plano, posicionado em 31/12/2023, mais o valor atual do plano de amortização do déficit atuarial no valor de R$ 1.194.078.448,77, totalizando o valor de R$ 1.705.703.725,55.

7. Provisões Matemáticas

Provisão Matemática é a conta do Passivo Atuarial que expressa a projeção de todos os compromissos atuariais presentes no Plano de Benefícios Previdenciários, representativa assim da totalidade dos compromissos líquidos do plano para com seus segurados (servidores ativos, aposentados e pensionistas). Ou seja, representa a diferença entre benefícios previdenciários futuros e contribuições futuras trazidos financeiramente a data presente do cálculo (valor presente) considerando-se uma determinada taxa de juros. A Provisão Matemática é de Benefícios Concedidos quando se refere aos servidores aposentados e pensionistas e de Benefícios a Conceder quando se refere aos servidores ativos, com projeções feitas para antes e após sua data prevista para aposentadoria. As provisões matemáticas foram avaliadas em 31/12/2023 apresentando os valores de:

Tabela: Resultados a valor presente

Conta	Descrição	Geração Atual
2.2.7.2.1.00.00	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**1.693.917.496,95**
2.2.7.2.1.03.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**	**862.211.728,75**
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**886.406.948,23**
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	23.588.369,74
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃOO DO RPPS	606.849,75
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.04.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**831.705.768,20**
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**1.377.857.533,92**
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	292.724.408,64
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	170.755.905,04
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	82.671.452,03

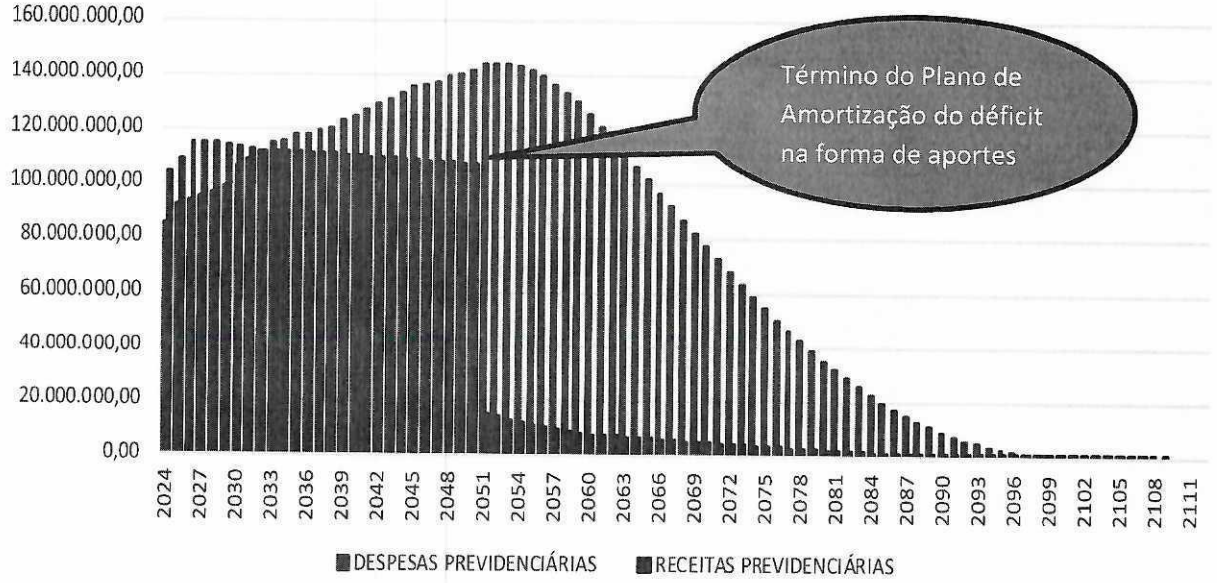
8. Resultado Técnico

Ao se calcular a diferença entre o Patrimônio de Cobertura e as Provisões Matemáticas, pode-se avaliar o Resultado Técnico do Plano, verificando se ele é superavitário, resultado positivo, ou deficitário, resultado negativo. O quadro a seguir apresenta este resultado levando em consideração as obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Instituto de Previdência:

Tabela: Resultados a valor presente

Conta	Descrição	Geração Atual
2.3.0.0.0.00.00	**ATIVO GARANTIDORES DO COMPROMISSO DO PLANO**	**1.705.703.725,55**
2.2.7.2.1.00.00	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**1.693.917.496,95**
2.2.7.2.1.03.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**	**862.211.728,75**
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**886.406.948,23**
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	23.588.369,74
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃOO DO RPPS	606.849,75
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.04.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**831.705.768,20**
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**1.377.857.533,92**
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	292.724.408,64
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	170.755.905,04
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	82.671.452,03
2.3.7.1.1.00.00	**RESULTADO ATUARIAL**	**11.786.228,60**

Gráfico: Resultados a valor futuro



9. Duração do Passivo

A duração do passivo, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, foi calculada com o uso da seguinte fórmula:

Gráfico: Metodologia de cálculo da duração do passivo

$$Duração = \frac{\sum_{i=1}^{N}[\,(\frac{F_i}{(1+TA)^{(i-0,5)}} * (i-0,5))]}{\sum_{i=1}^{N}[\,(\frac{F_i}{(1+TA)^{(i-0,5)}})]}$$

Em que:

Fi = somatório dos pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, relativos ao i-ésimo prazo;
i = prazo, em anos, resultante da diferença entre o ano de ocorrência dos fluxos (Fi) e o ano de cálculo; e
TA = a taxa real anual de juros aplicada no ano anterior pelo respectivo plano de benefícios.

Esta duração do passivo, calculada com base na metodologia descrita, resultou em 17,5161 anos, considerando o fluxo probabilístico de receitas e despesas previdenciárias calculado com base nas hipóteses atuariais adotadas no estudo atuarial de 2024.

10. Custo Administrativo

As despesas administrativas da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS serão custeadas por uma "Taxa de Administração" específica, que prevista na lei previdenciária do ente federativo. Importante destacar que, toda a legislação que rege o regime próprio de previdência social veda o desvio de finalidade dos recursos previdenciários, ou seja, os recursos do RPPS somente poderão ser utilizados para pagamento de benefícios previdenciários, da compensação financeira de que trata a Lei Federal nº 9.796/99 e da despesa administrativa da unidade gestora e necessário salientar que despesa administrativa é aquela necessária ao funcionamento do regime próprio de previdência social, seja com telefone, água, energia, aluguel, materiais de expediente, vencimentos de servidores da unidade gestora e os respectivos encargos tributários, trabalhistas etc, e ainda com a contratação de serviços como os de assessorias. O Custo Administrativo do Plano de Benefícios Previdenciários para o ano de 2024 foi definido pelos gestores do ITAPREVI em até 2% do valor da remuneração dos servidores ativos, conforme a seguir:

Tabela: Projeção Financeira da Contribuição Administrativa

Referência	Valor da Folha Anual Projetada	Teto do Custeio Administrativo (%)	Teto Custeio Administrativo Projetado (Valor)
Base de Cálculo de Contribuições de Servidores Ativos	R$ 246.498.171,66	2,00%	R$ 4.929.963,43

Nota: Conforme definido na Portaria nº 1.467/2022, deverão ser observados os limites anuais de gastos definidos em Lei, compatíveis com as necessidades de funcionamento do ITAPREVI e a manutenção dos

valores referentes ao custeio administrativo deverão ser geridas de forma segregada dos recursos destinados ao pagamento de benefícios previdenciários.

11. Custos Previdenciários

O Custo Normal Anual Total do Plano corresponde ao somatório dos valores necessários para a formação das reservas para o pagamento de aposentadorias programadas, dos benefícios de risco (pensão por morte de servidores ativos e aposentadoria por invalidez) adicionado à Taxa de Administração. Como o próprio nome diz, os valores do Custo Normal Anual correspondem ao valor que manterá o Plano equilibrado durante um ano, a partir da data da avaliação atuarial. Na reavaliação atuarial anual obrigatória, as reservas deverão ser recalculadas e será verificada a necessidade ou não de alteração no plano de custeio em vigor.

Tabela: Custos Previdenciários

Referência	Custo Total Vigente (%)	Custo Total Vigente (R$)
Aposentadoria Programada	21,04%	R$ 51.888.976,75
Aposentadoria Especial Professores	10,44%	R$ 25.705.932,87
Reversão de Aposentadoria programada	2,61%	R$ 6.443.472,13
Aposentadoria por Invalidez	0,78%	R$ 1.926.101,80
Reversão de Aposentadoria por Invalidez	0,28%	R$ 690.483,95
Pensão por Morte de Ativo	0,84%	R$ 2.085.680,25
Custo Total Puro	**36,00%**	**R$ 88.739.341,80**
Administração	Até 2,00%	Até R$ 4.929.963,43
Custo Total Carregado	**38,00%**	**R$ 93.669.305,23**

Conforme demonstrado no quadro anterior, o Custo Normal do Plano de Benefícios administrado pelo ITAPREVI equivale a 36,00%. Sendo o total das alíquotas de contribuição dos servidores e patronal praticadas atualmente de 36,00%, líquidas da Taxa de Administração, que é fixada em Lei em até 2%. Informamos ainda que os resultados desta avaliação atuarial de 2024 foram apurados considerando as novas alíquotas estabelecidas na Lei nº 3.893/2020, ou seja, considerando a alíquota de 22% para o Ente referente a parcela Previdenciária, além da alíquota de até 2% também para o Ente referente a parcela administrativa e de 14% para os Servidores, valores estes que estão sendo efetivamente praticados no ano de 2024 e que foram indicados para a Secretaria de Previdência no sistema CADPREV.

12. Plano de Custeio Normal

Com relação ao Plano de Custeio que consta em lei, que resultou na manutenção do Custo Normal Vigente, apresentado a seguir, tendo em vista que atualmente há em vigor definido em Lei um plano de amortização de déficit realizado por alíquota suplementar:

Tabela: Plano de Custeio Normal

Contribuições	Valor
(a) Ente Federativo	**24,00%**
Custeio Previdenciário	22,00%
Custeio Administrativo	Até 2,00%
(b) Servidores e Pensionistas	**14,00%**
Servidores Ativos	14,00%
Servidores Aposentados *	14,00%
Pensionistas *	14,00%
Total	**38,00%**

* Incidente sobre a parcela que excede o teto do INSS.

13. Plano de Custeio Suplementar

Conforme disposto na Portaria Nº 403, de 10 de dezembro de 2008, em vigor no ano de referência da implementação em Lei do plano de amortização do déficit em vigor no ITAPREVI:

Art. 18. No caso da avaliação indicar déficit atuarial deverá ser apresentado no Parecer Atuarial plano de amortização para o seu equacionamento.

§ 1º O plano de amortização deverá estabelecer um prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos para que sejam acumulados os recursos necessários para a cobertura do déficit atuarial.
§ 2º O plano de amortização poderá ser revisto nas reavaliações atuariais anuais, respeitando sempre o período remanescente para o equacionamento, contado a partir do marco inicial estabelecido pela implementação do plano de amortização inicial.

Art. 19. O plano de amortização indicado no Parecer Atuarial somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo.

§ 1º O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição suplementar ou em aportes periódicos cujos valores sejam preestabelecidos.

§ 2º A definição do plano de amortização deverá ser acompanhada de demonstração da viabilidade orçamentária e financeira para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

13.1. Resultado Apurado

A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial de capitalização na versão idade de entrada normal (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R$ 11.786.228,60, considerando que está em vigor um plano de equacionamento de déficit com o valor presente de R$ 1.194.078.448,77, resultando em um Déficit Técnico Acumulado que já está sendo amortizado, conforme definido em Lei, de R$ 1.182.292.220,17.

ITAPREVI
Fls.: 201
Proc.: 200000203/25

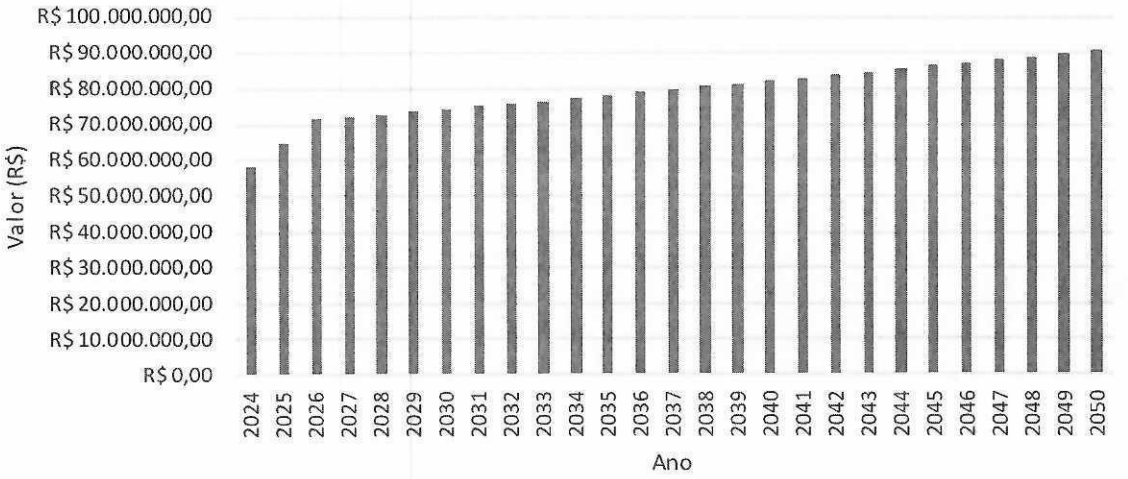
13.2. Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial em vigor

Sabendo que há um plano de amortização sendo feito através de aportes financeiros, conforme previsto em Lei, fazendo com que a situação atuarial do Instituto de Previdência seja equilibrada, este plano de amortização está sendo mantido durante o ano de 2024, observando os parâmetros estabelecidos pela Portaria nº 403/2008, então vigente na data de sua implementação em Lei no ITAPREVI, pelo prazo remanescente de amortização de 27 anos contados a partir do ano de 2024 (inclusive), conforme a seguir:

Tabela: Valores de aportes definidos em Lei

Ano	Prestação Anual em Vigor	
2024	R$	58.060.183,38
2025	R$	64.739.618,53
2026	R$	71.546.836,36
2027	R$	72.262.304,73
2028	R$	72.984.927,77
2029	R$	73.714.777,05
2030	R$	74.451.924,82
2031	R$	75.196.444,07
2032	R$	75.948.408,51
2033	R$	76.707.892,59
2034	R$	77.474.971,52
2035	R$	78.249.721,24
2036	R$	79.032.218,45
2037	R$	79.822.540,63
2038	R$	80.620.766,04
2039	R$	81.426.973,70
2040	R$	82.241.243,44
2041	R$	83.063.655,87
2042	R$	83.894.292,43
2043	R$	84.733.235,35
2044	R$	85.580.567,71
2045	R$	86.436.373,38
2046	R$	87.300.737,12
2047	R$	88.173.744,49
2048	R$	89.055.481,93
2049	R$	89.946.036,75
2050	R$	90.845.497,12

Gráfico: Valores de aportes definidos em Lei



13.3. Comprovação das medidas adotadas durante o ano de 2024 para equacionamento do déficit atuarial

Esclareço que, conforme previsto no Artigo 28 A da Lei nº 2.499/2005 do ITAPREVI (redação dada pela Lei 3.376/2015), durante o exercício de 2024 o plano de amortização do déficit atuarial em vigor no ITAPREVI, indica aportes mensais de R$ 4.838.348,62 ao longo deste ano, que captará um montante anual de R$ 58.060.183,38 ao final do período, conforme indicado no item 12.2 deste Relatório de Avaliação Atuarial.

Neste contexto, ao trazer a valor presente pela taxa real de juros definida para avaliação atuarial de 31/12/2023 do ITAPREVI, de 4,87% ao ano, conforme consta na Política de Investimentos deste Instituto de Previdência, o valor atual do plano de amortização do déficit resulta no montante de R$ 1.194.078.448,77, que se demonstra compatível com a necessidade de amortização observada a partir dos resultados da avaliação atuarial elaborada na posição de 31/12/2023.

Desta forma, esclareço que o plano de amortização em vigor no ITAPREVI no ano de 2024 se mostra suficiente as necessidades financeiras e atuariais do ITAPREVI, sendo este plano de amortização elaborado em atendimento a Portaria nº 403/2008, vigente na data de implantação do Plano de Amortização em Lei, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, define parâmetros para a segregação da massa e dá outras providências, sendo esta Portaria antecessora a Portaria nº 1.467/2022, atualmente em vigor, pela qual foram observados parâmetros necessários a realização do Estudo Atuarial de 2024.

Com a fiel manutenção do Plano de Amortização do Déficit Técnico Acumulado, a ser amortizado no prazo remanescente de 27 anos contados a partir de 01/01/2024, o Regime Próprio estará equilibrado financeiramente e atuarialmente com a integralização da insuficiência de cobertura pelo Ente Federativo. Por fim, destaco a importância de que tanto os aportes para equacionamento de déficit futuros previstos em Lei, assim como as contribuições patronais e de servidores, além dos valores dos acordos de parcelamento em vigor continuem sendo feitos pontualmente respeitando sua data de vencimento para que não haja elevação do resultado técnico deficitário do Instituto de Previdência do Município de Itaguaí.

13.4. Contabilização do Plano de Amortização no formato indicado pelo IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS

Atendendo as necessidades de contabilização no novo layout contábil estabelecido aos RPPS através de IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS, que necessita informar o valor atual do plano de amortização do déficit nos ativos garantidores, informamos que o ITAPREVI realizou o procedimento de contabilização do valor atual do plano de amortização do déficit na posição de 31/12/2023, que foi de R$ 1.194.078.448,77, nos ativos garantidores juntamente ao patrimônio de cobertura informado pela Diretoria Financeira do ITAPREVI de R$ 511.625.276,78.

Neste contexto, o novo layout contabilizado no ITAPREVI indica a seguintes contas, conforme disposto no IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS:

Sabendo que o valor atual do plano de amortização do déficit atuarial no valor de R$ 1.194.078.448,77, passar a ser contabilizado no grupo 1.1.3.6.2.04.00 – Créditos para Amortização do Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização- intra OFSS, conforme orientado na apresentação encaminhada pela Diretoria Financeira, que em sua página 28 demonstra que:

"Nas EFPCs, houve a mudança de entendimento (redutora de passivo para ativo), conforme Instrução Previc n° 31 de 20 de Agosto de 2020:

Art. 22. As EFPC devem registrar contabilmente os instrumentos de dívidads de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de déficit técnico equacionado no grupo "Operações Contratadas", no "Realizável Previdencial", no Ativo.

Parágrafo único. As EFPC que possuem instrumentos de dívidas de patrocinador registrado no "(-) Provisões Matemáticas a Constituir", no Passivo, devem proceder a reclassificação contábil conforme caput."

"De redutoras do passivo para contas de ativo: registro do direito decorrente do plano de amortização contratado pelo patrocinador, grupo 1.1.3.6.2.04.00 e 1.2.1.1.2.08.xx – Créditos para Amortização do Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização- intra OFSS;"

"São redutoras da Provisão Matemática: Cobertura da Insuficiência Financeira e as Contribuições do ente, do servidor, aposentado ou pensionista; mas o Aporte periódico para equacionamento do déficit atuarial não reduz o VABF, possui características de ativo (crédito a receber) do RPPS e obrigação do ente;

Observando que, conforme descrito na página 29 desta apresentação:

"Identificado desequilíbrio atuarial, ou superavit, o parecer atuarial indicará os ajustes necessários para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Nesse caso o RPPS se utilizará das contas:

➢ *2.3.6.2.1.01.00, quando os ajustes a serem realizados forem relativos às Reservas Atuariais- Fundo em Capitalização; e*

➢ *2.3.6.2.1.04.xx e 2.3.6.2.1.05.xx quando os ajustes a serem realizados forem relativos aos Fundos para Oscilação de Riscos.*

Os referidos valores não atendem ao conceito de passivo e possuem natureza de reservas, uma vez que se referem a resultados acumulados de períodos anteriores."

14. Equilíbrio Financeiro

14.1. Situação Financeira hipotética sem considerar o plano de amortização

No que se refere à situação financeira do Instituto de Previdência, quando analisadas as receitas oriundas apenas da Contribuição Normal patronal e dos servidores ativos e inativos projetadas para o ano de 2024, depreende-se um déficit financeiro de R$ (1.832.613,57) frente às despesas com os benefícios. Ou seja, o nível de insuficiência da receita representava 2,07% da arrecadação total, representando a necessidade de recursos correntes para cobertura anual da folha de benefícios dos atuais inativos (aposentados e pensionistas), conforme dados que seguem:

Tabela: Projeção Financeira da Contribuição Normal Previdenciária para o ano seguinte

Referência	Base de Cálculo Anualizada	Contribuição (%)	Contribuição (R$)
Ente Federativo – Contribuição Normal	R$ 246.498.171,66	22,00%	R$ 46.686.007,14
Servidores Ativos	R$ 246.498.171,66	14,00%	R$ 29.709.277,27
Servidores Aposentados *	R$ 20.461.104,43	14,00%	R$ 2.864.554,62
Pensionistas *	R$ 1.388.329,02	14,00%	R$ 194.366,06

* Incidente apenas sobre a parcela da base de cálculo que excede o teto do INSS em vigor na data da avaliação atuarial.

Tabela: Projeção da Situação Financeira para o ano seguinte

Descrição	Valor Mensal
Repasse Patronal (+)	R$ 54.229.597,77
Contribuição dos Servidores Ativos (+)	R$ 34.509.744,03
Contribuição de Inativos (+)	R$ 3.058.920,68
Despesas Previdenciárias (-)	-R$ 90.571.955,37
Insuficiência Financeira	-R$ 1.832.613,57

Nesta situação hipotética, considerando o valor ainda significativamente baixo contabilizado como Patrimônio de Cobertura no Instituto de previdência na posição de 31/12/2023, se comparado ao valor do déficit técnico apurado na mesma data, anualmente o Déficit Técnico Acumulado total apurado em R$ 1.182.292.220,17, a ser amortizado no prazo remanescente de 27 anos contados a partir de 01/01/2023, seria exponencialmente elevado ao longo dos anos futuros.

14.2. Situação Financeira atual considerando o plano de amortização

Já quando analisadas as receitas oriundas da Contribuição Normal patronal e dos servidores ativos e inativos, adicionada do plano de amortização de déficit em vigor, que ao longo de 2024, que é estabelecido em R$ 58.060.183,38, é observado um superávit financeiro de R$ 50.267.740,99 frente às despesas com os benefícios. Ou seja, o nível de sobra da receita representará 38,55% da arrecadação total, sendo 61,45% da arrecadação total consumidos pelos benefícios dos atuais inativos (aposentados e pensionistas), conforme a seguir:

Tabela: Projeção Financeira da Contribuição Normal Previdenciária e Aportes para o ano seguinte

Referência	Contribuição (R$)
Repasse Patronal – Contribuição Normal (+)	R$ 54.229.597,77
Repasse Patronal – Aportes para Equacionamento de Déficit (+)	R$ 58.060.183,38
Contribuição dos Servidores Ativos (+)	R$ 34.509.744,03
Contribuição dos Servidores Inativos (+)	R$ 3.058.920,68
Despesas Previdenciárias (-)	-R$ 90.571.955,37
Excedente Financeiro	R$ 56.227.569,81

Nesta situação, considerando o valor ainda significativamente baixo contabilizado como Patrimônio de Cobertura no Instituto de previdência na posição de 31/12/2023 (sem considerar o plano de amortização do déficit por aportes), anualmente o Déficit Técnico Acumulado total apurado em R$ 1.182.292.220,17, a ser amortizado no prazo remanescente de 27 anos contados a partir de 01/01/2024, será gradativamente amortizado, fazendo com que o Instituto de Previdência acumule mais recursos em seu Patrimônio de Cobertura, elevando assim seus níveis de solvência e diminuindo o risco de falta de liquidez, atrelados a possibilidade de descasamentos de ativos x passivos, além de fazer com que os recursos presentes no Patrimônio de Cobertura sejam capitalizados com mais probabilidade de atingir a meta atuarial definida para o retorno dos investimentos, que é a mesma utilizada na Avaliação Atuarial como taxa de desconto para dimensionar o passivo previdenciário a valores atuais.

15. Principais Riscos Atuariais

Os principais Riscos Atuariais do Plano de Benefícios Previdenciários em questão estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, devem ser feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, levando em consideração a carteira de investimentos do Instituto de Previdência e suas respectivas taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, devem primar pela realização dos ajustes que se fizerem necessários a fim de que se possa garantir a apuração ao menos da meta atuarial de rentabilidade adotada na avaliação atuarial, que foi fixada no ano de referência em 4,89% ao ano.

De todo modo, todas as hipóteses atuariais envolvidas no cálculo atuarial, se não realizadas, geram riscos para o Plano e além dos riscos decorrentes da não realização das hipóteses atuariais conforme projetado, os Institutos de Previdência que possuem um Patrimônio de Cobertura significativamente inferior ao valor das provisões Matemáticas Avaliadas estão sujeitos, principalmente, aos riscos de liquidez (descasamento de ativos x passivos), dependendo assim fielmente do cumprimento dos repasses de alíquotas de contribuições normais, dos aportes para equacionamento do déficit e dos acordos de parcelamento. Paralelamente os Institutos de Previdência estão sujeitos ainda a riscos operacionais e de manutenção de cadastro, que podem impactar de forma mais acentuada os modelos matemáticos utilizados nos cálculos e projeções atuariais, os quais devem ser constantemente analisados no âmbito do Órgão Gestor, que poderá manter seu controle inclusive através dos recadastramentos que poderão ser implementados anualmente e recenseamento.

Indico, para que o ITAPREVI possa diminuir riscos de perdas financeiras com investimentos, que passe a estudar estruturar a carteira de investimentos composta pelos recursos garantidores para pagamentos dos benefícios previdenciários integralmente em renda fixa, utilizando inclusive como subsídio o resultado do estudo de ALM que está sendo realizado para o ITAPREVI e aproveitando a alta da taxa de juros observada no cenário econômico.

16. Conclusão

Atesto que os resultados da avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2023 do Instituto de Previdência foram apurados e apresentam um déficit de R$ 1.182.292.220,17, porém com a manutenção do plano de amortização de déficit realizado através de aportes financeiros previstos em Lei que totalizou R$ 1.194.078.448,77 e seu cumprimento fiel pelo Ente Federativo, o Plano estará equilibrado financeiramente e atuarialmente com a integralização da insuficiência de cobertura pelo Ente Federativo, conforme resultado observado em R$ 11.786.228,60 neste Estudo Atuarial de 2024.

Para que esta situação de equilíbrio seja mantida se fará necessário que o Instituto de Previdência continue acumulando mais recursos garantidores em seu Patrimônio de Cobertura ao longo do tempo e não atrase repasses financeiros, pois foi observado que o Patrimônio de Cobertura (excluindo o plano de amortização do déficit) é apresentado em patamar significativamente inferior ao valor total das Provisões Matemáticas, representando apenas 30,20% dessas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, além de ser necessário que se faça com que estes recursos garantidores sejam investidos com a necessária prudência para que atinjam ao menos a meta atuarial de rentabilidade projetada em cada exercício.

Atenciosamente,

Assinado de forma digital por Certificado Gabriel Dados: 2024.06.04 15:49:50 -03'00'

Gabriel Pimentel Sátyro

Atuário MIBA 2799

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 26/06/2025 16:21:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 20:36:42 +01:00

MODELO 12

DEMONSTRATIVO DA BASE DE CÁLCULO PARA FINS DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS

Órgão: Itaprevi	Município: Itaguaí	Exercício: 2024

Somatório da Remuneração Bruta dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas Vinculados ao RPPS Referente ao Exercício Financeiro Anterior

Meses	Valor Remuneração dos Servidores Ativos (R$) (A)	Valor de Proventos de Aposentadoria (R$) (B)	Valor de Proventos de Pensões (R$) (C)	Total Base de Cálculo (R$) (A+B+C)
Janeiro	R$ 27.777.441,01	R$ 6.617.045,13	R$ 991.757,56	**R$ 35.386.243,70**
Fevereiro	R$ 29.203.178,60	R$ 7.636.282,17	R$ 1.060.503,85	**R$ 37.899.964,62**
Março	R$ 23.587.492,72	R$ 7.120.775,49	R$ 1.008.416,01	**R$ 31.716.684,22**
Abril	R$ 30.167.389,24	R$ 7.154.086,32	R$ 1.023.085,35	**R$ 38.344.560,91**
Maio	R$ 30.110.644,05	R$ 7.168.627,66	R$ 1.036.951,32	**R$ 38.316.223,03**
Junho	R$ 30.186.749,87	R$ 7.242.235,64	R$ 1.038.683,07	**R$ 38.467.668,58**
Julho	R$ 29.305.417,83	R$ 7.202.179,22	R$ 1.025.320,72	**R$ 37.532.917,77**
Agosto	R$ 30.145.419,29	R$ 7.211.067,98	R$ 1.029.194,76	**R$ 38.385.682,03**
Setembro	R$ 28.944.502,67	R$ 7.170.737,52	R$ 1.021.337,16	**R$ 37.136.577,35**
Outubro	R$ 23.097.347,78	R$ 7.205.659,22	R$ 1.038.155,99	**R$ 31.341.162,99**
Novembro	R$ 27.368.835,24	R$ 7.218.784,77	R$ 1.038.155,99	**R$ 35.625.776,00**
Dezembro	R$ 56.547.780,09	R$ 14.293.271,68	R$ 3.005.303,25	**R$ 73.846.355,02**
13º Sal				**R$ -**
Total	**R$ 366.442.198,39**	**R$ 93.240.752,80**	**R$ 14.316.865,03**	**R$ 473.999.816,22**

NOTA: O valor do mês de dezembro está somado com o 13º salário de 2024.

Nome: André Luiz da Silva Miranda		Responsável pela Elaboração
Matrícula: 34.656	Data: 06/06/2025	Assinatura:
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis apontado em Notas Explicativas.		Responsável pelo Setor Contábil / CRC-RJ nº 111.583-3
Nome: André Luiz da Silva Miranda		
Matrícula: 34.656	Data: 06/06/2025	Assinatura:

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 10:00:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREVI
Proc.: 200000.2031/25

MODELO 13

DEMONSTRATIVO DO LIMITE DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO RPPS

Órgão: Itaprevi	Município: Itaguaí	Exercício: 2024

Descrição	Valor (R$)
Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS (A) **(Extraído do Modelo 12 OU do Modelo 12.1)**	R$ 473.999.816,22
Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa Administrativa (B) %	2%
Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C = A * B)	R$ 9.479.996,32
Despesas Administrativas Empenhadas (D)	R$ 4.499.353,10
Sobra de gastos no Exercício (E = C - D)	R$ 4.980.643,22

A alíquota da taxa de administração está expressa em Lei?	**(X) SIM Lei nº 2499/05 - Art. 27 § 3** **( ) NÃO**

Nota Explicativa:

Nome: André Luiz da Silva Miranda	Responsável pela Elaboração	
Assinatura:	Data: 06/06/2025	Matrícula: 34.656
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas.	Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 111.583-3
Nome: André Luiz da Silva Miranda		
Assinatura:	Data: 06/06/2025	Matrícula: 34.656

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 10:00:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREVI
Fls. 208
Proc.: 280000030/25

MODELO 13

DEMONSTRATIVO DO LIMITE DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO RPPS

Órgão: Itaprevi	Município: Itaguaí	Exercício: 2024

Descrição	Valor (R$)
Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS (A) **(Extraído do Modelo 12 OU do Modelo 12.1)**	R$ 473.999.816,22
Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa Administrativa (B) %	2%
Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C = A * B)	R$ 9.479.996,32
Despesas Administrativas Empenhadas (D)	R$ 4.499.353,10
Sobra de gastos no Exercício (E = C - D)	R$ 4.980.643,22

A alíquota da taxa de administração está expressa em Lei?	**(X) SIM Lei nº 2499/05 - Art. 27 § 3** **( ) NÃO**

Nota Explicativa:

Nome: André Luiz da Silva Miranda	Responsável pela Elaboração	
Assinatura:	Data: 06/06/2025	Matrícula: 34.656
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas.	Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 111.583-3
Nome: André Luiz da Silva Miranda		
Assinatura:	Data: 06/06/2025	Matrícula: 34.656

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 10:00:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREV
209
Proc.: 22000020303/25

MODELO 36

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES REGULARES (SERVIDORES E PATRONAL) DEVIDAS E EFETIVAMENTE REPASSADAS AO RPPS NO EXERCÍCIO

Unidade Gestora Contribuinte: Itaprevi	Município: Itaguaí	Exercício: 2024

Mês de Competência	Nº de Segurados (Ativo, Inativo e Pensionista)	Valor das Contribuições (R$)								Total de Contribuições (R$) (E=A+B+C+D)	
		Patronal (A)		Servidor Ativo (B)		Inativo (C)		Pensionista (D)			
		Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência
Janeiro	6	R$ 6.723,57	R$ 6.723,57	R$ 4.278,63	R$ 4.278,63					R$ 11.002,20	R$ 11.002,20
Fevereiro	6	R$ 8.349,34	R$ 8.349,34	R$ 5.313,21	R$ 5.313,21					R$ 13.662,55	R$ 13.662,55
Março	6	R$ 7.536,44	R$ 7.536,44	R$ 4.795,92	R$ 4.795,92					R$ 12.332,36	R$ 12.332,36
Abril	6	R$ 7.536,44	R$ 7.536,44	R$ 4.795,92	R$ 4.795,92					R$ 12.332,36	R$ 12.332,36
Maio	6	R$ 7.536,44	R$ 7.536,44	R$ 4.795,92	R$ 4.795,92					R$ 12.332,36	R$ 12.332,36
Junho	6	R$ 7.519,65	R$ 7.519,65	R$ 4.785,23	R$ 4.785,23					R$ 12.304,88	R$ 12.304,88
Julho	5	R$ 6.515,16	R$ 6.515,16	R$ 4.146,01	R$ 4.146,01					R$ 10.661,17	R$ 10.661,17
Agosto	5	R$ 6.515,16	R$ 6.515,16	R$ 4.146,01	R$ 4.146,01					R$ 10.661,17	R$ 10.661,17
Setembro	5	R$ 6.515,16	R$ 6.515,16	R$ 4.146,01	R$ 4.146,01					R$ 10.661,17	R$ 10.661,17
Outubro	5	R$ 6.515,16	R$ 6.515,16	R$ 4.146,01	R$ 4.146,01					R$ 10.661,17	R$ 10.661,17
Novembro	5	R$ 6.515,16	R$ 6.515,16	R$ 4.146,01	R$ 4.146,01					R$ 10.661,17	R$ 10.661,17
Dezembro	5	R$ 6.515,16	R$ 6.515,16	R$ 4.146,01	R$ 4.146,01					R$ 10.661,17	R$ 10.661,17
13º Sal	5	R$ 6.515,16	R$ 6.515,16	R$ 4.146,01	R$ 4.146,01					R$ 10.661,17	R$ 10.661,17
Total (I)		**R$ 90.808,00**	**R$ 90.808,00**	**R$ 57.786,90**	**R$ 57.786,90**					**R$ 148.594,90**	**R$ 148.594,90**

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte, conforme Notas Explicativas

		Patronal (A)	Servidor Ativo (B)	Inativo (C)	Pensionista (D)	Total de Contribuições (R$) (E=A+B+C+D)
		Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado
Total (II)		R$ 90.808,00	R$ 57.786,90			R$ 148.594,90
Total Geral (III = I + II)						

Nota Explicativa:

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 09:49:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nome: André Luiz da Silva Miranda — Responsável pela Elaboração

Matrícula: 34.656 | Data: 30/05/2025 | Assinatura:

Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis. | Responsável pelo Setor Contábil | CRC-RJ nº 111.583-3

Nome: André Luiz da Silva Miranda

Matrícula: 34.656 | Data: 30/05/2025 | Assinatura:

ITAPREVI
Fls: 210
Proc: 2000020231/25

Tutorial Modelo 36

Valor Devido ao Mês de Referência: Deverá ser preenchido o valor que deveria ter sido repassado ao Regime Próprio relativo ao mês especificado.

Valor Repassado Relativo ao mês de Referência: Deverá ser preenchido o valor efetivamente repassado referente ao mês de referência, mesmo que o valor tenha sido repassado nos meses seguintes, porém, somente dentro do exercício.

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Sequinte: Deverá ser informado o valor repassado no exercício seguinte relativo aos valores devidos e não repassados no exercício de competência.

Nota Explicativa: Indicar os códigos de natureza da despesa nas quais estão contabilizadas as contribuições e os respectivos valores (anexar balancete).
Justificar a ausência de repasse ou o repasse a menor, se for o caso.

Quanto à comprovação dos valores registrados contabilmente, anexar somente a folha do balancete que indica a respectiva conta.

IPREV
Fls.: 211
Proc.: 2.090.000.203/25

apimec BRASIL

ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTOS DO MERCADO DE CAPITAIS DO BRASIL

CERTIFICADO

Sandro Rogério Lima Belo

CGRPPS 6720

Certificado Profissional dos Gestores de Regime Próprio de Previdência Social - CGRPPS.
Validade 4 (quatro) anos – solicitado em **23/07/2024.**

Válido até 29/07/2029

A presente autorização está sujeita ao cumprimento das obrigações previstas no Regulamento da Certificação de Gestor de Regime Próprio de Previdência Social – CGRPPS.

Emitido em **segunda-feira, 29 de julho de 2024** pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil - APIMEC Brasil.

As informações poderão ser verificadas no Portal: **www.apimecbrasil.com.br**

Marco Antonio Ozeki Saravalle
Diretor de Educação e Certificação

Ricardo Tadeu Martins
Presidente da APIMEC Brasil

Fls: 212
Proc: 20000203/23

IIAPREV
Fls.: 213
Proc.: 200000203/25

apimec ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS

CERTIFICADO

André Luiz Da Silva Miranda

CP RPPS CGINV I - EXAME POR PROVAS E TÍTULOS Nº266

Certificado Profissional dos Gestores de Recursos e Membros do Comitê de Investimento CP RPPS CGINV I - EXAME POR PROVAS E TÍTULOS .
Validade 4 (quatro) anos.

A presente autorização está sujeita ao cumprimento das obrigações previstas no Regulamento da Certificação para o Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos dos RPPS – CP RPPS CGINV.

Emitido em sexta-feira, 1 de dezembro de 2023 pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais APIMEC.

As informações poderão ser verificadas no site: www.apimec.com.br.

Lucy Aparecida de Sousa Presidente da APIMEC BRASIL

ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS DO BRASIL - APIMEC BRASIL
Membro da *Association of Certified International Investment Analysts – ACIIA*

CERTIFICADO
DE APROVAÇÃO

PROFISSIONAL CERTIFICADO PELO INSTITUTO TOTUM

O Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda. certifica que

NEILTON PAIXãO DE JESUS

foi aprovado na Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREV, tendo seguido integralmente todos os requisitos presentes no Edital da Certificação.

Tipo de Certificação:
Certificação dos dirigentes do órgão ou entidade gestora do RPPS

Nível: Básico (CP RPPS DIRIG I)

Modalidade de Certificação: Aprovação prévia em exame por prova

Data de Aprovação: 05/01/2024 Número da Certificação: 208761324782801

Data de Validade: 05/01/2028

Data de Conclusão: 29/12/2023



A veracidade das informações contidas neste Certificado deve ser checada através do site: https://certificated.certificaonline.institutototum.com.br/#/home

214
Proc.: 20000203/25

CERTIFICADO
DE APROVAÇÃO

PROFISSIONAL CERTIFICADO PELO INSTITUTO TOTUM

O Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda. certifica que

ELAINE DE ANDRADE LEITE FERREIRA

foi aprovado na Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREV, tendo seguido integralmente todos os requisitos presentes no Edital da Certificação.

Tipo de Certificação:
Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS

Nível: Básico (CP RPPS CGINV I)

Modalidade de Certificação: Aprovação prévia em exame por prova

Data de Aprovação: 13/03/2024
Número da Certificação: 520813318242803
Data de Validade: 13/03/2028
Data de Conclusão: 07/03/2024

A veracidade das informações contidas neste Certificado deve ser checada através do site: https://certificated.certificaonline.institutototum.com.br/#/home

PROFISSIONAL CERTIFICADO
INSTITUTO TOTUM

IPREV
Fls: 215
Proc.: 20000.2003/25

CERTIFICADO
DE APROVAÇÃO

PROFISSIONAL CERTIFICADO PELO INSTITUTO TOTUM

O Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda. certifica que

NEILTON PAIXãO DE JESUS

foi aprovado na Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREV, tendo seguido integralmente todos os requisitos presentes no Edital da Certificação.

Tipo de Certificação:
Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS

Nível: Básico (CP RPPS CGINV I)

Modalidade de Certificação: Aprovação prévia em exame por prova

Data de Aprovação: 05/06/2024 Número da Certificação: 208761324782806

Data de Validade: 05/06/2028

Data de Conclusão: 04/06/2024

PROFISSIONAL CERTIFICADO
INSTITUTO TOTUM

A veracidade das informações contidas neste Certificado deve ser checada através do site: https://certificated.certificaonline.institutototum.com.br/#/home

IPREV
Fls: 216
Proc: 20000320 3/25

CERTIFICADO
DE APROVAÇÃO

PROFISSIONAL CERTIFICADO PELO INSTITUTO TOTUM

O Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda. certifica que

OSWALDO LUIZ DA SILVA MELLO

foi aprovado na Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREV, tendo seguido integralmente todos os requisitos presentes no Edital da Certificação.

Tipo de Certificação:
Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS

Nível: Básico (CP RPPS CGINV I)

Modalidade de Certificação: Aprovação prévia em exame por prova e títulos

Data de Aprovação: 03/11/2023

Número da Certificação: 701682633802711

Data de Validade: 03/11/2027

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 26/06/2025 16:15:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PROFISSIONAL CERTIFICADO
INSTITUTO TOTUM

A veracidade das informações contidas neste Certificado deve ser checada através do site: https://certificated.certificaonline.institutototum.com.br/#/home

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 20:36:48 +01:00

MPREV
Fls.: 217
20000203/25

ITAPREVI
Fls.: 218
Proc.: 20000020325

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

EMITIDO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Ente Federativo: Itaguaí UF: RJ
CNPJ Principal: 29.138.302/0001-02

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA N.º 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O ENTE ESTÁ EM SITUAÇÃO IRREGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 1998, E AS IRREGULARIDADES OBSERVADAS ESTÃO SUSPENSAS CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NÃO REPRESENTANDO IMPEDIMENTO À EMISSÃO DESTE CERTIFICADO.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os orgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de orgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os orgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: http://www.previdencia.gov.br, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.

EMITIDO EM 05/01/2025
VÁLIDO ATÉ 04/07/2025

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 09:53:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

N.º 985839 - 239617

ITAPREVI
Fls.: 219
Proc.: 200000203/25

Município de Itaguaí - RJ

Ente Federado: Município de Itaguaí - RJ

CNPJ Principal: 29.138.302/0001-02

CRP Vigente: Nº 985839-239617, emitido em 05/01/2025, estará vigente até 04/07/2025.

Data Pesquisa: 09/05/2025

Regime Próprio

Análise da Legislação do Ente Federativo

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Cobertura exclusiva a servidores efetivos	Poderes Executivo e Legislativo: edição de lei.	**Regular**	Sim
Encaminhamento da legislação	Unidade Gestora do RPPS: envio de normas.	**Irregular**	Sim
Observância dos limites de contribuição do ente	Poderes Executivo e Legislativo: edição de lei.	**Regular**	Sim
Observância dos limites de contribuição dos segurados e beneficiários	Poderes Executivo e Legislativo: edição de lei.	**Regular**	Sim
Plano de benefícios integrado apenas por aposentadorias e pensões por morte	Poderes Executivo e Legislativo: edição de lei.	**Regular**	Sim
Regras de concessão, cálculo e de reajustamento dos benefícios nos termos do art. 40 da Constituição Federal	Poderes Executivo e Legislativo: alteração/edição de legislação.	**Regular**	Sim

Fiscalização do RPPS

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Aplicações Financeiras Resol. CMN - Adequação DAIR e Política Investimentos	Poder Executivo/Unidade Gestora do RPPS: vide decisão em Processo Administrativo Previdenciário - PAP.	**Regular**	Sim
Atendimento à fiscalização	Poder Executivo/Unidade Gestora do RPPS: vide Relatório de Fiscalização Impossibilitada.	**Regular**	Sim
Atendimento à Secretaria de Regime Próprio e Complementar (resposta a solicitações de informações efetuadas por meio de notificação ou correspondência eletrônica)	Poder Executivo/Unidade Gestora do RPPS: vide notificações.	**Regular**	Sim
Caráter contributivo - Repasse	Poderes, órgãos e demais entidades: vide decisão em Processo Administrativo Previdenciário - PAP.	**Regular**	Sim
Existência e funcionamento de unidade gestora e regime próprio únicos	Poderes, órgãos e demais entidades: vide decisão em Processo Administrativo Previdenciário - PAP.	**Regular**	Sim
Requisitos para os dirigentes, membros titulares dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos do RPPS	Poder Executivo/Unidade Gestora do RPPS: vide notificações.	**Em Análise**	Sim
Utilização dos recursos previdenciários	Poderes, órgãos e demais entidades: vide decisão em Processo Administrativo Previdenciário - PAP.	**Regular**	Sim

IIAPREV
Fls.: 220
Proc.: 20000020325

Equilíbrio Financeiro e Atuarial

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises	Poderes Executivo e Legislativo/Unidade Gestora: envio de documentos anuais ou vide notificações CadPrev.	Irregular	Sim

Informações Contábeis

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Envio das informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais	Poder Executivo: envio da MSC mensal.	Regular	Sim

Informações Previdenciárias e Repasses

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Consistência e Caráter Contributivo	Poderes, órgãos e demais entidades: vide Relatório de Irregularidades CadPrev.	Irregular	Sim
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Encaminhamento	Unidade Gestora do RPPS: envio dos demonstrativos bimestrais.	Regular	Sim

Investimentos dos Recursos Previdenciários

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Consistência	Unidade Gestora do RPPS: vide notificações CadPrev.	Irregular	Sim
Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Encaminhamento	Unidade Gestora do RPPS: envio do demonstrativo do ano em curso.	Regular	Sim
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Consistência	Unidade Gestora do RPPS: vide notificações CadPrev.	Regular	Sim
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento	Unidade Gestora do RPPS: envio dos demonstrativos mensais.	Regular	Sim

Previdência Complementar

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Instituição do regime de previdência complementar - Aprovação da lei	Poderes Executivo e Legislativo: edição de lei.	Regular	Sim
Instituição do regime de previdência complementar – Aprovação e operacionalização do convênio de adesão	Poder Executivo: adesão/criação de plano de benefícios autorizado pela Previc.	Regular	Sim

ITAPREVI
Fls.: 221
Proc.: 20000203/25

Compensação Previdenciária

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Operacionalização da compensação previdenciária – Contrato com empresa de tecnologia	Unidade Gestora do RPPS: formalização da adesão com a SRPC/MPS.	Regular	Sim
Operacionalização da compensação previdenciária – Termo de Adesão	Unidade Gestora do RPPS: formalização do contrato com a Dataprev.	Regular	Sim

Para tirar dúvidas sobre o extrato ou demais itens relacionados aos RPPS entre em contato por meio do s GESCON-RPPS (http://gescon.previdencia.gov.br/Gescon) ou pelo telefone/WhatsApp (61) 2021-5555.

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 09:53:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MODELO 14

DEMONSTRATIVO DOS MONTANTES RECEBIDOS E PAGOS A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DO RPPS

Órgão ITAPREVI ITAGUAÍ PREVIDÊNCIA	Município: ITAGUAÍ / RJ	Exercício: 2024

Meses	Valor Recebido do RGPS (R$)	Valor Pago aos RPPS (encontro de contas) (R$)
Janeiro	R$ 2.691.085,33	R$ 1.722,40
Fevereiro	R$ 105.236,50	R$ 9.765,81
Março	R$ 103.531,74	R$ 1.722,40
Abril	R$ 104.577,34	R$ 1.722,40
Maio	R$ 123.013,65	R$ 4.442,92
Junho	R$ 103.796,54	R$ 1.784,23
Julho	R$ 0,00	R$ 1.784,23
Agosto	R$ 0,00	R$ 1.784,23
Setembro	R$ 0,00	R$ 4.972,39
Outubro	R$ 0,00	R$ 7.848,15
Novembro	R$ 0,00	R$ 8.838,48
Dezembro	R$ 0,00	R$ 1.660,85
Total	R$ 3.231.241,10	R$ 48.048,49

Mario Gonçalves Filho	Responsável pela Elaboração	
Assinatura:	Data: 30/05/2025	Matrícula: 939.369
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis	Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 111.583-3
Nome: André Luiz da Silva Miranda		
Assinatura: André Luiz da Silva Miranda Diretor Geral Financeiro Contador - CRC - RJ 111583/O-3 Mat.: 34656 - ITAPREVI	Data: 30/05/2025	Matrícula: 34.656

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 09:53:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREVI
Fls.: 222
Proc.: 2000203125

Mês de Competência	Nº de Segurados (Ativo, Inativo e Pensionista)	Valor das Contribuições (R$)								Total de Contribuições (R$) (E=A+B+C+D)	
		Patronal (A)		Servidor Ativo (B)		Inativo (C)		Pensionista (D)			
		Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência
Janeiro	4.464	R$ 5.240.027,07	R$ 2.440,93	R$ 2.970.796,30	R$ 2.970.796,30	R$ 141.806,37	R$ 141.806,37	R$ 12.938,86	R$ 12.938,86	R$ 8.365.568,60	R$ 3.127.982,46
Fevereiro	4.441	R$ 5.134.755,19	R$ 10.273,71	R$ 2.980.988,01	R$ 2.980.988,01	R$ 173.172,00	R$ 173.172,00	R$ 15.372,34	R$ 15.372,34	R$ 8.304.287,54	R$ 3.179.806,06
Março	4.449	R$ 5.138.769,67	R$ 1.394,70	R$ 2.980.732,47	R$ 2.980.732,47	R$ 165.839,90	R$ 165.839,90	R$ 19.079,28	R$ 19.079,28	R$ 8.304.421,32	R$ 3.167.046,35
Abril	4.413	R$ 5.111.578,27	R$ 3.365,61	R$ 2.979.536,40	R$ 2.979.536,40	R$ 177.499,39	R$ 177.499,39	R$ 19.904,46	R$ 19.904,46	R$ 8.288.518,52	R$ 3.180.305,86
Maio	4.420	R$ 5.084.719,37	R$ 8.684,41	R$ 2.984.847,35	R$ 2.984.847,35	R$ 156.619,88	R$ 156.619,88	R$ 14.155,59	R$ 14.155,59	R$ 8.240.342,19	R$ 3.164.307,23
Junho	4.388	R$ 5.069.480,68	R$ 2.660,06	R$ 2.974.259,46	R$ 2.974.259,46	R$ 158.816,37	R$ 158.816,37	R$ 14.155,59	R$ 14.155,59	R$ 8.216.712,10	R$ 3.149.891,48
Julho	4.380	R$ 5.069.992,35	R$ 4.481,06	R$ 2.973.918,72	R$ 2.973.918,72	R$ 154.722,42	R$ 154.722,42	R$ 13.889,07	R$ 13.889,07	R$ 8.212.522,56	R$ 3.147.011,27
Agosto	4.361	R$ 5.073.948,07	R$ 1.504,66	R$ 2.970.226,22	R$ 2.970.226,22	R$ 154.476,05	R$ 154.476,05	R$ 13.889,07	R$ 13.889,07	R$ 8.212.539,41	R$ 3.140.096,00
Setembro	4.369	R$ 5.106.093,48	R$ 2.732,97	R$ 2.970.392,49	R$ 2.970.392,49	R$ 153.553,06	R$ 153.553,06	R$ 13.889,07	R$ 13.889,07	R$ 8.243.928,10	R$ 3.140.567,59
Outubro	4.371	R$ 5.064.148,49	R$ -	R$ 2.962.097,11	R$ 2.962.097,11	R$ 153.553,06	R$ 153.553,06	R$ 14.006,85	R$ 14.006,85	R$ 8.193.805,51	R$ 3.129.657,02
Novembro	4.325	R$ 5.040.203,89	R$ -	R$ 2.956.542,12	R$ 2.956.542,12	R$ 154.337,12	R$ 154.337,12	R$ 14.006,85	R$ 14.006,85	R$ 8.165.089,98	R$ 3.124.886,09
Dezembro	4.333	R$ 5.027.414,70	R$ -	R$ 2.949.426,40	R$ 2.949.426,40	R$ 154.337,12	R$ 154.337,12	R$ 11.596,89	R$ 11.596,89	R$ 8.142.775,11	R$ 3.115.360,41
13º Sal	4.329	R$ 5.062.862,71	R$ -	R$ 2.969.928,26	R$ 2.969.928,26	R$ 154.388,01	R$ 154.388,01	R$ 11.479,11	R$ 11.479,11	R$ 8.198.658,09	R$ 3.135.795,38
Total (I)		**R$ 66.223.993,94**	**R$ 37.538,11**	**R$ 38.623.691,31**	**R$ 38.623.691,31**	**R$ 2.053.120,75**	**R$ 2.053.120,75**	**R$ 188.363,03**	**R$ 188.363,03**	**R$ 107.089.169,03**	**R$ 40.902.713,20**

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte, conforme Notas Explicativas

		Patronal (A)	Servidor Ativo (B)	Inativo (C)	Pensionista (D)	Total de Contribuições (R$) (E=A+B+C+D)
		Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado
Total (II)		**R$ 37.538,21**	**R$ 38.623.691,31**	**R$ 2.053.120,75**	**R$ 188.363,03**	**R$ 40.902.713,30**
Total Geral (III = I + II)						

Nota Explicativa:

A parte que faltava da contribuição do Servidor referente ao mês de novembro, o valor de R$ 870.196,07 foi recebido no dia 11 do mês de fevereiro de 2025 e o valor de R$ 964,93 no dia 12 do mês de fevereiro de 2025;

A contribuição do Servidor referente ao mês de dezembro, o valor de R$ 2.932,658,58 foi recebido no dia 31 do mês de janeiro de 2025;

A parte que faltava da contribuição do Servidor referente ao13º salário, o valor de R$ 161.184,58 foi recebido no dia 31 do mês de janeiro de 2025, o valor de R$ 1.021.629,08 foi recebido no dia 11 de fevereiro de 2025 e o valor de R$ 371.652,31 foi recebido no dia no dia 12 do mês de fevereiro de 2025;

A contribuição patronal , complementar referente ao ano de 2023 foi arrecadado no em 28 de março de 2024 no valor de R$ 4.205,31 sobre o 13º salário, folha complementar 03 no valor de R$ 924,21 e complementar 04 no valor de R$ 9.868,56.

Caso a Unidade Gestora Contribuinte tenha efetuado o repasse a menor das contribuições devidas, indicar as medidas adotadas pelo gestor do RPPS com vistas a receber os referidos recursos previdenciários:

O instituto de previdência de Itaguaí não recebe a contribuição patronal de forma integral desde o mês de setembro de 2023 e todo ano de 2024. com isso, as medidas adotadas até o presente momento ,são reiterados oficios à Secretaria Municipal de fazenda e abertura de processo interno com a finalidade de parcelar e repactuar os valores devidos.

Nome: André Luiz da Silva Miranda	Responsável pela Elaboração	
Matrícula: 34.656	Data: 06/06/2025	Assinatura:
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis.	Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 111.583-3
Nome: André Luiz da Silva Miranda		

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 26/06/2025 16:06:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREV
Fls.: 223
Proc.: 29000203/25

ITAPREV
Fls.: 224
Proc.: 20000020325

Matrícula: 34.656	Data: 06/06/2025	Assinatura:

INSTITUTO DE PREVIDENCIA D[illegible]ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Período: 01/01/2024 a 31/12/2024
LISTAGEM DE LANÇAMENTO DE RECEITAS

Data	Número	Ret.	Receita	Credor	Valor
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI					
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
31/01/2024	33	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	2.899.891,51
				Total da Conta:	**2.899.891,51**
				Total do Dia:	**2.899.891,51**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
29/02/2024	83	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	2.937.462,22
				Total da Conta:	**2.937.462,22**
				Total do Dia:	**2.937.462,22**
58838-3 ITAÚ - 58838-3 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO					
07/03/2024	166	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	ITAPREVI	9.108,36
				Total da Conta:	**9.108,36**
				Total do Dia:	**9.108,36**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
28/03/2024	99	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	ITAU UNIBANCO S/A	3.088.571,22
Pelo recebimento da contribuição do Servidor da Prefeitura Municipal de Itaguaí referente ao mês de Fevereiro de 2024 e juros decorrente ao recebimento tempestivo durante o ano de 2023 no valor recebido de R$ 107					
				Total da Conta:	**3.088.571,22**
				Total do Dia:	**3.088.571,22**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
30/04/2024	194	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	1.424.481,85
Pelo recebimento de contribuição do servidor do mês de março de 2024- processo itaprevi n.° 200.000.191/2024					
30/04/2024	195	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	158.693,49
Pelo recebimento da contribuição do servidor do mês de março de 2024, complemento da folha n.° 01 e 2					
30/04/2024	196	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	136.177,67
Pelo recebimento da contribuição do servidor do mês de março de 2024, processo n.° 200.000.191/2024.					
30/04/2024	197	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	15.307,92
Pelo recebimento da contribuição do servidor do mês de março de 2024, processo n.° 200.000.191/2024.					
				Total da Conta:	**1.734.660,93**

ITAPREVI
225
Proc: 200000203/25

LISTAGEM DE LANÇAMENTO DE RECEITAS

Data	Número	Ret.	Receita	Credor	Valor
				Total do Dia:	**1.734.660,93**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
27/05/2024	219	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	608,82
Pelo repasse da contribuição do servidor referente ao mês de fevereiro de 2024 complementar n.°02 - processo itaprevi n.° 200.000.124/2024.					
				Total da Conta:	**608,82**
				Total do Dia:	**608,82**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
28/05/2024	220	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	360.169,33
Pelo repasse da contribuição do servidor referente ao mês de abril de 2024- processo itaprevi n.° 200.000.242/2024.					
28/05/2024	221	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	1.415.911,40
Pelo repasse da contribuição do servidor referente ao mês de abril de 2024- processo itaprevi n.° 200.000.242/2024.					
28/05/2024	222	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	871.150,91
Pelo repasse da contribuição do servidor referente ao mês de abril de 2024- processo itaprevi n.° 200.000.242/2024.					
28/05/2024	223	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	134.522,23
Pelo repasse da contribuição do servidor referente ao mês de abril de 2024- processo itaprevi n.° 200.000.242/2024.					
28/05/2024	224	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	15.684,82
Pelo repasse da contribuição do servidor referente ao mês de abril de 2024- processo itaprevi n.° 200.000.242/2024.					
28/05/2024	225	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	160.511,60
Pelo repasse da contribuição do servidor referente ao mês de abril de 2024- processo itaprevi n.° 200.000.242/2024.					
28/05/2024	226	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	1.099,84
Pelo repasse da contribuição do servidor referente ao mês de abril de 2024- processo itaprevi n.° 200.000.242/2024 - complementar 02.					
				Total da Conta:	**2.959.050,13**
				Total do Dia:	**2.959.050,13**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
04/06/2024	255	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	863,43
Pelo recebimento da contribuição do Servidor referente ao mês de abril de 2024.					
				Total da Conta:	**863,43**
				Total do Dia:	**863,43**

ITAPREV
226
Proc.: 200.000.603/25

LISTAGEM DE LANÇAMENTO DE RECEITAS

Data	Número	Ret.	Receita	Credor	Valor
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
28/06/2024	270	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	1.415.121,32
Pelo recebimento do repasse referente a contribuição do Servidor do mês de maio de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.305/2024.					
28/06/2024	271	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	368.436,17
Pelo recebimento do repasse referente a contribuição do Servidor do mês de maio de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.305/2024.					
28/06/2024	272	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	134.395,40
Pelo recebimento do repasse referente a contribuição do Servidor do mês de maio de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.305/2024.					
28/06/2024	273	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	16.253,60
Pelo recebimento do repasse referente a contribuição do Servidor do mês de maio de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.305/2024.					
28/06/2024	274	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	872.134,24
Pelo recebimento do repasse referente a contribuição do Servidor do mês de maio de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.305/2024.					
28/06/2024	275	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	159.745,63
Pelo recebimento do repasse referente a contribuição do Servidor do mês de maio de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.305/2024.					
				Total da Conta:	**2.966.086,36**
				Total do Dia:	**2.966.086,36**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
08/07/2024	282	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	1.484,66
Pelo repasse da contribuição do servidor cedido a prefeitura municipal de vassouras- Ana Carolina Pinto do Amaral, referente do mês de abril de 2024.					
				Total da Conta:	**1.484,66**
				Total do Dia:	**1.484,66**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
16/07/2024	283	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	871.294,26
Pelo recebimento de contribuição do Servidor referente as verbas rescisórias dos meses de março e abril de 2024. processo número n.º 200.000.191/2024					
				Total da Conta:	**871.294,26**
				Total do Dia:	**871.294,26**

ITAPREVI
Fls.: 227
Proc.: 200000203/25

LISTAGEM DE LANÇAMENTO DE RECEITAS

Data	Número	Ret.	Receita	Credor	Valor
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
31/07/2024	284	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	16.311,66
Repasse de contribuição de Servidor da Prefeitura Municipal de Itaguaí referente ao mês de junho de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.365/2024.					
31/07/2024	284	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	133.576,80
Repasse de contribuição de Servidor da Prefeitura Municipal de Itaguaí referente ao mês de junho de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.365/2024.					
31/07/2024	285	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	452.939,75
Repasse de contribuição de Servidor da Prefeitura Municipal de Itaguaí referente ao mês de junho de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.365/2024.					
31/07/2024	286	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	160.713,76
Repasse de contribuição de Servidor da Prefeitura Municipal de Itaguaí referente ao mês de junho de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.365/2024.					
31/07/2024	287	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	370.771,67
Repasse de contribuição de Servidor da Prefeitura Municipal de Itaguaí referente ao mês de junho de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.365/2024.					
				Total da Conta:	**1.134.313,64**
				Total do Dia:	**1.134.313,64**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
01/08/2024	315	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	949.939,77
Pelo recebimento de repasse da contribuição dos servidores referente a junho de 2024.					
				Total da Conta:	**949.939,77**
				Total do Dia:	**949.939,77**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
16/08/2024	316	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	SECRETARIA MUNIC. EDUCACAO E CULTURA	2.864,81
Pelo repasse da contribuição da Servidora cedida a secretaria municipal de educação do município de Vassoura/RJ- Carolina Pinto do Amaral , referente ao mês de maio de 2024.					
				Total da Conta:	**2.864,81**
				Total do Dia:	**2.864,81**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
20/08/2024	326	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	ITAPREVI	4.146,01
Pelo repasse da contribuição do servidor do mês de julho de 2024 referente ao servidores cedidos ao Itaprevi.					
				Total da Conta:	**4.146,01**
				Total do Dia:	**4.146,01**

ITAPREVI
Fls: 228
Proc: 200000365/24

Data	Número	Ret.	Receita	Credor	Valor
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
30/08/2024	328	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	360,12
Pelo repasse da Contribuição do servidor referente ao mês de julho de 2024 complementar 1 processo itaprevi n.º 200.000.413/2024.					
30/08/2024	329	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	1.393.335,07
Pelo recebimento do repasse da contribuição do servidor referente ao mês de julho de 2024- processo itaprevi n.º 200.000.413/2024.					
30/08/2024	330	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	372.517,83
Pelo recebimento do repasse da contribuição do servidor referente ao mês de julho de 2024- processo itaprevi n.º 200.000.413/2024.					
30/08/2024	331	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	16.273,95
Pelo recebimento do repasse da contribuição do servidor referente ao mês de julho de 2024- processo itaprevi n.º 200.000.413/2024.					
30/08/2024	332	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	133.545,52
Pelo recebimento do repasse da contribuição do servidor referente ao mês de julho de 2024- processo itaprevi n.º 200.000.413/2024.					
30/08/2024	333	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	161.786,09
Pelo recebimento do repasse da contribuição do servidor referente ao mês de julho de 2024- processo itaprevi n.º 200.000.413/2024.					
				Total da Conta:	**2.077.818,58**
				Total do Dia:	**2.077.818,58**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
23/09/2024	342	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	1.280.725,33
Pelo recebimento de repasses do servidor da Prefeitura municipal de itaguaí referente ao mês de agosto de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.474/2024.					
23/09/2024	342	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	159.996,42
Pelo recebimento de repasses do servidor da Prefeitura municipal de itaguaí referente ao mês de agosto de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.474/2024.					
23/09/2024	342	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	16.358,88
Pelo recebimento de repasses do servidor da Prefeitura municipal de itaguaí referente ao mês de agosto de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.474/2024.					
23/09/2024	342	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	134.213,14
Pelo recebimento de repasses do servidor da Prefeitura municipal de itaguaí referente ao mês de agosto de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.474/2024.					
23/09/2024	342	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	121.479,68
Pelo recebimento de repasses do servidor da Prefeitura municipal de itaguaí referente ao mês de agosto de 2024, conforme processo itaprevi n.º 200.000.474/2024.					
				Total da Conta:	**1.712.773,45**
				Total do Dia:	**1.712.773,45**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
09/10/2024	346	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	374.019,69
Pelo recebimento do repasse referente ao mês de agosto de 2024 da contribuição do Servidor PMI- Processo Itaprevi n.º 200.000.474/2024.					
				Total da Conta:	**374.019,69**
				Total do Dia:	**374.019,69**

ITAPREVI
Fls: 229
Proc: 200000203/25

LISTAGEM DE LANÇAMENTO DE RECEITAS

Data	Número	Ret.	Receita	Credor	Valor
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
15/10/2024	346	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	2.080.258,75
Pelo recebimento de contribuição do servidor referente ao mês de setembro de 2024 do processo itaprevi n.º 200.000.507/2024.					
				Total da Conta:	**2.080.258,75**
				Total do Dia:	**2.080.258,75**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
21/10/2024	346	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	133,16
Pelo recebimento de contribuição do servidor referente ao mês de setembro de 2024- processo itaprevi n.º 200.000.507/2024					
				Total da Conta:	**133,16**
				Total do Dia:	**133,16**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
22/10/2024	346	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	205,26
Pelo recebimento de contribuição do servidor referente ao mês de setembro de 2024- processo itaprevi n.º 200.000.507/2024					
				Total da Conta:	**205,26**
				Total do Dia:	**205,26**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
25/10/2024	347	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	140,32
Pelo recebimento de contribuição do servidor referente ao mês de setembro de 2024- processo itaprevi n.º 200.000.507/2024					
				Total da Conta:	**140,32**
				Total do Dia:	**140,32**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
29/11/2024	357	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	1.584.292,24
pelo recebimento de contribuição do servidor da prefeitura de itaguai.					
29/11/2024	357	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	122.407,94
pelo recebimento da contribuição do servidor da prefeitura de itaguai					
				Total da Conta:	**1.706.700,18**
				Total do Dia:	**1.706.700,18**

ITAPREVI
Fls.: 230
Proc.: 200000 2033/25

LISTAGEM DE LANÇAMENTO DE RECEITAS

Data	Número	Ret.	Receita	Credor	Valor
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
30/12/2024	376	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	133.602,55
Pelo recebimento de contribuição dos servidores referente a novembro de 2024.					
30/12/2024	377	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	1.280.045,84
Pelo recebimento de 13º salário referente ao mês de dezembro de 2024 da contribuição dos servidores- proc. 200.000.06/2025					
30/12/2024	377	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	1.226.987,86
Pelo recebimento da contribuição do servidor referente ao mês de dezembro de 2024. processo n.º 200.00.598/2024.					
30/12/2024	377	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	118.824,77
Pelo recebimento de contribuição do servidor referente ao 13º salário- processo n.º 200.00006/2025.					
30/12/2024	377	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	157.303,87
Pelo recebimento de contribuição dos servidores - processo n.º 200.000.598/2024, referente ao mês de novembro de 2024.					
30/12/2024	377	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	164.439,38
Pelo recebimento de contribuição dos servidores , mês de novembro 2024- processo n.º 200.000.598/2024					
				Total da Conta:	**3.081.204,27**
				Total do Dia:	**3.081.204,27**
17804-5 BANCO ITAÚ - 17804-5					
31/12/2024	377	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	370.782,81
Pelo recebimento do repasse referente ao servidor novembro 2024- proc. 200.000598/2024					
31/12/2024	377	N	121501110202 - Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAI	4.365.672,72
Pelo recebimento de contribuição do servidor do mês de junho,julho,agosto,setembro e outubro de 2024.= proc. 200.000.606/2024					
				Total da Conta:	**4.736.455,53**
				Total do Dia:	**4.736.455,53**
				Total do Órgão:	**35.330.055,32**

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 09:53:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAGUAÍ
Fls: 231
Proc: 200020031/25

Total de Registros: 59 **Total Geral (R$):** 35.330.055,32

DESCRIÇÃO DOS FILTROS UTILIZADOS	
TIPO	**CONTEÚDO**
Período:	01/01/2024 até 31/12/2024
Rubrica de Receita:	
Credor:	(TODOS)
Conta Bancária:	(TODOS)
Órgão	8 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI - (8)
Fonte:	(TODOS)
Rubrica de Receita (Iniciando com):	(TODOS)
Somente Retenção?	Não
Detalhamento Fonte	(TODOS)

ITAPREV
Fls: 232
Proc: 20000 a 03125

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 21:06:51 +01:00

MODELO 35

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES SUPLEMENTARES DEVIDAS E EFETIVAMENTE ARRECADADAS PELO RPPS - CONSOLIDADO

Órgão Previdenciário: Itaprevi	Município: Itaguaí

Mês de Competência	Nº de Segurados (Ativo, Inativo e Pensionista)	Valor das Contribuições (R$)				Total de Contribuições (R$) (C=A+B)	
		Alíquota Suplementar (A)		Aporte Periódico (B)			
		Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência
Janeiro	5862			R$ 4.838.348,62	R$ 4.838.348,62	R$ 4.838.348,62	R$ 4.838.348,62
Fevereiro	5847			R$ 4.838.348,62	R$ 4.838.348,62	R$ 4.838.348,62	R$ 4.838.348,62
Março	5839			R$ 4.838.348,62	R$ 0,00	R$ 4.838.348,62	R$ 0,00
Abril	5815			R$ 4.838.348,62	R$ 0,00	R$ 4.838.348,62	R$ 0,00
Maio	5827			R$ 4.838.348,62	R$ 0,00	R$ 4.838.348,62	R$ 0,00
Junho	5808			R$ 4.838.348,62	R$ 0,00	R$ 4.838.348,62	R$ 0,00
Julho	5807			R$ 4.838.348,62	R$ 0,00	R$ 4.838.348,62	R$ 0,00
Agosto	5789			R$ 4.838.348,62	R$ 0,00	R$ 4.838.348,62	R$ 0,00
Setembro	5797			R$ 4.838.348,62	R$ 0,00	R$ 4.838.348,62	R$ 0,00
Outubro	5813			R$ 4.838.348,62	R$ 0,00	R$ 4.838.348,62	R$ 0,00
Novembro	5772			R$ 4.838.348,62	R$ 0,00	R$ 4.838.348,62	R$ 0,00
Dezembro	5792			R$ 4.838.348,62	R$ 0,00	R$ 4.838.348,62	R$ 0,00
13º Sal	5775						
Total (I)		----------	----------	R$ 58.060.183,44	R$ 9.676.697,24	R$ 58.060.183,44	R$ 9.676.697,24

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte, conforme Notas Explicativas

		Alíquota Suplementar (A)	Aporte Periódico (B)	Total de Contribuições (R$) (C=A+B)
		Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado
Total (II)		------	R$ 9.676.697,24	R$ 9.676.697,24
Total Geral (III = I + II)				

Nota Explicativa:

Segurado: neste campo, estão somados todos os segurados, inclusive os aposentados epensionistas.

Caso a Unidade Gestora Contribuinte tenha efetuado o repasse a menor das contribuições suplementares devidas, indicar as medidas adotadas pelo gestor do RPPS com vistas a receber os referidos repasses:

Nome: André Luiz da Silva Miranda		Responsável pela Elaboração
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis.		Responsável pelo Setor Contábil / CRC-RJ nº 111.583-3
Nome: André Luiz da Silva Miranda		
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 09:49:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREVI
Fls.: 233
Proc.: 2000020331/25

Tutorial Modelo 35

Valor Devido ao Mês de Referência: Deverá ser preenchido o valor que deveria ter sido repassado ao Regime Próprio relativo ao mês especificado.

Valor Repassado Relativo ao mês de Referência: Deverá ser preenchido o valor efetivamente repassado referente ao mês de referência, mesmo que o valor tenha sido repassado nos meses seguintes, porém, somente dentro do exercício.

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte: Deverá ser informado o valor repassado no exercício seguinte relativo aos valores devidos e não repassados no exercício de competência.

Nota Explicativa: Indicar os artigos e legislação que fundamenta a Alíquota Suplementar e o Aporte Periódico.
Indicar os códigos de natureza da receita nas quais estão contabilizadas as contribuições e os respectivos valores (anexar balancete).
Justificar a ausência de repasse ou o repasse a menor, se for o caso.

Quanto à comprovação dos valores registrados contabilmente, anexar somente a folha do balancete que indica a respectiva conta.

IMPREV
Fls.: 234
Proc.: 0000020-03/25

MODELO 36

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES REGULARES (SERVIDORES E PATRONAL) DEVIDAS E EFETIVAMENTE REPASSADAS AO RPPS NO EXERCÍCIO

Unidade Gestora Contribuinte: Itaprevi	Município: Itaguaí	Exercício: 2024

Mês de Competência	Nº de Segurados (Ativo, Inativo e Pensionista)	Valor das Contribuições (R$)								Total de Contribuições (R$) (E=A+B+C+D)	
		Patronal (A)		Servidor Ativo (B)		Inativo (C)		Pensionista (D)			
		Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência
Janeiro	6	R$ 6.723,57	R$ 6.723,57	R$ 4.278,63	R$ 4.278,63					R$ 11.002,20	R$ 11.002,20
Fevereiro	6	R$ 8.349,34	R$ 8.349,34	R$ 5.313,21	R$ 5.313,21					R$ 13.662,55	R$ 13.662,55
Março	6	R$ 7.536,44	R$ 7.536,44	R$ 4.795,92	R$ 4.795,92					R$ 12.332,36	R$ 12.332,36
Abril	6	R$ 7.536,44	R$ 7.536,44	R$ 4.795,92	R$ 4.795,92					R$ 12.332,36	R$ 12.332,36
Maio	6	R$ 7.536,44	R$ 7.536,44	R$ 4.795,92	R$ 4.795,92					R$ 12.332,36	R$ 12.332,36
Junho	6	R$ 7.519,65	R$ 7.519,65	R$ 4.785,23	R$ 4.785,23					R$ 12.304,88	R$ 12.304,88
Julho	5	R$ 6.515,16	R$ 6.515,16	R$ 4.146,01	R$ 4.146,01					R$ 10.661,17	R$ 10.661,17
Agosto	5	R$ 6.515,16	R$ 6.515,16	R$ 4.146,01	R$ 4.146,01					R$ 10.661,17	R$ 10.661,17
Setembro	5	R$ 6.515,16	R$ 6.515,16	R$ 4.146,01	R$ 4.146,01					R$ 10.661,17	R$ 10.661,17
Outubro	5	R$ 6.515,16	R$ 6.515,16	R$ 4.146,01	R$ 4.146,01					R$ 10.661,17	R$ 10.661,17
Novembro	5	R$ 6.515,16	R$ 6.515,16	R$ 4.146,01	R$ 4.146,01					R$ 10.661,17	R$ 10.661,17
Dezembro	5	R$ 6.515,16	R$ 6.515,16	R$ 4.146,01	R$ 4.146,01					R$ 10.661,17	R$ 10.661,17
13º Sal	5	R$ 6.515,16	R$ 6.515,16	R$ 4.146,01	R$ 4.146,01					R$ 10.661,17	R$ 10.661,17
Total (I)		**R$ 90.808,00**	**R$ 90.808,00**	**R$ 57.786,90**	**R$ 57.786,90**					**R$ 148.594,90**	**R$ 148.594,90**

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte, conforme Notas Explicativas

		Patronal (A)	Servidor Ativo (B)	Inativo (C)	Pensionista (D)	Total de Contribuições (R$) (E=A+B+C+D)
		Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado
Total (II)		R$ 90.808,00	R$ 57.786,90			**R$ 148.594,90**
Total Geral (III = I + II)						

Nota Explicativa:

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 09:49:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nome: André Luiz da Silva Miranda

Responsável pela Elaboração

Matrícula: 34.656 | Data: 30/05/2025 | Assinatura:

Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis.

Responsável pelo Setor Contábil

CRC-RJ nº 111.583-3

Nome: André Luiz da Silva Miranda

Matrícula: 34.656 | Data: 30/05/2025 | Assinatura:

ITAPREVI
235
Proc.: 20000203/25

Tutorial Modelo 36

Valor Devido ao Mês de Referência: Deverá ser preenchido o valor que deveria ter sido repassado ao Regime Próprio relativo ao mês especificado.

Valor Repassado Relativo ao mês de Referência: Deverá ser preenchido o valor efetivamente repassado referente ao mês de referência, mesmo que o valor tenha sido repassado nos meses seguintes, porém, somente dentro do exercício.

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte: Deverá ser informado o valor repassado no exercício seguinte relativo aos valores devidos e não repassados no exercício de competência.

Nota Explicativa: Indicar os códigos de natureza da despesa nas quais estão contabilizadas as contribuições e os respectivos valores (anexar balancete).
Justificar a ausência de repasse ou o repasse a menor, se for o caso.

Quanto à comprovação dos valores registrados contabilmente, anexar somente a folha do balancete que indica a respectiva conta.

MAPREV
Fls: 236
Proc: 20000.203125

MODELO 37

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES SUPLEMENTARES DEVIDAS E EFETIVAMENTE REPASSADAS DOS SEGURADOS AO RPPS NO EXERCÍCIO

Unidade Gestora Contribuinte: Itaprevi	Município: Itaguaí	Exercício: 2024

Mês de Competência	Nº de Segurados (Ativo, Inativo e Pensionista)	Valor das Contribuições (R$)				Total de Contribuições (R$) (C=A+B)	
		Alíquota Suplementar (A)		Aporte Periódico (B)			
		Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
13º Sal							
Total (I)							

NÃO APLICÁVEL AO ITAPREVI

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte, conforme Notas Explicativas

		Alíquota Suplementar (A)		Aporte Periódico (B)		Total de Contribuições (R$) (C=A+B)	
			Valor Repassado		Valor Repassado		Valor Repassado
Total (II)							
Total Geral (III = I + II)							

Nota Explicativa:

NÃO APLICÁVEL AO ITAPREVI

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 09:49:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nome: André Luiz da Silva Miranda		Responsável pela Elaboração
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis.		Responsável pelo Setor Contábil / CRC-RJ nº 111.583-3
Nome: André Luiz da Silva Miranda		
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:

ITAPREV
Fls: 227
Proc.: 2000020231/25

Tutorial Modelo 37

Valor Devido ao Mês de Referência: Deverá ser preenchido o valor que deveria ter sido repassado ao Regime Próprio relativo ao mês especificado.

Valor Repassado Relativo ao mês de Referência: Deverá ser preenchido o valor efetivamente repassado referente ao mês de referência, mesmo que o valor tenha sido repassado nos meses seguintes, porém, somente dentro do exercício.

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte: Deverá ser informado o valor repassado no exercício seguinte relativo aos valores devidos e não repassados no exercício de competência.

Nota Explicativa: Indicar os artigos e legislação que fundamenta a Alíquota Suplementar e o Aporte Periódico.
Indicar os códigos de natureza da despesa nas quais estão contabilizadas as contribuições e os respectivos valores (anexar balancete).
Justificar a ausência de repasse ou o repasse a menor, se for o caso.

Quanto à comprovação dos valores registrados contabilmente, anexar somente a folha do balancete que indica a respectiva conta.

IPREV
Fls.: 239
Proc.: 20000203/25

MODELO 38

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES (SERVIDORES E PATRONAL) DEVIDAS E EFETIVAMENTE REPASSADAS AO RGPS NO EXERCÍCIO

Órgão Previdenciário: Iaprevi	Município: Itaguaí	Exercício: 2024

Mês de Referência	Nº de Segurados (Ativo, Inativo e Pensionista)	Valor das Contribuições (R$)				Total de Contribuições (R$) (C=A+B)	
		Patronal (A)		Servidor Ativo (B)			
		Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência
Janeiro	15	R$ 24.874,50	R$ 24.874,50	R$ 11.097,70	R$ 11.097,70	R$ 35.972,20	R$ 35.972,20
Fevereiro	14	R$ 24.874,50	R$ 24.874,50	R$ 11.097,70	R$ 11.097,70	R$ 35.972,20	R$ 35.972,20
Março	14	R$ 25.504,50	R$ 25.504,50	R$ 11.907,70	R$ 11.907,70	R$ 37.412,20	R$ 37.412,20
Abril	14	R$ 25.098,49	R$ 25.098,49	R$ 11.231,03	R$ 11.231,03	R$ 36.329,52	R$ 36.329,52
Maio	14	R$ 25.714,50	R$ 25.714,50	R$ 11.097,70	R$ 11.097,70	R$ 36.812,20	R$ 36.812,20
Junho	14	R$ 30.373,00	R$ 30.373,00	R$ 13.869,24	R$ 13.869,24	R$ 44.242,24	R$ 44.242,24
Julho	14	R$ 33.537,00	R$ 33.537,00	R$ 13.339,17	R$ 13.339,17	R$ 46.876,17	R$ 46.876,17
Agosto	14	R$ 35.101,50	R$ 35.101,50	R$ 12.833,63	R$ 12.833,63	R$ 47.935,13	R$ 47.935,13
Setembro	14	R$ 35.311,50	R$ 35.311,50	R$ 12.387,41	R$ 12.387,41	R$ 47.698,91	R$ 47.698,91
Outubro	14	R$ 33.815,25	R$ 33.815,25	R$ 12.666,05	R$ 12.666,05	R$ 46.481,30	R$ 46.481,30
Novembro	14	R$ 33.106,50	R$ 33.106,50	R$ 11.919,74	R$ 11.919,74	R$ 45.026,24	R$ 45.026,24
Dezembro	14	R$ 30.612,75	R$ 30.612,75	R$ 11.897,20	R$ 11.897,20	R$ 42.509,95	R$ 42.509,95
13º Sal	14	R$ 22.974,00	R$ 22.974,00	R$ 10.754,62	R$ 10.754,62	R$ 33.728,62	R$ 33.728,62
Total (I)		**R$ 380.897,99**	**R$ 380.897,99**	**R$ 156.098,89**	**R$ 156.098,89**	**R$ 536.996,88**	**R$ 536.996,88**

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte, conforme Notas Explicativas

		Patronal (A)	Servidor Ativo (B)	Total de Contribuições (R$) (C=A+B)
		Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado
Total (II)		R$ 380.897,99	R$ 156.098,89	R$ 53.699.688,00
Total Geral (III = I + II)				

Nota Explicativa:

Nome Gestor: Carlos Augusto Silva de Carvalho		Responsável pela Elaboração	
Matrícula: 939.360	Data: 30/05/2025	Assinatura:	
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis		Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 111.583-3
Nome: André Luiz da Silva Miranda			
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:	

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 26/06/2025 16:15:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

IAPREV
239
Proc.: 2000020031/25

Tutorial Modelo 38

Valor Devido ao Mês de Referência: Deverá ser preenchido o valor que deveria ter sido repassado ao Regime Geral relativo ao mês especificado.

Valor Repassado Relativo ao mês de Referência: Deverá ser preenchido o valor efetivamente repassado referente ao mês de referência, mesmo que o valor tenha sido repassado nos meses seguintes, porém, somente dentro do exercício.

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte: Deverá ser informado o valor repassado no exercício seguinte relativo aos valores devidos e não repassados no exercício de competência.

Nota Explicativa: Indicar os códigos de natureza da despesa nas quais estão contabilizadas as contribuições e os respectivos valores (anexar balancete).
Justificar a ausência de repasse ou o repasse a menor, se for o caso.

Quanto à comprovação dos valores registrados contabilmente, anexar somente a folha do balancete que indica a respectiva conta.

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 20:36:50 +01:00

Fls: 240
Proc.: 2000000.203/25

IIAPREVI
Fls.: 241
Proc.: 200000203/25

DECRETO Nº 4.878, DE 06 DE NOVEMRO DE 2024.

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE ITAGUAÍ.

Considerando o processo administrativo nº. 13.956/24 que trata do pedido de desligamento do Conselho Municipal de Previdência da servidora Neli de Oliveira da Mota;

Considerando o processo administrativo nº 17.824/24 que trata do pedido de desligamento do Conselho Municipal de Previdência do servidor Leonardo do Nascimento Gusmão;

Considerando o processo administrativo nº 17.825/24 que trata do pedido de desligamento do Conselho Municipal de Previdência da servidora Andréia Souto de Morais Ramalho;

Considerando o processo administrativo nº 17.826/24 que trata do pedido de desligamento do Conselho Municipal de Previdência da servidora Regiane Borges da Conceição Archanjo;

Considerando o processo administrativo nº 17.827/24 que trata do pedido de desligamento do Conselho Municipal de Previdência da servidora Ângela Fernandes da Silva;

Considerando o processo administrativo nº 200.000.239/24 que trata do pedido de desligamento do representante dos servidores inativos do Conselho Municipal de Previdência, que culminou em processo eleitoral para preenchimento da vaga.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ-RJ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os arts. 99, VII e 123, I, *i*, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí, promulgada em 09 de julho de 2009.

DECRETA:

Art. 1° Substitui membros do Conselho Municipal de Previdência do Município de Itaguaí, nomeados através do Decreto nº 4.689 de 11 de fevereiro de 2022.

Art. 2° O Conselho Municipal de Previdência do Município de Itaguaí passa funcionar com a seguinte composição:

IIAPREV
Fls.: 242
Proc.: 2000002203/25

Representantes do Governo:

Titular: Simone Fernandes de Oliveira Fontes - Matr. 12.086 - Presidente

Titular: Simone Lucia dos Santos - Matr. 11.645

Titular: Dineia de Oliveira Mello - Matr. 38.778

Suplente: Sheila Moura Quintanilha Oliveira - Matr. 16.962

Suplente: Letícia da Silva Siqueira de Paula - Matr.16.968

Suplente: Felipe Wagner Quintanilha Domingues - Matr. 35.015

Representantes do Governo:

Titular: Rafael de Farias Rocha - Matr. 0038 (Câmara Municipal)

Suplente: Luiz Joed Cabral Coelho - Matr. 0061 (Câmara Municipal)

Representante dos Servidores Ativos:

Titular: Lucia Amália Simões - Matr. 36.996

Representante dos Servidores Inativos:

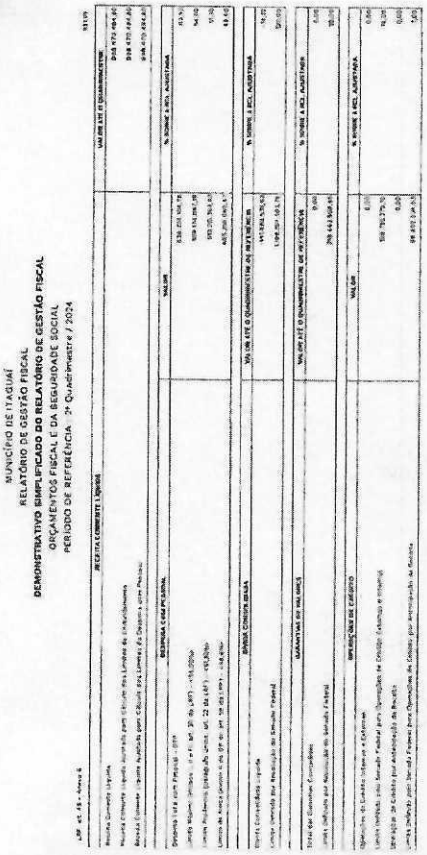
Titular: Edson Pereira da Costa - Matr. 21.423

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
PREFEITO

ITAPREVI
Fls.: 243
Proc.: 200000203/25


MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 3º QUADRIMESTRE / 2024

DECRETOS

DECRETO Nº. 4.876, DE 23 DE OUTUBRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ-RJ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 99, VII, e 123, I, *i*, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a representação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico na composição do Comitê de Governança e Gestão (CGG), criado pelo Decreto nº. 4.722, de 12 de agosto de 2022, na forma abaixo:

I – No lugar de ELAINE CRISTINA FERREIRA DE OLIVEIRA, entra **JOSIANE HILÁRIO DE ARAÚJO** e **JOVANA BATISTA DOS SANTOS.**

Art. 2º. Mantém-se as demais nomeações constantes no ANEXO ÚNICO do Decreto nº. 4.722, de 12 de agosto de 2022, no Decreto nº. 4.752, de 13 de dezembro de 2022, no Decreto nº. 4.758, de 30 de dezembro de 2022, no Decreto nº. 4.791, de 26 de maio de 2023, no Decreto nº. 4.817, de 04 de outubro de 2023, no Decreto nº. 4.841, de 14 de março de 2024 e no Decreto nº. 4.850, de 10 de maio de 2024

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
(a) Rubem Vieira de Souza
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.878, DE 06 DE NOVEMRO DE 2024.

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE ITAGUAÍ.

Considerando o processo administrativo nº 13.956/24 que trata do pedido de desligamento do Conselho Municipal de Previdência da servidora Neli de Oliveira da Mota;
Considerando o processo administrativo nº 17.824/24 que trata do pedido de desligamento do Conselho Municipal de Previdência do servidor Leonardo do Nascimento Gusmão;
Considerando o processo administrativo nº 17.825/24 que trata do pedido de desligamento do Conselho Municipal de Previdência da servidora Andréia Souto de Morais Ramalho;
Considerando o processo administrativo nº 17.826/24 que trata do pedido de desligamento do Conselho Municipal de Previdência da servidora Regiane Borges da Conceição Archanjo;
Considerando o processo administrativo nº 17.827/24 que trata do pedido de desligamento do Conselho Municipal de Previdência da servidora Ângela Fernandes da Silva.
Considerando o processo administrativo nº 200.000.239/24 que trata do pedido de desligamento do representante dos servidores inativos do Conselho Municipal de Previdência, que culminou em processo eleitoral para preenchimento da vaga.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ-RJ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os arts. 99, VII e 123, I, *i*, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí, promulgada em 09 de julho de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Substitui membros do Conselho Municipal de Previdência do Município de Itaguaí, nomeados através do Decreto nº 4.689 de 11 de fevereiro de 2022.
Art. 2º O Conselho Municipal de Previdência do Município de Itaguaí passa funcionar com a seguinte composição:

Representantes do Governo:
Titular: Simone Fernandes de Oliveira Fontes - Matr. 12.086 - Presidente
Titular: Simone Lucia dos Santos - Matr. 11.645
Titular: Dineia de Oliveira Mello - Matr. 38.778
Suplente: Sheila Moura Quintanilha Oliveira - Matr. 16.962
Suplente: Letícia da Silva Siqueira de Paula - Matr.16.968
Suplente: Felipe Wagner Quintanilha Domingues - Matr. 35.015
Representantes do Governo:
Titular: Rafael de Farias Rocha - Matr. 0038 (Câmara Municipal)
Suplente: Luiz Joed Cabral Coelho - Matr. 0061 (Câmara Municipal)
Representante dos Servidores Ativos:
Titular: Lucia Amália Simões - Matr. 36.996
Representante dos Servidores Inativos:
Titular: Edson Pereira da Costa - Matr. 21.423
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
(a) Rubem Vieira de Souza
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.879, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, no uso de suas atribuições, de acordo com os artigos 99, inciso VII e 123, inciso I, alínea i, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí, promulgada em 09 de julho de 2009;

DECRETA:

Art.1º. Fica declarado facultativo o ponto nas repartições públicas do Município de Itaguaí, conforme abaixo discriminado:

- Dia 18/11/2024 (segunda-feira) – Ponto Facultativo;
- Dia 19/11/2024 (terça-feira) – Ponto Facultativo;
- Dia 20/11/2024 (quarta-feira) – Feriado;
- Dia 21/11/2024 (quinta-feira) – Ponto Facultativo;
- Dia 22/11/2024 (sexta-feira) – Ponto Facultativo.

ITAPREVI
Fls.: 244
Proc.: 20000203/25

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO ANO DE 2024.

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas (Horário de Brasília) na sede do Instituto (ITAPREVI), aconteceu a Sétima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência do ITAPREVI. Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Simone Fernandes de Oliveira Fontes (Presidente), Lúcia Amália Simões Rosa, Luiz Joed Cabral Coelho (suplente) e Simone Lucia dos Santos. Compareceram ainda, a presidente do Itaprevi Sra. Fernanda Pereira da Silva, o diretor-geral financeiro do Itaprevi Sr Marcelo José Magalhães Lopes, o Assessor Administrativo do Itaprevi Sr Mario Gonçalves Filho e o Diretor Contábil do Itaprevi Sr André Luiz da Silva Miranda. Dando continuidade à reunião, a presidente do Conselho, Sra. Simone Fontes apresentou-se, destacando suas qualificações curriculares e as funções na Secretaria da Fazenda, específica no Setor de Contabilidade. A mesma solicitou a apresentação nominal e funcional dos presentes, os quais se pronunciaram, seguindo o mesmo rito. A Sra. Simone Fontes informou que os balancetes de março a outubro de dois mil e vinte e quatro foram enviados ao conselho, os mesmos ainda não foram apreciados pelo conselho por não haver tempo hábil e acrescenta que somente outubro será apreciado pelo conselho aprovando ou não. A Sra. Simone Santos questiona sobre saldo existente na conta de perda e ajustes anteriores por que não foram zerados e o Sr André Miranda respondeu que os lançamentos de ajuste que não foram realizados em dois mil e vinte e três serão realizados no término do exercício de dois mil e vinte e quatro. Foi questionado também pela Sra Simone Santos sobre o valor de APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL lançado no curto prazo e o Sr André Miranda respondeu que estaria providenciando o lançamento para o longo prazo. A Sra. Simone Santos relata que não conseguiu visualizar o valor no Relatório da Projeção Atuarial solicitando que fosse encaminhado o Relatório com a demonstração do citado valor. Foi questionado pela Sra. Simone Santos se os valores constantes em Consignações estavam sendo devidamente pagos e o Sr André Miranda respondeu que sim. A Sra. Simone Fontes perguntou sobre os Restos a Pagar e o Sr André Miranda respondeu que está aguardando ofício da Secretaria de Fazenda para realizar os devidos cancelamentos e a Sra. Simone Santos informou ao Sr André Miranda que existe um decreto que regulamenta esse procedimento. O Sr Luiz Joed acrescentou que o Itaprevi é uma autarquia e que deve realizar e comunicar seus atos à Prefeitura. A presidente Sra. Simone Fontes relata que solicitou a conciliação bancária por e-mail sem retorno e solicitou que o envio da conciliação bancária fosse realizado com antecedência possibilitando as devidas apreciações. Sra. Simone Fontes informou que recebeu o Regime Interno e a Lei atualizada por e-mail do Sr André Miranda. O Sr André Miranda informou que não foi encaminhado a atualização que alterou os repasses recebidos do Município para quinze dias úteis do mês subsequente, antes acontecia até o quinto dia útil do mês subsequente. A presidente Sra. Simone Fontes indagou sobre a alteração do prazo observando que tal alteração afetou no recebimento dos repasses ocasionando o grande volume de valores a receber. O Sr André Miranda acrescentou que essa alteração prejudicou a política de investimento. O Sr Luiz Joed ressaltou que o Projeto de Lei que dispõe sobre os débitos do Município com Itaprevi deveria ter prévia manifestação do Conselho antes de ser encaminhado à Câmara de Vereadores. A Sra. Simone Santos questionou por que no Projeto de Lei que dispõe sobre parcelamento de débitos encaminhado

ITAPREVI
Fls.: 245
Proc.: 200000203/25

à Câmara de Vereadores não consta o valor principal da dívida. O Sr Luiz Joed propôs que o Conselho encaminhasse um ofício para o Governo solicitando esclarecimentos e providências quanto a não manifestação do Conselho no Projeto de Lei. Foi solicitado ao Sr. André Miranda pela Sra. Simone Santos que informe a Secretaria de Fazenda o valor a ser inscrito no passivo não circulante. A Sra. Simone Santos sugeriu que a contabilidade do Itaprevi estabeleça o dia dez do mês subsequente para encerramento das contas. A Sra. Simone Fontes reitera a necessidade desse prazo para que as reuniões do Conselho sejam realizadas após a data possibilitando a entrega dos documentos necessários para apreciação do Conselho. A Sra. Simone Fontes solicitou à Sra. Fernanda que sejam contratadas pessoas técnicas para a contabilidade por conta da deficiência de profissionais. Foi questionado pelo Sr. Luiz Joed se foi colocado alguma empresa para questão atuarial e a Sra. Fernanda respondeu que foi aberta uma auditoria devido as questões levantadas pelo TCE e foi providenciada a contratação de outra empresa. A Sra Simone Fontes perguntou sobre a certificação dos conselheiros e a Sra. Fernanda informou que tem seis meses para os conselheiros tirarem a certificação e que o Conselho deve solicitar o curso e o pagamento das taxas ao Itaprevi. A Sra. Simone Fontes perguntou o que o Itaprevi tem a receber do Cadprev uma vez que o Cadprev fica bloqueado devido aos débitos da Prefeitura junto aos órgãos envolvidos. A Sra. Simone Fontes trouxe a Sra. Fernanda o assunto sobre o pagamento das reuniões do Conselho e sobre a quantidade de reuniões chegando-se a conclusão que no mínimo uma reunião por semana com seus devidos pagamentos. Questionado pela Sra. Simone Fontes o Sr Mário esclarece que a CND da Prefeitura está bloqueada devido ao débito da Prefeitura junto ao Itaprevi e com a Receita Federal impedindo o Itaprevi de receber os repasses do Cadprev. Foi requerida, pelos membros, reunião extraordinária para o dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às 14h, no Itaprevi. Às quinze horas e quatro minutos a reunião foi finalizada. Sem mais, eu Simone Lucia dos Santos redigi esta ata e deixo para os demais membros assinarem.

gov.br Documento assinado digitalmente
SIMONE FERNANDES DE OLIVEIRA FONTES
Data: 26/12/2024 16:47:34-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Simone Fernandes de Oliveira Fontes
Presidente do CMP

gov.br Documento assinado digitalmente
SIMONE LUCIA DOS SANTOS
Data: 26/12/2024 16:30:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Simone Lucia dos Santos
Membro Titular do CMP

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCIA AMALIA SIMOES ROSA
Data: 26/12/2024 19:14:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Lúcia Amália Simões Rosa
Membro Titular do CMP

gov.br Documento assinado digitalmente
LUIZ JOED CABRAL COELHO
Data: 26/12/2024 18:19:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Luiz Joed Cabral Coelho
Membro Suplente do CMP

ITAPREVI
Fls. 246
Proc. 20000203/25

Art. 2º O período de interdição será entre os dias 08/01/2025 e 09/01/2025 e entre os dias 15/01/2025 e 16/01/2025, conforme horários previstos no Anexo II.

Art. 3º Os moradores, que portarem comprovante de residência, poderão acessar as vias interditadas, contanto que não deixem seus veículos, na via pública nem na calçada.

Art. 4º Viaturas de polícia, do Corpo de Bombeiros, de Ambulâncias, de fiscalização de trânsito, de Defesa Civil, Guarda Municipal e demais serviços públicos terão livre acesso às vias interditadas.

Parágrafo único – as viaturas não mencionadas, nessa resolução, que tenham a necessidade de acessarem às vias interditadas, para a prestação de serviços urgentes, deverão solicitar autorização ao agente de trânsito presente no local, responsável pelo controle de acesso, o qual deliberará a necessidade de permitir sua entrada.

Art. 5º Situações omissas deverão ser dirimidas pelo Secretário Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor, na data de sua publicação.

(a) Gilson Stutz De Oliveira Júnior

Secretário de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito

ANEXO I

VIAS INTERDITADAS

AV. BEIRA MAR

ANEXO II

DIAS E HORÁRIOS DE INTERDIÇÃO

DE 16H DE 08/02/25 ATÉ ÀS 02H DE 09/02/25	DE 16H DE 15/02/25 ATÉ ÀS 02H DE 16/02/25

PORTARIA Nº 03, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL E TRÂNSITO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso II, alínea "a" da Lei nº 3280/14, alterado pela Lei nº 3586/17.

RESOLVE:

Art.1º - Designar o servidor efetivo **TIARLEI DE ARAÚJO PROCÓPIO,** matrícula nº 36.636, para exercer o encargo de Fiscal do 2º TERMO ADITIVO do Processo nº 7.454/2021 – **CONTRATO Nº 247/2022,** firmado pelo **MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ** com a **EMPRESA BAN CAR DE IGUAÇU VEÍCULOS LTDA,** que tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de locação de veículos, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de motorista e sem combustível

Art.2º - Designar o servidor efetivo **JESIEL CEZAR DE LIMA,** matrícula nº 34.443, para atestar a execução supramencionada, em conjunto com o servidor designado na forma do art. 1º desta Portaria.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02/01/2025.

(a) Gilson Stutz De Oliveira Junior

Secretário Municipal de Seg. Púb., Def. Civil e Trânsito

Matrícula: 51497

PORTARIA Nº 04, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA CIVIL E TRÂNSITO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso II, alínea "a" da Lei nº 3280/14, alterado pela Lei nº 3586/17.

RESOLVE:

Art.1º - Designar o servidor efetivo **TIARLEI DE ARAÚJO PROCÓPIO,** matrícula nº 36.636, para exercer o encargo de Fiscal do Processo nº 8.790/2024 – **CONTRATO Nº 231/2024,** firmado pelo **MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ** com a **MALE COMERCIO, SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA,** que tem por objetivo a contratação de empresa especializada em locação de veículos, sem motorista, sem combustível, com rastreamento, plotagem, giroflex (sirene) e seguro.

Art.2º - Designar o servidor efetivo **JESIEL CEZAR DE LIMA,** matrícula nº 34.443, para atestar a execução supramencionada, em conjunto com o servidor designado na forma do art. 1º desta Portaria.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02/01/2025.

(a) Gilson Stutz De Oliveira Junior

Secretário Municipal de Seg. Púb., Def. Civil e Trânsito

Matrícula: 51497

ATOS DO ITAPREVI

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO ANO DE 2024.

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas (Horário de Brasília) na sede do Instituto (ITAPREVI), aconteceu a Sétima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência do ITAPREVI. Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Simone Fernandes de Oliveira Fontes (Presidente), Lúcia Amália Simões Rosa, Luiz Joed Cabral Coelho (suplente) e Simone Lucia dos Santos. Compareceram ainda, a presidente do Itaprevi Sra. Fernanda Pereira da Silva, o diretor-geral financeiro do Itaprevi Sr Marcelo José Magalhães Lopes, o Assessor Administrativo do Itaprevi Sr Mario Gonçalves Filho e o Diretor Contábil do Itaprevi Sr André Luiz da Silva Miranda. Dando continuidade à reunião, a presidente do Conselho, Sra. Simone Fontes apresentou-se, destacando suas qualificações curriculares e as funções na Secretaria da Fazenda, específica no Setor de Contabilidade. A mesma solicitou a apresentação nominal e funcional dos presentes, os quais se pronunciaram, seguindo o mesmo rito. A Sra. Simone Fontes informou que os balancetes de março a outubro de dois mil e vinte e quatro foram enviados ao conselho, os mesmos ainda não foram apreciados pelo conselho por não haver tempo hábil e acrescenta que somente outubro será apreciado pelo conselho aprovando ou não. A Sra. Simone Santos questiona sobre saldo existente na conta de perda e ajustes anteriores por que não foram zerados e o Sr André Miranda respondeu que os lançamentos de ajuste que não foram realizados em dois mil e vinte e três serão realizados no término do exercício de dois mil e vinte e quatro. Foi questionado também pela Sra Simone Santos sobre o valor de APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL lançado no curto prazo e o Sr André Miranda respondeu que estaria providenciando o lançamento

para o longo prazo. A Sra. Simone Santos relata que não conseguiu visualizar o valor no Relatório da Projeção Atuarial solicitando que fosse encaminhado o Relatório com a demonstração do citado valor. Foi questionado pela Sra. Simone Santos se os valores constantes em Consignações estavam sendo devidamente pagos e o Sr André Miranda respondeu que sim. A Sra. Simone Fontes perguntou sobre os Restos a Pagar e o Sr André Miranda respondeu que está aguardando ofício da Secretaria de Fazenda para realizar os devidos cancelamentos e a Sra. Simone Santos informou ao Sr André Miranda que existe um decreto que regulamenta esse procedimento. O Sr Luiz Joed acrescentou que o Itaprevi é uma autarquia e que deve realizar e comunicar seus atos à Prefeitura. A presidente Sra. Simone Fontes relata que solicitou a conciliação bancária por e-mail sem retorno e solicitou que o envio da conciliação bancária fosse realizado com antecedência possibilitando as devidas apreciações. Sra. Simone Fontes informou que recebeu o Regime Interno e a Lei atualizada por e-mail do Sr André Miranda. O Sr André Miranda informou que não foi encaminhado a atualização que alterou os repasses recebidos o Município para quinze dias úteis do mês subsequente, antes acontecia até o quinto dia útil do mês subsequente. A presidente Sra. Simone Fontes indagou sobre a alteração do prazo observando que tal alteração afetou no recebimento dos repasses ocasionando o grande volume de valores a receber. O Sr André Miranda acrescentou que essa alteração prejudicou a política de investimento. O Sr Luiz Joed ressaltou que o Projeto de Lei que dispõe sobre os débitos do Município com Itaprevi deveria ter prévia manifestação do Conselho antes de ser encaminhado à Câmara de Vereadores. A Sra. Simone Santos questionou por que no Projeto de Lei que dispõe sobre parcelamento de débitos encaminhado à Câmara de Vereadores não consta o valor principal da dívida. O Sr Luiz Joed propôs que o Conselho encaminhasse um ofício para o Governo solicitando esclarecimentos e providências quanto a não manifestação do Conselho no Projeto de Lei. Foi solicitado ao Sr. André Miranda pela Sra. Simone Santos que informe a Secretaria de Fazenda o valor a ser inscrito no passivo não circulante. A Sra. Simone Santos sugeriu que a contabilidade do Itaprevi estabeleça o dia dez do mês subsequente para encerramento das contas. A Sra. Simone Fontes reitera a necessidade desse prazo para que as reuniões do Conselho sejam realizadas após a data possibilitando a entrega dos documentos necessários para apreciação do Conselho. A Sra. Simone Fontes solicitou à Sra. Fernanda que sejam contratadas pessoas técnicas para a contabilidade por conta da deficiência de profissionais. Foi questionado pelo Sr. Luiz Joed se foi colocado alguma empresa para questão atuarial e a Sra. Fernanda respondeu que foi aberta uma auditoria devido as questões levantadas pelo TCE e foi providenciada a contratação de outra empresa. A Sra Simone Fontes perguntou sobre a certificação dos conselheiros e a Sra. Fernanda informou que tem seis meses para os conselheiros tirarem a certificação e que o Conselho deve solicitar o curso e o pagamento das taxas ao Itaprevi. A Sra. Simone Fontes perguntou o que o Itaprevi tem a receber do Cadprev uma vez que o Cadprev fica bloqueado devido aos débitos da Prefeitura junto aos órgãos envolvidos. A Sra. Simone Fontes trouxe a Sra. Fernanda o assunto sobre o pagamento das reuniões do Conselho e sobre a quantidade de reuniões chegando-se a conclusão que no mínimo uma reunião por semana com seus devidos pagamentos. Questionado pela Sra. Simone Fontes o Sr Mário esclarece que a CND da Prefeitura está bloqueada devido ao débito da Prefeitura junto ao Itaprevi e com a Receita Federal impedindo o Itaprevi de receber os repasses do Cadprev. Foi requerida, pelos membros, reunião extraordinária para o dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às 14h, no Itaprevi. Às quinze horas e quatro minutos a reunião foi finalizada. Sem mais, eu Simone Lucia dos Santos redigi esta ata e deixo para os demais membros assinarem.

(a) Simone Fernandes de Oliveira Fontes
Presidente do CMP
(a) Simone Lucia dos Santos
Membro Titular do CMP
(a) Lúcia Amália Simões Rosa
Membro Titular do CMP
(a) Luiz Joed Cabral Coelho
Membro Suplente do CMP

ITAPREVI
Fls.: 247
Proc.: 20000020325

ITAPREVI
Fls.: 248
Proc.: 20000020312/25

ITAPREVI
04
20 000 016/25

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO ANO DE 2024.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro às quatorze horas (Hora de Brasília), na Sede do Instituto (Itaprevi), aconteceu a quarta Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Previdência do Itaprevi, convocada através do Ofício CMP nº 035/2024, pela Presidente do Conselho, para deliberar assuntos, cuja pauta é: Conciliação Bancária; Projeto de Lei; Investimentos e outros assuntos do Conselho Deliberativo. Compareceram à reunião os membros do Conselho, Sra. Simone Fontes – Presidente, Sra. Simone Santos, Sra. Dineia Mello todas representantes do Governo, Sr. Edson Costa – representando os Inativos, Sr. Rafael de Farias Rocha – Representante da Câmara dos Vereadores. Compareceram ainda, a presidente do Itaprevi Sra. Fernanda Pereira da Silva, o diretor-geral financeiro do Itaprevi Sr Marcelo José Magalhães Lopes e o Diretor Contábil do Itaprevi Sr André Luiz da Silva Miranda. Iniciada a sessão a Sra. Simone Fontes apresentou o Ofício nº034/2024 para ciência dos presentes que foi encaminhado à Secretaria de Governo para providencias quanto a não manifestação do Conselho no Projeto de Lei que dispõe sobre os débitos previdenciários da Prefeitura com o Itaprevi. A Sra. Fernanda sugeriu que o ofício fosse colocado na pasta porque o novo Conselho foi nomeado na mesma data em que o Projeto de Lei foi protocolado na Câmara, dizendo ainda, que a Prefeitura garantiu ter os recursos necessários para o pagamento da primeira parcela do Acordo o qual contemplará todos os valores devidos e quantidade de parcelas. A Sra Simone Fontes deixou claro que o Conselho não é contra o parcelamento e reparcelamento e ressaltou a importância da manifestação do Conselho no Projeto de Lei. A Sra. Fernanda informou que todos os cálculos dos valores devidos são feitos pelo Cadprev. Foi apresentado pela Sra. Fernanda ao Conselho uma prévia dos valores devidos e sua forma de pagamento. A Sra. Simone Santos acrescentou que a repactuação deveria consolidar todas as dívidas, ou seja, dois mil e vinte e três e dois mil e vinte quatro; o Sr. André disse que haveria dívidas distintas como por exemplo uma seria parcelamento, dois mil e vinte e quatro e o ano de dois mil e vinte três seria reparcelamento. A Sra Simone Fontes perguntou a Sra. Fernanda quem vai elaborar o Acordo de Dívida quando aprovado o Projeto de Lei e Sra. Fernanda respondeu que Prefeitura e Itaprevi vão elaborar juntos com posterior aprovação do Conselho. A Sra. Simone Fontes indagou se a verba do "Servidor" e as parcelas de dois mil e dezoito serão pagas ainda em dois mil e vinte e quatro. O Sr. Rafael esclareceu que a dívida da Prefeitura com o ITAPREVI deverá ser paga ainda este ano, caso não ocorra, provavelmente haverá sanções; não se aventa o não pagamento; A Sra. Simone Fontes observou a necessidade do Contrato ter vistas pelo Conselho, obviamente não será obstado, mas sim para ter ciência e se manifestar do que está sendo pactuado. O Sr. André informou que tem dificuldade em identificação dos valores inseridos no Relatório de origem da Tesouraria que não identifica separadamente "quais verbas para tais contas", ocorrendo dificuldade para a conciliação. Quanto aos investimentos, o Sr, Marcelo discorreu sobre os investimentos, apontando em um gráfico o avanço dos valores aplicados desde quando tomou posse no ITAPREVI, aproximadamente seis meses; acrescentou a dificuldade do ITAPREV pagar a "folha", onde o valor mensal de aproximadamente oito milhões, sendo que este mês terá mais, talvez, quatro milhões para pagamento do décimo terceiro salário. Em virtude disso os investimentos estão sendo prejudicados, pois retira dos investimentos este montante. Informou também, através de um gráfico o percentual de aplicações, considerado por ele muito baixo (2,7%). Também esclareceu o momento não está para correr risco, tendendo para seu lado "conservador", esclareceu que em renda fixa o valor de aproximadamente duzentos e oitenta

milhões de reais e sete milhões em renda variável e que esses valores já estavam investidos quando de sua chegada ao ITAPREVI, preferiu não mexer. Reforçou que tem que tirar dinheiro dos investimentos para pagamento da "folha" dos inativos e pensionistas, porém envida esforços para que, a partir de janeiro do próximo ano consiga melhorar os retornos dos investimentos com melhores rentabilidades; asseverou que o caminho será risco baixo e retorno maior, com aplicações de longo prazo. A Sra. Simone Fontes solicitou ao Sr. André a Conciliação Bancária para avaliação, porém lhe fora entregue razão financeiro retirado do sistema, na conferência dos relatórios entregues, a Sra. Simone Fontes observou que aparece no relatório o valor em torno de sessenta e um milhões de reais aplicados em um só banco o Banco MASTER, banco o qual ela não conhecia, provocado, o Sr. Marcelo respondeu que é um Banco de Investimento onde fora aplicado em Letra financeira e que o Banco consta na lista do Ministério da Previdência, ficando subentendido que é uma instituição de credibilidade e que a aplicação se deu após o Comitê de Investimentos aprovar a operação, pois se trata de "cotação" e quem paga a maior cotação é o indicado, como foi o caso; informou ainda que promoveu cotação em outras instituições como CEF, BB. ITAÚ, SANTANDER, SACOVAL, BTG e SAFRA. Para este tipo de aplicação é disponibilizado o percentual com "teto" de vinte por cento, o que foi indicado pelo Comitê de Investimento; perguntado se haveria Atas de convocação do referido Comitê e se poderia ter acesso. Com a afirmativa do Sr. Marcelo, estas serão solicitadas através de Ofício. Ainda sobre o valor de sessenta milhões de reais aplicados a Sra. Simone Fontes, considerou novamente esse valor muito significativo para ser aplicado em apenas uma Instituição Financeira, tratando-se o Sr. Marcelo como um Investidor Conservador; acrescentou ele que, em Letra Financeira o prazo é de cinco e dez anos e que o valor fora aplicado em duas etapas junho e julho de dois mil e vinte e quatro, sendo o investimento feito em dez anos com direito a um cupom anual, objetivando no futuro, uma das "partes" aplicadas junho ou julho poderá recorrer a outra cotação com rentabilidade maior. Ocorre essa possibilidade, confirmou ele. Por fim deu-se encerrada a reunião às quinze horas e dez minutos, ficando na expectativa de receber os relatórios solicitados e outras considerações que porventura ocorrer. Sem mais, eu Edson Costa redigi esta ata e deixo para os demais membros assinarem.

gov.br Documento assinado digitalmente
SIMONE FERNANDES DE OLIVEIRA FONTES
Data: 23/12/2024 14:46:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Simone Fernandes de Oliveira Fontes
Presidente do CMP

gov.br Documento assinado digitalmente
SIMONE LUCIA DOS SANTOS
Data: 23/12/2024 15:13:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Simone Lucia dos Santos
Membro Titular do CMP

gov.br Documento assinado digitalmente
DINEIA DE OLIVEIRA MELLO
Data: 09/02/2025 21:04:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dineia Mello
Membro Titular do CMP

gov.br Documento assinado digitalmente
RAFAEL DE FARIAS ROCHA
Data: 10/02/2025 15:22:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Rafael de Farias Rocha
Membro Titular do CMP

gov.br Documento assinado digitalmente
EDSON PEREIRA DA COSTA
Data: 10/02/2025 17:56:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Edson Costa
Membro Titular do CMP

...RIA SMOU Nº 011 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025

...CRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, Inciso II, alínea "a" da Lei nº 3280/14, alterado pela Lei nº 3586/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **GUSTAVO CASTILHO DE OLIVEIRA**, Matrícula Funcional nº 51.535, CPF nº 058.474.297-54 e **JOSÉ CARLOS MARQUES DE AMORIM JUNIOR**, Matrícula nº 51.598, CPF nº 030.183.767-81, para exercer o encargo de Fiscal do Contrato nº 105/2023, firmado pelo **MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ** com a empresa **ITAMED COMÉRCIO E ARQUITETURA LTDA**, que tem por objeto **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO TIPO JANELA, SPLIT HI-WALL, SPLIT PISO, SPLIT TETO, CASSETE, SHELF CONTAINED, COM INSTALAÇÃO, REINSTALAÇÃO, REMOÇÃO E RELOCAÇÃO, FORNECIMENTO TOTAL DE PEÇAS E COMPONENTES**, conforme Processo Administrativo nº 7.351/2022, em substituição ao Sr. MAURÍCIO AKIO ISSOBE, Matrícula Funcional nº 47.352, nomeado por meio da Portaria SMOU nº 017 de 03 de maio de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Itaguaí, 10 de fevereiro de 2025

(a) Agenor de Oliveira Teixeira

Secretário Municipal de Obras e Urbanismo

Matrícula nº 51.522

ATOS DO ITAPREVI

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO ANO DE 2024.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro às quatorze horas (Hora de Brasília), na Sede do Instituto (Itaprevi), aconteceu a quarta Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Previdência do Itaprevi, convocada através do Ofício CMP nº 035/2024, pela Presidente do Conselho, para deliberar assuntos, cuja pauta é: Conciliação Bancária; Projeto de Lei; Investimentos e outros assuntos do Conselho Deliberativo. Compareceram à reunião os membros do Conselho, Sra. Simone Fontes – Presidente, Sra. Simone Santos, Sra. Dineia Mello todas representantes do Governo, Sr. Edson Costa – representando os Inativos, Sr. Rafael de Farias Rocha – Representante da Câmara dos Vereadores. Compareceram ainda, a presidente do Itaprevi Sra. Fernanda Pereira da Silva, o diretor-geral financeiro do Itaprevi Sr Marcelo José Magalhães Lopes e o Diretor Contábil do Itaprevi Sr André Luiz da Silva Miranda. Iniciada a sessão a..a. Simone Fontes apresentou o Ofício nº034/2024 para ciência dos presentes que foi encaminhado à Secretaria de Governo para providencias quanto a não manifestação do Conselho no Projeto de Lei que dispõe sobre os débitos previdenciários da Prefeitura com o Itaprevi. A Sra. Fernanda sugeriu que o ofício fosse colocado na pasta porque o novo Conselho foi nomeado na mesma data em que o Projeto de Lei foi protocolado na Câmara, dizendo ainda, que a Prefeitura garantiu ter os recursos necessários para o pagamento da primeira parcela do Acordo o qual contemplará todos os valores devidos e quantidade de parcelas. A Sra Simone Fontes deixou claro que o Conselho não é contra o parcelamento e reparcelamento e ressaltou a importância da manifestação do Conselho no Projeto de Lei. A Sra. Fernanda informou que todos os cálculos dos valores devidos são feitos pelo Cadprev. Foi apresentado pela Sra. Fernanda ao Conselho uma prévia dos valores devidos e sua forma de pagamento. A Sra. Simone Santos acrescentou que a repactuação deveria consolidar todas as dívidas, ou seja, dois mil e vinte e três e dois mil e vinte quatro; o Sr. André disse que haveria dívidas distintas como por exemplo uma seria parcelamento, dois mil e vinte e quatro e o ano de dois mil e vinte três seria reparcelamento. A Sra Simone Fontes perguntou a Sra. Fernanda quem vai elaborar o Acordo de Dívida quando aprovado o Projeto de Lei e Sra. Fernanda respondeu que Prefeitura e Itaprevi vão elaborar juntos com posterior aprovação do Conselho. A Sra. Simone Fontes indagou se a verba do "Servidor" e as parcelas de dois mil e dezoito serão pagas ainda em dois mil e vinte e quatro. O Sr. Rafael esclareceu que a dívida da Prefeitura com o ITAPREVI deverá ser paga ainda este ano, caso não ocorra, provavelmente haverá sanções; não se aventa o não pagamento; A Sra. Simone Fontes observou a necessidade do Contrato ter vistas pelo Conselho, obviamente não será obstado, mas sim pa... ciência e se manifestar do que está sendo pactuado. Quant... investimentos, o Sr, Marcelo discorreu sobre os investime... apontando em um gráfico o avanço dos valores aplicados ... quando tomou posse no ITAPREVI, aproximadamente seis m... acrescentou a dificuldade do ITAPREV pagar a "folha", onde o ... mensal de aproximadamente oito milhões, sendo que este mê... mais, talvez, quatro milhões para pagamento do décimo ter... salário. Em virtude disso os investimentos estão sendo prejudic... pois retira dos investimentos este montante. Informou tam... através de um gráfico o percentual de aplicações, considerad... ele muito baixo (2,7%). Também esclareceu o momento não ... para correr risco, tendendo para seu lado "conservador", esclar... que em renda fixa o valor de aproximadamente duzentos e oit... milhões de reais e sete milhões em renda variável e que esses va... já estavam investidos quando de sua chegada ao ITAPREVI, pre... não mexer. Reforçou que tem que tirar dinheiro dos investime... para pagamento da "folha" dos inativos e pensionistas, po... envida esforços para que, a partir de janeiro do próximo ano cor... melhorar os retornos dos investimentos com melhores rentabilida... asseverou que o caminho será risco baixo e retorno maior, ... aplicações de longo prazo. A Sra. Simone Fontes solicitou ao Sr. A... a Conciliação Bancária para avaliação, e na conferência dos relatd... entregues, a Sra. Simone Fontes observou que aparece no relat... o valor em torno de sessenta e um milhões de reais aplicados ... um só banco o Banco MASTER, banco o qual ela não conhe... provocado, o Sr. Marcelo respondeu que é um Banco de Investime... onde fora aplicado em Letra financeira e que o Banco consta... lista do Ministério da Previdência, ficando subentendido que é ... instituição de credibilidade e que a aplicação se deu após o Comitê... Investimentos aprovar a operação, pois se trata de "cotação" e qu... paga a maior cotação é o indicado, como foi o caso; informou ai... que promoveu cotação em outras instituições como CEF, BB. IT... SANTANDER, SACOVAL, BTG e SAFRA. Para este tipo de aplicaçã... disponibilizado o percentual com "teto" de vinte por cento, o que ... indicado pelo Comitê de Investimento; perguntado se haveria A... de convocação do referido Comitê e se poderia ter acesso. Cor... afirmativa do Sr. Marcelo, estas serão solicitadas através de Ofíc... Ainda sobre o valor de sessenta milhões de reais aplicados a S... Simone Fontes, considerou novamente esse valor muito significat... para ser aplicado em apenas uma Instituição Financeira, tratando ... o Sr. Marcelo como um Investidor Conservador; acrescentou ele q... em Letra Financeira o prazo é de cinco e dez anos e que o valor fo... aplicado em duas etapas junho e julho de dois mil e vinte e quat... sendo o investimento feito em dez anos com direito a um cupo... anual, objetivando no futuro, uma das "partes" aplicadas jun... ou julho poderá recorrer a outra cotação com rentabilidade mai... Ocorre essa possibilidade, confirmou ele. Por fim deu-se encerra... a reunião às quinze horas e dez minutos, ficando na expectati... de receber os relatórios solicitados e outras considerações q... porventura ocorrer. Sem mais, eu Edson Costa redigi esta ata e dei... para os demais membros assinarem.

(a) Simone Fernandes de Oliveira Fontes
Presidente do CMP

(a) Simone Lúcia dos Santos
Membro titular do CMP

ITAPREVI
Fls. 12
Proc. 20000096/25

(a) Dinéia Mello
Membro titular do CMP

(a) Rafael de Farias Rocha
Membro titular do CMP

ITAPREVI
Fls. 250
Proc.: 20000203/25

(a) Edson Costa
Membro titular do CMP

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO ANO DE 2024.

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte quatro as dez horas e quarenta e cinco minutos (Hora de Brasília), na Sede do Instituto (ITAPREVI), ocorreu a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Previdência do ITAPREVI, convocada através do Ofício CMP nº 036/2024, pela Sra. Presidente do Conselho, para deliberar assuntos, cuja pauta é: Aprovação da Política de Investimentos do ano de dois mil e vinte e cinco; Deliberação sobre o julgamento dos Projetos de Lei (Pls), que dispõem sobre parcelamento e reparcelamento dos débitos da Prefeitura com o ITAPREVI. Compareceram à reunião os

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO ANO DE 2024.

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte quatro as dez horas e quarenta e cinco minutos (Hora de Brasília), na Sede do Instituto (ITAPREVI), ocorreu a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Previdência do ITAPREVI, convocada através do Ofício CMP nº 036/2024, pela Sra. Presidente do Conselho, para deliberar assuntos, cuja pauta é: Aprovação da Política de Investimentos do ano de dois mil e vinte e cinco; Deliberação sobre o julgamento dos Projetos de Lei (Pls), que dispõem sobre parcelamento e reparcelamento dos débitos da Prefeitura com o ITAPREVI. Compareceram à reunião os membros do Conselho, Sra. Simone Fontes – Presidente; Sra. Simone Santos – Membro Titular; Sra. Lúcia Simões – Membro Titular, representando os Servidores Ativos; Sr. Edson Costa – Membro Titular, representando os Servidores Inativos e Pensionistas; Sr. Rafael Farias Rocha – Membro Titular, representante da Câmara dos Vereadores. Participaram ainda, Sra. Fernanda Pereira da Silva – Presidente do ITAPREVI; Sr. Marcelo Lopes – Diretor Geral Financeiro do ITAPREVI; Sr. André Miranda - Diretor Contábil do ITAPREVI e Sr. Oswaldo, membro suplente do Comitê de Investimento do ITAPREVI. Iniciada a sessão a Sra. Simone Fonte indagou ao Sr. Oswaldo, sobre a Política de Investimentos do Instituto, para melhor entendimento dos valores aplicados. A Sra. Presidente do CMP, voltou a externar sua preocupação com os valores investidos no Banco MASTER; sua preocupação com uma situação crítica em desfavor do banco já citado, com relação a uma denúncia ao Tribunal de Contas pelo Sr. Deputado Luiz Paulo em relação ao RIO PREVIDÊNCIA pelo investimento, que fizeram ou tentaram fazer, como também na CAIXA ECONÔMICA o que não aconteceu. A preocupação maior é devido ao valor de sessenta e um milhões já investidos, onde afirma que é uma quantia expressiva para a concentração em apenas um só Banco, e o prazo de dez anos muito longo; que na verdade foram cinquenta e nove milhões, sendo hoje esse valor já com os rendimentos (valores aproximados), e que fosse registrado em ata sua preocupação; A Sra. Presidente propõe que não haja nenhum outro investimento no Banco MASTER e todos os membros presentes do CMP concordam. Em seguida explanou os acontecimentos que ocorrera que, no entendimento do grupo não é viável continuar aplicando no Banco em questão. O Sr. Oswaldo afirmou que o investimento está aplicado em dez anos, mas, em caso de havendo necessidade de liquidez, antecipar. A Sra. Presidente do CMP acrescentou que solicitou as atas do Comitê de Investimentos para um melhor entendimento e apurar em que momento foram feitos esses investimentos e, que não encontrou nem o valor e nem indicação de valores e onde deveriam investir. A Sra. Presidente do CMP questionou se na época do investimento houve o aval do CMP nessas tomadas de decisões; O Sr. Fernando explicou que a decisão foi em função do curto tempo e que teria o prazo de seis meses para atingir a meta de investimentos e teria que alcançar a meta atuarial e que as duas vezes investidas no mesmo Banco foi porque era quem fornecia a melhor cotação e que a aplicação em Letras era a que dava maior rentabilidade. Presidente do ITAPREVI solicitou que constasse em Ata que existe um PAD onde se aponta todos os trâmites da Política de Investimentos, com documentos onde se direciona os investimentos que sustenta essa aplicação; inclusive. Acrescentou que gostaria que constasse em Ata a resposta do RIOPREVIDÊNCIA e a resposta do Banco Master e, que se aguarde o resultado final. A Sra. Simone Santos acrescentou que a Política de Investimento no Item 3 não está sendo transparente, questionou onde serão divulgadas as tomadas de decisões e como será a entrega

desse conteúdo, pois na Lei que se encontra agorá não deixa claro; deveria ser melhorada a redação. Quanto a Política de Investimento a Sra. Simone Santos questionou que nas Atas do Comitê deveria constar todos os parâmetros para o investimento; que fosse mais transparente quanto as decisões com relação às Instituições, os valores e que tipo de investimento. A Sra. Simone Santos acrescentou que tais situações poderiam ser mais transparentes com relação à motivação das movimentações financeiras e o porquê; sugestão que foi também admitida pelo Sr. Rafael acrescentando que seria para resguardar tanto quem operou como também o Comitê tendo a ciência do CMP. A Presidente do CMP sugeriu uma reunião no dia vinte e seis de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Às doze horas a reunião foi finalizada. Sem mais, eu Edson Costa redigi esta ata e deixo para os demais membros assinarem.

Simone Fernandes de Oliveira Fontes
Presidente do CMP

Simone Lucia dos Santos
Membro Titular do CMP

Lúcia Amália Simões Rosa
Membro Titular do CMP

Rafael de Farias Rocha
Membro Titular do CMP

Edson Costa
Membro Titular do CMP

...RIA SMOU Nº 011 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025

...ECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, Inciso II, alínea "a" da Lei nº 3280/14, alterado pela Lei nº 3586/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **GUSTAVO CASTILHO DE OLIVEIRA,** Matrícula Funcional nº 51.535, CPF nº 058.474.297-54 e **JOSÉ CARLOS MARQUES DE AMORIM JUNIOR,** Matrícula nº 51.598, CPF nº 030.183.767-81, para exercer o encargo de Fiscal do Contrato nº 105/2023, firmado pelo **MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ** com a empresa **ITAMED COMÉRCIO E ARQUITETURA LTDA,** que tem por objeto **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO TIPO JANELA, SPLIT HI-WALL, SPLIT PISO, SPLIT TETO, CASSETE, SHELF CONTAINED, COM INSTALAÇÃO, REINSTALAÇÃO, REMOÇÃO E RELOCAÇÃO, FORNECIMENTO TOTAL DE PEÇAS E COMPONENTES,** conforme Processo Administrativo nº 7.351/2022, em substituição ao Sr. MAURÍCIO AKIO ISSOBE, Matrícula Funcional nº 47.352, nomeado por meio da Portaria SMOU nº 017 de 03 de maio de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Itaguaí, 10 de fevereiro de 2025

(a) Agenor de Oliveira Teixeira

...etário Municipal de Obras e Urbanismo

...rícula nº 51.522

ATOS DO ITAPREVI

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO ANO DE 2024.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro às quatorze horas (Hora de Brasília), na Sede do Instituto (Itaprevi), aconteceu a quarta Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Previdência do Itaprevi, convocada através do Ofício CMP nº 035/2024, pela Presidente do Conselho, para deliberar assuntos, cuja pauta é: Conciliação Bancária; Projeto de Lei; Investimentos e outros assuntos do Conselho Deliberativo. Compareceram à reunião os membros do Conselho, Sra. Simone Fontes – Presidente, Sra. Simone Santos, Sra. Dineia Mello todas representantes do Governo, Sr. Edson Costa – representando os Inativos, Sr. Rafael de Farias Rocha – Representante da Câmara dos Vereadores. Compareceram ainda, a presidente do Itaprevi Sra. Fernanda Pereira da Silva, o diretor-geral financeiro do Itaprevi Sr Marcelo José Magalhães Lopes e o Diretor Contábil do Itaprevi Sr André Luiz da Silva Miranda. Iniciada a sessão ...a. Simone Fontes apresentou o Ofício nº034/2024 para ciência ...presentes que foi encaminhado à Secretaria de Governo para providencias quanto a não manifestação do Conselho no Projeto de Lei que dispõe sobre os débitos previdenciários da Prefeitura com o Itaprevi. A Sra. Fernanda sugeriu que o ofício fosse colocado na pasta porque o novo Conselho foi nomeado na mesma data em que o Projeto de Lei foi protocolado na Câmara, dizendo ainda, que a Prefeitura garantiu ter os recursos necessários para o pagamento da primeira parcela do Acordo o qual contemplará todos os valores devidos e quantidade de parcelas. A Sra Simone Fontes deixou claro que o Conselho não é contra o parcelamento e reparcelamento e ressaltou a importância da manifestação do Conselho no Projeto de Lei. A Sra. Fernanda informou que todos os cálculos dos valores devidos são feitos pelo Cadprev. Foi apresentado pela Sra. Fernanda ao Conselho uma prévia dos valores devidos e sua forma de pagamento. A Sra. Simone Santos acrescentou que a repactuação deveria consolidar todas as dívidas, ou seja, dois mil e vinte e três e dois mil e vinte quatro; o Sr. André disse que haveria dívidas distintas como por exemplo uma seria parcelamento, dois mil e vinte e quatro e o ano de dois mil e vinte três seria reparcelamento. A Sra Simone Fontes perguntou a Sra. Fernanda quem vai elaborar o Acordo de Dívida quando aprovado o Projeto de Lei e Sra. Fernanda respondeu que Prefeitura e Itaprevi vão elaborar juntos com posterior aprovação do Conselho. A Sra. Simone Fontes indagou se a verba do "Servidor" e as parcelas de dois mil e dezoito serão pagas ainda em dois mil e vinte e quatro. O Sr. Rafael esclareceu que a dívida da Prefeitura com o ITAPREVI deverá ser paga ainda este ano, caso não ocorra, provavelmente haverá sanções; não se aventa o não pagamento; A Sra. Simone Fontes observou a necessidade do Contrato ter vistas pelo Conselho, obviamente não será obstado, mas sim para ter ciência e se manifestar do que está sendo pactuado. Quanto aos investimentos, o Sr. Marcelo discorreu sobre os investimentos, apontando em um gráfico o avanço dos valores aplicados desde quando tomou posse no ITAPREVI, aproximadamente seis meses; acrescentou a dificuldade do ITAPREV pagar a "folha", onde o valor mensal de aproximadamente oito milhões, sendo que este mês terá mais, talvez, quatro milhões para pagamento do décimo terceiro salário. Em virtude disso os investimentos estão sendo prejudicados, pois retira dos investimentos este montante. Informou também, através de um gráfico o percentual de aplicações, considerado por ele muito baixo (2,7%). Também esclareceu o momento não está para correr risco, tendendo para seu lado "conservador", esclareceu que em renda fixa o valor de aproximadamente duzentos e oitenta milhões de reais e sete milhões em renda variável e que esses valores já estavam investidos quando de sua chegada ao ITAPREVI, preferiu não mexer. Reforçou que tem que tirar dinheiro dos investimentos para pagamento da "folha" dos inativos e pensionistas, porém envida esforços para que, a partir de janeiro do próximo ano consiga melhorar os retornos dos investimentos com melhores rentabilidades; asseverou que o caminho será risco baixo e retorno maior, com aplicações de longo prazo. A Sra. Simone Fontes solicitou ao Sr. André a Conciliação Bancária para avaliação, e na conferência dos relatórios entregues, a Sra. Simone Fontes observou que aparece no relatório o valor em torno de sessenta e um milhões de reais aplicados em um só banco o Banco MASTER, banco o qual ela não conhecia, provocado, o Sr. Marcelo respondeu que é um Banco de Investimento onde fora aplicado em Letra financeira e que o Banco consta na lista do Ministério da Previdência, ficando subentendido que é uma instituição de credibilidade e que a aplicação se deu após o Comitê de Investimentos aprovar a operação, pois se trata de "cotação" e quem paga a maior cotação é o indicado, como foi o caso; informou ainda que promoveu cotação em outras instituições como CEF, BB. ITAÚ, SANTANDER, SACOVAL, BTG e SAFRA. Para este tipo de aplicação é disponibilizado o percentual com "teto" de vinte por cento, o que foi indicado pelo Comitê de Investimento; perguntado se haveria Atas de convocação do referido Comitê e se poderia ter acesso. Com a afirmativa do Sr. Marcelo, estas serão solicitadas através de Ofício. Ainda sobre o valor de sessenta milhões de reais aplicados a Sra. Simone Fontes, considerou novamente esse valor muito significativo para ser aplicado em apenas uma Instituição Financeira, tratando-se o Sr. Marcelo como um investidor Conservador; acrescentou ele que, em Letra Financeira o prazo é de cinco e dez anos e que o valor fora aplicado em duas etapas junho e julho de dois mil e vinte e quatro, sendo o investimento feito em dez anos com direito a um cupom anual, objetivando no futuro, uma das "partes" aplicadas junho ou julho poderá recorrer a outra cotação com rentabilidade maior. Ocorre essa possibilidade, confirmou ele. Por fim deu-se encerrada a reunião às quinze horas e dez minutos, ficando na expectativa de receber os relatórios solicitados e outras considerações que porventura ocorrer. Sem mais, eu Edson Costa redigi esta ata e deixo para os demais membros assinarem.

(a) Simone Fernandes de Oliveira Fontes
Presidente do CMP

(a) Simone Lúcia dos Santos
Membro titular do CMP

ITAPREVI
Fls. 12
Proc. 20000076/25

(a) Dinéia Mello
Membro titular do CMP

(a) Rafael de Farias Rocha
Membro titular do CMP

ITAPREVI
Fls.: 253
Proc.: 20000203/25

(a) Edson Costa
Membro titular do CMP

ATA DA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO ANO DE 2024.

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte quatro as dez horas e quarenta e cinco minutos (Hora de Brasília), na Sede do Instituto (ITAPREVI), ocorreu a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Previdência do ITAPREVI, convocada através do Ofício CMP nº 036/2024, pela Sra. Presidente do Conselho, para deliberar assuntos, cuja pauta é: Aprovação da Política de Investimentos do ano de dois mil e vinte e cinco; Deliberação sobre o julgamento dos Projetos de Lei (Pls), que dispõem sobre parcelamento e reparcelamento dos débitos da Prefeitura com o ITAPREVI. Compareceram à reunião os

membros do Conselho, Sra. Simone Fontes – Presidente; Sra. Simone Santos – Membro Titular; Sra. Lúcia Simões – Membro Titular, representando os Servidores Ativos; Sr. Edson Costa – Membro Titular, representando os Servidores Inativos e Pensionistas; Sr. Rafael Farias Rocha – Membro Titular, representante da Câmara dos Vereadores. Participaram ainda, Sra. Fernanda Pereira da Silva – Presidente do ITAPREVI; Sr. Marcelo Lopes – Diretor Geral Financeiro do ITAPREVI; Sr. André Miranda - Diretor Contábil do ITAPREVI e Sr. Oswaldo, membro suplente do Comitê de Investimento do ITAPREVI. Iniciada a sessão a Sra. Simone Fonte indagou ao Sr. Oswaldo, sobre a Política de Investimentos do Instituto, para melhor entendimento dos valores aplicados. A Sra. Presidente do CMP, voltou a externar sua preocupação com os valores investidos no Banco MASTER; sua preocupação com uma situação crítica em desfavor do banco já citado, com relação a uma denúncia ao Tribunal de Contas pelo Sr. Deputado Luiz Paulo em relação ao RIO PREVIDÊNCIA pelo investimento, que fizeram ou tentaram fazer, como também na CAIXA ECONÔMICA o que não aconteceu. A preocupação maior é devido ao valor de sessenta e um milhões já investidos, onde afirma que é uma quantia expressiva para a concentração em apenas um só Banco, e o prazo de dez anos muito longo; que na verdade foram cinquenta e nove milhões, sendo hoje esse valor já com os rendimentos (valores aproximados), e que fosse registrado em ata sua preocupação; A Sra. Presidente propõe que não haja nenhum outro investimento no Banco MASTER e todos os membros presentes do CMP concordam. Em seguida explanou os acontecimentos que ocorrera que, no entendimento do grupo não ível continuar aplicando no Banco em questão. O Sr. Oswaldo mou que o investimento está aplicado em dez anos, mas, em caso de havendo necessidade de liquidez, antecipar. A Sra. Presidente do CMP acrescentou que solicitou as atas do Comitê de Investimentos para um melhor entendimento e apurar em que momento foram feitos esses investimentos e, que não encontrou nem o valor e nem indicação de valores e onde deveriam investir. A Sra. Presidente do CMP questionou se na época do investimento houve o aval do CMP nessas tomadas de decisões; O Sr. Fernando explicou que a decisão foi em função do curto tempo e que teria o prazo de seis meses para atingir a meta de investimentos e teria que alcançar a meta atuarial e que as duas vezes investidas no mesmo Banco foi porque era quem fornecia a melhor cotação e que a aplicação em Letras era a que dava maior rentabilidade. Presidente do ITAPREVI solicitou que constasse em Ata que existe um PAD onde se aponta todos os trâmites da Política de Investimentos, com documentos onde se direciona os investimentos que sustenta essa aplicação; inclusive. Acrescentou que gostaria que constasse em Ata a resposta do RIOPREVIDÊNCIA e a resposta do Banco Master e, que se aguarde o resultado final. A Sra. Simone Santos acrescentou que a Política de Investimento no Item 3 não está sendo transparente, questionou onde serão divulgadas as tomadas de decisões e como será a entrega desse conteúdo, pois na Lei que se encontra agora não deixa claro; eria ser melhorada a redação. Quanto a Política de Investimento a Sra. Simone Santos questionou que nas Atas do Comitê deveria nstar todos os parâmetros para o investimento; que fosse mais transparente quanto as decisões com relação às Instituições, os valores e que tipo de investimento. A Sra. Simone Santos acrescentou que tais situações poderiam ser mais transparentes com relação à motivação das movimentações financeiras e o porquê; sugestão que foi também admitida pelo Sr. Rafael acrescentando que seria para resguardar tanto quem operou como também o Comitê tendo a ciência do CMP. A Presidente do CMP sugeriu uma reunião no dia vinte e seis de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Às doze horas a reunião foi finalizada. Sem mais, eu Edson Costa redigi esta ata e deixo para os demais membros assinarem.

(a) Simone Fernandes de Oliveira Fontes
Presidente do CMP

(a) Simone Lúcia dos Santos
Membro titular do CMP

(a) Lúcia Amália Simões Rosa
Membro titular do CMP

(a) Rafael de Farias Rocha
Membro titular do CMP

(a) Edson Costa
Membro titular do CMP

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO ANO DE 2024.

Aos vinte seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas e quinze minutos (Hora de Brasília), na Sala de Reuniões da Licitação, ocorreu a Sexta Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Previdência do ITAPREVI, convocada através do Ofício CMP nº 038/2024, pela Sra. Presidente do Conselho, para deliberar assuntos, cuja pauta é: Balancete de Outubro e Conciliação de outubro do ano de dois mil e vinte quatros. Compareceram à reunião os Membros do Conselho, Sra. Simone Fontes – Presidente; Sra. Simone Santos - Titular; Sra. Dinéia Mello – Titular; Sra. Lúcia Simões – Membro Titular, representando os Servidores Ativos; Sr. Edson Costa – Membro Titular, representando os Servidores Inativos e Pensionistas; Sr, Rafael – Membro Titular; Sr. Luiz Joed – Membro Suplente, representantes da Câmara dos Vereadores e a Sra. Letícia de Paula – Membro Suplente. A Sra. Presidente do CMP iniciou a sessão, apresentando os documentos recebidos do ITAPREVI, conforme ofício mencionado acima e acrescentou que não foram entregues em sua totalidade, dificultando o entendimento sobre as operações financeiras, quanto às suas movimentações; acrescentou que seus pedidos nem sempre são atendidos plenamente. Após análise do Conselho dos documentos (Extratos e Conciliação Bancárias e Balancete de Verificação) verificou-se inconsistências nos valores apresentados. Após discussões, o CMP, decidiu não aprovar o Balancete Mensal do mês de outubro/24. O Conselho analisou apenas alguns lançamentos, tendo em vista a insuficiência de documentos apresentados e, que isso já mostra grandes diferenças entre extratos bancários e relatórios do ITAPREVI, não encontrando justificativas. A Sra. Presidente informou aos Membros presentes que recebeu da Sra. Presidente do ITAPREVI ofício sinalizando sobre a Certificação dos Membros CMP; informou também que no dia vinte do corrente mês enviou ofício à Presidência do ITAPREVI solicitando a Senha de acesso ao sistema Mais-Valia. Solicitou também, sobre a política de investimento do Conselho responsável pelas aplicações, que os atos sejam transparentes, demonstrados no Portal de Transparências para conhecimento, conforme determina a Lei, e que o CMP possa ter acesso. Embora não há ingerência do CMP quanto aos investimentos, acrescentou que os Membros do CMP respondem solidariamente pelos atos do Conselho de Investimento. A resposta dos questionamentos veio através de e-mail, no qual informa que a Sra. Presidente do ITAPREVI também pertence ao CMP e que as Atas das Reuniões deveriam ser apresentadas a ela para conhecimento e assinatura, antes do envio à publicação, bem como deveria pertencer ao Grupo de WhatsApp dos Membros do CMP, a Presidente do CMP respondeu o e-mail, solicitando a Portaria de nomeação da Presidente do ITAPREVI. Quanto à senha de acesso ao Mais-Valia, segundo a Sra. Presidente do ITAPREVI "as normas legais" não permitem o compartilhamento com o CMP. A Pres. do CMP informou que solicitou ao ITAPREVI cópia do Regimento Interno da ITAPREVI para apreciação. Após concordância dos temas discutidos e as tomadas de decisões estabelecidas, a sessão foi encerrada às quinze horas, trinta e cinco minutos. Itaguaí, vinte e seis de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro. Sem mais, eu Edson Costa redigi esta ata e deixo para os demais membros assinarem.

(a) Simone Fernandes de Oliveira Fontes
Presidente do CMP

ITAPREVI
Fls.: 13
Proc.: 20000096/25

(a) Simone Lúcia dos Santos
Membro titular do CMP

(a) Lúcia Amália Simões Rosa
Membro titular do CMP

ITAPREVI
Fls.: 254
Proc.: 20000203/25

(a) Dinéia Mello
Membro titular do CMP

(a) Rafael de Farias Rocha
Membro titular do CMP

(a) Edson Costa
Membro titular do CMP

(a) Letícia da Silva S. Paula
Membro Suplente do CMP

(a) Luiz Joed Cabral Coelho
Membro Suplente do CMP

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO ANO DE 2024.

Aos vinte seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas e quinze minutos (Hora de Brasília), na Sala de Reuniões da Licitação, ocorreu a Sexta Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Previdência do ITAPREVI, convocada através do Ofício CMP nº 038/2024, pela Sra. Presidente do Conselho, para deliberar assuntos, cuja pauta é: Balancete de Outubro e Conciliação de outubro do ano de dois mil e vinte quatros. Compareceram à reunião os Membros do Conselho, Sra. Simone Fontes – Presidente; Sra. Simone Santos - Titular; Sra. Dinéia Mello – Titular; Sra. Lúcia Simões – Membro Titular, representando os Servidores Ativos; Sr. Edson Costa – Membro Titular, representando os Servidores Inativos e Pensionistas; Sr, Rafael – Membro Titular; Sr. Luiz Joed – Membro Suplente, representantes da Câmara dos Vereadores e a Sra. Letícia de Paula – Membro Suplente. A Sra. Presidente do CMP iniciou a sessão, apresentando os documentos recebidos do ITAPREVI, conforme ofício mencionado acima e acrescentou que não foram entregues em sua totalidade, dificultando o entendimento sobre as operações financeiras, quanto às suas movimentações; acrescentou que seus pedidos nem sempre são atendidos plenamente. Após análise do Conselho dos documentos (Extratos e Conciliação Bancárias e Balancete de Verificação) verificou-se inconsistências nos valores apresentados. Após discussões, o CMP, decidiu não aprovar o Balancete Mensal do mês de outubro/24. O Conselho analisou apenas alguns lançamentos, tendo em vista a insuficiência de documentos apresentados e, que isso já mostra grandes diferenças entre extratos bancários e relatórios do ITAPREVI, não encontrando justificativas. A Sra. Presidente informou aos Membros presentes que recebeu da Sra. Presidente do ITAPREVI ofício sinalizando sobre a Certificação dos Membros CMP; informou também que no dia vinte do corrente mês enviou ofício à Presidência do ITAPREVI solicitando a Senha de acesso ao sistema Mais-Valia. Solicitou também, sobre a política de investimento do Conselho responsável pelas aplicações, que os atos sejam transparentes, demonstrados no Portal de Transparências para conhecimento, conforme determina a Lei, e que o CMP possa ter acesso. Embora não há ingerência do CMP quanto aos investimentos, acrescentou que os Membros do CMP respondem solidariamente pelos atos do Conselho de Investimento. A resposta dos questionamentos veio através de e-mail, no qual informa que a Sra. Presidente do ITAPREVI também pertence ao CMP e que as Atas das Reuniões deveriam ser apresentadas a ela para conhecimento e assinatura, antes do envio à publicação, bem como deveria pertencer ao Grupo de WhatsApp dos Membros do CMP, a Presidente do CMP respondeu o e-mail, solicitando a Portaria de nomeação da Presidente do ITAPREVI. Quanto à senha de acesso ao Mais-Valia, segundo a Sra. Presidente do ITAPREVI "as normas legais" não permitem o compartilhamento com o CMP. A Pres. do CMP informou que solicitou ao ITAPREVI cópia do Regimento Interno da ITAPREVI para apreciação. Após concordância dos temas discutidos e as tomadas de decisões estabelecidas, a sessão foi encerrada às quinze horas, trinta e cinco minutos. Itaguaí, vinte e seis de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro. Sem mais, eu Edson Costa redigi esta ata e deixo para os demais membros assinarem.

Simone Fernandes de Oliveira Fontes
Presidente do CMP

Simone Lucia dos Santos
Membro Titular do CMP

Lucia Amália Simões Rosa
Membro Titular do CMP

Rafael de Farias Rocha
Membro Titular do CMP

Edson Costa
Membro Titular do CMP

Dinéia de Oliveira Mello
Membro Titular do CMP

Letícia da Silva S. Paula
Membro Suplente do CMP

Luiz Joed Cabral Coelho
Membro Suplente do CMP

mbros do Conselho, Sra. Simone Fontes – Presidente; Sra. Simone antos – Membro Titular; Sra. Lúcia Simões – Membro Titular, representando os Servidores Ativos; Sr. Edson Costa – Membro Titular, representando os Servidores Inativos e Pensionistas; Sr. Rafael Farias Rocha – Membro Titular, representante da Câmara dos Vereadores. Participaram ainda, Sra. Fernanda Pereira da Silva – Presidente do ITAPREVI; Sr. Marcelo Lopes – Diretor Geral Financeiro do ITAPREVI; Sr. André Miranda - Diretor Contábil do ITAPREVI e Sr. Oswaldo, membro suplente do Comitê de Investimento do ITAPREVI. Iniciada a sessão a Sra. Simone Fonte indagou ao Sr. Oswaldo, sobre a Política de Investimentos do Instituto, para melhor entendimento dos valores aplicados. A Sra. Presidente do CMP, voltou a externar sua preocupação com os valores investidos no Banco MASTER; sua preocupação com uma situação crítica em desfavor do banco já citado, com relação a uma denúncia ao Tribunal de Contas pelo Sr. Deputado Luiz Paulo em relação ao RIO PREVIDÊNCIA pelo investimento, que fizeram ou tentaram fazer, como também na CAIXA ECONÔMICA o que não aconteceu. A preocupação maior é devido ao valor de sessenta e um milhões já investidos, onde afirma que é uma quantia expressiva para a concentração em apenas um só Banco, e o prazo de dez anos muito longo; que na verdade foram cinquenta e nove milhões, sendo hoje esse valor já com os rendimentos (valores aproximados), e que fosse registrado em ata sua preocupação; A Sra. Presidente propõe que não haja nenhum outro investimento no Banco MASTER e todos os membros presentes do CMP concordam. Em seguida explanou os ntecimentos que ocorrera que, no entendimento do grupo não ível continuar aplicando no Banco em questão. O Sr. Oswaldo afirmou que o investimento está aplicado em dez anos, mas, em caso de havendo necessidade de liquidez, antecipar. A Sra. Presidente do CMP acrescentou que solicitou as atas do Comitê de Investimentos para um melhor entendimento e apurar em que momento foram feitos esses investimentos e, que não encontrou nem o valor e nem indicação de valores e onde deveriam investir. A Sra. Presidente do CMP questionou se na época do investimento houve o aval do CMP nessas tomadas de decisões; O Sr. Fernando explicou que a decisão foi em função do curto tempo e que teria o prazo de seis meses para atingir a meta de investimentos e teria que alcançar a meta atuarial e que as duas vezes investidas no mesmo Banco foi porque era quem fornecia a melhor cotação e que a aplicação em Letras era a que dava maior rentabilidade. Presidente do ITAPREVI solicitou que constasse em Ata que existe um PAD onde se aponta todos os trâmites da Política de Investimentos, com documentos onde se direciona os investimentos que sustenta essa aplicação; inclusive. Acrescentou que gostaria que constasse em Ata a resposta do RIOPREVIDÊNCIA e a resposta do Banco Master e, que se aguarde o resultado final. A Sra. Simone Santos acrescentou que a Política de Investimento no Item 3 não está sendo transparente, questionou onde serão divulgadas as tomadas de decisões e como será a entrega desse conteúdo, pois na Lei que se encontra agora não deixa claro; Pteria ser melhorada a redação. Quanto a Política de Investimento a Sra. Simone Santos questionou que nas Atas do Comitê deveria constar todos os parâmetros para o investimento; que fosse mais transparente quanto as decisões com relação às Instituições, os valores e que tipo de Investimento. A Sra. Simone Santos acrescentou que tais situações poderiam ser mais transparentes com relação à motivação das movimentações financeiras e o porquê; sugestão que foi também admitida pelo Sr. Rafael acrescentando que seria para resguardar tanto quem operou como também o Comitê tendo a ciência do CMP. A Presidente do CMP sugeriu uma reunião no dia vinte e seis de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Às doze horas a reunião foi finalizada. Sem mais, eu Edson Costa redigi esta ata e deixo para os demais membros assinarem.

(a) Simone Fernandes de Oliveira Fontes
Presidente do CMP

(a) Simone Lúcia dos Santos
Membro titular do CMP

(a) Lúcia Amália Simões Rosa
Membro titular do CMP

(a) Rafael de Farias Rocha
Membro titular do CMP

(a) Edson Costa
Membro titular do CMP

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO ANO DE 2024.

Aos vinte seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas e quinze minutos (Hora de Brasília), na Sala de Reuniões da Licitação, ocorreu a Sexta Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Previdência do ITAPREVI, convocada através do Ofício CMP nº 038/2024, pela Sra. Presidente do Conselho, para deliberar assuntos, cuja pauta é: Balancete de Outubro e Conciliação de outubro do ano de dois mil e vinte quatros. Compareceram à reunião os Membros do Conselho, Sra. Simone Fontes – Presidente; Sra. Simone Santos - Titular; Sra. Dinéia Mello – Titular; Sra. Lúcia Simões – Membro Titular, representando os Servidores Ativos; Sr. Edson Costa – Membro Titular, representando os Servidores Inativos e Pensionistas; Sr, Rafael – Membro Titular; Sr. Luiz Joed – Membro Suplente, representantes da Câmara dos Vereadores e a Sra. Letícia de Paula – Membro Suplente. A Sra. Presidente do CMP iniciou a sessão, apresentando os documentos recebidos do ITAPREVI, conforme ofício mencionado acima e acrescentou que não foram entregues em sua totalidade, dificultando o entendimento sobre as operações financeiras, quanto às suas movimentações; acrescentou que seus pedidos nem sempre são atendidos plenamente. Após análise do Conselho dos documentos (Extratos e Conciliação Bancárias e Balancete de Verificação) verificou-se inconsistências nos valores apresentados. Após discussões, o CMP, decidiu não aprovar o Balancete Mensal do mês de outubro/24. O Conselho analisou apenas alguns lançamentos, tendo em vista a insuficiência de documentos apresentados e, que isso já mostra grandes diferenças entre extratos bancários e relatórios do ITAPREVI, não encontrando justificativas. A Sra. Presidente informou aos Membros presentes que recebeu da Sra. Presidente do ITAPREVI ofício sinalizando sobre a Certificação dos Membros CMP; informou também que no dia vinte do corrente mês enviou ofício à Presidência do ITAPREVI solicitando a Senha de acesso ao sistema Mais-Valia. Solicitou também, sobre a política de investimento do Conselho responsável pelas aplicações, que os atos sejam transparentes, demonstrados no Portal de Transparências para conhecimento, conforme determina a Lei, e que o CMP possa ter acesso. Embora não há ingerência do CMP quanto aos investimentos, acrescentou que os Membros do CMP respondem solidariamente pelos atos do Conselho de Investimento. A resposta dos questionamentos veio através de e-mail, no qual informa que a Sra. Presidente do ITAPREVI também pertence ao CMP e que as Atas das Reuniões deveriam ser apresentadas a ela para conhecimento e assinatura, antes do envio à publicação, bem como deveria pertencer ao Grupo de WhatsApp dos Membros do CMP, a Presidente do CMP respondeu o e-mail, solicitando a Portaria de nomeação da Presidente do ITAPREVI. Quanto à senha de acesso ao Mais-Valia, segundo a Sra. Presidente do ITAPREVI "as normas legais" não permitem o compartilhamento com o CMP. A Pres. do CMP informou que solicitou ao ITAPREVI cópia do Regimento Interno da ITAPREVI para apreciação. Após concordância dos temas discutidos e as tomadas de decisões estabelecidas, a sessão foi encerrada às quinze horas, trinta e cinco minutos. Itaguaí, vinte e seis de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro. Sem mais, eu Edson Costa redigi esta ata e deixo para os demais membros assinarem.

(a) Simone Fernandes de Oliveira Fontes
Presidente do CMP

(a) Simone Lúcia dos Santos
Membro titular do CMP

ITAPREVI
Fls 13
Proc: 200000096/25

(a) Lúcia Amália Simões Rosa
Membro titular do CMP

(a) Dinéia Mello
Membro titular do CMP

ITAPREVI
Fls 257
Proc: 200000203/25

(a) Rafael de Farias Rocha
Membro titular do CMP

(a) Edson Costa
Membro titular do CMP

(a) Letícia da Silva S. Paula
Membro Suplente do CMP

(a) Luiz Joed Cabral Coelho
Membro Suplente do CMP

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 14:08:04 +01:00

ITAPREVI
Fls.: 259
Proc.: 200000203/25

Prefeitura de Itaguaí
Trabalhando sempre!

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaguaí
Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº. 1005, DE 11 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

NOMEAR, com efeito a partir de 12 de junho do corrente ano, **FERNANDA PEREIRA DA SILVA**, no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

ITAPREVI
Fls.: 259
Proc.: 200000203/25

PORTARIA Nº 998, DE 07 DE JUNHO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº 4.799, de 23 de junho de 2023 e, considerando o Art. 54, § 1º da Lei 2499/05, na forma do Art. 6º da EC 41/03, e informações no Processo Administrativo nº 200.000.172/2023.

R E S O L V E:
APOSENTAR, voluntariamente por tempo de contribuição e idade, com proventos integrais e paridade especial de magistério, a contar de 03 de junho do corrente ano, a servidora **MONICA CRISTINA MARTINS PEREIRA**, Matrícula nº 12.089, no cargo de PROFESSOR DE-4, Classe D, Nível 08, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na importância de R$ 6.456,78(seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos) conforme discriminação abaixo:
*Provento Vencimento .....**R$ 3.490,15**
(Lei nº 3256/14 e 3391/16, Decreto 4834/24).
*Provento adicional tempo de serviço 40%.....**R$ 1.396,06**
(Art. 12, II da Lei 3256/14)
*Provento gratificação reg. De turma 20%.....**R$ 698,03**
(Art. 12, IV da Lei 3256/14)
*Provento adicional qualificação 25%.....**R$ 872,54**
(Art. 12, V, "d" da Lei nº 3254/14)
***Total Geral**.....**R$ 6.456,78**

PORTARIA Nº. 0999, DE 10 DE JUNHO DE 2024.
SUBSTITUIR membro da Comissão de Leilão Público, conforme descrição abaixo:
SAI: Camila Mesquita Corrêa, Matrícula nº 36.687.
ENTRA: Silfamer de Souza Júnior, Matrícula nº 35.114.

PORTARIA Nº. 1000, DE 10 DE JUNHO DE 2024.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de junho do corrente ano, **ARIELMA SIMARA COSTA DA CUNHA,** no cargo comissionado de ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO, **símbolo "DAS-6",** da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº. 1001, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº 4.799, de 23 de junho de 2023.
R E S O L V E:
RETIFICAR, a Portaria de nº 862 de 07 de maio de 2024, para constar a seguinte alteração:
ONDE SE LÊ: Servidora **NATÁLIA DE CASTRO SILVA** – Mat. 41.777, para substituir **MÁRCIA VALÉRIA CORRÊA DE ASSIS**, Mat. 36.568;
LEIA-SE: Servidora **NATÁLIA DE CASTRO SILVA** – Mat. 36.568, para substituir **MÁRCIA VALÉRIA CORRÊA DE ASSIS**, Mat. 41.777.

PORTARIA Nº. 1002, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de junho do corrente ano, **NIVEA CARLA GAIÃO VIEGAS SOUZA**, do cargo comissionado de **ASSESSOR DE MEIO AMBIENTE II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Ambiente, Mudanças do Clima e Bem Estar Animal.

PORTARIA Nº. 1003, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de junho do corrente ano, **JESSIKA CARVALHO MIRANDA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE MEIO AMBIENTE II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Ambiente, Mudanças do Clima e Bem Estar Animal.

PORTARIA Nº. 1004, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
EXONERAR, nesta data, **NEILTON PAIXÃO DE JESUS**, do cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº. 1005, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
NOMEAR, com efeito a partir de 12 de junho do corrente ano, **FERNANDA PEREIRA DA SILVA**, no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.
(a) Milton Valviesse Gama
Secretário Municipal de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA SMEDU Nº 036 DE 06 DE JUNHO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso II, alínea "a" da Lei nº 3280, de 13 de novembro de 2014, alterado pela Lei 3586 de 09 de novembro de 2017.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar o servidor **HENRIQUE DANIEL DA SILVA,** matrícula nº **38.846,** para exercer o encargo de Fiscal do contrato firmado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, conforme Processo Administrativo nº **16.833/2023** – Pregão Eletrônico nº **176/2023.**

CONTRATO Nº	FORNECEDOR	CNPJ	OBJETO
145/2024	DC DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA	10.729.680/0001-32	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE ÁGUA MINERAL NATURAL, POTÁVEL E NÃO GASOSA EM COPOS DE 200 ML, EM GALÃO DE 20 LITROS E VASILHA MES DE 20 LITROS VAZIOS PARA ENGARRAFE DE ÁGUA MINERAL

Art. 2º - Designar a servidora **JÉSSICA JÓIA CAMPOS NOGUEIRA,** matrícula **46.667,** para atestar a execução do contrato supramencionado.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a data de assinatura do respectivo contrato, revogando-se as disposições em contrário.
Itaguaí, 06 de junho de 2024.
(a) Samuel Moreira da Silva
Secretário Municipal de Educação
Matrícula 45.972

ITAPREVI
Fls.: 260
Proc.: 2000020312/25

Prefeitura de Itaguaí
Trabalhando sempre!

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaguaí
Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº. 1004, DE 11 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

EXONERAR, nesta data, **NEILTON PAIXÃO DE JESUS**, do cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

ITAPREVI
261
Proc.: 200000203/25

PORTARIA Nº 998, DE 07 DE JUNHO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº 4.799, de 23 de junho de 2023 e, considerando o Art. 54, § 1º da Lei 2499/05, na forma do Art. 6º da EC 41/03, e informações no Processo Administrativo nº 200.000.172/2023.

R E S O L V E:
APOSENTAR, voluntariamente por tempo de contribuição e idade, com proventos integrais e paridade especial de magistério, a contar de 03 de junho do corrente ano, a servidora **MONICA CRISTINA MARTINS PEREIRA**, Matrícula nº 12.089, no cargo de PROFESSOR DE-4, Classe D, Nível 08, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na importância de R$ 6.456,78(seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos) conforme discriminação abaixo:
*Provento Vencimento .....**R$ 3.490,15**
(Lei nº 3256/14 e 3391/16, Decreto 4834/24).
*Provento adicional tempo de serviço 40%.....**R$ 1.396,06**
(Art. 12, II da Lei 3256/14)
*Provento gratificação reg. De turma 20%.....**R$ 698,03**
(Art. 12, IV da Lei 3256/14)
*Provento adicional qualificação 25%.....**R$ 872,54**
(Art. 12, V, "d" da Lei nº 3254/14)
***Total Geral**.....**R$ 6.456,78**

PORTARIA Nº. 0999, DE 10 DE JUNHO DE 2024.
SUBSTITUIR membro da Comissão de Leilão Público, conforme descrição abaixo:
SAI: Camila Mesquita Corrêa, Matrícula nº 36.687.
ENTRA: Silfamer de Souza Júnior, Matrícula nº 35.114.

PORTARIA Nº. 1000, DE 10 DE JUNHO DE 2024.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de junho do corrente ano, **ARIELMA SIMARA COSTA DA CUNHA,** no cargo comissionado de ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO, **símbolo "DAS-6",** da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº. 1001, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº 4.799, de 23 de junho de 2023.
R E S O L V E:
RETIFICAR, a Portaria de nº 862 de 07 de maio de 2024, para constar a seguinte alteração:
ONDE SE LÊ: Servidora **NATÁLIA DE CASTRO SILVA** – Mat. 41.777, para substituir **MÁRCIA VALÉRIA CORRÊA DE ASSIS**, Mat. 36.568;
LEIA-SE: Servidora **NATÁLIA DE CASTRO SILVA** – Mat. 36.568, para substituir **MÁRCIA VALÉRIA CORRÊA DE ASSIS**, Mat. 41.777.

PORTARIA Nº. 1002, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de junho do corrente ano, **NIVEA CARLA GAIÃO VIEGAS SOUZA**, do cargo comissionado de **ASSESSOR DE MEIO AMBIENTE II,** Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Ambiente, Mudanças do Clima e Bem Estar Animal.

PORTARIA Nº. 1003, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de junho do corrente ano, **JESSIKA CARVALHO MIRANDA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE MEIO AMBIENTE II,** Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Ambiente, Mudanças do Clima e Bem Estar Animal.

PORTARIA Nº. 1004, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
EXONERAR, nesta data, **NEILTON PAIXÃO DE JESUS**, do cargo comissionado de **PRESIDENTE,** Símbolo "PT", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº. 1005, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
NOMEAR, com efeito a partir de 12 de junho do corrente ano, **FERNANDA PEREIRA DA SILVA**, no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.
(a) Milton Valviesse Gama
Secretário Municipal de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA SMEDU Nº 036 DE 06 DE JUNHO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso II, alínea "a" da Lei nº 3280, de 13 de novembro de 2014, alterado pela Lei 3586 de 09 de novembro de 2017.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar o servidor **HENRIQUE DANIEL DA SILVA,** matrícula nº **38.846**, para exercer o encargo de Fiscal do contrato firmado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, conforme Processo Administrativo nº **16.833/2023** – Pregão Eletrônico nº **176/2023.**

CONTRATO Nº	FORNECEDOR	CNPJ	OBJETO
145/2024	DC DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA	10.729.680/0001-32	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE ÁGUA MINERAL NATURAL, POTÁVEL E NÃO GASOSA EM COPOS DE 200 ML, EM GALÃO DE 20 LITROS E VASILHA MES DE 20 LITROS VAZIOS PARA ENGARRAFE DE ÁGUA MINERAL

Art. 2º - Designar a servidora **JÉSSICA JÓIA CAMPOS NOGUEIRA,** matrícula **46.667,** para atestar a execução do contrato supramencionado.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a data de assinatura do respectivo contrato, revogando-se as disposições em contrário.
Itaguaí, 06 de junho de 2024.
(a) Samuel Moreira da Silva
Secretário Municipal de Educação
Matrícula 45.972

ITAPREVI
Fls.: 262
Proc.: 200000203/25

Prefeitura de Itaguaí
Trabalhando sempre!

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaguaí
Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº. 1115, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

NOMEAR, a partir de 11 de setembro do corrente ano, **NEILTON PAIXÃO DE JESUS**, no Cargo em comissão de **PRESIDENTE,** Símbolo "PT", do Itaprevi.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA

PORTARIA Nº. 1113, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
EXONERAR, a partir de 11 de setembro do corrente ano, **CARLOS AURELIO DA COSTA LOPES**, do Cargo em comissão de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do Itaprevi.

PORTARIA Nº. 1114, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
EXONERAR, a partir de 11 de setembro do corrente ano, **NEILTON PAIXÃO DE JESUS**, do Cargo em comissão de **SUBPROCURADOR GERAL**, Símbolo "SPG", do Itaprevi.

PORTARIA Nº. 1115, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023.
NOMEAR, a partir de 11 de setembro do corrente ano, **NEILTON PAIXÃO DE JESUS**, no Cargo em comissão de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do Itaprevi.

PORTARIA Nº. 1122, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023.
NOMEAR, a partir de 12 de setembro do corrente ano, **ANA JÚLIA GABRIEL KUTIANSKI**, no Cargo em comissão de **SUBPROCURADOR GERAL**, Símbolo "SPG", do Itaprevi.
Registre-se, Publique e Cumpra-se.
(a) Milton Valviesse Gama
Secretário Municipal de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2023

O Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo Decreto Municipal nº 4.210/2017, em decorrência do processo administrativo nº 10.387/2023, HOMOLOGA o resultado do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 146/2023 (licitacoes-e sob o ID nº 1014706). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PELÍCULA ADESIVA DE PROTEÇÃO PARA VIDROS (INSULFILM) em favor da empresa ITAMOBILE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.596.408/0001-82, no valor de R$ 25.097,90 (vinte e cinco mil, noventa e sete reais e noventa centavos).
Itaguaí, 12 de setembro de 2023.
(a) Robens Fonseca Pedrosa Junior
Secretário Municipal de Administração (Interino)
Matrícula nº 47.461

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2023 – Licitação nº 1004739

O Ordenador de Despesa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo Decreto Municipal nº 4.210/2017, alterado pelo Decreto Municipal nº 4.299 de 14/06/2018, em decorrência do processo administrativo nº **6.389/2023**, **HOMOLOGA** o resultado do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° **100/2023** (licitações-e: ID. **1004739**). Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (GÊNEROS SECOS, LATICÍNIOS E POLPAS (SMEC).** Empresas vencedoras: **RG DISTRIBUIDORA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no **CNPJ: 39.341.555/0001-32**, no valor de **R$ 1.747.245,90** (um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos), **COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA**, inscrita no **CNPJ: 01.920.177/0001-79**, no valor de **R$ 134.843,80** (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos) e **NUTRIPLAN COMERCIAL LTDA**, inscrita no **CNPJ: 32.694.553/0001-88**, no valor de **R$ 170.956,00** (cento e setenta mil, novecentos e cinquenta e seis reais). Homologação na íntegra disponível nos autos do processo.
Itaguaí, 22 de agosto de 2023.
(a) Nilce de Oliveira Nascimento Ramos
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Matrícula 11.322

ITAPREVI
Fls.: 263
Proc.: 200000203/25

NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua General Bocaiúva, nº 636, Centro - Itaguaí, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.138.302/0001-02, neste ato representado pela Ordenadora de Despesa, Ilm.ª Secretária Municipal de Educação e Cultura, Nilce de Oliveira Nascimento Ramos, com base na delegação de competência conferida pelo Decreto Municipal nº 4.210 de 06/02/2017, em virtude de esta ter inadimplido o Contrato n.º **071/2022**, oriundo do processo administrativo nº **1445/2021**, vem na qualidade de Contratante, **NOTIFICAR** o fornecedor **IRIS PROJETOS, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 31.787.637/0001-017, situada na Árabe da Síria, n.º 363, Sala 207, Portuguesa, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.931-370, da instauração de procedimento administrativo visando a aplicação das sanções administrativas e penalidades previstas no Contrato firmada entre as partes. Concede-se ao fornecedor o prazo e 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação, para, querendo, apresentar suas razões de defesa por escrito, pessoalmente ou por intermédio de procurador constituído, no setor de Expediente, situado à Av. Isoldackson Cruz de Brito, nº 18.745 sala 216, Vila Margarida – Itaguaí/RJ, CEP: 23.825-840, podendo, ainda, arrolar testemunhas e praticar os demais atos necessários ao pleno exercício das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
Itaguaí, 28 de agosto de 2023
(a) Nilce de Oliveira Nascimento Ramos

Secretária Municipal de Educação e Cultura
Matrícula 11.322

ITAPREV
Fls. 264
Proc.: 2000002031/25

ITAPREVI
Fls.: 265
Proc.: 200000203125

Prefeitura de Itaguaí
Trabalhando sempre!

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaguaí
Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº. 1004, DE 11 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

EXONERAR, nesta data, **NEILTON PAIXÃO DE JESUS**, do cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

ITAPREVI
Fls.: 266
Proc.: 200000203/25

PORTARIA Nº 998, DE 07 DE JUNHO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº 4.799, de 23 de junho de 2023 e, considerando o Art. 54, § 1º da Lei 2499/05, na forma do Art. 6º da EC 41/03, e informações no Processo Administrativo nº 200.000.172/2023.

R E S O L V E:
APOSENTAR, voluntariamente por tempo de contribuição e idade, com proventos integrais e paridade especial de magistério, a contar de 03 de junho do corrente ano, a servidora **MONICA CRISTINA MARTINS PEREIRA**, Matrícula nº 12.089, no cargo de PROFESSOR DE-4, Classe D, Nível 08, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na importância de R$ 6.456,78(seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos) conforme discriminação abaixo:
*Provento Vencimento .....**R$ 3.490,15**
(Lei nº 3256/14 e 3391/16, Decreto 4834/24).
*Provento adicional tempo de serviço 40%.....**R$ 1.396,06**
(Art. 12, II da Lei 3256/14)
*Provento gratificação reg. De turma 20%.....**R$ 698,03**
(Art. 12, IV da Lei 3256/14)
*Provento adicional qualificação 25%.....**R$ 872,54**
(Art. 12, V, "d" da Lei nº 3254/14)
***Total Geral**.....**R$ 6.456,78**

PORTARIA Nº. 0999, DE 10 DE JUNHO DE 2024.
SUBSTITUIR membro da Comissão de Leilão Público, conforme descrição abaixo:
SAI: Camila Mesquita Corrêa, Matrícula nº 36.687.
ENTRA: Silfamer de Souza Júnior, Matrícula nº 35.114.

PORTARIA Nº. 1000, DE 10 DE JUNHO DE 2024.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de junho do corrente ano, **ARIELMA SIMARA COSTA DA CUNHA,** no cargo comissionado de ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO, **símbolo "DAS-6",** da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº. 1001, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº 4.799, de 23 de junho de 2023.
R E S O L V E:
RETIFICAR, a Portaria de nº 862 de 07 de maio de 2024, para constar a seguinte alteração:
ONDE SE LÊ: Servidora **NATÁLIA DE CASTRO SILVA** – Mat. 41.777, para substituir **MÁRCIA VALÉRIA CORRÊA DE ASSIS**, Mat. 36.568;
LEIA-SE: Servidora **NATÁLIA DE CASTRO SILVA** – Mat. 36.568, para substituir **MÁRCIA VALÉRIA CORRÊA DE ASSIS**, Mat. 41.777.

PORTARIA Nº. 1002, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de junho do corrente ano, **NIVEA CARLA GAIÃO VIEGAS SOUZA**, do cargo comissionado de **ASSESSOR DE MEIO AMBIENTE II,** Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Ambiente, Mudanças do Clima e Bem Estar Animal.

PORTARIA Nº. 1003, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de junho do corrente ano, **JESSIKA CARVALHO MIRANDA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE MEIO AMBIENTE II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Ambiente, Mudanças do Clima e Bem Estar Animal.

PORTARIA Nº. 1004, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
EXONERAR, nesta data, **NEILTON PAIXÃO DE JESUS**, do cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº. 1005, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
NOMEAR, com efeito a partir de 12 de junho do corrente ano, **FERNANDA PEREIRA DA SILVA**, no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.
(a) Milton Valviesse Gama
Secretário Municipal de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA SMEDU Nº 036 DE 06 DE JUNHO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso II, alínea "a" da Lei nº 3280, de 13 de novembro de 2014, alterado pela Lei 3586 de 09 de novembro de 2017.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar o servidor **HENRIQUE DANIEL DA SILVA,** matrícula nº **38.846**, para exercer o encargo de Fiscal do contrato firmado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, conforme Processo Administrativo nº **16.833/2023 –** Pregão Eletrônico nº **176/2023.**

CONTRATO Nº	FORNECEDOR	CNPJ	OBJETO
145/2024	DC DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA	10.729.680/0001-32	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE ÁGUA MINERAL NATURAL, POTÁVEL E NÃO GASOSA EM COPOS DE 200 ML, EM GALÃO DE 20 LITROS E VASILHA MES DE 20 LITROS VAZIOS PARA ENGARRAFE DE ÁGUA MINERAL

Art. 2º - Designar a servidora **JÉSSICA JÓIA CAMPOS NOGUEIRA,** matrícula **46.667,** para atestar a execução do contrato supramencionado.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a data de assinatura do respectivo contrato, revogando-se as disposições em contrário.
Itaguaí, 06 de junho de 2024.
(a) Samuel Moreira da Silva
Secretário Municipal de Educação
Matrícula 45.972

ITAPREVI
Fls.: 267
Proc.: 20000020325

Prefeitura de Itaguaí
Trabalhando sempre!

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaguaí
Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº. 1005, DE 11 DE JUNHO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

NOMEAR, com efeito a partir de 12 de junho do corrente ano, **FERNANDA PEREIRA DA SILVA**, no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

ITAPREVI
Fls.: 268
Proc.: 200000203/25

PORTARIA Nº 998, DE 07 DE JUNHO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº 4.799, de 23 de junho de 2023 e, considerando o Art. 54, § 1º da Lei 2499/05, na forma do Art. 6º da EC 41/03, e informações no Processo Administrativo nº 200.000.172/2023.

R E S O L V E:
APOSENTAR, voluntariamente por tempo de contribuição e idade, com proventos integrais e paridade especial de magistério, a contar de 03 de junho do corrente ano, a servidora **MONICA CRISTINA MARTINS PEREIRA**, Matrícula nº 12.089, no cargo de PROFESSOR DE-4, Classe D, Nível 08, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na importância de R$ 6.456,78(seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos) conforme discriminação abaixo:
*Provento Vencimento .....**R$ 3.490,15**
(Lei nº 3256/14 e 3391/16, Decreto 4834/24).
*Provento adicional tempo de serviço 40%.....**R$ 1.396,06**
(Art. 12, II da Lei 3256/14)
*Provento gratificação reg. De turma 20%.....**R$ 698,03**
(Art. 12, IV da Lei 3256/14)
*Provento adicional qualificação 25%.....**R$ 872,54**
(Art. 12, V, "d" da Lei nº 3254/14)
***Total Geral**.....**R$ 6.456,78**

PORTARIA Nº. 0999, DE 10 DE JUNHO DE 2024.
SUBSTITUIR membro da Comissão de Leilão Público, conforme descrição abaixo:
SAI: Camila Mesquita Corrêa, Matrícula nº 36.687.
ENTRA: Silfamer de Souza Júnior, Matrícula nº 35.114.

PORTARIA Nº. 1000, DE 10 DE JUNHO DE 2024.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de junho do corrente ano, **ARIELMA SIMARA COSTA DA CUNHA,** no cargo comissionado de ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO, **símbolo "DAS-6",** da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº. 1001, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº 4.799, de 23 de junho de 2023.
R E S O L V E:
RETIFICAR, a Portaria de nº 862 de 07 de maio de 2024, para constar a seguinte alteração:
ONDE SE LÊ: Servidora **NATÁLIA DE CASTRO SILVA** – Mat. 41.777, para substituir **MÁRCIA VALÉRIA CORRÊA DE ASSIS**, Mat. 36.568;
LEIA-SE: Servidora **NATÁLIA DE CASTRO SILVA** – Mat. 36.568, para substituir **MÁRCIA VALÉRIA CORRÊA DE ASSIS**, Mat. 41.777.

PORTARIA Nº. 1002, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de junho do corrente ano, **NIVEA CARLA GAIÃO VIEGAS SOUZA**, do cargo comissionado de **ASSESSOR DE MEIO AMBIENTE II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Ambiente, Mudanças do Clima e Bem Estar Animal.

PORTARIA Nº. 1003, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de junho do corrente ano, **JESSIKA CARVALHO MIRANDA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR DE MEIO AMBIENTE II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Ambiente, Mudanças do Clima e Bem Estar Animal.

PORTARIA Nº. 1004, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
EXONERAR, nesta data, **NEILTON PAIXÃO DE JESUS**, do cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº. 1005, DE 11 DE JUNHO DE 2024.
NOMEAR, com efeito a partir de 12 de junho do corrente ano, **FERNANDA PEREIRA DA SILVA**, no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.
(a) Milton Valviesse Gama
Secretário Municipal de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA SMEDU Nº 036 DE 06 DE JUNHO DE 2024.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º, inciso II, alínea "a" da Lei nº 3280, de 13 de novembro de 2014, alterado pela Lei 3586 de 09 de novembro de 2017.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar o servidor **HENRIQUE DANIEL DA SILVA,** matrícula nº **38.846**, para exercer o encargo de Fiscal do contrato firmado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, conforme Processo Administrativo nº **16.833/2023** – Pregão Eletrônico nº **176/2023.**

CONTRATO Nº	FORNECEDOR	CNPJ	OBJETO
145/2024	DC DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA	10.729.680/0001-32	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE ÁGUA MINERAL NATURAL, POTÁVEL E NÃO GASOSA EM COPOS DE 200 ML, EM GALÃO DE 20 LITROS E VASILHA MES DE 20 LITROS VAZIOS PARA ENGARRAFE DE ÁGUA MINERAL

Art. 2º - Designar a servidora **JÉSSICA JÓIA CAMPOS NOGUEIRA,** matrícula **46.667,** para atestar a execução do contrato supramencionado.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a data de assinatura do respectivo contrato, revogando-se as disposições em contrário.
Itaguaí, 06 de junho de 2024.
(a) Samuel Moreira da Silva
Secretário Municipal de Educação
Matrícula 45.972

CERTIFICADO
DE APROVAÇÃO

PROFISSIONAL CERTIFICADO PELO INSTITUTO TOTUM

O Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda. certifica que

NEILTON PAIXãO DE JESUS

foi aprovado na Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREV, tendo seguido integralmente todos os requisitos presentes no Edital da Certificação.

Tipo de Certificação:
Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS

Nível: Básico (CP RPPS CGINV I)

Modalidade de Certificação: Aprovação prévia em exame por prova

Data de Aprovação: 05/06/2024
Número da Certificação: 208761324782806
Data de Validade: 05/06/2028
Data de Conclusão: 04/06/2024



A veracidade das informações contidas neste Certificado deve ser checada através do site: https://certificated.certificaonline.institutototum.com.br/#/home

Fls: 269
Proc.: 20230325

CERTIFICADO
DE APROVAÇÃO

PROFISSIONAL CERTIFICADO PELO INSTITUTO TOTUM

O Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda. certifica que

NEILTON PAIXãO DE JESUS

foi aprovado na Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREV, tendo seguido integralmente todos os requisitos presentes no Edital da Certificação.

Tipo de Certificação:
Certificação dos dirigentes do órgão ou entidade gestora do RPPS

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 26/06/2025 16:15:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Nível: Básico (CP RPPS DIRIG I)

Modalidade de Certificação: Aprovação prévia em exame por prova

Data de Aprovação: 05/01/2024
Número da Certificação: 208761324782801
Data de Validade: 05/01/2028
Data de Conclusão: 29/12/2023

PROFISSIONAL CERTIFICADO
INSTITUTO TOTUM

A veracidade das informações contidas neste certificado deve ser checada através do site: https://certificated.certificaonline.institutototum.com.br/#/home

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 20:36:49 +01:00

MPREV
270
Fls: 20000 2023/25

MODELO 39

RELAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS NO EXERCÍCIO

Órgão: Itaprevi	Município: Itaguaí	Exercício: 2024

Nota de Empenho (número/ano)	Valor Empenhado (R$)	Credor	Nota Patrimonial de Cancelamento (Número)	Valor Cancelado (R$)	Motivo do Cancelamento (especificar)	Base legal que justifica o cancelamento
05/2022	R$ 809.867,93	PENSIONISTAS RPPS/PMI/CMI		R$ 809.867,93	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
13/2022	R$ 8.869,31	ITAGUAÍ PREVIDÊNCIA - ITAPREVI		R$ 8.869,31	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
19/2022	R$ 98,00	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R$ 98,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
54/2022	R$ 58,14	EMPRESA DE TECNOLOGIA DATAPREV		R$ 58,14	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
01/2023	R$ 645.453,88	INATIVOS RPPS/PMI/CMI		R$ 645.453,88	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
02/2023	R$ 403.616,90	PENSIONISTAS RPPS/PMI/CMI		R$ 400.298,04	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
05/2023	R$ 880,00	SERVIDORES ATIVOS ITAPREVI		R$ 880,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
06/2023	R$ 1.333,40	SERVIDORES ATIVOS ITAPREVI		R$ 1.333,40	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
07/2023	R$ 14.561,08	ITAGUAÍ PREVIDÊNCIA - ITAPREVI		R$ 14.561,08	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
15/2023	R$ 3.600,00	EMPRESA DE TECNOLOGIA DATAPREV		R$ 3.600,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
39/2023	R$ 2.089,50	EMPRESA RJMULTISERV COMÉRCIO E SERVIÇOS		R$ 0,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
44/2023	R$ 312,00	COMITÊ DE INVESTIMENTOS		R$ 312,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
88/2023	R$ 137,24	GUSTAVO DE ALMEIDA MOREIRA		R$ 137,24	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
90/2023	R$ 15.492,70	PENSIONISTAS RPPS/PMI/CMI		R$ 15.492,70	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
91/2023	R$ 9.036,32	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO		R$ 9.036,32	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
95/2023	R$ 5,11	ELETRO NELKA BAZAR E		R$ 5,11	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
103/2023	R$ 9.036,32	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO		R$ 9.036,32	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
113/2023	R$ 1.716,00	ITAPREVI		R$ 1.716,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
121/2023	R$ 2.496,00	COMITÊ DE INVESTIMENTOS		R$ 0,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
125/2023	R$ 936,00	CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - CMP		R$ 936,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e fidedignas.

Responsável pela Elaboração: André Luiz da Silva Miranda

Matrícula: 34.656 | Data: 30/05/2025

Assinatura:

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 09:49:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREVI
271
Proc.: 2000020231/25

ПАРТЕР
Бр. 272
Рег.: 2000020325

MODELO 39

RELAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS NO EXERCÍCIO

Órgão: Itaprevi	Município: Itaguaí	Exercício: 2024

Nota de Empenho (número/ano)	Valor Empenhado (R$)	Credor	Nota Patrimonial de Cancelamento (Número)	Valor Cancelado (R$)	Motivo do Cancelamento (especificar)	Base legal que justifica o cancelamento
05/2022	R$ 809.867,93	PENSIONISTAS RPPS/PMI/CMI		R$ 809.867,93	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
13/2022	R$ 8.869,31	ITAGUAÍ PREVIDÊNCIA - ITAPREVI		R$ 8.869,31	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
19/2022	R$ 98,00	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R$ 98,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
54/2022	R$ 58,14	EMPRESA DE TECNOLOGIA DATAPREV		R$ 58,14	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
01/2023	R$ 645.453,88	INATIVOS RPPS/PMI/CMI		R$ 645.453,88	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
02/2023	R$ 403.616,90	PENSIONISTAS RPPS/PMI/CMI		R$ 400.298,04	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
05/2023	R$ 880,00	SERVIDORES ATIVOS ITAPREVI		R$ 880,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
06/2023	R$ 1.333,40	SERVIDORES ATIVOS ITAPREVI		R$ 1.333,40	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
07/2023	R$ 14.561,08	ITAGUAÍ PREVIDÊNCIA - ITAPREVI		R$ 14.561,08	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
15/2023	R$ 3.600,00	EMPRESA DE TECNOLOGIA DATAPREV		R$ 3.600,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
39/2023	R$ 2.089,50	EMPRESA RJMULTISERV COMÉRCIO E SERVIÇOS		R$ 0,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
44/2023	R$ 312,00	COMITÊ DE INVESTIMENTOS		R$ 312,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
88/2023	R$ 137,24	GUSTAVO DE ALMEIDA MOREIRA		R$ 137,24	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
90/2023	R$ 15.492,70	PENSIONISTAS RPPS/PMI/CMI		R$ 15.492,70	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
91/2023	R$ 9.036,32	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO		R$ 9.036,32	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
95/2023	R$ 5,11	ELETRO NELKA BAZAR E		R$ 5,11	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
103/2023	R$ 9.036,32	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO		R$ 9.036,32	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
113/2023	R$ 1.716,00	ITAPREVI		R$ 1.716,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
121/2023	R$ 2.496,00	COMITÊ DE INVESTIMENTOS		R$ 0,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021
125/2023	R$ 936,00	CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - CMP		R$ 936,00	Sobra de saldo orçamentário estimativo	DECRETO Nº 4662/2021

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e fidedignas.

Responsável pela Elaboração: André Luiz da Silva Miranda

Matrícula: 34.656 | Data: 30/05/2025

Assinatura:

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 09:49:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREVI
273
Rubr.: 20.000.303/25

ПАРНЕВ
Бр. 274
Рег.: 2600020З/25

MODELO 40

DEMONSTRATIVO DOS APORTES PERIÓDICOS RECEBIDOS PARA A COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL - VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO AO ARTIGO 55, § 8º, INCISO III, DA PORTARIA MTP N.º 1.467/2022

ÓRGÃO: ITAPREVI	MUNICÍPIO: ITAGUAÍ	EXERCÍCIO: 2024

SALDO DOS APORTES PERIÓDICOS EM 31/12/2019 (PRINCIPAL + RENDIMENTOS) - R$	

ANO	TOTAL DO APORTE PERIÓDICO RECEBIDO NO ANO - R$	SALDO DA CONTA EM 31/12 (PRINCIPAL + RENDIMENTOS) - R$
2020	R$ 32.583.372,49	R$ 43.800.477,95
2021	R$ 38.770.065,16	R$ 63.676.768,53
2022	R$ 45.077.233,34	R$ 64.036.842,76
2023	R$ 29.317.478,40	R$ 37.978.299,53
2024	R$ 14.147.857,89	R$ 16.728.256,30

VALOR RESGATADO NO EXERCÍCIO DE 2024 - R$	

(x) Declaro que o montante resgatado em 2024, acima informado, advém dos aportes periódicos (principal + rendimentos) recebidos a mais de 5 (cinco) anos.

Nome: André Luiz da Silva Miranda		Responsável pela Elaboração	
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:	
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis , conforme apontado em Notas Explicativas.		Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 111.583-3
Nome: André Luiz da Silva Miranda			
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2025	Assinatura:	

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/06/2025 09:49:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREVI
Fls.: 275
Proc.: 200000203/25

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 20:36:48 +01:00

ITAPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAGUAÍ
PROFISSIONALISMO E TRANSPARÊNCIA SEMPRE

ITAPREVI
Fls.: 276
Proc.: 2000000203/25

DECLARAÇÃO

ITEM- 40- PCA DE 2024

Balancete analítico ou outro demonstrativo financeiro evidenciando o saldo inicial, a movimentação do período e o saldo final em 31/12 dos recursos do Fundo em Repartição (Plano Financeiro).

Declaramos que o Instituto de Previdência de Itaguaí- Itaprevi não possui o Plano Financeiro (Fundo em Repartição).

Itaguaí, 25 de junho de 2025.

André Luiz da Silva Miranda
Diretor Contábil
Matrícula 34.656

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAGUAÍ
Rua Amélia Louzada, 270 - Centro, CEP: 23815-180 - Itaguaí – RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99 | Telefone: 3782-9042
financeiro@itaprevi.itaguai.rj.gov.br | @itaprevi.itaguai

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 16:48:15 +01:00

ITAPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAGUAÍ
PROFISSIONALISMO E TRANSPARÊNCIA SEMPRE

ITAPREVI
Fls.: 277
Proc.: 200000203/25

DECLARAÇÃO

ITEM- 40- PCA DE 2024

Balancete analítico ou outro demonstrativo financeiro evidenciando o saldo inicial, a movimentação do período e o saldo final em 31/12 dos recursos do Fundo em Repartição (Plano Financeiro).

Declaramos que o Instituto de Previdência de Itaguaí- Itaprevi não possui o Plano Financeiro (Fundo em Repartição).

Itaguaí, 25 de junho de 2025.

André Luiz da Silva Miranda
Diretor Contábil
Matrícula 34.656

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAGUAÍ
Rua Amélia Louzada, 270 - Centro, CEP: 23815-180 - Itaguaí – RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99 | Telefone: 3782-9042
financeiro@itaprevi.itaguai.rj.gov.br | @itaprevi.itaguai

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 16:48:15 +01:00

Ativo	Saldo Atual	% Carteira	PL R$	% PL	Lei
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	6.086.692,16	2,04%	6.297.472.287,75	0,10%	7º I b
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	42.588.766,07	14,30%	5.798.399.930,42	0,73%	7º I b
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11.957.266,82	4,01%	1.649.727.443,32	0,72%	7º I b
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	12.628.359,91	4,24%	7.852.193.725,16	0,16%	7º I b
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	12.341.319,40	4,14%	73.776.097,69	16,73%	7º I b
BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	8.016.931,20	2,69%	3.596.758.160,15	0,22%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	5.306.286,72	1,78%	3.886.422.398,07	0,14%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 X TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	5.515.860,34	1,85%	1.849.904.916,51	0,30%	7º I b
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	8.630.964,54	2,90%	5.290.529.627,75	0,16%	7º I b
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	56.148.717,54	18,85%	5.218.373.540,00	1,08%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND FIC RENDA FIXA LP	4.036.720,71	1,36%	658.613.058,60	0,61%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	8.588.381,90	2,88%	2.287.059.745,87	0,38%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA I	64.801.603,63	21,76%	1.486.929.750,98	4,36%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	4.052.551,83	1,36%	482.364.488,83	0,84%	7º I b
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	674.010,91	0,23%	16.475.113.370,57	0,00%	7º III a
IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP	202.254,83	0,07%	1.663.990,67	12,15%	7º III a
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	34.657.406,32	11,64%	5.862.946.011,56	0,59%	7º III a
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	1.719.070,24	0,58%	712.082.217,62	0,24%	8º I
ITAÚ DUNAMIS FIC AÇÕES	1.372.349,93	0,46%	1.686.539.310,38	0,08%	8º I
ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX FIC AÇÕES	922.152,00	0,31%	269.787.546,50	0,34%	8º I
ITAÚ MOMENTO 30 II FIC AÇÕES	3.826.354,81	1,28%	161.464.884,10	2,37%	8º I
BB TECNOLOGIA FI AÇÕES BDR NÍVEL I	349.831,65	0,12%	467.994.930,21	0,07%	9º III
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	428.934,96	0,14%	1.995.875.754,00	0,02%	9º III
ITAÚ FIC AÇÕES BDR NÍVEL 1	735.531,13	0,25%	148.961.977,37	0,49%	9º III
BB ALOCAÇÃO FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	1.163.022,57	0,39%	123.920.704,74	0,94%	10º I
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	1.075.791,95	0,36%	1.445.973.570,09	0,07%	10º I

Investimentos
$ 297.827.134,07

Disponibilidades Financeiras
$ 2.512,08

Total Carteira
$ 297.829.646,15

Governança (Pró Gestão)
Não possui

ITAPREVI
Fls.: 278
2000020231/25

Mais Valia Consultoria Ltda EPP
Rua General Artigas 232 - Loja 301 - Leblon - Rio de Janeiro/RJ
CEP: 22441-140 - (21)99614-6774 / (21)99739-9777

Ativo	Saldo Atual	% Carteira	PL R$	% PL	Lei
TÍTULOS PÚBLICOS	30.690.164,47	10,98%	0,00		7º I a
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	6.581.196,53	2,35%	5.307.578.902,09	0,12%	7º I b
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.210.378,65	0,43%	4.598.383.674,88	0,03%	7º I b
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	357.961,60	0,13%	899.358.555,93	0,04%	7º I b
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	17.246.790,93	6,17%	8.464.677.137,84	0,20%	7º I b
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	13.648.023,49	4,88%	39.554.939,97	34,50%	7º I b
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PRE...	18.762.391,57	6,71%	3.989.816.161,41	0,47%	7º I b
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	9.499.859,27	3,40%	3.670.341.424,26	0,26%	7º I b
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	10.688.006,46	3,82%	11.311.864.366,70	0,09%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA ...	1.252.129,71	0,45%	1.421.558.924,62	0,09%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	147.674,96	0,05%	1.523.232.090,23	0,01%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	4.429.283,77	1,58%	633.173.463,16	0,70%	7º I b
ITAÚ SOBERANO FIC RENDA FIXA SIMPLES	20.273.553,11	7,25%	38.263.673.857,08	0,05%	7º I b
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	34.283.781,04	12,27%	20.140.019.415,30	0,17%	7º III a
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	30.746.810,09	11,00%	15.214.543.760,15	0,20%	7º III a
IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP	128.073,35	0,05%	1.053.571,36	12,16%	7º III a
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	9.411.416,96	3,37%	6.911.306.522,53	0,14%	7º III a
LF BANCO MASTER 03/07/2034 IPCA + 7,80%	31.751.446,20	11,36%	0,00		7º IV
LF BANCO MASTER 28/06/2034 IPCA + 7,80%	31.377.593,96	11,23%	0,00		7º IV
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	1.492.940,01	0,53%	633.956.624,61	0,24%	8º I
ITAÚ DUNAMIS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	1.400.323,06	0,50%	1.364.461.895,51	0,10%	8º I
ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX FIC AÇÕES	735.850,84	0,26%	109.521.621,08	0,67%	8º I
ITAÚ MOMENTO 30 II FIC AÇÕES	3.032.714,81	1,09%	100.926.721,87	3,00%	8º I
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	364.238,66	0,13%	1.020.402.430,13	0,04%	10º I

Investimentos
$ 279.512.603,50

Disponibilidades Financeiras
$ 34.816,69

Total Carteira
$ 279.547.420,19

Governança (Pró Gestão)
Não possui

ITAPREVI
Fls: 229
Proc: 2000020231/25

Mais Valia Consultoria Ltda EPP
Rua General Artigas 232 - Loja 301 - Leblon - Rio de Janeiro/RJ
CEP: 22441-140 - (21)99614-6774 / (21)99739-9777

Título	Data Compra	Marcacao	Qtde	PU	Valor $
NTN-B - 15/05/2035 - PREVIDENCIÁRIO	15/04/2024	Curva - Taxa: 5,970000%	68	4.442,791422	302.109,82
NTN-B - 15/05/2035 - PREVIDENCIÁRIO	19/04/2024	Curva - Taxa: 6,035756%	6.873	4.421,366892	30.388.054,65

Investimentos
$ 279.512.603,50

Disponibilidades Financeiras
$ 34.816,69

Total Carteira
$ 279.547.420,19

Governança (Pró Gestão)
Não possui

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 26/06/2025 16:21:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREVI
Fls: 280
2025

Assinado Digitalmente por: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO
Data: 2025.06.26 20:36:47 +01:00

Mais Valia Consultoria Ltda EPP
Rua General Artigas 232 - Loja 301 - Leblon - Rio de Janeiro/RJ
CEP: 22441-140 - (21)99614-6774 / (21)99739-9777

ITAPREVI
Fls.: 291
Proc.: 200000203125

1 Informações | 2 Documentos | 3 **Recibo**

Recibo TCE-RJ

Prestação de Contas Anual de Gestão - Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS - Art. 1º, parágrafo único, inc VI c/c Art. 5º

Unidade Gestora: ITAPREVI - ITAGUAÍ PREVIDÊNCIA

Nº TCE-RJ: 222193-3/25 Retificar

Enviado por: 823.634.802-44

Ato recebido com sucesso às 16:49 de 27 de junho de 2025

Documento	
01. Ofício de encaminhamento	**Enviado:** 26/06/2025 15:23:08 **Recibo:** D1C2E499EFE308FF31821580D4C4F126C0081E422DFF06A10D4854F073D8CCA2
02. Relação dos responsáveis - Modelo 1	**Enviado:** 26/06/2025 16:12:45 **Recibo:** BAED92C38ABB6D00E98CA4AB5B5090B52BCD34ABE7A5B4EA584C678A1382DDA0
03.1. Balancete Analítico (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:28:43 **Recibo:** 71A5C2203F9727D07E23E1AC65D0B3953BD6EB3666FDD494BC279A697ED64E19
03.2. Balancete Analítico (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:49:41 **Recibo:** A69218F03BA241B6326DBE47C8D1FFFFDBCD00FD5B4AFE058AF95D1300BF8A9E
04.1. Anexo 10 da Lei nº 4.320/64 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:29:24 **Recibo:** D881C1713F1FB2B8F48074421EAEC4E3FC6EE1D26E19D7BB90D2EED77C13E571

Documento	
04.2. Anexo 10 da Lei nº 4.320/64 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:50:01 **Recibo:** 2CEC09646D02566A5E94B9AD092809889948731F5576FBCB1D13F982AD50E626
05.1. Anexo 11 da Lei nº 4.320/64 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:29:55 **Recibo:** C5F6AF85BDC164CCB729B498CCCBB71360B91691951397CA12C3ABAA3E4D8E7E
05.2. Anexo 11 da Lei nº 4.320/64 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:50:24 **Recibo:** 6B823A12EF8FCD5E8893F8B644140932D739199F6383F583F0A5E847E2AC94E8
06.1. Demonstração das Variações Patrimoniais (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:30:05 **Recibo:** 9C514C1E273E20EEB24B36BEDFBEC7C611F470EB4BBBEC7E3AAB7FEAF1D8A6F7
06.2. Demonstração das Variações Patrimoniais (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:50:46 **Recibo:** 8D7D1D877C87DFB3C88919DF1303F3819480AF9489ACB0FC3AC89EFCFE2099AF
07.1. Balanço Orçamentário (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:30:15 **Recibo:** AD7DCD8625C257DAB9EE4035BB9F6A386E3B62D21190233F15963D5DBC9F76C6
07.2. Balanço Orçamentário (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:51:00 **Recibo:** 295F9593270F33E1873599524C0782D3F09708254B979A77F487464EB6B2154E
08.1. Balanço Financeiro (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:30:25 **Recibo:** 8139650C7745ECE4359BC3DB0DEAB7869694421FB2091D2BD2EAA87A6F741FEE
08.2. Balanço Financeiro (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:51:16 **Recibo:** D9CFDDA421D758A3D4AE16953791BDFAAB5C036D517DFD8422185FB8FDDDEC02

ITAPREV
Fls.: 282
Proc.: 200000203/25

Documento	
09.1. Balanço Patrimonial (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:30:37 **Recibo:** 9FC19827F282DBBB72D850E7AC6BDFC545CA3E7639016C9B9CEA62EA6C1AE4E3
09.2. Balanço Patrimonial (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:51:31 **Recibo:** 5EF250E5E7C54E91FA69BF947DC8CCBA8743F75551F24CF5F7208E604B28F925
10.1. Demonstração dos Fluxos de Caixa (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:30:49 **Recibo:** BABAA0EC001F22E34FDEFB4952DB5FBFB2A4CE405E277A121149A7C4E1B04662
10.2. Demonstração dos Fluxos de Caixa (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:51:51 **Recibo:** F7292A1EE917B111412D0FD0138FE78F5A84BDCDE03786245DDC629A9130BF8D
11. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	**Enviado:** 26/06/2025 17:11:51 **Recibo:** 94238DCD6FB11F603F046966D031ADA7C9C5A2684D251B87CDBC0279F406C302
12.1. Anexo 16 da Lei nº 4.320/64 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:31:33 **Recibo:** DC569F5077EB8EDB514F77ED7F1C835811512E9D1C325A4FF9BAC40B82DE6D94
12.2. Anexo 16 da Lei nº 4.320/64 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:52:04 **Recibo:** 173878D7C49E273DAC961F0CFD1F048CB14F4D9F67CCDEF6F5FBA73D237296D1
13.1. Anexo 17 da Lei nº 4.320/64 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:31:43 **Recibo:** E1C9F2370BEACD0FFEB09719ED0F9FB5F3B1138C7BF6F1134C4EAFE0E9F7B3B2
13.2. Anexo 17 da Lei nº 4.320/64 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:52:19 **Recibo:** 89E93450B06076D2DF54605EEAAD8A705FEC0ADDA3D136C9C870434EBBCDD638

ITAPREVI
Fls.: 293
Proc.: 2000020325

Documento	
14.1. Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2 - Modelo 2 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 17:12:08 **Recibo:** 86EC55E1E752CCD74ECBD23AD4003A210868D5B4928041C104D9C0CDABB842B2
14.2. Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2 - Modelo 2 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:52:30 **Recibo:** 4D903372E27E472605A3F1B44ED2A72F03DFD263F82B21C06C0B4AB16BFF16E0
15.1. Relatório elaborado pelo órgão de controle interno – Modelo 3B	**Enviado:** 27/06/2025 16:47:23 **Recibo:** A4E5D14759688C59F3D6DB2FC3504312456261EBD948B0301153835820889747
15.2. Certificado de Auditoria	**Enviado:** 26/06/2025 23:01:12 **Recibo:** 8AE577E88F356A10175FF8F9ACA644CBE3511C01CD5E9F65988BE17A53DF383C
16. Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades	**Enviado:** 26/06/2025 16:09:43 **Recibo:** E1A23A8E3F283B132C2C79098287930FDE77DB23F8759B392700CC606EE30635
17. Declaração do Responsável pelo Setor Contábil - Modelo 4	**Enviado:** 26/06/2025 16:09:48 **Recibo:** 8473BE63D6EB9B3FC91771A5E374F33E9059156CE03B5F5BB650ED8176993D59
18. Lei de criação do órgão de previdência atualizada	**Enviado:** 26/06/2025 16:46:19 **Recibo:** 44A03234532898550A3B90C29B0407927E21C18BB7DECB2DBDE90859AA45DC5A
19. Relação das Unidades Gestoras do ente que devem contribuir para o RPPS – Modelo 8	**Enviado:** 26/06/2025 16:46:55 **Recibo:** 4353F0C714E19BA4193A5DA15F12EF03E7B5E95E6EFF12081556F4EB0BAA7A3B
20.1. Demonstrativo evidenciando o montante das transferências recebidas para cobertura de déficit atuarial – Modelo 9 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 16:12:58 **Recibo:** 7683863B0442ABDAF5FCCB41DAE81D255D89480D77B1F3037722DBC4065C6D0D

ITAPREVI
Fls.: 284
Proc.: 200000203/25

Documento	
20.2. Demonstrativo evidenciando o montante das transferências recebidas para cobertura de déficit atuarial – Modelo 9 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:52:55 **Recibo:** 560A6C33B829D1DC8C37D41E0F703A4578A2333045F7E5E46E1789517F11801A
21.1. Demonstrativo evidenciando o montante das transferências recebidas para cobertura de déficit financeiro – Modelo 10 e Modelo 10.1 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:43:18 **Recibo:** 1C24D98D54E27937F24A1738F0B42468E0BC34C225AAC1B6AA3274C8913FD508
21.2. Demonstrativo evidenciando o montante das transferências recebidas para cobertura de déficit financeiro – Modelo 10 e Modelo 10.1 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:53:05 **Recibo:** AFCA70AA9668252865C3E4910BFCD7B692EF981E85ACCC8854C0785B2A103459
22.1. Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS - Modelo 11 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:43:29 **Recibo:** EF048C6D15572DBB9BF1491F645BFE9BE64DD6ECFF4CD90B78700C80D910F461
22.2. Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS - Modelo 11 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:53:12 **Recibo:** DAC6D31CA74A8D8762F65F29B48498897225C011CEE1C895AB14A67F6240329D
23. Relatório de Avaliação Atuarial	**Enviado:** 26/06/2025 16:46:40 **Recibo:** 359B3EF5E77E3094B049C210B6FC80702C419203A621635357D1B6A37B489385
24.1. Memória de cálculo do limite legal da taxa de administração no exercício - Modelo 12 ou Modelo 12.1 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:44:22 **Recibo:** 1EB391F36E4946F424873C9F55CC1CC528BFE15C34ABF5F973BB8CA13957AD8A
24.2. Memória de cálculo do limite legal da taxa de administração no exercício - Modelo 12 ou Modelo 12.1 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:53:22 **Recibo:** 9D5FE35252FB81CC3A552FF4B2658B0D215BB1C8D6457D17EF6165B696C32E73

MATRIZ
Fls: 295
PMC: 2000020 3/25

Documento	
25.1. Demonstrativo das despesas administrativas do RPPS - Modelo 13 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:44:32 **Recibo:** BD10923FBE967B05D3F4266449FBCE33B9CD2536AF4CF5BCA044B9D2AB2EC6B6
25.2. Demonstrativo das despesas administrativas do RPPS - Modelo 13 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:53:36 **Recibo:** AAE08B600DC11BB939144F3F13EE2E9BD5C14192110375DE8C580096BF64BC17
26. Relatório que definiu a política anual de investimentos e suas revisões	**Enviado:** 26/06/2025 15:44:41 **Recibo:** D439BFEDFB8D49340438BBDED22C7DF1DB223449A6A7E8A681722FC872033F14
27. Certificados dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS	**Enviado:** 26/06/2025 16:47:44 **Recibo:** 2B826451C0BBBC69E60B65D8E9121274984FA063651524F5F717BB2926B62DA9
28. Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP	**Enviado:** 26/06/2025 15:46:34 **Recibo:** E5FE0C154A43B12338E4E2EADEAABD248C65767ED37221D37A86B0EE058C0AF3
29. Extrato Previdenciário	**Enviado:** 26/06/2025 15:46:40 **Recibo:** FC503C3F8AF04E956BC66B4705B83580A400F70CD72D2A8E194AB53D9ACC3888
30.1. Demonstrativo dos montantes recebidos e pagos a título de compensação financeira - Modelo 14 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:46:48 **Recibo:** 1741170B0FA592A711CBAB39D82ECE7F41EFBB29B6C3AF8E5ED6FCA9184A1112
30.2. Demonstrativo dos montantes recebidos e pagos a título de compensação financeira - Modelo 14 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:53:50 **Recibo:** D2514FF90C6EFC037B0AE8C1E1AEA3387F63240C1EDB473D6F3CC2E3958645E1
31.1. Demonstrativo evidenciando o valor das contribuições regulares devidas e arrecadadas pelo RPPS - Modelo 34 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 17:11:24 **Recibo:** BA723270610E65BB56A58035F27653AF282FA48A58B51EB302775AF54C9F9DD8

IPREV
Fls: 296
Proc: 200000203/25

Documento	
31.2. Demonstrativo evidenciando o valor das contribuições regulares devidas e arrecadadas pelo RPPS - Modelo 34 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:54:10 **Recibo:** 33E6EA2D9329CFE85C23E883BFC073588E866986D1FF71D5046BD809A003FC94
32.1. Demonstrativo evidenciando o valor das contribuições suplementares devidas e arrecadadas pelo RPPS - Modelo 35 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:47:30 **Recibo:** 3C56BEA755A9C9816ED2BC9EC85A98973CE414F232AC437556C958ACE546B8C2
32.2. Demonstrativo evidenciando o valor das contribuições suplementares devidas e arrecadadas pelo RPPS - Modelo 35 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:54:17 **Recibo:** C79E0FE1CEEC727391E61620E65BF71F769603880E421CEA84F10B8C6A22F199
33.1. Demonstrativo das Contribuições Regulares repassadas ao RPPS - Modelo 36 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:47:19 **Recibo:** C6EF2449F069509B28CA7FAE4A139857A771FBD77812761299A7E6DAF713847D
33.2. Demonstrativo das Contribuições Regulares repassadas ao RPPS - Modelo 36 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:54:22 **Recibo:** B58EBF062C8BE59B06964162250D642D7F4F759F1906E80C776E0D2ABBB64EF4
34.1. Demonstrativo das Contribuições Suplementares repassadas ao RPPS – Modelo 37 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:47:37 **Recibo:** CF6CE9A0176B6A4A7130148CD1F2FDF03237FAE48A7FB45BB7602981916A7D9A
34.2. Demonstrativo das Contribuições Suplementares repassadas ao RPPS – Modelo 37 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:54:45 **Recibo:** DAF04A00BF37896533778DDB0712DC10BCF1F1F040FCCA41CE5F28DA84F86D9F
35.1. Demonstrativo das Contribuições repassadas ao RGPS - Modelo 38 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 16:51:16 **Recibo:** 4E9B57190B086C7C1169ADA29FAC8DC2543380A84A7D96931FC7156554BC4A0B

IAMPREV
Fls.: 287
Proc.: 20000020325

Documento	
35.2. Demonstrativo das Contribuições repassadas ao RGPS - Modelo 38 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:54:52 **Recibo:** E1718CF8C97BE2E384022DBC0BCFC53F6DEC13AC891728701A4FDB01E0ACDA3C
36. Relatórios e pareceres de órgãos colegiados e entidades	**Enviado:** 26/06/2025 15:55:50 **Recibo:** CAEE0DB8C78502183329AFAE73E7452127CBFCD10F393060995DFDE4BA7A2CE7
37. Ato que designou formalmente o servidor responsável pela gestão dos recursos do RPPS	**Enviado:** 26/06/2025 16:49:11 **Recibo:** BBEA447E28EF553A059057D92DF8352E11F443B688D98FCA0F8E012306FA1CDF
38.1. Relação de Restos a Pagar Processados Cancelados – Modelo 39 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:48:19 **Recibo:** EB6F7608B3955D4DE2E3A640021775F442C28E184BA5F883264E6763AEE9FE52
38.2. Relação de Restos a Pagar Processados Cancelados – Modelo 39 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:54:58 **Recibo:** 926820D97DD6BEC9B8662B0DA1A0EE61B3D89A056D1A9C819D94FE7858E07AAF
39.1. Demonstrativo dos Aportes Periódicos Recebidos para Cobertura do Déficit Atuarial – Modelo 40 (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 16:49:33 **Recibo:** DC102528C6797F77F8A6E49622176BB33CC8DDE80D1EEA63EC6349F14BAFD06E
39.2. Demonstrativo dos Aportes Periódicos Recebidos para Cobertura do Déficit Atuarial – Modelo 40 (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:55:06 **Recibo:** 14A332B0E9E5EBCF2C818FBB58728B5658B7BC61274359D3FA460DA356CFA2AE
40.1. Balancete Analítico / Demonstrativo Financeiro dos recursos do Fundo em Repartição (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 15:48:33 **Recibo:** F9B60609C8CC30D42F72E4AA88C3F62E0E162B3E6C8C302AB0D786D3880580AD
41.1. Balancete Analítico / Demonstrativo Financeiro dos recursos do Fundo em Capitalização (PDF)	**Enviado:** 26/06/2025 16:57:31 **Recibo:** A92752D60A387AEB12CBD391FE18E2345A6A18EF0010C763EB53D4B0D5E47F78

ITAPREVI
Fls.: 289
Proc.: 2000002021/25

Documento	
41.2. Balancete Analítico / Demonstrativo Financeiro dos recursos do Fundo em Capitalização (XLS)	Arquivo Zip TCERJ Assinado **Enviado:** 27/06/2025 08:55:47 **Recibo:** C28C8847CD917DDF86267EF5226455E6D64BA026A838B464F2A105A27DA07AA6

Resposta à Ofício protocolado no TCE-RJ

Número do ofício ou comunicação: CGC 12429/ 2026

Nº do documento protocolado no TCE-RJ: 16075-7/2026 (/etcerj-pca-gestao-municipal/DocumentoEntranhado/Recibo/118016)

Documentos protocolado com sucesso às 16:38 de 20 de julho de 2026

Imprimir